

Instituto Sedes Sapientiae

Conselho de Direção do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae – gestão 2011/2013

Anna Mehoudar (Representante da Comissão de Admissão), Eva Wongtschowski (Publicações), Heidi Tabacof (Grupos de Formação Contínua), Isabel Mainetti Vilitus (Relações Internas e Representante do Departamento no Núcleo de Departamentos), Mara Caffé (Transmissão e Pesquisa), Maria Antonieta Whately (Administração e Tesouraria), Maria Aparecida Kfoury Aidar (Cursos), Maria Beatriz Costa Carvalho Vannuchi (Relações Externas), Maria Marta Azzolini (Clínica) e Noemi Moritz Kon (Eventos)

Percurso

REVISTA DE PSICANÁLISE - ANO XXIV - JUNHO DE 2012

Conselho Editorial

Eliana Borges Pereira Leite, Leda Maria Codeço Barone, Lilian Quintão, Mania Deweik, Maria de Lourdes Caleiro Costa

Grupo Administrativo

Eva Wongtschowski, Maria Antonieta Whately, Maria Elisa Pessoa Labaki

Grupo de Entrevistas

Andréa Carvalho Mendes de Almeida, Bela M. Sister, Danielle Breyton, Deborah Jean de Cardoso, Silvio Hotimsky, Susan Markuszower

Grupo de Debates

Cristiane Abud, Gisela Haddad, Vera Zimmermann

Conselho Editorial de Resenhas

Camila Salles Gonçalves (coordenadora), Darcy Haddad Daccache, Elisa Ulhôa Cintra, Janaina Namba, Mania Deweik, Maria de Lourdes Caleiro Costa, Renata Udler Cromberg, Sergio Telles

Conselho Científico, Consultores ad hoc

Abrão Slavutzky (Porto Alegre), Ana Cecília Carvalho (Universidade Federal de Minas Gerais), Ana Helena Stahl (Paris), Arthur Nestrovsky (São Paulo), Benny Lafer (Universidade de São Paulo), Daniel Orliovsky (Universidade de Buenos Aires), David Levisky (Sociedade de Psicanálise de São Paulo), Dominique Fingermann (Escola de Psicanálise dos Fóruns do Campo Lacaniano), Elias M. da Rocha Barros (Sociedade de Psicanálise de São Paulo), Gilda Sobral Pinto (Sociedade de Psicanálise da Cidade do Rio de Janeiro), Heitor O'Dwyer de Macedo (Quatrième Groupe), Inês Marques (Société Psychanalytique de Paris), João A. Frayze-Pereira (Universidade de São Paulo), Joel Birman (Universidade Estadual do Rio de Janeiro), Luís Celes (Universidade de Brasília), Luís Cláudio Figueiredo (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), Luiz Eduardo Prado de Oliveira (Quatrième Groupe), Marcelo Marques (Association Psychanalytique de France), Marcia Neder Bacha (Universidade Federal do Mato Grosso do Sul), Maria Elisa Pessoa Labaki (Instituto Sedes Sapientiae), Maria Helena Fernandes (Instituto Sedes Sapientiae), Maria Rita Kehl (Associação Psicanalítica de Porto Alegre), Marlise Bassani (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), Nelson Coelho Jr. (Universidade de São Paulo), Nelson da Silva Jr. (Universidade de São Paulo), Paulo Endo (Universidade de São Paulo), Purificación Barcia Gomes (Instituto Sedes Sapientiae), Rosine Perelberg (British Psychoanalytic Society), Urania Tourinho Peres (Colégio de Psicanálise da Bahia)

Linha editorial

Percurso é publicada pelo Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae. É uma revista científica dedicada ao avanço dos conhecimentos psicanalíticos em suas vertentes clínica, teórica, metodológica e epistemológica. Visando a estimular o debate entre as várias correntes da Psicanálise, aceitamos trabalhos de todas as orientações, tanto de membros do Departamento quanto de colegas de outras instituições brasileiras e estrangeiras. Pautamo-nos por um ideal exigente de qualidade científica, literária e estética, pela abertura às inovações consistentes, pelo respeito à complexidade da vida psíquica e dos fenômenos socioculturais, pela recusa do dogmatismo, da intolerância e dos reducionismos, pelo diálogo com as áreas conexas. Acreditamos que o pensamento crítico contribui para libertar o espírito das amarras que o prendem à ignorância e ao sofrimento. Como disse Freud, "a voz da razão é suave, mas termina por se fazer ouvir".

Revisão

Simone Zaccarias + Tel.: (11) 99897-1362 + simonezac@yahoo.com.br

Projeto e produção gráfica

Sergio Kon + A Máquina de Ideias + Tel.: (11) 3062-6086 + amaquina@aclnet.com.br

Assinaturas

Angela Maria Vitorio + Tel./Fax: (11) 3081-4851 + percurso@uol.com.br

Capa

Célia Euvaldo. *Sem título*. Óleo sobre tela, 200 x 270 cm, 2002 + www.celiaeuvaldo.com

Coordenação editorial / Recepção de originais para publicação

Renato Mezan + Rua Amália de Noronha, 198 + 05410-010 São Paulo + Tel./Fax: (11) 3081-4851

Grafia atualizada segundo o Novo Acordo Ortográfico.

Site na Internet: www.uol.com.br/percurso + www.revistapercurso.com.br + e-mail: percurso@uol.com.br

Percurso é indexada em *Psychoanalytic Abstracts*, Washington, D.C., USA.

Instituto Sedes Sapientiae



R. Ministro Godói, 1484
05015-900 São Paulo SP
Tel.: (11) 3866-2730
Secretário dos Departamentos:
Juliano Pedrosa Chrisostomo
deptodepsicanalise@sedes.org.br



Gráfica e Editora Santuário
Rua Pe. Claro Monteiro, 342
12570-000 Aparecida SP
Tel.: (12) 3104-2000
Fax: (12) 3104-2036
0800-16-00-04

Transições na clínica:
fundamentos e desafios

Percursos48
REVISTA DE PSICANÁLISE : ANO XXIV : JUNHO DE 2012

Sumário

Table of contents

3 Sumário
Table of contents

7 Editorial
Letter from the editors

TEXTOS PAPERS

9 Intersubjetividade e alteridade: a alteração do sujeito e do outro
Intersubjectivity and otherness: changing the subject and the other
Isidoro Berenstein

17 Psicanálise fora dos quadradinhos: um exercício político
Psychoanalysis outside the squares: a political exercise
Laurie Laufer

29 O que vem de dentro me atinge
What comes from within reaches me
Alessandra Affortunati Martins Parente

39 Construção identitária adolescente no mundo virtual: ilhas cercadas de mesmos por todos os lados
Adolescent identity-construction in the virtual world: islands surrounded by the selves on all sides
Mariana Paula Oliveira e Maria Lúcia Castilho Romera

- 49 Transferência, transparência e transformação na clínica da drogadicção
Transference, transparency and transformation in the treatment of drug addiction
Bianca Bergamo Savietto
- 61 O recalque nos *Estudos sobre a Histeria*
Repression in Freud's Studies on Hysteria
Fabiano Chagas Rabelo
- 73 O padre-nosso da Psicanálise
The paternoster of Psychoanalysis
Mara Caffé
- 85 Estranho prazer: um possível paradoxo para Freud e Hume
Uncanny pleasure: a potential paradox for Freud and Hume
Janaina Namba
- 95 Memórias póstumas de uma investigação Bacamarte-freudiana
Posthumous memoirs of a Bacamartian-Freudian investigation
Rafael de Melo Costa + Maria Lúcia Castilho Romera + João Luiz Leitão Paravidini

ENTREVISTA

INTERVIEW

107

Heitor O'Dwyer de Macedo
Angústia, generosidade com a vida
Anguish, generosity with life

DEBATE

DEBATE

127

A inquietante estranheza no corpo
The disquieting strangeness in the body
Claudine Vacheret + Claudia Finkelstein + Cristina Satie
Hirashima + José Atílio Bombana + Ricardo Almeida Prado
+ Rubens Marcelo Volich

DEBATE CLÍNICO

CLINICAL DISCUSSION 139

Debate clínico

Clinical discussion

Sergio Telles + Carlos Guillermo Bigliani + Elias Mallet da Rocha Barros + Elizabeth Lima da Rocha Barros

LEITURAS

BOOK REVIEWS 155

Luto e melancolia, hoje [*Luto e melancolia*]

Mourning and melancholy, today

Tales A.M. Ab'Sáber

160

Uma visão binocular de Bion [*Bion em nove lições: lendo "Transformações"*]

A binocular view of Bion

Renato Mezan

167

Andando pelas margens [*Ensaio Psicanalítico*]

Walking along the borders

Belinda Mandelbaum

171

Literatura e Psicanálise: o alimento do desejo

[*Escritas do Desejo: Crítica Literária e Psicanálise*]

Literature and Psychoanalysis: the food of desire

Renato Tardivo

174

Transmissão de um legado. Reconhecimento de uma história [*O psicólogo no hospital público. Tecendo a clínica*]

Transmission of a legacy. Recognition of a history

Maria Laurinda Ribeiro de Souza

179

A contratransferência como instrumento terapêutico

[*Os sentimentos do analista: a contratransferência em casos de difícil acesso*]

Countertransference as a therapeutic tool

Paula Regina Perón

- 182 As quartas partes da coroa: a intersubjetividade em cena [*Dimensões da intersubjetividade*]
The fourth parts of the crown: intersubjectivity on the stage
Eugênio Canesin Dal Molin
- 187 Uma pequena joia [*Cronos ensandecido: sobre a agitação no mundo moderno*]
A little gem
Ana Lucia Mac Dowell Gonçalves
- 193 Por uma metapsicologia do trauma [Vivência de indiferença: do trauma ao ato-dor]
Towards a metapsychology of the trauma
Berta Hoffman Azevedo
- 196 Sobre tornar-se mulher [*Tornar-se mulher: obstáculos em torno da feminilidade*]
About becoming a woman
Christian Ingo Lenz Dunker
- 199 Colaboradores deste número
Contributors to this issue
- 201 Normas para envio de artigos e resenhas
Rules for contributors
- 203 Onde encontrar *Percurso*
Where to find Percurso
- 207 Para assinar *Percurso*
How to subscribe to Percurso

Editorial

Ao longo das últimas décadas, em especial da última, temos presenciado enormes transformações no mundo, não somente em termos da ciência e da tecnologia, como também temos assistido a mudanças políticas, econômicas, ecológicas. Desnecessário dizer dos impactos na vida de todos nós e do trabalho psíquico necessário para acompanhar minimamente um ambiente em permanente mutação.

Vivemos em grandes metrópoles, onde se desenvolvem verdadeiras cidades dentro da cidade, onde enormes desigualdades convivem de forma nada pacífica – e nem poderia ser de outra maneira. Pujança ao lado da miséria, luxo e lixo, indústria automobilística de ponta ao lado de catadores de lixo com seus carrinhos puxados a tração humana, violência ao lado de aumento de crenças – um sem fim de contrastes.

O mundo mudou. Nós, psicanalistas, também. Somos confrontados constantemente com desafios à compreensão de uma realidade que a todo momento se apresenta inteiramente desconhecida, nova. Novas culturas, novas configurações de vida profissional, de relações amorosas, familiares. Tudo isso nos exige rapidez, resiliência, criatividade, flexibilização. Da técnica, do enquadre, da interpretação, não se trata apenas de ajustamentos. Somos convocados não apenas a pensar sobre nossos procedimentos, mas a tomar posições. Nosso foco é a subjetividade, claro; mas trata-se, sim, de levarmos em conta esse exército de não sujeitos, os invisíveis, os que não têm rosto. Somos fiéis defensores da diferença, mas o que dizer quando os desiguais reivindicam para si a igualdade?

Não nos referimos a ações de caráter individual, mas a pensamento, teorização, tanto a partir da clínica como da cultura, ambas com novas configurações. Os tempos mudaram; nós, psicanalistas, em que mudamos? O que pensamos? Em quem pensamos? E o que preservamos dos fundamentos da nossa prática? Acolher a escrita de autores que se empenham em expressar esse duplo movimento – de refletir sobre o novo e interrogar os fundamentos – tem sido a permanente disposição de *Percurso*, que os artigos deste número podem bem representar.

A clínica psicanalítica sempre se colocou para Freud como a matéria-prima de sua construção metapsicológica, confrontando-o com inúmeras questões inéditas que ele soube acolher e cuja problemática circunscreveu mesmo que não tivesse respostas satisfatórias.

Tarefa imperativa, condição de renúncia à onipotência e de cuidado frente ao risco de alienação que nosso solitário trabalho nos impõe, e na esteira da herança freudiana, *Percurso* inaugura neste número uma nova seção, "Debate Clínico". A especificidade deste novo espaço consistirá em podermos seguir diferentes linhas de pensamento e atuação na clínica, impondo-nos a obrigação de repensar e reinventar novos modos e novas referências para

pensar o sujeito pós-moderno a que estamos nos referindo.

Nos últimos meses sofremos perdas importantes de psicanalistas que tiveram enorme contribuição na virada teórica do século xx e, conseqüentemente, em nossa formação: Jean Laplanche, Joyce Mac Dougall, Gui Rosolatto e, mais recentemente, André Green.

E a nós, geração herdeira, resta não a orfandade, mas o dever ético de transmitir e de fazer trabalhar a psicanálise. Para tanto, homenageamos Izidoro Berenstein, também recentemente falecido, analista articulado com seu tempo, cuja vida se pautou pela coerência de ideias tanto na política quanto na vida profissional e na produção teórica. Lutou contra o dogmatismo nas instituições e nunca abriu mão de suas ideias e princípios. Da mesma forma, nunca deixou de teorizar sobre sua práxis.

Finalmente, tendo estado entre nós, Heytor O'Dwyer de Macedo, psicanalista brasileiro radicado em Paris, nos brinda com uma entrevista na qual coloca à disposição tanto sua prática clínica quanto sua preocupação constante com o que denomina "estar vivo".

E, para estar vivo, "impossível falar (ou escrever) sobre psicanálise sem os conceitos com que um psicanalista pensa a psicanálise".

Boa leitura!

Intersubjetividade e alteridade:

a alteração do sujeito e do outro

Isidoro Berenstein

Tradução Fernanda Sofio

Revisão Renato Mezan

Esta conferência foi apresentada no XVIII Congresso Latino-Americano FLAPAG e X Simpósio CEFAS, Práticas institucionais na América Latina: Casal, Família, Grupo e Comunidades, realizado em Buenos Aires em outubro de 2009.

Percurso agradece à Dra. Lisette Weissmann a sugestão de divulgar esta conferência e a obtenção, junto à viúva do autor, da permissão para publicá-la em *Percurso*.

Resumo O autor discute diversos aspectos da relação entre "eu" e "outro", em particular nos casos em que a interação resulta em modificações mais ou menos extensas em um ou em outro.

Palavras-chave intersubjetividade; alteridade; outro; vínculo; teoria do vínculo

Apresentação

Isidoro Berenstein (1932-2011)

No quarto ano de medicina, éramos treinados para escutar todos os ruídos do corpo humano. Um dia, dois colegas me avisaram que havia um professor que estava ensinando a escutar um estranho ruído cuja propedêutica ainda não tínhamos estudado. O professor era Isidoro e o estranho ruído era a voz humana captada numa primeira entrevista feita por ele com uma família, que chegava a nós através de um gravador italiano de fita de marca Gellosso. Essa foi a primeira vez que estive próximo de Isidoro.

O último contato muito próximo com ele foi através de Sara, sua esposa, quando, depois de sua morte, tive a honra de que ela compartilhasse comigo alguns trabalhos póstumos e algumas comunicações de Isidoro para sua família. Entre eles, gostaria de destacar uma carta de Isidoro a seu neto, em que lhe contava como ele era aos nove anos, como dormia na sala da casa onde seu pai tinha sua oficina de alfaiate, como caminhava longas distâncias para chegar à escola, como eram seus jogos de futebol na rua, etc. Ele tinha aquela condição tão necessária aos terapeutas e/ou professores (ainda que não tão difundida entre eles) de poder falar com cada um em seu nível, desprovido do narcisismo exibicionista que tanto distorce a transmissão. Sabia cumprir eficientemente com seu objetivo de se comunicar com o outro em seu nível, fosse ele interno de medicina, neto ou colega acadêmico. Essa atitude – junto a seu humor, sua generosidade, seu democrático senso de justiça e sua persistência – permitiu-lhe ter



Isidoro foi
galardoado com múltiplas
honrarias, entre elas
o Prêmio M. Sigourney

uma plêiade de amigos entre seus colegas, discípulos e analisandos que mantiveram contacto com ele durante toda sua vida, entre os quais fazemos parte aqueles quartanistas que começamos a apreender os primeiros “ruidos” da voz humana com ele.

Sua vida foi fértil em êxitos profissionais: foi professor na Universidade de Buenos Aires (onde o conheci com seu gravador Gelosso), na APA e depois na APDEBA; dirigiu por muitos anos cursos universitários em vários países e foi o primeiro diretor do comitê de estudos de casal e família da Associação Internacional de Psicanálise. Foi galardoado com múltiplas honrarias, entre elas o Prêmio M. Sigourney por contribuições excepcionais no campo da Psiquiatria e da Psicanálise.

Em sua longa trajetória no campo de pensar os diferentes aspectos da psicologia humana, Isidoro centrou-se na pesquisa da especificidade da dinâmica dos casais e das famílias. Podemos dizer que percorreu várias etapas na sua pesquisa, como ele mesmo comenta em diversos textos (por exemplo I. Berenstein, *Do ser ao fazer, Via Lettera*, 2011). Segundo a poesia de Antonio Machado que ele mesmo gostava de citar, foi “...fazendo o caminho ao andar” (“caminante no hay camino / se hace camino al andar”). Mas, para uma melhor compreensão das dinâmicas que pretendia estudar, aprofundou sua compreensão do filosófico, do histórico e do antropológico-social, recorrendo a exaustivas leituras de autores como Levi-Strauss, Levinas, Agambem, Espósito, Foucault, Camus, Lewkowicz, entre tantos outros. Seu profundo conhecimento dos autores psicanalíticos iluminou seu percurso para se valer deles para conhecer e também para saber o que a partir deles não se podia conhecer do território que pretendia explorar.

Conseguiu driblar a armadilha exemplificada com a piada do bêbado em que frequentemente se encontram (nos encontramos?) os pesquisadores desta área: o bêbado que tendo perdido as chaves do carro se dirige a uma luminária distante para procurá-las, já que ali tinha luz suficiente, mas não era ali onde as chaves tinham caído!! Frequentemente tentamos iluminar a dinâmica do que acontece no vínculo com conceitos vindos da luz da psicanálise individual, a qual nem sempre nos ilumina o “lugar” em que estão as chaves do enigma que pretendemos debelar.

Assim, para iluminar seu pensamento foi propondo conceitos que davam conta de sua caminhada na construção de seu “objeto formal abstrato” casal e família, que não são necessariamente, ou pelo menos não são só, o casal ou a família da psicanálise clássica (narcisismo, Édipo, identificação), nem da antropologia (relações de parentesco) e sim os que ele tentava pensar desde sua particular visão do vínculo.

“Chamamos vínculo a conexão ou enlace, ao laço, que liga de uma maneira fluida e acompanhada de alguma ideia de estabilidade (que seja estável o decide cada um informado também pelo olhar da época em que vive) a duas ou mais pessoas (sujeitos) que decidem um fazer desde uma relação de presença”, diz Isidoro em seu artigo de 2011 publicado na Revista de la Asociación Psicoanalítica de Buenos Aires¹.

Nesta definição de vínculo estão contidos alguns dos termos principais de sua visão: este é o campo de ação e teorização principal de sua empreitada² na qual progressivamente vai diferenciando sua temática, desenvolvendo a importância da presença do outro, que excede a dos objetos internos projetados. Em oposição à repetição (trabalhada exaustivamente desde Freud), ele trabalha a interferência no presente através de mecanismos de imposição que aparecem como eixo da relação vincular, onde a mútua imposição tem capacidade de produzir inconsciente, diferenciando-se da transferência.

Explora também a temática do fazer no vínculo. Estuda como cada um é um outro diferente com cada outro, em uma subjetividade vincular na qual nenhum deles é centro de si mesmo nem da relação e na qual “...ambos se produzem como sujeitos a

partir de determinadas relações de poder que percorrem o vínculo”³.

Isidoro transitava com leveza entre a problemática vincular e a social, e sua tão frequente referência nos seus últimos escritos à “revolução” – tanto a Revolução Francesa, quanto a revolução social em geral e a revolução nas relações interpessoais – traz à tona seu pensamento sobre a noção de ruptura com o anterior, acompanhado da problemática da autorização para produzir o novo, enriquecendo com seu pensamento a psicanálise em sua borda com o novo, com o inesperado que se apresenta na relação vincular ou no espaço social⁴.

Em pelo menos dois momentos (uma vez em São Paulo e outra em Buenos Aires), discuti com Isidoro se, ao teorizar nos últimos tempos o que acontecia no “entre” quase com exclusividade, não poderia favorecer as cobranças que alguns colegas lhe faziam de deixar de lado o inconsciente “clássico” e todas suas implicações sobre o histórico, as identificações, as repetições, etc. Com suas respostas, sempre carinhosas e bem humoradas, me lembrava, com seu conhecimento erudito da psicanálise, que não estava deixando nada de lado, estava acrescentando algo que poderia enriquecer nossa compreensão.

Em seu trabalho apresentado ao CMJ (Congresso Mundial Judaico)⁵ em 2011, nos oferece uma análise muito interessante de uma notícia que no fim dos anos 1970 comoveu a opinião pública de Israel quan-

- 1 Revista APDEBA, XXXIII, n. 1, 2011, p. 42. Janine Puget, amiga e associada de Isidoro em muitas de suas incursões nesse território, se despede dele em nome dessa sociedade, que o contou entre seus fundadores e da qual foi um dos mais eminentes membros, num Obituário no n. 3 do mesmo volume dessa revista.
- 2 Seus livros dão amplo testemunho deste esforço: *Família y enfermedad mental* (Paidós, 1976), *Vinculos familiares y Inconsciente* (Paidós, 1989), *Psicoanalizar una familia* (Paidós, 1990), *Psicoanálisis de la pareja matrimonial* (em colaboração com J. Puget, Paidós, 1993), *Lo vincular: teoría y técnica psicoanalítica* (com J. Puget, Paidós, 1997), *El sujeto y el otro: de la ausencia a la presencia* (Paidós, 2001), *Devenir otro con otro(s), ajénidad, presencia, interferência* (Paidós, 2004), *Del ser al hacer. Curso sobre vincularidad* (Paidós, 2007).
- 3 I. Berenstein, *Do ser ao fazer — curso sobre vincularidade*, Via Lettera, 2011, p. 14.
- 4 Pessoalmente acredito que também poderia estar expressando sua preocupação com o fato de que seu pensamento pudesse levá-lo a uma ruptura com setores institucionais com visões reducionistas ou sectárias da psicanálise.
- 5 I. Berenstein, 2011, Un hecho social visto por un psicoanalista, Manifestaciones alejadas del holocausto, em www.coloquio.org.

ele transitava
com leveza entre
a problemática vincular
e a social

do Isidoro ali morava. Uma jovem mãe judia, filha de pais deportados de campo de concentração, ao ser informada pela vizinha que sua casa ia ser assaltada por um comando terrorista, se refugia no sótão com seu marido, sua filha mais velha, sua filha de colo e a vizinha que tinha vindo alertá-la sobre a invasão. Percebendo que tinham deixado a chupeta que iria silenciar a pequena, impedindo de serem notados em seu refúgio, o pai e a filha mais velha partem para trazer a chupeta para o sótão. Ao serem pegos pelos invasores, são fuzilados. A mãe desesperada percebe o acontecido. Sua filha, antes de recomeçar a chorar, lhe pergunta em que lugar estavam. Ela recordará mais tarde que sua resposta foi que estavam num trem. Como sua filha continuava chorando e ante o perigo de serem ouvidas e correr o mesmo fim do marido e a filha, ela continua tampando a boca de sua filha até que ela morre.

Isidoro propõe que é a vivência transgeracionalmente transmitida do cativo dos pais da vítima o que dá sentido à aparente estranha resposta da mãe sobre estar num trem, ao descrever seu esconderijo no sótão em sua comunicação final para sua pequena filha. Isidoro informa suas hipóteses com relatos que Primo Levi e Eli Weisel realizaram do transporte deles no trem que os conduziria a Auschwitz. Neste riquíssimo artigo, vemos como desde o histórico social mais amplo até a mais sofisticada filigrana das identificações, da qualidade dos objetos internos até as postulações vinculares profundas, nos são oferecidas as percepções agudas de alguém que, como poucos, alcançou uma rara maturidade na teorização psicanalítica, ampliando seus horizontes.

CARLOS GUILLERMO BIGLIANI





*a necessidade de voltar
à noção de outro em psicanálise
está determinada pelo esgotamento
do uso das noções de eu e de self*

Introdução e dificuldades que nos levam ao tema

A intersubjetividade surge com a questão da existência, da subjetividade do outro, e se coloca em torno de uma questão ética: o outro existe por direito próprio, tem ideias e formas de atuar próprias, que não são reduzíveis ao nosso pensamento⁶. No entanto, quando falamos da *existência do outro* ou *inclusão do outro*, fica claro que a perspectiva é a do *eu*. Para acentuar o descentramento do *eu*, sugiro pensá-lo como *outro* entre *outros*, e a relação também como sendo entre *outros*. Dizer *nós* (em espanhol, *nosotros*) obriga dizer *outros* (em espanhol, *otros*). O plural não anula a ideia de autocentramento.

Estou falando num congresso de analistas, e certamente meus interlocutores podem pensar que isto não seja novidade. Afinal: não é a transferência uma relação do paciente com o outro, o analista, e este último não responde ao primeiro por contratransferência? Não é esta uma relação para entre um e outro?

Entretanto, nós, psicanalistas, que atendemos pacientes chamados *individuais* ou *conjuntos*, estes casais, famílias ou grupos, vemo-nos diante do problema de: i) pensar o conjunto a partir de uma clínica e teoria individuais, aplicadas a tratar de mais de um atendido (ideia de um, mais um, mais um, etc.). Ou então, ii) permitir pensar outras formulação clínico-teóricas, que deem conta das relações que ocorrem nesses conjuntos pluripessoais ou intersubjetivos, o que implica usarmos novos termos para nomearmos novos conceitos. Talvez ambas as questões possam ser consideradas, contanto que sejam declaradas he-

terogêneas, ainda que superpostas. Faz-se necessário aceitar que têm lógicas diferentes, além de constituírem-se em áreas distintas, embora coexistentes – a do plano individual e a do vincular.

A alteração do sujeito e do outro

Alteridade, bem como *alteração*, deriva de *alter*: o *outro* entre dois. É que, numa relação, o outro produz uma perturbação, um transtorno, provocando uma inquietude, ao propor uma mudança da essência ou da forma de uma coisa⁷. Consiste no sentido da identidade do *eu*.

A necessidade de voltar à noção de *outro* em psicanálise está determinada pelo esgotamento do uso das noções de *eu* e de *self*, em suas relações de objeto e com o objeto. *Não se pode ter consciência de si e conhecimento de si, sem tomar-se conhecimento do outro*⁸. O pertencimento a um conjunto humano dá-se quando há um mínimo de duas pessoas, podendo este constituir-se por mais de duas, como, por exemplo, no caso da família e do conjunto social. Esse pertencimento demarca um vasto reino de identidade, tornando-a menos idêntica a si mesma. Nesse sentido, é pouco o que se diz de um integrante de um conjunto em seu documento de identidade.

Certa assimetria caracteriza a relação entre o *sujeito* e o *outro*. Não podem ser considerados parte de uma unidade, que é o que se expressa na noção de *dois*. Trata-se de uma experiência subjetiva. Observamos que a experiência de dor física num *outro*, por exemplo, não é provocadora da mesma dor no *sujeito*. Traz pena, lástima, comiseração, mas não a própria dor física. No entanto, a afetação assimétrica e o fazer conjunto numa situação de dor física do outro produzem uma experiência de vínculo dos dois.

Lembro-me de certa ocasião em que eu falava por telefone com um amigo de Israel, à época da incursão israelense no sul do Líbano, quando recrudesciam os combates e ações contra o Hezbollah. Uma sirene anunciava que, num tempo breve e determinado, os israelenses seriam atin-

gidos por um míssil. Meu amigo lá e eu cá, em meu quarto em Buenos Aires, discutíamos a experiência. Percebi que por mais que eu me identificasse com a inquietação e o sobressalto vividos por meu amigo, eu não experimentava a mesma vivência de risco, de perigo, de desamparo, diante da iminência do míssil e da perspectiva de ter que abandonar o que fosse para correr até um refúgio subterrâneo, este que certamente cheiraria a medo. O que fazíamos os dois, por telefone, era bordar, sobre o hiato dessa diferença, uma ponte de palavras. Não de explicações, mas onde fosse

»»

*cada ser falante chama a si mesmo
de eu no ato da fala, e está
relacionado a um outro reversível,
recíproco e complementar
a si próprio, a um você*

possível conversar, apesar das circunstâncias, nas quais ser estrangeiro não implicasse anulamento, mas ajudasse a construir essa ponte. *Ponte* é metáfora do *entre* que permite transitar o intervalo que separa dois espaços, dois momentos, estes que caracterizam a relação entre os sujeitos.

É importante ampliar a distinção entre *objeto*, mesmo que se considere *objeto externo*, e *outro*, que possui características para além de ser *externo*, e isto tanto ao eu, como à sua própria interioridade. O *eu* está movido por uma carga pulsional e uma inscrição representacional, no vínculo com o outro, e poderá incorporar e modificar-se desde o que é proveniente do outro⁹ (Berenstein, 2001). Um filósofo indispensável à consideração do *outro* é Levinas (1971; 57, 60)¹⁰.

Cada ser falante chama a si mesmo de *eu* no ato da fala, e está relacionado a um outro reversível, recíproco e complementar a si próprio, a um *você*. Mas, nessa relação, há aspectos que podem ser conhecidos, identificados, postos ilusoriamente como semelhanças, mediante identificações. Outros aspectos permanecem fora, não sendo passíveis de identificação. Aparecem como pertencentes especificamente ao outro e, ao mesmo tempo, como produto da relação. Trata-se do *alheio*¹¹, que só pode ser apresentado e não representado. Não possui lugar preestabelecido, nem se pode esperar que o possua. Sempre surpreende, sendo nossa tarefa dar-lhe lugar, inscrevê-lo, aceitá-lo. É resultado de uma imposição, inerente ao fato de se estar vinculado. Seria o que Levinas descreveu como *esse país completamente estranho, que não foi pátria e para o qual nunca iremos... que não repousa em algum parentesco prévio*.

6 N. Crossley, *Intersubjectivity. The fabric of social becoming*. Outros autores que se ocuparam do tema são Husserl, Buber, Kojève, Levinas, entre outros.

7 *Alterar. Diccionario de la Lengua Española*.

8 Crossley citando Husserl. N. Crossley, *op. cit.* (Esta e as próximas traduções de citação do espanhol para o português foram feitas livremente pela tradutora.)

9 Dentro das formas de se considerar o *Outro*, Laín Entralgo, citado por Ferrater Mora (1965), bem como outros autores, falam do *outro* enquanto objeto de um *eu* instintivo ou sentimental, como característica da Psicologia inglesa. Aparenta-se ao ponto de vista do outro como invenção do eu (Dilthey, Unamuno). Outra forma é o reconhecimento do outro a partir do *cogito* (Descartes) e criado pelo eu. Reconhecimento a partir do eu, o qual é diferente de conhecimento possível ou impossível. A esta caracterização falta o que de Nietzsche em diante tratou-se de pensar acerca das coerções que o eu impunha e que inaugurou o que seria, com o avanço do século XX, um pensamento acerca do *outro*.

10 "O término deste movimento – a outra parte ou o outro – é chamado *outro* num sentido eminente. Nenhuma viagem, nenhuma mudança de clima e ambiente poderiam satisfazer o desejo a que ele aspira. O *Outro*, metafisicamente desejado, não é *outro* como o pão que como, como o país em que habito, como a paisagem que contemplo, ou, por vezes, como eu mesmo em relação a mim mesmo – esse *eu* que é *outro*. Dessas realidades, *posso nutrir-me e, em grande medida, satisfazer-me, como se outrora me houvesse faltado*. Sua *alteridade* é reabsorvida por minha identidade pensante ou possuidora. O desejo metafísico tende ao totalmente *Outro*, ao absolutamente *Outro*. A análise habitual do desejo não poderia dar razão de sua singular pretensão. No fundo do desejo comumente interpretado, encontrar-se-ia a necessidade; o desejo assinalaria para um ser indigente e incompleto, ou despojado de sua grandeza passada. Coincidiria com a consciência do que foi perdido. Seria essencialmente nostalgia saudosa. Mas, deste modo, não suspeitaria ainda o que é verdadeiramente *Outro*. O desejo metafísico não aspira ao retorno, visto que é desejo de um país no qual não nascemos. De um país completamente estranho, que não foi nossa pátria e ao qual nunca iremos. O desejo metafísico não repousa sequer nalgum parentesco prévio.

11 No original espanhol, considera-se a conotação da palavra *ajeno*: (*adj.*) *pertencente a outra pessoa*. *Diccionario de la lengua española*, p. 80. Na tradução para o português, considera-se a conotação da palavra *alheio*: (*adj.*) *que é de outrem ou lhe diz respeito*, *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*, p. 94.



*o reconhecimento liga-se
ao desejo, como o expressa Hegel:
o desejo de ser desejado*

A intersubjetividade vista a partir da teoria do vínculo

Chamamos vínculo à conexão, ao enlace, ao laço, à ligação entre duas ou mais pessoas, aos sujeitos relacionados tanto de maneira fluida, como estável, embora cada um decida o que é, para si, o estável. Trata-se de uma ligação que permite um fazer e um ser diferentes do que seriam individualmente ou se estivessem numa relação diferente. Ser uma ligação estável implica dar-se *entre, no meio* – consiste numa série de ações cambiantes e variadas que, uma vez transcorridas, deixam como pegadas na memória, de um feito conjunto. Mas as pegadas não são as ações evanescentes, que se consumiram no fazer. Por exemplo, se um conjunto de pessoas produz uma ação, como a ação da fala, esta flui, passa, e fica a recordação coincidente daquela *conversa que tivemos*. Se um par moveu-se para cumprir uma relação sexual, logo fica a memória *dessa relação sexual*, da qual se pode falar. Dessa ação, a que chamamos *fazer*, ficam registros, a que chamamos *os fatos*, e destes se apagam características do momento do fazer, do acontecer. Ficam os *acontecimentos* e se perdem as peculiaridades.

Como vocês notarão, essa definição exclui do termo *vínculo* outras relações – como aquelas entre representações, entre uma palavra e seu significado, entre objetos internos e o *eu*. Nesse sentido, eu gostaria de apresentar alguns esclarecimentos: i) o termo *vínculo*, bem como *link*, em inglês, ou *lien*, em francês, pode pensar-se, e em geral se tem pensado, como caracterizado por certa firmeza, rigidez ou solidez. Estas características não são confirmadas por nossas observações

clínicas. O mesmo ocorre com a noção de *lugares estáveis* (do pai, da mãe, do filho, etc.). Pensa-se que a família impõe tais lugares, que implicariam um dever ou não dever fazer, bem como o cumprimento de certas funções que organizariam esses lugares. Nossas observações clínicas, entretanto, não reproduzem essas descrições.

Por outro lado, não é simples falar e mover-se numa relação caracterizada pela fluidez. Talvez possamos encontrar outros termos para descrevermos essa relação entre sujeitos, tal que transmita a ideia de fluidez e mobilidade, associada a essa fragilidade das certezas. Por sua vez, as incertezas não devem desaparecer, senão devemos dar-lhes um lugar e deixá-las trabalhar. Não constituem uma falha, mas um componente atual da vida que vivemos, e devem participar de nossas formulações.

O vínculo como expressão de intersubjetividade, que está em jogo na alteridade, implica dois requerimentos: i) a vivência e o conhecimento do alheio e ii) o reconhecimento da busca da semelhança na diferença. O primeiro tem como efeito a surpresa ante uma perspectiva que não é a do próprio sujeito, que implica certa vivência de imprevisão, a respeito da qual não é possível conduzir-se um cálculo antecipado, e que atua na direção do descentramento. O reconhecimento liga-se ao desejo, como o expressa Hegel: *o desejo de ser desejado*. Liga-se secundariamente a uma presença, porque em sua base há certa falta que só pode ser suprida a partir do exterior, similar às necessidades do corpo. A presença do outro produz uma imposição, um conhecimento, e relaciona-se ao desejo secundariamente – depois, é investido por ele. A presença do outro dá lugar e sentido à presença do próprio sujeito, que é o que se chega a conhecer. Aprende-se que o desejo não o cobre, o que seria o máximo de descentramento. Há uma disparidade: o desejo do outro tende à unicidade. Se o conhecimento do outro produz uma brecha e uma separação inicial, deve levar a um fazer para habitar essa relação. Por sua parte, o reconhecimento e o desejo de ser desejado produzem uma identificação – tendem a uma unidade.

Difícil conter um sentimento dentro de si mesmo: a autoestima tem seu reconhecimento na estima do outro. Não qualquer outro, mas o outro qualificado pelo sujeito. O orgulho está na base da relação com o outro que lhe exalta suas qualidades a partir de uma posição vincular. Difícil responder com agressão se não se é agredido. A vergonha da criança com enurese está ligada ao tornar visível ante do outro (pai, mãe, madrastra, escola) o que se requereria ser invisível. Faz-se vincular um feito que dir-se-ia individual, ou torna-se público o que se demanda manter privado. A inveja nasce daquilo que o outro não pode deixar de mostrar e o sujeito não possui e não pode deixar de ver. Estabelece-se uma competição entre os dois, ou mais de dois, que buscam demonstrar quem é melhor, ou se dá melhor, diante de um juiz, pai, mãe ou jurado. Em todo caso, isto é possível àqueles que formam parte de um grupo e são reconhecidos como seus integrantes, tornando-se algo assim como seus cidadãos. Desta espécie de cidadania, alguém é expulso por sua agudez e acritude, sendo a máxima expressão da exclusão declarar-se como não pertencente a este vínculo. Há vários indícios prévios que marcam a saída do território vincular – um casal em que um muda de cama, de quarto ou de casa, estas três representações que sustentam esse lugar de pertencimento específico.

Isso se exacerba quando predomina o biológico na relação de casal ou a família adota a forma de se *estar a serviço de outrem*, já que a necessidade corpórea gera situações de desamparo. Ver-se-á em casais que, quando o corpo de um adoece, o outro se põe a seu serviço. Suspende-se o conflito, cessam os reproches que marcam a relação e, no geral, o segundo dispõe-se assimetricamente a cuidar do primeiro, a assisti-lo e ampará-lo. Isto é sentido como um *renascer do amor*, o que, na realidade, caracteriza uma relação de amparo-desamparo. Anula-se a situação que gera o *alheio*, suspendendo-se o reconhecimento de ambos como sujeitos desejantes, e exacerba-se a relação de necessidade.

»
*anula-se a situação que gera
o alheio, suspendendo-se
o reconhecimento de ambos
como sujeitos desejantes*

Continuando-se a pensar a diferença entre *dois* e *um*, essa disparidade aplicada ao conceito de comunidade é explicitada por Espósito¹²: “[...] essas culturas da intersubjetividade sempre a buscar a alteridade num alter ego semelhante em tudo e para tudo ao *ipse* que queriam refutar, e que em troca reproduzem duplos. O que na verdade une a todas estas concepções é o pressuposto não meditado de que a comunidade é uma *propriedade* dos sujeitos que une: um atributo, uma determinação, um predicado que os qualifica como pertencentes ao mesmo conjunto. Ou inclusive uma *substância* produzida pela sua união” (p. 22).

Mas Espósito deseja propor outro sentido: o de separação entre um e outro. Comum, diz ele, é o que não é próprio: “[...] não é o próprio, senão o impróprio – ou mais drasticamente, o outro – o que caracteriza o comum. Um esvaziamento, parcial ou integral, da propriedade em seu contrário. Uma desapropriação que investe e descentra o sujeito proprietário, forçando-o a sair de si mesmo, a alterar-se. Na comunidade, os sujeitos não encontram um princípio de identificação, nem tampouco um recinto asséptico em cujo interior se estabeleça uma comunicação transparente, ou então, o conteúdo a comunicar. Não encontram senão esse vazio, essa distância, esse *doadores a*, enquanto eles mesmos *doados por* um circuito de doação recíproca, cuja peculiaridade reside justamente em sua obliquidade, respeito à frontalidade da relação sujeito-objeto, e por comparação à plenitude ontológica da pessoa (a não ser na formidável duplicidade semântica do termo francês *personne*: que tem o sentido de *pessoa* e de *ninguém*).

12 R. Espósito, *Communitas. Origen y destino de la comunidad*, p. 22.

“Não sujeitos. Ou sujeitos de sua própria ausência”¹³.

A relação está atravessada por um conflito entre o *não conhecido por conhecer* e o *conhecido por reconhecer*, entre o *alheio* e o *semelhante*. Isto pode i) dar lugar ao alheio do outro, que não tem registro representacional no sujeito, arriscando uma desestruturação de sua identidade e o surgimento de uma subjetividade do vínculo distinta à prévia, dependente do vínculo com o

outro, ou ii) dar pertencimento ao vínculo estando ligado à *autorização*, a incluir-se numa zona de azar, de incerteza, de não conhecimento prévio e de correr-se o risco de modificar-se e de modificar o outro. Autorizar-se é agregar certa qualidade à permissão dos pais internos ou externos e aos hábitos sociais vigentes. Do começo ao fim, o vínculo carrega um conflito interminável entre individual e intersubjetivo, entre a identidade e o pertencimento.

14 R. Espósito, *op. cit.*, p. 31.

Referências bibliográficas

- Crossley N. (1996). *Intersubjectivity. The fabric of social becoming*. Londres: Sage Publications.
- Diccionario de la Lengua Española* (1956). Madri: Espasa Calpe.
- Diccionario de la lengua española* (2001). Madri: Real Academia Española, v. 1. 22. ed. (Cidade do México, 2009).
- Dicionário Houaiss da língua portuguesa* (2009). Rio de Janeiro: Objetiva.
- Espósito R. (1998/2003). *Communitas. Origen y destino de la comunidad*. Buenos Aires: Amorrortu.

Intersubjectivity and otherness: changing the subject and the other

Abstract The author discusses several aspects of the interdependency between the self and the other, especially when the outcome of their interactions is an alteration in one, in the other or in both.

Keywords intersubjectivity; alterity; otherness; link; theory of the links.

Recebido em: maio/2012.

Aprovado em: junho/2012.

Psicanálise fora dos quadradinhos: um exercício político

Laurie Laufer

Laurie Laufer é psicanalista, maître de conférences, CRPM, Universidade Paris VII Denis-Diderot.

Tradução Rose Mary Soares Maurício

Revisão Eliana B. Pereira Leite e Renato Mezan

Resumo Diante do afluxo das injunções normativas sobre as condutas de vida, sobre os comportamentos normais ou anormais avaliados por baterias de questionários “tecnopsicológicos”, que desvios seguir para evitar ser capturado numa massificação dessubjetivante? O significante “psi” está atualmente, e sem dúvida de maneira urgente, clamando por novas reflexões: convém desconstruí-lo para evitar cair nas imposturas normativas. Questionar-se sobre as práxis, sobre os discursos, os campos e as práticas “psi” se impõe desde o político. A psicanálise – como método, teoria e prática – poderia se privar da sua própria reflexividade?

Palavras-chave historicismo; política; práxis; psicanálise; tecnopsicologia.

Eu sou mais ou menos. Mais ou menos um homem, mais ou menos uma vida, que sonha com mais ou menos um mundo e com mais ou menos uma sociedade. É, aliás, o que se chama de uma civilização: uma busca do mais ou menos. E a partir do momento em que queremos ir além do mais ou menos, estamos no desumano. Além do mais ou menos, estamos na companhia de Hitler e de Stalin. A partir do momento em que vamos além do mais ou menos, caímos em tudo que é inimigo do homem. A única coisa que não é mais ou menos é a morte. [Romain Gary, Les Clowns lyriques!]

Romain Gary / Émile Ajar pouco se importou com as identidades e posturas de escritor. Ironizou as convenções esperadas de um homem de letras. Usando máscaras e figuras múltiplas, fez o mesmo com os códigos e as normas, e é sem dúvida por esta razão que alguns se sentiram incumbidos da função de desvelar o que era considerado pela doxa literária da época como “impostura”. Esse escritor de múltiplos pseudônimos², debochando das exatidões, recusou ser relacionado a uma identidade estereotipada, fixa, sem ambiguidade. Por esta posição descentrada, e até excêntrica, ele se opunha ao que podemos considerar como a marca de uma certa modernidade: a confissão, a transparência e a categorização por “listas”. Romain Gary não pertencia a nenhum gênero literário definido, a partido algum. Seu espaço era “entre”. Não estava sob a tutela de um “ismo”. “É preciso encontrar algo que não seja *ista*”, diz Lila a Ludo em *Les Cerfs-Volants*³, é preciso encontrar algo que escape a toda redução discursiva: a exatidão, o quantificável, o

1 R. Gary, *Les clowns lyriques*, p.124.

2 Cf. L. Laufer, “L’éloge du masque ou de l’art de ru-ser avec la mort”, p. 38-53.

3 R. Gary, *Les cerfs-volants*, p.118.



Gary, como muitos outros, não era um, mas múltiplo, plural – esse “singular plural” do qual fala Hannah Arendt, e que atualmente, a pretexto de autenticidade e de “falar a verdade”, se busca desmascarar, desmistificar

enumerável e o atribuível e o controlável. Romain Gary não é classificável: em relação a ele, é impossível escolher as alternativas numa lista. Quando Gary/Ajar foi desmascarado desta parte do imaginário, desta ambiguidade, desta “impostura”, fugiu pelo suicídio, preferindo guardar sua máscara, a única identidade possível na era do número, do contável, da estatística⁴ e da autenticidade imaginária. Gary, como muitos outros, não era um, mas múltiplo, plural – esse “singular plural” do qual fala Hannah Arendt, e que atualmente, a pretexto de autenticidade e de “falar a verdade”, se busca desmascarar, desmistificar. Sob o peso do número e da alternativa a assinalar, a poesia e o “mais ou menos” retiraram sua fala, o poeta se calou: “a única coisa que não é quase é a morte”.

Atualmente, na era dos discursos sobre a eficácia, a produtividade quantificada, o desempenho, o domínio de si e a autenticidade de um Eu coerente supostamente identificável, como resistir? É a chegada expressa do “homem quantitativo”, segundo a expressão de Jacques Alain-Miller; é a época da múltipla escolha. Frente ao afluxo das injunções normativas sobre as condutas de vida, sobre os comportamentos bons ou ruins, verdadeiros ou falsos, normais ou anormais, que caminhos alternativos seguir para evitar ser arastado numa massificação dessubjetivante e desidentificante? O obstáculo, a “rocha”, poderíamos dizer, é o do pensamento binário, do qual são emblemas paradigmáticos os x e os quadri-nhos. Este binarismo (saúde/doença, subjetividade/

social, privado/público, saber/ignorância, apto/inapto, válido/inválido) infiltrou o pensamento e a epistemologia modernos. O saber se inscreve no ou/ou, no nem/nem, tornando impossível qualquer pensamento dialético, criando modos de vida e de pensamento, que ora incluem ora excluem. Se não se está dentro, se está fora; se não se é a favor, se é contra. Sob o pretexto de “objetividade”, estas tecnopsicologias, segundo Robert Castel, têm efeitos no plano do desempenho: fazem aquilo que estruturam ao mesmo tempo que despolitizam e descontextualizam o dispositivo que as originou. Trata-se atualmente de desvelar, diagnosticar e tratar comportamentos ditos “de risco” (risco suicida, dependência toxicomaniaca, transtornos obsessivos, problemas de hiperatividade, fobia social... a lista, precisamente, seria longa). Como instrumentos de diagnóstico, questionários que avaliam e quantificam uma conduta – instrumentos cuja influência é crescente, e nos quais confiam muitos médicos e psicólogos.

Compreender como esta época do questionário de diagnóstico e de múltipla escolha, da estatística e da epidemiologia foi gradualmente engessando a fala singular deveria ser, hoje, o debate da práxis psicológica e analítica. Pois uma práxis não se reduz a um ato, ela contribui para transformar as relações sociais. A aplicação de um questionário, uma entrevista de psicoterapia ou uma sessão de análise não são apenas práticas cuja técnica seria conveniente conhecer, mas atos de transformação cuja genealogia e arqueologia seria necessário pensar. Uma práxis é um ato político. É neste sentido que Georges Canguilhem escreve:

É, portanto, de modo muito simples que a filosofia pergunta à psicologia: diz-me ao que tendes para que eu saiba o que és. Mas o filósofo pode também dirigir-se ao psicólogo sob a forma – sem consequências – de um conselho de orientação, e dizer: quando saímos da Sorbonne pela Rua Saint-Jacques, podemos subir ou descer. Se subimos, aproximamo-nos do Panthéon, que é o Conservatório de alguns grandes homens. Mas se descemos, com certeza nos dirigimos em direção à Secretaria de Polícia⁵.



*compreender a quais questões
de poder respondem as tabelas e os
questionários de avaliação diagnóstica
permite inscrevê-las em um contexto
político e histórico,
não nos deixar enganar*

A advertência de Georges Canguilhem ainda é atual, e talvez mais do que quando foi feita, na medida em que indaga não somente sobre as práticas, mas sobre o campo de aplicação dos psicólogos, dos psicoterapeutas, dos psiquiatras, dos psicanalistas – dos psicô, como diz Lacan em *Télévision*⁶. Questionar-se sobre as práxis – isto é, sobre os discursos, campos e práticas “psi” – tem a ver hoje com o político, no sentido que Foucault deu a este termo: uma relação entre saber e poder, uma tensão e uma movimentação entre uma produção discursiva e seus efeitos sociais. Todo poder produz sua prática discursiva e fabrica efeitos de saber que fortalecem as posições de poder. Nenhum saber é redutível a um poder – ele é o seu ímã: ambos se inscrevem no mesmo campo magnético. Um “psi” será um estudioso, um cientista, ou um delegado de polícia, um promotor? “O poder pode ter qualquer conteúdo, o que não pode ocorrer é que ele falhe”, escreve François Wahl⁷: é necessário então refletir sobre suas mutações e seus efeitos, suas funções e suas estratégias.

Compreender a quais questões de poder respondem as tabelas e os questionários de avaliação diagnóstica permite inscrevê-las em um contexto político e histórico, não nos deixar enganar. A “patrulha” das consciências, e até mesmo do inconsciente, não cessa de não cessar. Ela surge imaginariamente como necessária para aqueles que “sofrem”. Porque sofrer não é conforme a norma, uma norma que se considera “natural”. Tal como afirma Chantal Thomas:

Ao reunir todas as forças para recusar [o sofrimento], ao autorizar somente a sofrer mesquinamente, é possível que, além de nos engajarmos em uma luta perdida antes de começar, nos enfraqueçamos – emotivamente, imaginariamente, sensualmente – e nos tornemos incapazes de descobertas vitais⁸.

Então, sofrer é tão politicamente ou “sanitariamente incorreto”, na expressão de Roland Gori e Marie-José Del Volgo⁹, que seria necessário (por meio de questionários, de conversas psicoterapêuticas, de diagnósticos psiquiátricos) reconhecer não somente o sofrimento, mas também de qual natureza ele é: timidez, lucidez, melancolia, agitação, hiperatividade? Estes métodos tendem a naturalizar os transtornos, e a enquadrá-los em categorias que deem um “gênero” ao sofrimento psíquico.

Mas como evitar a denúncia que tantas vezes contribui para fortalecer aquilo mesmo que se critica? Assinalar os enganos por vezes grotescos das técnicas de questionários, que confinam o indivíduo interrogado na esfera do “homem comportamental”, não convenceria nem os que há muito os acham ridículos, nem os que, praticando-os, estão convencidos de sua eficiência. O risco seria de perpetuar um outro binarismo: *O livro negro da psicanálise vs. O antilivro negro da psicanálise*¹⁰. Como apresentar hoje uma crítica eficaz diante do fluxo da tecnopsicologia? Para mim, uma etapa incontornável foi analisar o que contribuiu para esta

4 Na Antiguidade, a atividade estatística consistia em realizar o censo das populações e dos recursos do Estado. As estatísticas são uma ciência de Estado.

5 G. Canguilhem, “Qu’est-ce que la psychologie”, p. 381.

6 J. Lacan, *Télévision*, p. 25.

7 F. Wahl, “Question de méthode”, p. 7.

8 Chantal Thomas, (2004), *Souffrir*, Paris, Rivage, petite bibliothèque, 2006, p. 25.

9 “Estas derivações provêm desta lógica do sanitariamente correto que faz da psicopatologia um ramo da higiene pública da qual a psiquiatria é originada” (R. Gori; M.-J. Del Volgo, *Exilés de l’intime*, p. 81).

10 C. Mayer; J. Cottrau (dir.), *Le Livre Noir de la Psychanalyse*; J.-A. Miller (dir.), *L’Anti Livre Noir de la Psychanalyse*.



*todo horror da minha situação
vem do fato de que eu sofro de lucidez.
Não importa qual psiquiatra idiota
lhe dirá que a lucidez é um sintoma
particularmente frequente
entre os grandes depressivos
(Romain Gary)*

maré alta, como, cada um em seus domínios, fizeram Michel Foucault, Robert Castel, Pierre Bourdieu, Cornelius Castoriadis, e, mais recentemente, Roland Gori, Elisabeth Roudinesco, Jacques-Alain Miller, Eric Fassin e outros¹¹. Os efeitos da biopolítica e do neoliberalismo foram decifrados com precisão por Michel Foucault. Ele analisou em especial este engano clínico que é apoiado por uma política da confissão e do confinamento autoatribuído. O *Homo oeconomicus*, como constituição do “homem-empresa”¹² de si, que ele coloca em perspectiva no seu seminário, fez e ainda faz pensar. Sem dúvida, seria necessário perceber nos dias atuais quais foram os pontos cegos da própria psicanálise, diante do ódio do qual ela foi e ainda é objeto.

A era do “marcar com x”

Certas práticas diagnósticas, às quais se recorre cada vez mais nas instituições hospitalares e clínicas, tentam operar diagnósticos da depressão através de questionários cujo dispositivo foi pensado, em particular, pelo DSM¹³. O lugar designado ao sujeito é o de marcar a alternativa, daquele que tem como escolha apenas um sim ou um não. Nesse caso não há exterioridade nem interioridade que se agreguem em um mesmo ponto. Consequentemente, se não há exterioridade, se constitui uma norma à qual devem corresponder de manei-

ra autodomesticada. O reinado do “marcar com x” do questionário estabelece respostas sob a forma de alternativas e listas. A questão, assim colocada, é discurso de norma e não princípio de Lei. Segundo aqueles que criaram esse dispositivo¹⁴, o resultado dessa abordagem só pode ser objetivo, uma vez que é “ateórico”.

Parece-me urgente insistir na necessidade de questionar essas práticas clínicas atuais. Esse dispositivo é político, e se a psicanálise – que vai certamente de encontro a essas abordagens comportamentais (as TCC, técnicas cognitivo-comportamentais) – se debruçasse ela mesma sobre seu dispositivo político, sem dúvida estaríamos menos em um terreno que finge apolitismo, mas que se torna uma pastoral de bom tom, um dogma normativo travestido de roupagens nobres de um discurso “fora do discurso”. Conforme diz Lacan, não há realidade pré-discursiva: toda realidade está ancorada em um certo discurso e capturada nas redes que articulam ao mesmo tempo movimentos identificatórios estruturais e efeitos de normas. Em outros termos, é possível pensar a articulação entre o sujeito do inconsciente e o sujeito político, em vez de excluí-los mutuamente?

Todo horror da minha situação vem do fato de que eu sofro de lucidez. Não importa qual psiquiatra idiota lhe dirá que a lucidez é um sintoma particularmente frequente entre os grandes depressivos (Romain Gary)¹⁵.

Como Romain Gary teria respondido às questões sobre a depressão propostas pelo *Mini International Neuropsychiatric Interview*?¹⁶

No decorrer do mês passado, você:

- c1. Pensou que seria melhor que você estivesse morto(a), ou teria desejado estar morto(a)
 NÃO SIM
- c2. Quis causar mal a você mesmo?
 NÃO SIM
- c3. Pensou em se suicidar?
 NÃO SIM
- c4. Estabeleceu a maneira pela qual você morreria?
 NÃO SIM

c5. Já fez alguma tentativa de suicídio?

NÃO SIM

No decorrer de sua vida

c6. Você fez alguma tentativa de suicídio?

NÃO SIM

Há pelo menos um sim acima?

Se sim, especificar o nível de risco suicida como abaixo:

Risco suicida atual:

Leve c1 ou c2 ou c6

Médio c3 ou (c2 + c6)

Alto c4 ou c5 ou (c3 + c6)

Essa abordagem provocaria risos se não fosse tão largamente difundida e utilizada como ferramenta diagnóstica em todos os tipos de instituições médicas, psicológicas e psicopedagógicas.

11 Cf. especialmente : M. Foucault , *Naissance de la biopolitique, Cours au Collège de France 1978-1979, Le pouvoir psychiatrique, Cours au Collège de France 1973-1974*; R. Castel, *Le psychanalyse; La gestion des risques*; C. Castoriadis, *La montée de l'insignifiance*; R. Gori e M.-J. Del Volgo, *La santé totalitaire*; E. Roudinesco, *Pourquoi la psychanalyse*.

12 O "homo oeconomicus que se quer reconstituir não é o homem da troca, não é o homem consumidor, é o homem da empresa e da produção... É esta multiplicação da forma "empresa" que constitui, creio, o que está em jogo na política neoliberal. Trata-se de fazer mercado, concorrência e, conseqüentemente, a empresa, o que poderíamos denominar de poder informante da sociedade." (M. Foucault, *Naissance de la biopolitique*, p.152-154).

13 DSM: The Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders foi publicado pela Associação Americana de Psiquiatria em 1994. Trata-se da 4ª versão do DSM.

14 Refiro-me aqui à leitura de Giorgio Agamben, *Qu'est-ce qu'un dispositif*. O autor empresta o conceito de Foucault. Os dispositivos são esses "aparelhos" que surtem efeito não somente porque estão associados a todo um contexto técnico, mas também institucional, jurídico, regulamentar, de organização de saber, de discurso, policial ou militar. Os dispositivos de hoje não são portadores de subjetividade, mas de dessubjetivação. Segundo Agamben, os dispositivos tecnicizam e fragmentam as relações sociais. Os dispositivos se multiplicaram consideravelmente. Eles invadiram tanto cada instante da vida que fazem de seus consumidores puros agentes de uma economia e não mais atores políticos.

15 R. Gary; É. Ajar, *Pseudo*, p. 47.

16 Refiro-me aqui à leitura do conjunto do questionário *Mini International Neuropsychiatric Interview* (MINI). Ele contém várias rubricas que propõem uma avaliação para estabelecer um diagnóstico, os riscos de suicídio, a dependência do álcool, os distúrbios hiperativos etc. A rubrica sobre o suicídio é emblemática do dispositivo tautológico dessa abordagem. O MINI é apresentado em alguns sites na web.

17 Jacques- Alain Miller, "L'ère de l'homme sans qualities", p. 95.

18 Roland Barthes, *Leçon*, p. 14.

a prática do questionário anula toda a singularidade, destitui o sujeito daquilo que ele tem de único.

Ela obriga a dizer. Segundo Roland

Barthes, o fascismo não é o

impedimento de dizer: é

a obrigação de dizer

cas. Vemos então que o risco suicida é avaliado quando se pergunta ao sujeito se há um risco suicida. Bela tautologia que alguns proclamam científica. Mas como se pode ler na apresentação que é feita dessa ferramenta no *web site*: "sua principal vantagem reside no fato de que ela é prática e que a duração da aplicação é mais curta". O clínico está então assegurado de uma boa rentabilidade do tempo da consulta. Ele permanece como o senhor da entrevista. Como escreve Jacques-Alain Miller:

Este domínio do gozo pelo saber é encarnado em todos os questionários de saúde mental. Trata-se apenas disso: dominar os transtornos, as emoções, a singularidade da experiência, por um pequeno aparelho de saber ultrarreduzido, e cujo produto é transformar as pessoas num homem sem qualidade, num homem quantitativo¹⁷.

A prática do questionário anula toda a singularidade, destitui o sujeito daquilo que ele tem de único. Ela obriga a dizer. Roland Barthes, em sua aula inaugural no Collège de France¹⁸, escrevia que "a língua é fascista": o fascismo não é o impedimento de dizer, é a obrigação de dizer. Este imperativo incorporado faz acreditar que nossa fala exprime nossa singularidade, enquanto ela é efeitos e traços de uma alienação e de um assujeitamento a discursos oficiais e instituídos. O sujeito incorpora uma fala que não é a sua, mas que paradoxalmente, e através, desses dispositivos avaliativos e diagnósticos, apenas o





os métodos cognitivos tendem a operar um curto-circuito no tempo para compreender e a colocar um efeito como resposta a uma causa: “Você está triste porque está de luto”. Há uma correlação fixa e única das respostas à realidade exposta

fazem pensar por mensagem inversa que se trata de sua própria fala. Essa servidão ao discurso do outro é a vitória dos “pequenos aparelhos de saber” vigentes: a verdadeira domesticação passa pela autodomesticação, pelo autoassujeitamento. Se houver resistência, será sempre no sentido da confirmação do poder vigente, segundo a análise de Jacques Alain Miller: “se ele rasga a folha, se não responde, estará na porcentagem dos refratários. Há, aqui, alguma coisa que não tem exterior”¹⁹.

O psicoterapeuta ordena ao sujeito exprimir um afeto, e pelo fato mesmo de responder, este último torna-se bom receptor desta mensagem. O questionário estabelece um equivalente entre a linguagem do sujeito e um sinal genérico. Marie-Claude Thomas, a propósito dos trabalhos de John Bowlby sobre o apego, destaca a cumplicidade entre o behaviorismo e a psicanálise:

Todos os métodos em etologia humana têm um ponto comum: o comportamento da criança como resposta aos estímulos de seu meio social e psíquico. Este par estímulo-resposta, forma típica do behaviorismo ou “teoria E-R” ao se diluir pouco a pouco em uma ‘concepção estímulo-resposta’, tornou-se uma referência epistemológica largamente difundida entre os psicanalistas [...].

Esse esquema se apoia em um postulado de base de tipo reflexo – ao estímulo *imagem-da-mãe* responde o apego segundo a tese inatista de Bowlby – e dará lugar a uma clássica montagem experimental.

Existem as seguintes variantes:

A. *As variantes do estímulo*: a) qual é o objeto da perda? O seio, a mãe, a imagem da mãe, seu amor? (debate com M. Klein, Winnicott, Fairbairn...); b) qual é a idade em que o estímulo é eficaz? Antes/após seis meses ou seria antes/após o complexo de Édipo (debate com René Spitz, Anna Freud, Karl Abraham...).

B. *As variantes da resposta*: a) Há um não luto na criança? Daí os estudos comparativos com as respostas observadas primeiramente entre as espécies animais, em segundo lugar entre as crianças de cultura primitiva, em terceiro entre os adultos em luto; b) *Há um tempo observável da reação?* Durante quantos dias, quantas semanas, quantos anos as crianças apresentam a reação do luto? etc.²⁰

Os métodos cognitivos tendem a operar um curto-circuito no tempo para compreender e a colocar um efeito como resposta a uma causa: “Você está triste porque está de luto”. Há uma correlação fixa e única das respostas à realidade exposta. Ora, em uma linguagem, os sinais têm sentido apenas nas relações que mantêm entre si: no momento em que a fala é capturada num sistema de codificação estímulo/resposta ou causa/efeito, ela, a fala, não tem acesso ao seu valor significativo. Se a pessoa está triste, é talvez porque socialmente está estabelecido estar triste quando se está de luto, ou porque esta pessoa foi abandonada por seus pares, e a tristeza é o *après-coup* de uma situação que estaria naturalizada (é “natural” estar triste quando se está de luto).

Como pensar então que a aplicação de tal questionário não está ancorada em um ato social, em um dispositivo de fala que se baseia por si mesmo em uma relação de saber/poder? A posição de poder está aqui instalada pela intenção do entrevistador. A intenção gera a transação. O outro é imediatamente posto no lugar do *homo criminalis*, como afirma Foucault: ele já é suposto ser doente, louco, criminoso, anormal.

Do ato de linguagem ao ato político

O sujeito que fala é representado por uma cadeia significante que o posiciona entre dois significantes.

O sujeito que diz “eu” já é um efeito daquilo que diz. Assim, nesta articulação entre a enunciação e o enunciado, ele assume um lugar que o desaloja do que está dizendo. Falar é sempre “mais ou menos”: a fala do sujeito se situa em e por convenções sociais, identificações inconscientes, mimetismos de todas as ordens.

A linguagem é uma potência de agir²¹: é considerada como um ato que tem consequências. Uma das formas mais manifestas é a da performatividade: os atos de linguagem ilocutórios são atos que ao dizerem algo o fazem, os atos perlocutórios são atos que produzem certos efeitos. Esta análise dos efeitos da linguagem por John L. Austin²² foi comentada por Judith Butler.

O sujeito de Austin fala segundo convenções, ou seja, fala com uma voz que não é jamais completamente singular. O sujeito invoca uma fórmula, e isto não implica que ele reflita sobre o caráter convencional do que diz. A dimensão ritual da convenção implica que o momento da enunciação é informado por momentos anteriores e também posteriores, que são ocultados pelo próprio momento. Quem fala quando uma convenção fala? Em qual momento a convenção fala? Em um sentido, a convenção é um conjunto de vozes herdado, é o eco de outras vozes que falam quando se diz “eu”²³.

Qualquer dispositivo que evacue e oculte os efeitos convencionais dessa enunciação descontextualiza – e desse modo despolitiza – qualquer ato de fala. Este se torna então obrigação de dizer. Pelo seu sistema totalitário, o discurso do domínio tenta excluir o sujeito de sua própria fala, do saber sobre sua fala. Como o diz Lacan: “um verdadeiro senhor não deseja saber nada: deseja que a coisa funcione”²⁴.

O dispositivo de interlocução é um ato político à medida que coloca dois sujeitos num ato

»
o que acontece na aplicação de um questionário? Existe um ato de interpelação que designa ao sujeito um lugar que ele não tem, e quem o interpela age pela pergunta sobre o sujeito, que deve responder

de linguagem inscrito numa história. O sujeito é assujeitado à linguagem que enuncia, porque esta lhe escapa, mas o assujeitamento à posição do outro é de outra ordem: não permite ao sujeito estar ciente do seu próprio assujeitamento, ser o analisante dele. O assujeitamento desalienado é aquele que permite ao sujeito se dar conta de sua própria divisão, e, conseqüentemente, fazer a experiência da reflexividade.

O que acontece na aplicação de um questionário? Existe um ato de interpelação que designa ao sujeito um lugar que ele não tem, e quem o interpela age pela pergunta sobre o sujeito, que deve responder. Considerar unicamente o enunciado em um dispositivo clínico, isto é, exclusivamente desconectado do seu dispositivo de enunciação, é uma forma de denegação da relação de poder que se estabelece entre as pessoas presentes. O dispositivo permite pôr a si próprio em ato a partir de uma tática de intimidação e dominação. Esta é a performatividade deste equipamento: legitimar a si próprio.

Entre a ressonância trágica do sujeito que não pode se conceber sem alienação, sem assujeitamento à própria linguagem, que não pode escapar ao outro (“o que o Outro quer de mim?”), e o olhar crítico que torna necessária a desconstrução deste assujeitamento, o ato analítico pode encontrar um lugar? É no cruzamento deste trágico e desta crítica que uma política da subjetividade pode ser possível. Entre a lógica do “falaser” e o performativo dos dispositivos institucionais,

19 J.-A. Miller, “L’ère de l’homme sans qualités”, p. 91.

20 M.-C. Thomas, “À propos de John Bowlby”, p. 103.

21 Refiro-me aqui ao livro de J. Butler, *Le pouvoir des mots, politique du performatif*.

22 Ver J. L. Austin, *Quand dire c’est faire*.

23 J. Butler, *op. cit.*, p. 56.

24 J. Lacan, *L’envers de la psychanalyse*, p. 24.



pode-se dizer, de um dispositivo discursivo que deixa como ponto cego as condições de sua aparição e de suas produções, que é “consistente”?
As TCC funcionam como retorno de um recalcado não analisado

a posição excêntrica da psicanálise, caso seja entendida nesta tensão, pode ter efeitos sobre a história do sujeito. História que é feita de identificações e de desidentificações, de fantasmas e de assujeitamento. “Eu” é configurado pelo outro antes que “eu” disponha de si mesmo. O agente do discurso enuncia uma verdade que o barra de si mesmo, e, no momento em que se dirige a alguém, os efeitos do seu discurso produzem outra coisa além do que ele espera, além do que é escutado. A prova de reflexividade consiste em ouvir as configurações que concorreram para essa “disposição”, em entrever as vias que fazem com que “eu” fale. O exercício deve ser entendido não como liberação de si, como mostra “o homem-empresa” que Foucault denuncia, mas como produção de si, transformação de si: em resumo, como historização. Neste sentido, a subjetivação é o próprio movimento que contribui para deslocar constantemente as linhas fixas e sedimentadas de uma identidade subjetiva, para desmontar pacientemente “a empresa de si”, para criar o instável no estável, o opaco no transparente, o artificial no suposto autêntico.

Um homem que “se sente bem” é ou um inconsciente ou um salafário. Ninguém está bem na sua pele sem estar também na do outro, e de qualquer forma isso deveria causar alguns problema, certo?²⁵

Engajar-se nestas instabilidades, nestas questões abertas, é o desafio do exercício analítico hoje.

O apolitismo da psicanálise?

Como método, teoria e prática, a psicanálise pode dispensar sua própria reflexividade? Se assim fosse, ela se exporia com toda a certeza ao que Robert Castel já denunciara em seu tempo, um “psicanalismo” totalitário e dogmático. De fato, o que é um dispositivo que não põe em perspectiva seu próprio modo de fabricação, suas próprias condições de aparição e de possibilidades? O que é um discurso que não se confronta com o que quis esquecer de si mesmo, ou excluir de si mesmo? O dispositivo de poder retornaria como um recalcado da psicanálise?

Na prática teórica da matemática, a *consistência* se define pela capacidade que tem seu discurso de determinar as regras de sua produção, isto é, de evitar a contradição entre seus enunciados. Pode-se dizer, de um dispositivo discursivo que deixa como ponto cego as condições de sua aparição e de suas produções, que é “consistente”? É nesta perspectiva que poderíamos dizer que as TCC não se opõem à psicanálise, e denunciá-las fortaleceria o deslizamento antropológico de onde elas se originaram. O silêncio da psicanálise sobre suas próprias condições de produção e sobre sua inscrição histórica permitiu sem dúvida a excrescência destas “tecnopsicologias”. As TCC são subordinadas, historicamente e epistemologicamente, à psicanálise (Freud notara bem que a exportação da psicanálise para os Estados Unidos iria triturá-la na egopsicologia americana), e funcionam como retorno de um recalcado não analisado: uma certa relação com o saber e com o poder. Tudo acontece como se a psicanálise pós-freudiana tivesse sido levada pelo que Foucault chama de “apagamento antropológico”²⁶, o apagamento das condições de possibilidade históricas e políticas de sua práxis. A psicanálise, como método e como prática, deu lugar ao surgimento de uma prática de psicologia biográfica e individual, essencializando e naturalizando os comportamentos ditos de risco ou associativos. O freudismo pós-Freud foi conduzido de volta à psicologia “individual” pelos novos paradigmas

antropológicos da primazia do indivíduo. Esse apagamento é concomitante à aparição da ficção social neoliberal do “indivíduo-empresa”.

No entanto, os avisos eram inúmeros: de Freud²⁷ e de Lacan²⁸, eles próprios demasiado bem situados para perceberem que ocupavam lugar de mestres, lugares que ocupavam tomados numa tensão, talvez impossível de superar, entre o recuo e o domínio, entre uma transferência teórica e um desaparecimento ético. Estar à margem, tornarem-se excluídos, párias – tal era sem dúvida uma posição que ambos esperavam, para não serem “iconificados”, e depois devorados pelos filhos da horda, como o pai de *Tótem e Tabu*.

25 R. Gary, *La nuit sera calme*, p. 202.

26 M. Foucault, *Naissance de la biopolitique*, *op. cit.*

27 Em *Psychanalyse des foules et analyse du Moi*, Freud escreve: “A oposição entre a psicologia individual e a psicologia social, ou psicologia das multidões, que bem pode à primeira vista nos parecer importante, perde muito de sua acuidade se examinada a fundo. Certamente a psicologia individual tem por objeto o homem isolado e ela busca saber por quais vias esse homem tenta obter satisfação de seus atos pulsionais, mas, isto posto, ela está apenas e raramente autorizada a fazer abstração das relações desse indivíduo com os outros. Na vida psíquica desse indivíduo tomado isoladamente, o Outro intervém muito regularmente enquanto modelo, apoio e adversário e desse fato a psicologia individual é também, em uma primeira tentativa e simultaneamente, uma psicologia social, nesse sentido amplo mas perfeitamente justificado” (*Essais de psychanalyse*, p. 123-124).

28 Em *Télévision*, Jacques Lacan escreve: “O discurso que eu digo analítico é um laço social determinado para a prática de uma análise. E melhor ser levado à altura dos mais fundamentais dentre os laços que restam para nós em atividade”. O autor acrescenta: “A sociedade – dita internacional, embora seja um pouco fictício, o caso estando por muito tempo reduzido a ser familiar –, eu a conheci ainda nas mãos da descendência direta e adotiva de Freud: se eu ousasse – eu aviso que aqui eu sou juiz e partida, logo adepto –, eu diria que, atualmente, essa sociedade é uma sociedade de assistência mútua contra o discurso analítico. A SAMCDA. Sagrada SAMCDA! Eles não querem então nada saber sobre o discurso que os condiciona. Mas este não os exclui: bem longe disso, uma vez que eles funcionam como analistas, o que quer dizer que há pessoas que se analisam com eles. A esse discurso então, eles satisfazem mesmo se certos de que seus efeitos são para eles desconhecidos” (*op. cit.*, p. 27).

29 M. Certeau, *Histoire et psychanalyse*, p. 98.

30 M. Certeau, *op. cit.*, p. 75: “Nossas ciências nasceram com o gesto histórico ‘moderno’ que despolitizou a pesquisa, instaurando campos ‘desinteressados’ e ‘neutros’”, sustentados por instituições científicas. Esse gesto continua bem frequentemente a organizar a ideologia que certos meios científicos apresentam. Mas o desenvolvimento daquilo que esse gesto tornou possível inverteu o acesso a isso. [...] é necessário então, atualmente, ‘repolitizar’ as ciências, o que eu entendo por isso: rearticular seu aparelho técnico sobre os campos de forças no interior e em função dos quais ele produz operações e discursos”.



não ser capturado nem pelo discurso que ele sustenta nem pelo discurso que o sustenta: tal é o trabalho de análise transferencial do clínico face a seu próprio saber

A psicanálise tem uma história e produziu uma história, mas, como escreve Michel de Certeau:

Ali onde a psicanálise “esquece” sua própria historicidade, quer dizer, sua relação interna com conflitos de poder e de lugar, ela se torna ou um mecanismo de pulsões, ou um dogmatismo de discursos ou uma gnose de símbolos²⁹.

De Certeau propõe uma “repolitização”³⁰ das práticas e dos discursos instituídos: repolitização no interior da própria psicanálise, e repolitização da psicanálise frente à história na qual ela se inscreve, e que a transforma. Em outros termos, a “neutralidade” de uma práxis é um ponto cego que pode produzir a inconsistência de uma prática e de uma teoria. Não ser capturado nem pelo discurso que ele sustenta nem pelo discurso que o sustenta: tal é o trabalho de análise transferencial do clínico face a seu próprio saber. O pensamento crítico e ético consiste em se explicar consigo mesmo: de onde vem o discurso que eu sustento, e que me sustenta? O analista é sujeito-suposto-saber sobre a transferência, transferência com o analisando, transferência com a teoria. A relação de poder transferencial funciona em todos os sentidos. O “psi” deveria dispensar-se desta desalienação do seu próprio discurso, do seu próprio lugar? O ato analítico, fora do seu dispositivo que é aquele de manter transferência, não pode deixar de se interrogar sobre seu próprio lugar político.



a posição do analista está neste jogo de desaparecimento, de contingência, de possibilidade de apagamento – que não é uma prescrição comportamental, mas uma posição ética e crítica sobre sua própria posição.

No que diz respeito à análise desses dispositivos e desses discursos, me parece que a teoria da concepção do DSM³¹ responde à posição apolítica da psicanálise. Como diz Cristophe Lane³², “o DSM III deveria ser ateórico: em outros termos, o DSM deveria se contentar em enumerar os sintomas de cada doença para exibir seu agnosticismo em relação às causas prováveis”. O autor cita Robert Spitzer, psiquiatra que está na origem da revisão do manual: “não quero entrar no debate etiológico, *sou totalmente neutro*”³³. Os procedimentos técnicos dos *experts* se apresentam como neutros, não ideológicos, portanto como não discutíveis. Assim se constrói o discurso do senhor, não discutível, porque fechado sobre e por um saber. Por este motivo, tal “neutralidade” torna a prática “neutralizante”, como escreve Robert Castel:

Em situação dual, o contrato constitutivo da relação analítica impõe suas convenções invalidando o sistema das forças sociais no qual a psicanálise se inscreve. Mas ele o reproduz em seu dispositivo. A neutralidade analítica é neutralização daquilo que, socialmente e politicamente, não é nunca neutro. É por isso que ela é neutralizante³⁴.

As supostas teoria e neutralidade do DSM remetem então aos supostos apolitismo e neutralidade da psicanálise. O teorismo psiquiátrico e o apolitismo psicanalítico andam, paradoxalmente, no *mesmo caminho* imaginário e idealizado da sua própria produção de saber. Os fundamentos epistemológicos do teorismo e do apolitismo

são a frente e o verso de uma mesma posição idealizada e naturalizante de “neutralidade”.

A história produz seus próprios resíduos, suas próprias aporias, suas próprias moléculas inassimiláveis; ela cria o variável, cria o construível, e portanto o destrutível. Seria pertinente, hoje em dia, voltar àquilo que a psicanálise construiu, não para a destruir, mas para alimentá-la com a história da qual ela se originou e da qual é herdeira. Fazer de um saber uma evidência o expõe à sua fixidez, à sua “fixão” imaginária. Tudo se passa como se o psiquiatra utilizando o DSM e o psicanalista utilizando “o ouro”³⁵ do dispositivo se excluíssem do discurso e do dispositivo que utilizam. Esse sobrepeso participa, sem sombra de dúvida, do discurso do senhor.

* * *

Essa repolitização esperada da práxis analítica requer também um exercício de desidealização simultânea do seu próprio lugar e da própria teoria. É nesse sentido que Lacan, no Seminário sobre *A Transferência*, na parte intitulada “O analista e seu luto”³⁶, pode afirmar:

A propósito de quem quer que seja você pode fazer a experiência de saber até onde ousará ir interrogando um ser, com o risco de você mesmo desaparecer.

A posição do analista está neste jogo de desaparecimento, de contingência, de possibilidade de apagamento – que não é uma prescrição comportamental, mas uma posição ética e crítica sobre sua própria posição.

Trata-se daquilo que está no centro da resposta que o analista deve dar para satisfazer o poder da transferência. Essa posição, eu a distingo dizendo que, no próprio lugar que é o seu, o analista deve se abster de todo ideal do analista [...] De diversas maneiras e sob diversas rubricas, pode-se muito bem formular a propósito do analista qualquer coisa que seja da ordem do ideal. Há qualificações do analista e isto já é o suficiente para constituir um núcleo dessa ordem. O analista não

deve ser totalmente ignorante de um certo número de coisas, certamente. Mas isso não é de forma alguma o que entra em jogo na posição essencial. É verdade que aqui se abre a ambiguidade da palavra *saber*³⁷.

A psicanálise como prática e discurso deveria poder ser “pariasitária”, segundo a expressão de Jean Allouch³⁸. Sustentar-se sobre um ponto de fuga, obscurecendo e parasitando os discursos oficiais e instituídos, e não se deixando levar por ideais discursivos que sirvam seja a que causa for, ainda que nobres. A posição indesignável do pária (dentro / fora) é estar à margem daquilo que o constitui e de não ser ingênuo quanto a isso. É a posição de “sem casta”, tal como indica a etimologia:

Pária: substantivo masculino emprestado do português pária – em tAMIL, *parayan*³⁹, propriamente “tocador de tambor”. A palavra tomou o sentido de “pessoa pertencente à última casta” provavelmente por uma confusão dos europeus com uma outra palavra tAMIL, *pullyar*. Pensou-se também numa evolução interna do sentido de *parayan*: o tocador de tambor é considerado um impuro porque acompanhava os mortos nos corte-

jos fúnebres. Mas os sem casta praticavam em geral outras profissões ligadas à sujeira⁴⁰.

Tocador de tambor, saltimbanco que acompanha os cortejos fúnebres – essa figura do excluído, do intocável, do indesignável põe em xeque as convenções e as normas vigentes, tenta desfazer os discursos estabelecidos para não se assujeitar a eles, mas não ignora aquilo que mantém esse discurso. Em suma, o que sustenta o pária, este sem casta, é a ironia sobre o seu saber.

»
em suma,
o que sustenta o pária,
este sem casta, é a ironia
sobre o seu saber

31 Para uma análise minuciosa das implicações epistemológicas e políticas do DSM, ver a terceira parte do livro de R. Gori e M.-J. Del Volgo, *Exilés de l'intime*, op. cit., “De la psychopathologie à la santé mentale” (p. 215-272), assim como o livro de Christopher Lane *Comment la psychiatrie et l'industrie pharmaceutique ont médicalisé nos émotions*.

32 Christopher Lane, op. cit., p. 90.

33 Ver o artigo de E. Roudinesco, na edição do *Le Monde* de 6 mar. 2009, que comenta o livro de C. Lane.

34 R. Castel, *Le psychanalisme*, op. cit., p. 40-41.

35 A autora se refere à comparação feita por Freud, em “Os caminhos da terapia psicanalítica” (1919), da psicanálise com o ouro e da psicoterapia com o bronze [nota dos revisores].

36 J. Lacan, *Le transfert*, p. 451.

37 J. Lacan, *Le transfert*, p. 452.

38 J. Allouch, “Cet innommable qui ainsi se présente”, p. 98. [N.T. : Mantivemos o neologismo, que alude à situação de pária e parasita].

39 Língua falada principalmente na Índia [N.T.].

40 A. Rey, *Dictionnaire historique de la langue française*.

Referências bibliográficas

- Agamben G. (2007). *Qu'est-ce qu'un dispositif*. Rivages Poche, Petite Bibliothèque.
- Allouch J. (2003). Cet innommable qui ainsi se présente. *Queer: repenser les identités*, Revue Descartes, 40.
- Austin J. L. (1962/1970). *Quand dire c'est faire*. Trad. fr. Paris: Le Seuil.
- Barthes R. (1977/1978). *Leçon*. Paris: Seuil.
- Butler J. (1997/2004). *Le pouvoir des mots, politique du performatif*. Trad. fr. Paris: Éditions Amsterdam.
- Canguilhem G. (1958/2002). Qu'est-ce que la psychologie. *Études d'histoire et de philosophie des sciences concernant les vivants et la vie*. Paris: Vrin. p. 365-381.
- Castel R. (1973). *Le psychanalyste*. Paris: Maspéro.
- Castel R. (1981). *La gestion des risques*. Paris: Éditions de Minuit.
- Castoriadis C. (1996). *La montée de l'insignifiance*. Paris: Seuil.
- De Certeau M. (1987). *Histoire et psychanalyse*. Paris: Gallimard.
- Foucault M. (2003). *Le pouvoir psychiatrique. Cours au collège de France 1973-1974*. Paris: Gallimard, Seuil.
- Foucault M. (2004). *Naissance de la biopolitique. Cours au Collège de France 1978-1979*. Paris: Gallimard, Seuil.
- Freud S. (1921/1981). *Psychanalyse des foules et analyse du Moi. Essais de psychanalyse*. Petite bibliothèque Payot. Trad. fr. p. 119-217.
- Gary R. (1974/1999). *La nuit sera calme*. Paris: Gallimard.
- Gary R. (1979/1999). *Les clowns lyriques*. Paris: Gallimard.
- Gary R. (1980/2004) *Les cerfs-volants*. Paris: Gallimard.
- Gary R.; Ajar É. (1976/2004). *Pseudo*. Paris: Mercure de France.
- Gori R.; Del Volgo M.-J. (2005). *La santé totalitaire*. Paris: Denoël.
- Gori R.; Del Volgo M.-J. (2008). *Exilés de l'intime*. Paris: Denoël.
- Lacan J. (1960-61/2001). *Le transfert, Livre VIII*. Paris: Seuil.
- Lacan J. (1964/1991). *Lenvers de la psychanalyse (Livre xvii)*. Paris: Seuil.
- Lacan J. (1974). *Télévision*. Paris: Seuil.
- Lane C. (2007/2009). *Comment la psychiatrie et l'industrie pharmaceutique ont médicalisé nos émotions*. Trad. fr. Paris: Flammarion.
- Lauffer L. (2005). L'éloge du masque ou de l'art de ruser avec la mort. In Audi P. (org.). *Les Cahiers de L'Herne* [dedicado a Romais Gary], p. 38-53.
- Mayer C.; Cottrau J. (dir) (2005). *Le Livre Noir de la Psychanalyse*. Paris: Les Arènes.
- Miller J.-A. (2004). L'ère de l'homme sans qualités. *Politique Psy, La Cause freudienne*, 57, p. 73-97.
- Miller J.-A. (dir.) (2006). *L'Anti Livre Noir de la Psychanalyse*. Paris: Seuil.
- Rey A. (1998). *Dictionnaire historique de la langue française*. Paris: Robert.
- Roudinesco E. (1999). *Pourquoi la psychanalyse*. Paris: Fayard.
- Thomas M.-C. (1995). À propos de John Bowlby. *Deuil d'enfant, Littoral Hors Série*. Paris: EPEL.
- Thomas C. (2004/2006). *Souffrir*. Paris: Rivage. Petite Bibliothèque.
- Wahl F. (2004). Question de méthode. *La célibataire* (Le pouvoir chez Lacan et Foucault), 9.

Psychoanalysis outside the squares: a political exercise

Abstract This paper criticizes the apparent non-political character of the questionnaire-technique proposed by DSM – and other cognitive-oriented tendencies. It shows that this “neutrality” masks a series of assumptions and postures of a very pernicious character.

Keywords historicism; politics; praxis; technopsychology; Psychoanalysis

Recebido em: agosto/2011.

Aprovado em: novembro/2011.

O que vem de dentro me atinge

Alessandra Affortunati Martins Parente

Alessandra Affortunati Martins Parente é psicanalista, psicóloga (PUCSP), bacharel em Filosofia (FFLCHUSP), mestre em Psicologia Clínica (PUCSP) e doutoranda em Psicologia Social (IPUSP).

Resumo Este estudo pretende analisar as obras *Zygotic Acceleration*, *Biogenetic*, *De-Sublimated Libidinal Model* (1995) e *Great Deeds Against the Dead* (1994), de Jake e Dinos Chapman, à luz da psicanálise. Os conceitos freudianos de *estranho* e *fetichismo* possibilitam maneiras de se compreender a arte desses irmãos ingleses. Consideradas uma encarnação de fantasias infantis, as obras de Jake e Dino Chapman materializam elementos recalcados, que, por isso, provocam no espectador inquietude, terror, asco. Ao reconhecermos tais obras como elementos inconscientes encarnados, elas podem ganhar, sem prejuízo da faceta chocante, um lado também humorístico e lúdico.

Palavras-chave Irmãos Chapman; fetichismo; perversão; estranho; sexualidade; humor.

O diálogo entre as obras dos irmãos Chapman e a psicanálise é evidente para alguns críticos, e uma referência declarada pelos artistas. Outros¹, porém, assinalam uma distância intransponível entre o pensamento psicanalítico e o trabalho artístico dos Chapman. As obras *Zygotic Acceleration*, *Biogenetic*, *De-Sublimated Libidinal Model* (1995) e *Great Deeds Against the Dead* (1994), entretanto, incitam a psicanálise em diversos aspectos; sexualidade, morte, infância, terror e elementos oníricos de toda ordem atravessam esses trabalhos, compondo cenas assustadoras. Algumas temáticas levantadas nas obras parecem conter aspectos terríveis em si: xifópagas, morte, castração, ou falos e ânus deslocados. Entretanto, as obras de alguns artistas com temas semelhantes mostram que nem sempre eles são estarrecedores. O artista brasileiro Tunga é um bom exemplo disso. Em suas obras encontramos conteúdos muito próximos daqueles trabalhados pelos Chapman, como as xifópagas. Há algo, porém, que os diferencia decisivamente: enquanto o brasileiro contorna essa aberração com um ar de mistério próximo dos contos fantásticos, mantendo tais componentes envoltos em uma aura onírica, os irmãos Chapman parecem apenas escancarar nossos anseios de forma nua e crua. São sonhos transpostos para a realidade, extinguindo precisamente o que os mantém distantes. Tal *distância suprimida*² choca, causa aversão, ojeriza, estranheza. As obras assombram, para só depois ganharem um ar artificial e risível.

A obra *Zygotic Acceleration*, *Biogenetic*, *De-Sublimated Libidinal Model* (1995) apresenta diversas meninas bizarras nuas, unidas como gêmeas siamesas. Seus órgãos sexuais estão deslo-

1 R. Mackay, "Esto es peor".

2 H. Foster, "The art of cynical reason", p. 99-126.



cados para outros lugares do corpo – o ânus na boca, o pênis no nariz e, entre as cabeças, vaginas. Cada uma delas está posicionada diferentemente da outra, e todas calçam tênis preto. O título da peça evoca questões atuais sobre pesquisas genéticas, mas, após seu primeiro impacto, é possível identificar o conteúdo tratado no trabalho desses artistas já na Antiguidade Grega. O mito de *Eros*, narrado por Aristófanes em *O banquete* de Platão³, guarda uma relação com os bonecos unidos de Jake e Dinos Chapman, e o que era amedrontador passa a ter relação com o amor.

Em *Great Deeds Against the Dead* (1994), os artistas retomam a fase negra de Goya, ao reproduzirem o quadro do artista espanhol sob nova forma. Um aspecto pode ser destacado tanto na gravura de Goya, como na obra dos irmãos ingleses. Os membros das figuras – pés e braços – estão amarrados a uma árvore e a castração do corpo morto é visível (fig. 2). Ao mesmo tempo que tratam dos desastres da guerra, há uma retomada da tragédia *Édipo-rei*⁴ escrita por Sófocles na Grécia Antiga. A leitura dessa tragédia grega foi definitiva na formulação feita por Freud do conceito psicanalítico do complexo de Édipo. Muitos elementos da peça já foram analisados na literatura psicana-

lítica. Um deles é o pé machucado de Édipo. O nome *Oedipous* etimologicamente significa *pé inchado*. Ao amarrar os pés de Édipo recém-nascido, Laio antecipa sua própria morte, enxergando no filho um rival que o destituirá de seu lugar no poder, e no coração de sua esposa. Com isso, inibe e mutila os pés (símbolo da força na antiguidade, como o próprio ferimento de Aquiles já havia demonstrado) para enfraquecer a vítima. Édipo fica incapacitado de exercer sua força viril e, além disso, ao mutilar o filho, Laio o exclui das atividades atléticas – importantíssimas na Grécia Clássica – que habilitariam o jovem guerreiro para a conquista do poder.

A *Teogonia* de Hesíodo⁵, por outro lado, já apresentava o tema da castração quando, por sugestão da mãe Terra, Crono corta o pênis de seu pai com uma foice dentada. Mas a gravura de Goya, reproduzida pelos irmãos Chapman, evoca ainda outra tragédia: *As Bacantes* de Eurípides⁶. Nela Penteu, confundido com um leão, tem sua cabeça decepada pela mãe, Agave. Acreditando ter matado uma fera, Agave finca a cabeça do filho em uma haste, para mostrá-la aos cidadãos de Tebas. Eurípides constrói cenas de sexualidade e morte selvagens em homenagem ao deus Dioniso, assim como fazem os irmãos Chapman em seus trabalhos.

Se a relação entre a arte dos irmãos Chapman e as diferentes cenas mitológicas não é suscitada imediatamente no espectador, os elos entre a psicanálise e algumas obras dos irmãos ingleses podem parecer óbvios demais para merecer qualquer empenho maior de um pesquisador. O aspecto polímorfo e infantil da sexualidade, a agressividade como faceta de um gozo, relações simbióticas, a castração ou elementos oníricos, presentes em grande parte das peças dos artistas, podem ser considerados um prato cheio para o psicanalista e sua sede de interpretar.

Antes de entrar na articulação entre psicanálise e as obras mencionadas, gostaria de apresentar uma anedota para retomá-la mais adiante: ao entrar em uma loja de brinquedos infantis, Marcelo Coelho⁷, colunista semanal na *Folha Ilustrada*, fica perplexo diante da perfeição dos objetos

concretos e das surpresas maravilhosas existentes nos dias de hoje, chegando a se perguntar: “Como é que não tiveram essa ideia antes?”. A Fada dos Desejos, segundo o jornalista, ganha vida ao conceder existência real a algumas coisas até simples, mas que não vislumbrávamos em sua forma material. Assim, o sapatinho de cristal da Cinderela ganha corpo, e sai das páginas dos contos de fadas dos irmãos Grimm e do imaginário infantil, para incorporar um material específico e ter um preço, o que torna possível até mesmo possuí-lo. Desse modo, para o adulto, o espaço entre o universo da imaginação que habitava sua infância ganha corpo e vida numa espécie de *presentificação* absoluta.

Como complemento à difundida análise sobre a pós-modernidade em que predomina o virtual, as imagens, o simulacro, Marcelo Coelho destaca em sua experiência “uma espécie de hiper-realismo, de replicação, de duplicação, de clonagem perfeita das imagens virtuais no mundo concreto”⁸. Existem bonecas capazes de controlar seus músculos faciais, articular a boca para frente e para trás, e mover as bochechas. Se os sonhos eram antes mais belos do que a realidade, os objetos são hoje tão perfeitos que nem mesmo nossa imaginação poderia concebê-los. Esta experiência de júbilo, ao encontrar nossas caras fantasias encarnadas, tem seu avesso na arte dos irmãos Chapman. Pesadelos ou pensamentos recha-



FIG. P. 30 Jake e Dinos Chapman. Zygotic acceleration, Biogenetic de-sublimated libidinal model (enlarged x1000), 1995. Fibra de vidro, resina, pintura, perucas e trainers. 150x180x140 cm. © Jake and Dinos Chapman. Cortesia White Cube.

FIG. P. 31 Jake e Dinos Chapman. Great Deeds Against the Dead, 1994. Fibra de vidro, resina, pintura e perucas. 277x244x152,5 cm. © Jake and Dinos Chapman. Cortesia White Cube.

3 Platão, *O banquete*.

4 Sófocles, *Édipo-rei*.

5 Hesíodo, *Teogonia*.

6 Eurípides, *Bacas o mito de Dioniso*.

7 M. Coelho, “Pais e filhos no mundo do consumo”.

8 M. Coelho, *op. cit.*

9 C. Jencks, *Post-Modernism, The New Classicism in art and architecture*.

10 F. Foster, *op. cit.*

11 F. Jameson, *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*.

12 J. A. Hansen, “O imortal e a verossimilhança”, p. 56-78.

13 D. R. dos Santos, “Anything goes? Uma discussão ética sobre arte extrema”.

çados assumem sua forma material nos bonecos dos irmãos ingleses.

Antes de prosseguirmos, é importante situar essas obras. Para isso, vale a pergunta: em que quadro crítico atual poderiam se inserir os trabalhos desses irmãos? A referência aos mitos⁹, um caráter fetichista, o real e uma ausência de distância¹⁰, o pastiche ou a paródia¹¹, uma citação histórica fora de contexto¹², o abjeto, podem ser alguns dos elementos que justificam pensar a produção dos irmãos ingleses sob a ótica da pós-modernidade. A definição do que é arte pós-moderna, entretanto, não é simples. Há uma polifonia entre os diferentes autores que tentaram achar traços comuns nas expressões artísticas assim denominadas.

Alguns desses autores identificaram, no mínimo, traços neoconservadores na arte pós-moderna. Outros, porém, vão mais longe, ao argumentarem que existem componentes fascistas nesse tipo de produção estética. Análises inspiradas em George Steiner, por exemplo, consideram que “em vez de se assomarem caras vivas e cheias de densidade, de existência humana”, na arte extrema “apenas nos aparecem bonecos, máquinas e manequins manchados de sangue pelas dóceis mãos do autor”¹³.



*a racionalidade instrumental
é identificada pelos
filósofos até mesmo na moral
iluminista de Kant ou Sade*

Críticos ferozes¹⁴ da arte dos Chapman argumentam, seguindo essa linha, que tais artistas produzem lixo venal, permanecendo num plano absolutamente superficial, que promove o vandalismo, a crueldade e intensifica o terror e a violência. Do ponto de vista ético, são comparados por esses críticos ao Marquês de Sade ou a Georges Bataille, reiterando ou brincando com temáticas nazistas.

De todo modo, se as expressões pós-modernas podem adquirir uma fisionomia fascista, e os irmãos Chapman já foram encaixados dentro dessa perspectiva, não é lícito que uma análise dessas obras escape de tal temática, que resguarda uma dimensão ética. O que se deve perguntar é: afinal, as produções artísticas pós-modernas têm realmente valores semelhantes aos difundidos nas ideologias fascistas? E, se a resposta for sim, outra questão deve ser formulada: as obras aqui analisadas reiteram, ou mais, exaltam um viés fascista? Essas questões têm implicações diversas. Aqui farei uma breve digressão para retornarmos aos artistas, e responder a essas questões a partir das obras já citadas.

O fetiche como estratégia

Adorno e Horkheimer¹⁵ publicam a *Dialética do Esclarecimento* em 1947, época em que todos ainda estavam sob o forte impacto da Segunda Grande Guerra e das atrocidades do regime nazifascista. A imagem da igualdade tecida pelo comunismo também já havia sido abalada com a URSS e seus meios totalitários de governo. Por outro lado, a experiência dos autores nos EUA demonstrou que o capitalismo norte-americano

não só criava a falsa ilusão de igualdade e liberdade, como também havia criado um Estado que regulava o mercado e contra o qual uma luta parecia ser inviável. Sob o disfarce da liberdade individual, *slogan* capitalista, os regimes totalitários europeus eram substituídos por outro método ultrassofisticado de totalitarismo: o capitalismo administrado.

É no interior desse panorama que Adorno e Horkheimer penetram nos meandros das diferentes formas de totalitarismo, para revelar o modo como elas funcionam. A racionalidade aparece como o principal entrave na materialização das utopias e, por isso, se torna alvo da crítica feita pelos autores. Por meio de uma racionalidade instrumental, aquilo que se manifestava como intervenção ou tentativa de ruptura em relação ao sistema vigente era, paradoxalmente, cooptado por este. Sonhos revolucionários, bem como a crença no esclarecimento como forma de conquistar a autonomia, pareciam dissolver-se. Desse modo, indicam um diagnóstico da conjuntura pós-guerra sem oferecer respostas propositivas, acentuando a condição de imobilidade do pensamento crítico.

A racionalidade instrumental é identificada pelos filósofos até mesmo na moral iluminista de Kant ou Sade. Ao contrário do que pretendia a humanidade em sua incansável empreitada racional, o fracasso da autonomia impera, e os filhos do iluminismo tornam-se paradigmas notáveis da derrocada da razão.

Para Kant, o esclarecimento retira o homem de sua condição de menoridade, isto é, de sua condição heterônoma. A razão organiza elementos formais em uma unidade sistemática conceitual, e garante a existência de um imperativo categórico universal, capaz de orientar moralmente as ações humanas. Tal imperativo categórico distancia o homem do que é natural, trazendo-o para as ações morais – racionais – e para sua condição de liberdade. O que ocorre, entretanto, é que a racionalidade ética, que por definição orienta uma prática, fica apartada da realidade concreta. O maior paradoxo, contudo, não é este, mas o fato de que as mesmas coordenadas para se chegar ao imperativo



*o estudo dos filósofos
de Frankfurt mostra que a razão
possui uma face totalitária*

categorico aparecem nos textos de Sade, alcançando resultados opostos à ética kantiana. Em Sade, a Lei é atingir o prazer unicamente individual, e os meios para realizá-lo revelam-se nas mais diferentes e inescrupulosas formas de violação do outro.

Dessa forma, Sade imprime à razão uma capacidade insuperável de subjugar o corpo do outro, mera máquina de peripécias sexuais para libertinos, com uma moral minuciosamente bem construída nos moldes da racionalidade instrumental. Se violar o outro é desafio, as virtudes passam a ser autodisciplina, controle, comando e sagacidade, para que o resultado pretendido seja alcançado sem que nenhum tipo de paixão interfira.

Para Adorno e Horkheimer, a arte contemporânea também apresenta uma regressão do esclarecimento à mecânica cooperação com a ideologia burguesa. As novas formas de expressão artística estão fundadas em cálculo, eficiência e técnica, para a difusão do sistema dominante. O que se considera arte é mercadoria a ser consumida sem que qualquer tipo de fruição crítica ou elaborativa prejudique as novas oportunidades de lucro. A arte como reprodução do existente abdica de seus potenciais imaginativos, expressivos e de negação da realidade dada. Tudo é padronizado para divertir e ser infinitamente consumido. Sua qualidade é avaliada de acordo com os critérios do mercado, atendendo à satisfação dos indivíduos de forma condizente com o princípio de prazer.

A racionalidade instrumental, vislumbrada na arte que se tornou publicidade, ou na moral iluminista, é o que sustenta o caráter adaptativo das massas à ordem burguesa. Assim, o estudo dos filósofos de Frankfurt mostra que a razão, aparentemente comprometida com o esclarecimento, possui uma face totalitária. O progresso do pensamento perseguido pelos homens para livrá-los do medo, desencantando os mistérios do mundo ao dissolver os mitos e substituí-los pelo saber, desembocou em um pensamento eterna-

mente reificado. Este coincide com a mitologia, e a razão cooptada pela lógica capitalista compele o homem a responder automaticamente no interior dessa dinâmica burguesa.

Sem retirar a pertinência da crítica desses autores, seria necessário perguntar também se, ao igualarem toda e qualquer manifestação como integradas ao sistema vigente, e sendo condizentes com a racionalidade instrumental, não estariam precisamente virando o holofote da crítica que formulam para si mesmos. Isto é, assim como os filósofos criticam os objetos que se conformam perfeitamente a um esquematismo conceitual subjetivo já estabelecido – o imperativo categorico kantiano – a crítica tecida por eles adapta toda variedade histórica e das expressões culturais à mesma leitura. O objeto passa a ser visto apenas como mercadoria, sob a ótica da razão instrumental totalitária, perdendo toda sua complexidade.

Walter Benjamin (1939) segue em outra direção. Embora reconheça as características apontadas por Adorno e Horkheimer, mostra ambiguidade em relação às conquistas do capitalismo. Sobre o fetiche da mercadoria, diz: “Se a mercadoria tivesse uma alma [...], esta seria a mais plena de empatia já encontrada no reino das almas, pois deveria procurar em cada comprador a cuja mão e cuja morada se ajustar”. Mais adiante lemos: “Quando Baudelaire fala de uma ‘ebriedade religiosa da cidade grande’, o sujeito, que permanece anônimo, bem poderia ser a mercadoria”¹⁶.

Aqui, seria importante analisarmos o papel das artes no contexto atual. Resignados, os artistas não só se rendem ao mercado, disponibilizando suas obras em feiras, leilões e galerias, como também se tornam, eles mesmos, mercadoria, como bem percebeu e expressou Andy

14 R. Mackay, *op.cit.* e J. Hari, “The art of subverting the Enlightenment”.

15 T. Adorno e M. Horkheimer, *Dialética do esclarecimento*.

16 W. Benjamin, “Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo”, p. 52-3.



a análise feita por Safatle
do texto laciano Kant com Sade
rende bons frutos aqui

Warhol¹⁷. No entanto, trata-se de uma mercadoria que se adapta ao mesmo tempo que resiste aos ditames do mercado. Diferentemente dos brinquedos encantadores aspirados por Marcelo Coelho, é como se algumas obras recentes invertessem a afirmação de Walter Benjamin, pois a alma da obra-mercadoria não causa qualquer empatia em seu fruidor, mas pede que este se transforme, se ajuste, ou construa uma nova morada para suas formas desajustadas. O colecionador, por sua vez, sente-se desafiado a “[...] inscrever a coisa particular em um círculo mágico no qual ela se imobiliza, enquanto a percorre um último estremecimento (o estremecimento de ser adquirida [pelo colecionador])”¹⁸ ou, pode-se acrescentar, o estremecimento de ser compreendida pelo crítico.

Ao se valer do *status* de mercadoria para inserir sua obra no cenário cultural, o artista talvez esteja próximo do que Peter Sloterdijk definiu como *razão cínica*. Hal Foster retoma este filósofo justamente para analisar como a *razão cínica* se inscreve nas artes. Nas palavras do autor: “[...] A *razão cínica* é uma falsa consciência esclarecida. O cínico sabe que suas convicções são falsas ou ideológicas, mas ele as mantém para o seu próprio bem ou para se proteger, como um meio de negociar as demandas contraditórias que estão acima dele”¹⁹.

Segundo o autor americano, essa formulação aponta para a ideia de fetiche tal como elaborada por Freud. Ao ocupar o vácuo deixado pela castração flagrada, o fetiche *nega* o oco constatado pela visão do órgão genital castrado (feminino), e assume o lugar de *substituto* do falo. Para Foster, da mesma forma que o perverso ergue o fetiche e escamoteia sua constatação da castra-

ção, o cínico desmistifica as ideologias vigentes, sem agir na realidade, simplesmente usando seu esclarecimento a favor de seus interesses.

A psicanálise e os irmãos Chapman

Mas afinal, o que se pode dizer sobre as obras dos Chapman? São elas fascistas? Mercadoria? Perversas? Fetichistas? No texto *O fetichismo*²⁰, Freud (1927) mostra como o fetiche ocupa lugar de destaque para o perverso, dizendo: “o horror da castração ergueu um monumento a si próprio na criação desse substituto”. Em certo sentido, alguns artistas como os Chapman não são ingênuos ou, em jargão marxista, alienados, mas sabem precisamente onde pisam e invertem as ações tradicionalmente esperadas daqueles que são esclarecidos – luta, revolução ou crítica – aproveitando o sistema no qual estão inseridos, para realizar e sobreviver de sua arte, que se torna fetichista.

A análise feita por Safatle²¹ do texto laciano *Kant com Sade*, unida à sua retomada da perspectiva de Deleuze sobre Sacher-Masoch, rende bons frutos aqui. Em primeiro lugar, Lacan mostra como o sadismo não é a inversão do masoquismo, mas ambos operam da mesma maneira, sendo o sádico mais ingênuo. O que Safatle vai demonstrando por meio de sua análise é que o masoquista incita todo o sadismo do outro, que ingenuamente “sussurra as palavras duras que [o masoquista] lhe endereça”²². Assim, trata-se de uma encenação a dois, mas o sádico é mais ingênuo, pois tem a ilusão de preservar sua autonomia. Tal encenação aponta para o humor masoquista que

[...] admite a existência de uma inadequação entre a Lei e os objetos empíricos, mas age como se não soubesse. Lacan se serve, por exemplo, da metáfora instrutiva do fetiche como véu no qual “o que está para além como falta tende a realizar-se como imagem. Porém esta realização da falta como imagem é feita por meio de uma estranha transformação do fetiche em “ídolo da ausência” [...]. – o termo ídolo serve aqui para sublinhar a potência da fascinação enquanto desejo de desmentido”²³.



*o assombroso, o terrível,
o grotesco são analisados por Freud
em Das Unheimliche (1919)*

O termo *imagem*, empregado pelo autor na passagem citada, deve ser destacado. O masoquista precisamente *encena* – recorre a uma imagem – a não castração do Outro, isto é, paradoxalmente a aceita e a recusa. Ao encenar seu papel submisso, não destitui a onipotência do Outro, mas simultaneamente reconhece tratar-se de uma encenação, isto é, de uma representação ou imagem irreal, pois a falta do Outro já foi desvelada. Há uma brincadeira, um caráter jocoso e performático do masoquista ao recusar, e ao mesmo tempo admitir, a castração do Outro. Talvez seja essa a relação que os Chapman, entre outros artistas, estabelecem com o consumidores de arte. Ao encenarem esse jogo com o sistema vigente, subvertem-no sem tentar efetivamente modificá-lo, mas, acima de tudo, se divertem no interior dessa lógica perversa do capital.

O humor não é destituído de importância. Para Freud, ele concentra algo de libertador e, ao mesmo tempo, guarda certa elevação. Tal “grandeza [do humor] reside claramente no triunfo do narcisismo, na afirmação vitoriosa da invulnerabilidade do ego”²⁴. Ao assumir uma faceta cômica, o ego recusa o abalo diante das provocações da realidade e se nega a permitir que seja compelido a sofrer. Insiste em que não pode ser afetado pelos traumas do mundo externo, que se tornam pretexto para a obtenção do prazer. O humor não é resignado, não se submete à imposição da realidade, mas se mostra iconoclasta. Há uma vitória do princípio do prazer, que afirma sua força frente à crueldade das circunstâncias reais. A atitude humorística para com os outros se assemelha ao modo como um adulto age com as crianças, quando identifica e sorri da trivialidade dos interesses e sofrimentos que parecem tão grandes a elas. Ao repudiar a realidade e se servir da ilusão, o humor liberta as pessoas para rirem da miséria humana. O sujeito, que deve assumir um semblante pesaroso ou de condolência frente à dor do outro, é desarmado e convocado a exprimir o que se escondia por trás dessa máscara. Freud traduz bem o que está em jogo nas intenções do humorista: “Olhem! Aqui está o mundo, que parece tão perigoso! Não passa de um jogo de crianças, digno apenas de que sobre ele se faça uma pilhéria!”²⁵.

Para alguns, contudo, quando temas terríveis da história da humanidade, ou aberrações da natureza, são resgatados com uma pitada de humor – como fazem os Chapman diante de temas catastróficos tratados por Goya, ou com as xifópagas – tornam-se obras de mau gosto e se transformam em terror.

O assombroso, o terrível, o grotesco são analisados por Freud em 1919. Em seu texto *das Unheimliche*, Freud²⁶ aborda esta categoria como um paradoxo. O termo traduzido para o português pela palavra *inquietante* diz respeito ao assustador e ao estranho, mas paradoxalmente trata-se de algo que em tempos remotos era bastante íntimo. Etimologicamente, portanto, o termo *Unheimliche* desemboca em acepções contraditórias, significando tanto o que é *estranho* quanto o que é *familiar*.

Ao usarem bonecos e manequins, os Chapman, assim como Hans Bellmer, Cindy Sherman, Robert Gober e outros artistas pós-modernos, remetem a uma temática presente em contos fantásticos do século XIX. Freud, no texto mencionado, discorda de Jentsch, que considera o melhor elemento para tornar um conto misterioso ou fantás-

tico do século XIX. Freud, no texto mencionado, discorda de Jentsch, que considera o melhor elemento para tornar um conto misterioso ou fantás-

17 Segundo Foster, A. Warhol disse: “They didn’t want my product. They kept saying, “We want your aura”” (Cf. Foster, *op.cit.*, p. 114).

18 W. Benjamin, *Passagens*, p. 239.

19 H. Foster, *op. cit.* p. 118.

20 S. Freud, “O fetichismo”, p. 157.

21 V. Safatle, *A paixão do negativo: Lacan e a dialética*.

22 V. Safatle, *op. cit.*, p. 186.

23 V. Safatle, *op. cit.*, p. 188.

24 S. Freud, “O humor”, p. 166.

25 S. Freud, *op. cit.*, p. 169.

26 S. Freud, “O inquietante”.



*mas, também
como o lago, o espelho
do duplo é uma armadilha*

tico: a dúvida despertada diante de autômatos ou bonecos aparentemente animados, quanto a serem ou não seres humanos. No caso do conto fantástico de E.T.A. Hoffmann, *O homem de areia*, analisado tanto por Freud como por Jentsch, o próprio Dr. Coppélius – o homem de areia –, que reencarna o Dr. Coppola, parece ser o elemento estranho e central para o mistério que o autor consegue provocar em seus leitores. Entretanto, o papel de Olímpia, a boneca criada pelo Dr. Spalanzani, não é pequeno, como o próprio Freud admite. Em nota de rodapé, vemos que Freud considera Olímpia o duplo de Natanael, isto é, trata-se de um espelho de sua faceta feminina e, como Narciso, ao ver sua própria imagem refletida na boneca, apaixonou-se por ela. Mas, também como o lago, o espelho do duplo é uma armadilha: a correspondência exata entre os ideais do eu e a imagem que emerge diante do sujeito dura sempre muito pouco. No caso de Natanael, o espelho – Olímpia – se despedaça quando o autômato é carregado pelo Dr. Coppola, que discute com Spalanzani, e em meio a um corre-corre seus braços e pernas batem nos degraus da escada, ressoando o barulho da madeira, que toca os ouvidos iludidos de Natanael. Seus olhos estão no chão e duas cavidades negras compõem sua face de cera.

Se o impacto terrível sofrido por Natanael diante de Olímpia despedaçada é proporcional à intensidade de seus afetos em relação a ela, e de sua identificação com a boneca, podemos perguntar o que ocorre com nossos afetos, e qual a nossa identificação em relação aos manequins dos Chapman.

O efeito de duplicação do eu em bonecos – ou em outros suportes – ou o tema do duplo na psicanálise trata do que originalmente era um artifício para assegurar a não destruição do eu, ou

para lutar energeticamente contra a fragilidade humana. Exorcizar alguns conteúdos psíquicos, concedendo-os ao duplo que aparece sob forma de espírito, animal ou boneco, é uma boa estratégia para manter a onipotência narcísica. Logo, tais personagens duplicados brotam do solo de um amor-próprio ilimitado, característico do narcisismo primário infantil. Na vida adulta, porém, o duplo com sua faceta amistosa e tranquilizadora fica superado. Assim, se por alguma eventualidade ele ressurge, reacende todos os pavores antes apaziguados precisamente por ele. O que antes era um meio de tranquilizar o ego inverte seu aspecto e ganha qualidade de estranheza, assombrando-o.

É esse efeito do duplo pensado pela psicanálise que pode ser suscitado pelos cenários e manequins construídos pelos Chapman. As fantasias de onipotência, plenitude, do encontro de uma alma gêmea, seguem longe em nossas fantasias porque temos ciência de que elas jamais saltarão diante de nossos olhos como espectros flutuantes. Tais fantasias, aludidas no interior de uma diversidade da linguagem humana, aparentemente assumem feição concreta nas obras dos Chapman. Elas parecem despencar do imaginário para o real. É como se os artistas brincassem: “É simbiose o que vocês querem? Olhem o resultado aí”. Ou: “A castração é tema, olhem o resultado aí” ou até algo mais sutil, como: “Goya é grande *hoje*, mas reavaliem suas obras *hoje*”. Justamente ao concederem consistência a fantasmas como esses, as peças dos irmãos ingleses causam terror, atravessam o imaginário e ganham matéria, corpo, e o que antes habitava a vida anímica transforma-se em algo abjeto. Pouco a pouco, porém, começamos a reconhecer nossos sonhos, o terrível que precisamente compõe os nossos desejos, a estranheza que os habita. Se superarmos o choque inicial suscitado pelas obras de Jake e Dinos Chapman, começamos a reconhecer quão absurdos e bizarros são nossos próprios desejos, o que de fato habita nossas fantasias, e o resultado que estas teriam se fossem realizadas. Nossas fantasias transpostas para a realidade não realizam nossos desejos, mas, ao contrário, se tornam desprezíveis.



o que nos resta
é o humor diante
de nossos fracassos

A psicanálise mostrou a presença do prazer polimorfo, da sexualidade infantil, o desejo de fusão com o Outro ou de uma relação simbiótica. Entretanto, tais aspectos jamais são alcançados, pois o sujeito só pode alcançar parcialmente e provisoriamente aquilo que deseja. O sujeito da psicanálise se define por aquilo que lhe falta, e tal falta marca justamente um sujeito amputado de um amor simbiótico – que supostamente o tornaria pleno –, sua ilusória onipotência, sua ilimitada perfeição. Só conseguimos acessar tais desejos, que se mantêm recalçados, de forma indireta e por alusão a eles, jamais diretamente.

Lacan (1962) escreve em *Kant com Sade*: “[...] o objeto do desejo, ali onde ele se propõe desnudo, é apenas a escória de uma fantasia em que o sujeito não se refaz de sua síncope. É um caso de necrofilia”²⁷.

Transfigurada em um objeto preciso, a fantasia passa a ser horripilante. Ora, evidentemente se aquela fantasia passa a ser algo vil, o olhar é direcionado para novas perspectivas. A pulsão de morte²⁸ geralmente associada com um retorno ao inorgânico, com a ruptura de elos, ou com o desligamento da libido investida em objetos, pode ser também propulsora do novo. Pois, se ela desliga os investimentos em objetos, também é capaz de colocar em causa o que existe, podendo provocar transformações. Torna-se princípio disjuntivo e recusa da permanência do mesmo. Ao promover desligamentos, provoca a natureza das coisas, impõe limites e, portanto, novos começos, em vez de reproduzir o existente.

Se as obras dos irmãos Chapman contêm elementos mortíferos, talvez esses elementos estejam atrelados a esta faceta inovadora da pulsão de morte. As obras desses irmãos não são propositivas, nem oferecem soluções, mas rompem com fantasias ou idealizações precisamente ao concretizá-las. Diante disso, regozijamo-nos por habitar um mundo mais belo do que aquele que

imaginávamos ser o melhor. Aos olhos de alguns, considerar o fato de que essas obras possam nos devolver nossa condição anterior com novos olhos pode parecer muito pouco, ou pior: uma postura conservadora, resignada, conformista, pouco afeita à revolução, ou até reacionária. Gostaria, no entanto, de sugerir outro ponto de vista: ao reconhecermos que nossos sonhos não são tão maravilhosos como pensávamos e, mais do que isso, muitas vezes eles assumirem máscaras terríveis, voltamos um olhar mais vivo para aquilo que sempre esteve ao nosso lado, e aprendemos a ver o que temos de belo, que merece cuidado e a dedicação de nossos esforços.

Não podemos também esquecer de que muitas utopias desembocaram em barbárie. Um amor ideal que supõe uma completude, “cara metade”, ou almas gêmeas assume corpo nos gêmeos siameses dos Chapman, e neles percebemos o quão terrível pode ser tal espécie de amor. Como Freud (1937) bem expressou em seu texto *Análise terminável e interminável*: “o melhor é sempre inimigo do bom”²⁹ Almejar a realização plena de um ideal implica certo desprezo diante de pequenas conquistas, decisivas para mudanças que realmente importam³⁰.

O que nos resta é o humor diante de nossos fracassos, como o desses ingleses, que brincam até mesmo com fantasias que podem ser deles mesmos – irmãos muito parecidos, *quase siameses* nos anseios que compartilham –, mas, em vez de se frustrarem por não serem um, divertem-se diante da condição de ter que dividir e negociar meios de realizarem uma obra comum. A vida também não exige sucessivas concessões e permite algumas realizações de nossos anseios? Rir dessa empreitada não me parece nada mal.

27 J. Lacan, “Kant com Sade”, p. 792.

28 Cf. L. A. Garcia-Roza, “Pulsão *Parénklisis* ou *Climanen?*”.

29 S. Freud, “Análise terminável e interminável”, p. 248.

30 Cf. F. M. de Vasconcellos, *Não sei ainda, posso pensar?*, p. 14.

Referências bibliográficas

- Adorno T.; Horkheimer M. (1969/1985). *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Benjamin W. (1939/1994). Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo. In: Benjamin W., *Obras escolhidas III*. São Paulo: Brasiliense.
- Benjamin W. (1982/2006). *Passagens*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Coelho M. (2006). Pais e filhos no mundo do consumo. *Folha de São Paulo – Ilustrada*, E8, 11 out.
- Eurípedes (1995). *Bacas o mito de Dioniso*. São Paulo: Hucitec.
- Foster H. (1996). The cynical reason. In: *The return of the real*. Cambridge: The MIT Press.
- Freud S. (1927/1996). O fetichismo. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas*. Rio de Janeiro: Imago, vol XXI, p. 155-162.
- Freud S. (1927/1996). O humor. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas*. Rio de Janeiro: Imago, vol XXI, p. 165-174.
- Freud S. (1937/1996). Análise terminável e interminável. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas*. Rio de Janeiro: Imago, vol XXIII, p. 231-274.
- Freud S. (1919/2009). O inquietante. In: *Obras completas vol. 14*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Garcia-Roza L. A. (1995). Pulsão *Parénklisis* ou *Climanen*. In: Moura A. H., *As pulsões*. São Paulo: Escuta/Educ.
- Hansen J. A. (2006). O imortal e a verossimilhança. *Teresa (USP)*. São Paulo, v. 6/7, p. 56-78.
- Hari J. (2007). The art of subverting the Enlightenment. Disponível em <<http://www.johannhari.com/2007/02/05/the-art-of-subverting-the-enlightenment->>.
- Hesíodo (2001). *Teogonia*. São Paulo: Iluminuras.
- Jameson F. (1997). *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática.
- Jeffries S. (2010). How the Chapman Brothers became the brothers Grimm. Disponível em <<http://www.guardian.co.uk/artanddesign/2010/aug/03/jake-dinos-chapman-childrens-art>>.
- Jencks C. (1987). *Post-Modernism, the new Classicism in art and architecture*. New York: Rizzoli/ London: Academy.
- Lacan J. (1962/1998). Kant com Sade. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Mackay R. (2008). Esto es peor. Disponível em <<http://www.whitecube.com/artists/chapman/texts/155/>>.
- Platão (2001). *O banquete*. Belém: EDUFPA.
- Safatle S. (2006). *A paixão do negativo: Lacan e a dialética*. São Paulo: Editora da Unesp.
- Santos D. R. (2009). Anything goes? Uma discussão ética sobre arte extrema. Disponível em <http://iconline.ipleiria.pt/bitstream/10400.8/58/1/Anything_Goes_Uma_discussao_etica_sobre_arte_.pdf>
- Sófocles (1997). *Édipo-rei*. São Paulo: Ediouro.
- Vasconcellos F. M. de (2012). *Não sei ainda, posso pensar?* Dissertação de Mestrado, FEUSP.

What comes from within reaches me

Abstract This study aims to analyze the works *Zygotic Acceleration*, *Biogenetic*, *De-Sublimated Libidinal Model* (1995) and *Great Deeds Against the Dead* (1994), by Jake and Dinos Chapman, in the light of psychoanalysis. The Freudian concepts of *uncanny* and *fetish* provide ways to understand the art of the English brothers. Considered an incarnation of childish fantasies Jake and Dinos Chapman's work materialize repressed elements, which cause anxiety, terror and disgust in its viewer. By recognizing such works as embodied unconscious elements, they can win, without prejudice to their shocking aspect, a humorous and playful side as well.

Keywords Brothers Chapman; fetish; perversion; strange; sexuality; humor.

Recebido em: novembro/2011.

Aprovado em: fevereiro/2012.

Construção identitária adolescente no mundo virtual:

ilhas cercadas de mesmos
por todos os lados

Mariana Paula Oliveira
Maria Lúcia Castilho Romera

Mariana Paula Oliveira é professora mestra na Universidade Federal de Uberlândia.

Maria Lúcia Castilho Romera é professora doutora na Universidade Federal de Uberlândia.

Dissertação de mestrado intitulada: *Ser ou aparecer: eis a questão! Uma lógica possível de construção identitária adolescente no mundo virtual*, de Mariana Paula Oliveira, orientada pela Prof^a. Dr^a. Maria Lúcia Castilho Romera, apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de mestre no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Aplicada do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia em 16 set. 2011.

Resumo Nesse artigo, através do método interpretativo psicanalítico, a identidade adolescente e suas relações na internet vão para o divã, levando com elas o mundo em que vivemos. O perfil de um adolescente no Orkut nos proporcionou o pensamento sobre uma possível lógica de construção identitária: a ilha-cercada-de-mesmos-por-todos-os-lados.

Palavras-chave construção identitária; redes sociais; subjetivação; condição adolescente.

Esse trabalho parte de uma pesquisa de mestrado que investiga a construção identitária adolescente no mundo em que vivemos. O uso frequente das redes sociais na internet para se expressar e se relacionar é um fenômeno contemporâneo importante, principalmente entre os jovens. Nesse universo, um campo de estudos que se abre é aquele relativo aos sentidos dessa imersão no meio virtual e suas implicações na construção identitária adolescente.

Para percorrer o caminho dessa investigação, o método escolhido foi o psicanalítico. F. Herrmann nomeou esse método como interpretação por ruptura de campo. Esse último termo designa aquilo que delimita um conjunto de sentidos psíquicos que regem as relações humanas. É parte do psiquismo, sendo individual e social/ cultural ao mesmo tempo, e é inconsciente. O método interpretativo visa romper com o campo de sentidos sobressalente, provocando um abalo que possibilite a emergência de novos sentidos – de outros campos. Trata-se do método mesmo que Freud utilizava para fazer suas descobertas, e condição invariável para a produção e reconhecimento de todo e qualquer saber psicanalítico.¹

Na pesquisa da qual esse trabalho é um desdobramento, a identidade do adolescente e sua relação com a internet vão para o divã, tomando em consideração aspectos da construção identitária nas relações virtuais e relacionando-os com certas características psíquicas do nosso universo. Da apreensão dos recursos e dos discursos que possibilitam tal construção em meio ao contexto atual, e particularmente na realidade virtual, busca-se

1 M. Minerbo, “O método Psicanalítico em Freud”.



além disso, há as drogas produzidas pela TV, pela publicidade, e outras mídias, que Suely Rolnik nomeia como “identidades prêt-à-porter”

uma ampliação da compreensão do mundo em seu adolescente², através da lente psicanalítica e, mais especificamente, da Teoria dos Campos.

A princípio, é preciso contextualizar o mundo em que vivemos, lugar onde o homem pôde criar a internet, as redes sociais, como também as suas maneiras de se relacionar dentro (e fora) desses espaços. A Teoria dos Campos nos lembra de que “é preciso mergulhar na psique do real, para compreender como esta determina a interioridade do sujeito”³. O conceito de psique do real vem estender a possibilidade da investigação psicanalítica, cujo objeto é a psique, essa que, segundo Herrmann, “não é uma coisa que existe na cabeça do indivíduo, nem na cabeça coletiva [...], é o que produz sentido nas coisas humanas”⁴, em todo e qualquer lugar, não apenas nos consultórios. Interpretá-la significa romper os campos e revelar as regras criadoras desse universo compartilhado. Interpretando o mundo conseguimos pensar sobre a sua própria construção, assim como na de seus habitantes.

Suely Rolnik discute que, com a globalização e a anulação das fronteiras, pressupõe-se uma grande possibilidade de criação individual e coletiva, a partir das misturas, das infinitas possibilidades de criação com as novas relações, de novas maneiras de se viver. As infovias deveriam ampliar ainda mais essas possibilidades, visto que tornam o planeta uma grande comunidade rica em diferenças culturais. Porém, o que aconteceu foi diferente: não surgiu “uma democracia administrada por um sistema de autogestão em escala planetária”, mas, na realidade, “a mesma globalização que intensifica as misturas e pulveriza as identidades implica também a produção de kits de

perfis-padrão de acordo com cada órbita do mercado, para serem consumidas pelas subjetividades”⁵.

Insistir com uma referência identitária traz um receio em se “virar um nada”. E pra ser alguém, dentro desse mundo-mercado, há opções prontas, que a autora traz como drogas variadas:

Primeiro as drogas propriamente ditas, fabricadas pela indústria farmacológica, que são pelo menos de três tipos: produtos do narcotráfico, proporcionando miragens de onipotência ou de uma velocidade compatível com as exigências do mercado; fórmulas da psiquiatria biológica, nos fazendo crer que essa turbulência não passa de uma disfunção hormonal ou neurológica; e, para incrementar o coquetel, miraculosas vitaminas prometendo uma saúde ilimitada, vacinada contra o *stress* e a finitude⁶.

Além disso, há as drogas produzidas pela TV, pela publicidade, e outras mídias, que Rolnik nomeia como “identidades prêt-à-porter”, as quais têm efeito rápido e passageiro, quando consumidas como próteses de identidades. Essas identidades são emprestadas, e não se sustentam por muito tempo; são “falsos-selfs estereotipados”⁷. Seu uso e sua limitação alimentam a necessidade de troca, de se buscar mais e mais identidades; princípio do vício. Os viciados precisam consumir essas imagens para se sentirem reconhecidos nesse mundo-mercado, e assim, existirem.

Em direção confluyente a essas ideias, Marion Minerbo trabalha essas questões considerando a fragilidade do símbolo no contemporâneo – elemento essencial para a constituição do psiquismo –, e a falta de lastro simbólico. Essas resultam, segundo a autora, em um sofrimento psíquico, em uma crise identitária, e o sujeito vai buscar meios de compensar essa carência. Um desses meios seria através do uso de substâncias psicoativas, naturais (endorfinas, adrenalina) ou artificiais (fármacos, álcool, drogas ilícitas). Outra maneira de aliviar o sofrimento narcísico seria absorvendo da cultura elementos que possam compensar a condição precária da identidade: “O sujeito toma emprestado da cultura elementos – signos –

que são usados como ‘tijolos’ na construção de uma identidade reificada e exteriorizada”⁸.

Herrmann apontou, em sua análise das relações humanas, ou mundanas, aquilo que considerou como “perda de substância social”, ou “perda geral de substância que afeta a vida contemporânea”⁹, para dizer das regras regentes das relações nessa sociedade, influenciadas pelo processo de produção e consumo, pela perda que o homem sofreu de um lugar que é agora ocupado por máquinas, da seguinte maneira:

A mudança que parece haver ocorrido reside na independência crescente do processo de produção e consumo, que passa ao largo das fronteiras nacionais, despindo-se de sentido em seu percurso, a ponto de as próprias representações de nacionalidade – história pátria, língua, cultura nacional, etc. – perderem seu vestuário prestígio e sua mais recente credibilidade. Admitamos que aquilo que se perdeu não era por si só um precioso patrimônio da humanidade, mas sua falta põe a descoberto, por carência da identidade nacional, os ingredientes conflitantes da raça humana, que tal identidade conseguia temperar¹⁰.

Guy Debord, em “A sociedade do espetáculo”, nos ajuda também a refletir sobre o tema. O autor faz uso do termo “espetáculo” para denominar a sociedade contemporânea, dona de uma trajetória histórica e de um funcionamento específico. Nas suas palavras: “O espetáculo não pode ser

para Guy Debord, o espetáculo
na sociedade representa
uma verdadeira fábrica
de alienação

compreendido como abuso do mundo da visão ou produto de técnicas de difusão massiva de imagens. Ele é a expressão de uma *Weltanschauung*, materialmente traduzida. É uma visão cristalizada do mundo”¹¹.

Essa sociedade se formou principalmente a partir das novas relações de mercado, constituídas a partir da modernidade, onde o produto e a força de trabalho deixam de ser uma unidade para o produtor, sendo o processo dividido em partes, onde o trabalhador tem sua competência alienada, seu saber minimizado, e o resultado final já não lhe cabe. Para o autor, o espetáculo na sociedade representa uma verdadeira fábrica de alienação. Debord afirma:

O espetáculo, compreendido na sua totalidade, é ao mesmo tempo o resultado e o projeto do modo de produção existente. Ele não é um suplemento ao mundo real, a sua decoração readicionada. É o coração da irrealidade da sociedade real. Sob todas as suas formas particulares, informação ou propaganda, publicidade ou consumo direto de divertimentos, o espetáculo constitui o modelo presente da vida socialmente dominante. Ele é a afirmação onipresente da escolha já feita na produção, e o seu corolário o consumo. Forma e conteúdo do espetáculo são, identicamente, a justificação total das condições e dos fins do sistema existente¹².

Essa fala se aproxima da ideia de real como lógica de produção, da Teoria dos Campos. A sociedade do espetáculo, muito além de um exagero na produção e uso de imagens, produz as regras que geram as relações no nosso mundo.

Outro autor importante que merece consideração é Theodor Adorno, que em 1947, no

2 A Teoria dos Campos propõe pensarmos sobre o mundo e seu homem, e não o homem e seu mundo. Leda Herrmann coloca que “o que conta não é o mundo subjetivo de cada homem, mas a subjetivação de cada mundo, seja ele um homem, uma cultura, uma obra literária, um grupo, um setor da sociedade”. L. Herrmann, *Andaimos do real: a construção de um pensamento*, p. 199.

3 F. Herrmann, *Psicanálise do cotidiano*, p. 130.

4 F. Herrmann, *O que é Psicanálise – para iniciantes ou não*, p. 144.

5 S. Rolnik, “Toxicômanos de identidade. Subjetividade em tempo de globalização”, p. 19.

6 S. Rolnik, *op. cit.*, p. 20.

7 S. Rolnik, *op. cit.*, p. 3.

8 M. Minerbo, *op. cit.*, p. 47.

9 F. Herrmann, “Psicanálise e política – no mundo em que vivemos”, p. 245.

10 F. Herrmann, *op. cit.*, p. 244.

11 G. Debord, *A sociedade do espetáculo*, p. 9.

12 G. Debord, *op. cit.*, p. 9-10.





*a operação consiste em apelar
para a dimensão do desejo,
que é singular, e responder a ela
com o fetiche da mercadoria*

[M. R. Kehl]

texto “A indústria cultural”, trabalhou a perda da individualidade a partir do modelo econômico capitalista que já imperava. Segundo ele, “A Indústria Cultural impede a formação de indivíduos autônomos, independentes, capazes de julgar e de decidir conscientemente”¹³. Adorno enxergava esse imperialismo e sua consequente eliminação do indivíduo até mesmo nas artes, no cinema, no lazer.

Maria Rita Kehl faz um estudo dos textos citados – “A Sociedade do Espetáculo”, de Debord, e “A Indústria Cultural”, de Adorno – acreditando que entre os dois textos não há mudança de paradigma, mas uma complementação por parte de Debord às ideias de Adorno – 20 anos depois – pela repercussão e transformações advindas da indústria cultural, associada a novas e mais aperfeiçoadas maneiras de se traduzir a vida em imagens.

Nessa análise, Kehl problematiza a questão da perda da subjetividade, como fruto da massificação das individualidades e da manipulação feita pela publicidade no próprio inconsciente, o que se dá pela via do desejo. Nas suas palavras:

A operação consiste em apelar para a dimensão do desejo, que é singular, e responder a ela com o fetiche da mercadoria. A confusão que se promove, entre objetos de consumo e objetos de desejo¹⁴, desarticula, de certa forma, a relação dos sujeitos com a dimensão simbólica do desejo, e lança a todos no registro da satisfação de necessidades, que é real. O que se perde é a singularidade das produções subjetivas, como tentativas de simbolização¹⁵.

A confusão a que Kehl se refere, e que aparece nos textos de Debord e Adorno, entre aquilo

que é singular, que é próprio do desejo, com aquilo que é coletivo e agora massificado, parece ser a força que ao mesmo tempo destrói a subjetividade, eliminando a singularidade, e move o indivíduo na busca de novas formas de subjetivação, já que esse sofre com a perda identitária.

Ocorre que a sociedade dos indivíduos “desacostumados à subjetividade” não é a sociedade dos homens capazes de estabelecer entre eles relações “objetivas”, ou seja, livres do excedente de alienação que o capitalismo industrial fabrica diariamente. Ao contrário, o que o espetáculo produz é uma versão hipersubjetiva da vida social, na qual as relações de poder e dominação são todas atravessadas pelo afeto, pelas identificações, por preferências pessoais e simpatias. E quanto mais o indivíduo, convocado a responder como consumidor e espectador, perde o norte de suas produções subjetivas singulares, mais a indústria lhe devolve uma subjetividade reificada, produzida em série, espetacularizada. Esta subjetividade industrializada ele consome avidamente, de modo a preencher o vazio da vida interior da qual ele abriu mão por força da “paixão de segurança”, que é a paixão de pertencer à massa, identificar-se com ela nos termos propostos pelo espetáculo. Por aí se explica o interesse do público que assiste aos *reality-shows* dos anos 2000 na tentativa de flagrar alguma expressão espontânea da subjetividade alheia sem se dar conta de que os participantes desse tipo de espetáculo estão tão “formatados” pela televisão, tão “desacostumados da subjetividade” quanto o telespectador¹⁶.

Fazendo uso dessa citação, destacamo-la como uma síntese articulada dos elementos que buscamos trazer para contextualizar o mundo em que vivemos e seu sujeito. Falamos aqui sobre o sistema econômico vigente, algumas das transformações por ele engendradas, destacando a anulação das fronteiras com a globalização, e os recursos que a sociedade foi construindo para se expressar e para se relacionar nessa nova configuração. Falamos que esses meios se mostram sujeitados à mesma lógica produtora do sistema econômico, o que nos faz entender que essa lógica acaba regendo também nosso pensamento. E,

por fim, colocamos a problemática da des-subjeção, questão que percorrerá toda essa investigação, direta ou indiretamente.

A construção identitária

Para Herrmann, identidade é a representação do desejo, sendo esse, a lógica de produção dos sentidos humanos para o indivíduo, ou “porção do real sequestrada no sujeito”¹⁷. O autor, de forma metafórica, nos apresenta a identidade como as vestes de um corpo invisível, sendo possível vislumbrar o desenho do formato desse corpo através das trocas de roupas. Nessa metáfora, o corpo corresponde ao desejo, que é¹⁸

[...] o inconsciente em ação. Sua ação, no embate com o mundo, vai criando precipitados de representações mais ou menos estáveis que acabam por definir o sujeito. Este ganha um rosto, ou seja, um caráter, uma forma reconhecível. Os outros dão-lhe nome, atribuem-lhe intenções e feitos, um estilo de ser. Como o desejo é repetitivo e bastante limitadas suas variações, há, na maioria das vezes, certa semelhança entre o reconhecimento externo e ação contínua do desejo.¹⁹

Desejo e real são lógicas inconscientes, não se deixam reconhecer diretamente. Mas indiretamente, através de suas representações – a identidade e a realidade – encontramos um acesso, via método interpretativo.

A identidade se constrói assim como a realidade, mas é *indiví-dual*: une os aspectos único e social, indissociavelmente. O homem, por meio

13 T. Adorno, “A indústria cultural”, p. 56.

14 Desejo, aqui, não converge, até onde pudemos apreender, à definição trabalhada pela Teoria dos Campos: parcela do real sequestrada no sujeito.

15 M. R. Kehl, *O espetáculo como meio de subjetivação*, p. 3.

16 M. R. Kehl, *op. cit.*, p. 4.

17 F. Herrmann, *O que é psicanálise – para iniciantes ou não*, p. 145.

18 F. Herrmann, *Introdução à Teoria dos Campos*, p. 145.

19 F. Herrmann, *op. cit.*, p. 141.

20 F. Herrmann, *A psique e o eu*, p. 146.

21 F. Herrmann, *op. cit.*

22 F. Herrmann, *op. cit.*, p. 149.

o disfarce é uma atitude
eminentemente social
que regula ou desregula
a relação com o outro

[F. Herrmann]

das representações, se coloca frente ao outro, como também frente a si mesmo. A essa ação humana, Herrmann chamou de *paixão do disfarce*.

Para o autor, o disfarce “é uma atitude eminentemente social que regula ou desregula a relação com o outro e que depende de uma convenção socialmente compartilhada, para poder tornar-se efetiva”²⁰. Os disfarces são como as máscaras ou adereços que usamos e nos conferem ares de algum personagem, mesmo de forma tão sutil, como através de um olhar, um tom de voz.

A primeira coisa que nos maravilha na arte do disfarce é, com toda a certeza, a economia extraordinária de meios sobre os quais se suporta. Basta um mínimo, uma sugestão apenas de identidade, um sinal quase imperceptível no rosto ou no corpo, e a convenção teatral da sociedade, se a aproximação é lícita, incumbe-se de imediato do resto da tarefa: o indivíduo alberga-se na identidade suposta sem nenhum esforço visível²¹.

Essa convenção se dá justamente através da relação do indivíduo com a sociedade. Primeiramente, ela acontece, pois “é possível reconhecer no disfarce uma das marcas sociais (ou intersubjetivas) de nossa vida mental”, como se reeditasse um jogo intrapsíquico. Além disso, “a sociabilidade interior é também garantida pela extensão do mundo externo, onde as experiências constituintes da identidade se deram, ao reino anímico, onde vigem”²². Daí, a justificativa para o fascínio exercido pelo jogo de disfarçar-se.

A convenção, a crença social no disfarce, exerce uma função importante na construção da identidade do sujeito, visto que o outro legitima cada disfarce seu, e as trocas desses pequenos disfarces





consideramos, assim, que as determinações cronológicas de idade no mundo real perdem seu sentido no mundo virtual

lhe conferem a composição de um personagem principal que habita ali. A função é simbólica, sua importância e eficácia estão no sentido que produz. Ela resguarda o indivíduo de se perder em um vazio identitário, logo, ele busca constantemente conservá-la.

Herrmann diz ainda que o ato de disfarçar-se reedita o nascimento do sujeito psíquico, ou seja, cada nova representação adquirida “é um novo passo na ruptura com o cerco das coisas – agora rompe-se até a prisão das coisas identitárias de meu mundo habitual. [...] O ato de disfarçar-se está mais próximo do verdadeiro eu do sujeito que a identidade comum, cotidiana”²³.

Assim, notamos que o sujeito carrega a ilusão de possuir uma só identidade, visto ser esta uma construção permanente, e pautada em “mentiras”. Verdade é, para o sujeito, o ato de se construir.

Uma pesquisa de *campos*

Navegando pelo *Orkut*²⁴, uma rede social amplamente difundida no Brasil, procurávamos perfis de adolescentes até que surgisse algum que nos chamasse a atenção. Porém, nas visitas a perfis candidatos, deparamos com a dificuldade de saber se estávamos mesmo em perfis adolescentes, muitas vezes, não pelas descrições na página – seus escritos, fotos, comunidades – mas por não encontrar a idade dessas pessoas ou não poder confiar na idade colocada ali.

Esse fato trouxe uma denúncia: não poderíamos buscar um “fato” ali, uma informação de certa forma mais concreta (idade) para nos deixar ilusoriamente seguras de que estaríamos

lidando com os sujeitos prometidos: adolescentes. Assim, resolvemos nos desprender um pouco dessa ideia impossível para considerar a realidade que ali aparecesse. Neste sentido, fomos deparando com sujeitos que delineavam o que passamos a chamar de condição adolescente.

Consideramos, assim, que as determinações cronológicas de idade no mundo real perdem seu sentido no mundo virtual. Na contemporaneidade, ou na era da funcionalidade, e do tudo tem que ser “pra ontem”, temos todos uma idade mais ou menos jovem, feliz, e principalmente ágil. É essa a condição adolescente.

Um dos sujeitos encontrados e selecionado para esse recorte foi “Jhon”, que se define com 21 anos, católico, simpático, diz não beber, não fumar, não ter filhos, ter uma “outra” etnia, e estar no *Orkut* para fazer amigos. Pela idade colocada, não se trata de um adolescente dentro dos limites da OMS, ou da nossa Constituição Federal, porém, seu perfil retrata bem a condição adolescente e nos suscitou pensamentos sobre a construção da identidade.

Abaixo, trazemos um recorte de sua descrição:

*J Pra que me descrever?
Pra que editar meus defeitos e minhas qualidades?
Se cada um me vê do jeito que quer?*

*– E no mais...
Quem se define,
Se limita !!! ☺
Jonathan*



©PROFILE ORIGINAL®

Jhon está nos contando da sua impossibilidade de ser um só, para ele mesmo e para os outros, já que cada pessoa terá uma ideia a seu respeito. Além disso, ele não quer limitar suas possibilidades de ser, ou parecer, e quando escreve: “*Quem se define, se limita*”, reafirma que quer e pode ser vários, e é interessante que logo depois assina o seu nome, “Jonathan”, provavelmente o

nome que lhe foi dado, diferente de “Jhon”, apelido que usa para nomear sua página. A assinatura “Jonathan” ao final da descrição parece contradizer o que acaba de escrever, afinal, ele firma sua identidade, com um nome que se desdobra em uma história e vários sentidos; ele pode ser vários, mas algo o mantém nele mesmo.

Jonathan e Jhon são nomes de origem hebraica, de significados religiosos. Jonathan significa: presente de Deus, e Jhon – considerando uma variável de Jonathan –, misericórdia de Deus²³. Vemos que ele se define como cristão/católico no seu perfil, embora não percebamos um perfil religioso naquela página.

No final da descrição, Jhon acrescenta um código de barras e escreve: “PROFILE ORIGINAL”, ou seja, perfil original, entre símbolos que representam marca registrada “®” e direitos autorais protegidos “©”. Quando deparamos com esses símbolos, podemos associar aquele perfil com um produto à venda, seja para consumo, seja para contemplação, como um quadro exposto em uma galeria. A partir disso, pensamos naquela descrição como uma propaganda, um marketing pessoal, que oferece ao leitor-consumidor uma imagem-produto, que, se ele gostar, que compre: basta passar o código de barras na leitora e pagar o preço. Conhecer bem a imagem-produto não é necessário aqui, se a aparência agrada. Conhecendo ou não, o importante é que a imagem seja vendida.

Outras formas de dizer de si, além da descrição citada por Jhon, são através de seu grupo de amigos virtuais que aparece na sua página, e também por meio das comunidades às quais ele pertence, ou aquelas que pertencem a seu perfil.

Os adolescentes, de forma geral, vivendo o processo de construção identitária, querendo muitas vezes se reconhecer como únicos e, ao mesmo tempo, parte da comunidade onde estão inseridos, têm diante de si uma gama de possibilidades de

»»

no final da descrição, Jhon acrescenta um código de barras e escreve: “PROFILE ORIGINAL”, ou seja, perfil original

identificação. Os sites de relacionamento sugerem possibilitar a experiência de construção de vínculos de amizade, bem como a de manutenção desses vínculos.

“Diga-me com quem andas, que te direis quem és”²⁴. O que dizem de Jhon as fotos de seus amigos? Visualizamos ali, no momento de nosso acesso, as fotos e nomes de nove entre seus 304 amigos do *Orkut*. O número 304 já nos chama a atenção para a ideia discutida anteriormente sobre a perda do lastro simbólico e da substância social, atribuindo aqui esses conceitos à questão da amizade. Afinal, seria possível estabelecer amizade com 304 pessoas?

As fotos dos amigos de Jhon parecem peças de um quebra-cabeça que espelham o usuário em sua identidade em fragmentos. Não parece haver uma veiculação de ligação afetiva. Na exibição do corpo do outro há uma espécie de identificação em amálgama.

Passando às comunidades de Jhon, dentre as 186 escolhidas, selecionamos as três primeiras que apareceram: “A vida é feita de Escolhas!”, “*The Beyoncé Experience Tour*”, e “Não leve a vida tão a sério”. “A vida é feita de escolhas!”, outra realidade que parece, mas não necessariamente é. Ou, como já apontado anteriormente, temos várias opções de escolhas, podemos optar por qual produto consumir, mas não temos mais a opção de não consumir, de não escolher. “*The Beyoncé Experience Tour*”: uma expressão em inglês, citando uma cantora americana, que está “na moda”. E “Não leve a vida tão a sério!”, a qual trata de um bom conselho para se viver a contemporaneidade e, quem sabe, ser um pouquinho feliz: não leve nada muito a sério! É como se ouvíssemos: “leitor,

23 F. Herrmann, *op. cit.*, p. 161-162.

24 Disponível em: <www.orkut.com>.

25 Disponível em <<http://www.signomes.com/nomes-j2.php>>, e também em <<http://www.behindthename.com>>.

26 Ditado popular.



*Jonathan se disfarça
de Jhon, e Jhon
se disfarça de Jonathan*

não leve a sério o que eu escrevo, a foto que eu publico, as comunidades às quais eu pertencço. Isso tudo não diz muito, e o que diz pode não ser verdade. Tenho meus amigos no *Orkut*, mas não é amizade de verdade. Eu posso ter uma namorada, mas também não é sério.” Ouvimos também ao fundo: “Consumidor, não leve meu produto tão a sério, você vai descartá-lo, logo, logo, com apenas alguns cliques”. Jhon na verdade não diz nada, por falta de recursos, e, sendo assim, é a imagem que diz, imperando.

Minerbo diz que “pertencer a uma comunidade é fazer uma ‘proclamação instantânea do self’: amo isto, odeio aquilo. Elas funcionam como peças para que o sujeito componha um ‘mosaico virtual da identidade’”²⁷.

Roza Júnior analisa o *Orkut* como uma “ilha de edição”. Ele explica:

Por ilha, entendemos a solidão desse homem frente ao mundo; e por edição, a seleção e combinação de conteúdos escolhidos para serem apreciados pelo outro. Assim, adentraremos em um conceito de ilha de edição como uma combinação de imagens escolhidas cuidadosamente pelo ser humano. [...] Este ser humano “ilha de edição” é ou seria um ser humano ilhado pela edição da psique do Real, agregado à máquina ou degredado pelo pensamento²⁸.

Aprendemos a edição de Jhon como a de *uma ilha cercada por pedaços do mesmo por todos os lados*. Tanto as comunidades, como as fotos dos amigos, acrescidas de outras informações do perfil, são peças de um mosaico que forma a identidade de Jhon, composto por fragmentos de eus-outros-mesmos-Jhons.

Na produção de tensões à regra “descrição do perfil de Jhon”, buscamos abalar as apreensões rotineiras para possibilitar o delineamento de outros campos, tais como: “como Jhon reflete a construção identitária adolescente no mundo virtual”, ou “as revelações dos disfarces de Jhon”.

Jonathan se disfarça de Jhon, e Jhon se disfarça de Jonathan. Jhon se disfarça de quem não liga, não se importa, não sofre, não leva nada a sério. Jhon se disfarça de “descolado”, está no mundo virtual, está inserido, está atual, é fã da *Beyoncé*. Ele se disfarça de “popular”, tem 304 amigos, não está só. Jhon se disfarça de mercadoria, mas com marca registrada e direitos autorais protegidos: mercadoria de qualidade! Nesse jogo de disfarce, nessa troca de vestes, conseguimos apreender um pouco sobre esse sujeito e sobre o mundo que constitui sua habitação.

Considerações finais

Começamos esse estudo buscando, para diálogo, os adolescentes da contemporaneidade. À medida que fomos para o espaço da internet, a problemática da idade nos fez reconhecer que deparávamos com sujeitos em condição adolescente.

Esses sujeitos em processo de adolecer, tendo acesso ao ciberespaço – que acreditamos ser a grande maioria deles – tem diante de si novas possibilidades de construção identitária. As redes virtuais são muito novas, o *Orkut* foi criado em 2004²⁹, e o *Twitter*, em 2006³⁰, e essas, entre outras, obtiveram grande repercussão especialmente entre os brasileiros adolescentes e jovens adultos.

Nos ambientes sociais-virtuais, esses indivíduos têm a chance de conhecer pessoas de todo o planeta, e de se relacionar com elas, o que nos faz acreditar – antes, mais do que agora – que eles detêm uma grande riqueza em mãos: possibilidades infinitas de encontros e trocas.

Porém, ao navegarmos em sites de relacionamento como o *Orkut*, tivemos, ao contrário,

um encontro com repertórios empobrecidos, repetitivos, extensos – porém, vazios –, e muitas vezes desinteressantes. O excesso de escritos, fotos, discussões, vídeos, amigos, etc. parece tamponar a ausência de contorno e os vazios que separam os fragmentos das ilhas-identidades. Espaços teoricamente propostos para a liberdade de criação e de interação se revelaram lugares de repetição e solidão. São esses os lugares que fascinam tanto os adolescentes. E o que isso nos diz a respeito da psique do real?

O mundo em que vivemos não está amparando nossos adolescentes em uma construção identitária com possibilidades efetivas de constituição de sentidos. Vivemos em uma realidade fragmentada e superficial, além de virtual. Nosso mundo é um próprio caleidoscópio “quebrado”, com vidrilhos tão estilhaçados que desfavorecem a formação de imagens passíveis de reconhecimento e apreciação. Mais uma vez recorreremos a Minerbo, para quem “o sujeito não dispõe dos elementos necessários e suficientes para fazer sentido de si, de suas experiências, e do mundo. Daí o sentimento de angústia, de vazio existencial e de tédio, que têm sido descritos, equivocadamente, como depressão”³¹. Tudo isso não se deu pela ascensão da internet e das redes sociais. O ciberespaço é apenas mais um lugar regido pela mesma regra que nos sustenta em qualquer campo: o real.

E quanto ao fascínio dos adolescentes? Produto da mesma lógica que move toda a nossa psique, tal fascínio advém da sociedade espetacular,

»»

*adição é um termo pertinente,
que nos remete agora ao sentido
que Herrmann utiliza quando
fala da adição à adição*

que cultua a imagem como a coisa-em-si, e o excesso como valor. O que é vivido na relação com a mercadoria e com a máquina se tras põe para as relações humanas. Quase que sem metáfora, ou sem mediação simbólica.

Se a existência na rede social não requer muito esforço em direção da criação, ela exige esforços na busca por manter o excesso, com postagens frequentes, adição de amigos, fotos, e “novidades”. Adição é um termo pertinente, que nos remete agora ao sentido que Herrmann utiliza quando fala da adição à adição, vício que não é definido pelo que é ingerido (drogas, comida, identidades), mas pelo “estímulo de realimentação”³². O fascínio alimenta as páginas virtuais e se alimenta delas. Caso os perfis não sejam alimentados frequentemente, eles e seus donos desaparecem, caem no esquecimento. Afinal, na sociedade do espetáculo, é preciso aparecer para ser. De forma mais exigente, parece ser preciso atingir o absurdo de parar-de-ser para ser. É o que reflete a lógica de construção identitária adolescente das ilhas-cercadas-de-mesmos-por-todos-os-lados.

27 M. Minerbo, “Depleção simbólica e sofrimento narcísico contemporâneo”.

28 J. A. Roza Júnior, *As inter-relações na adolescência: a máquina incorporada e a virtualidade contemporânea*, p. 38.

29 Acesso em 25 mar. 2011, disponível em <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Orkut>>.

30 Acesso em 25 mar. 2011, disponível em <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Twitter>>.

31 M. Minerbo, “A fragilidade do símbolo: aspectos sociais e subjetivos”, p. 42.

32 F. Herrmann, “Adição à adição”, p. 4.

Referências bibliográficas

- Adorno T. W. (1999). Conceito de Iluminismo. In: *Textos Escolhidos* – Adorno Vida e Obra. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural.
- Debord G. (1997). *A sociedade do espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- Herrmann F. (1997). *Psicanálise do cotidiano*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Herrmann F. (1999a). *O que é psicanálise – Para iniciantes ou não*. 13. ed. São Paulo: HePsiché.
- Herrmann F. (1999b). *A psique e o eu*. São Paulo: Hepsyché.
- Herrmann F. (2001a). *Introdução à teoria dos campos*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Herrmann F. (2001b). *Andaimes do real: o método da psicanálise*. 3. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Herrmann F. (2003a). Psicanálise e política – no mundo em que vivemos. *Revista Trieb*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 235-263. Rio de Janeiro.
- Herrmann F. (2003b). Adição à adição. Comunicação oral na I Jornada Promud, em 22 nov. 2003.
- Herrmann L. (2007). *Andaimes do real: a construção de um pensamento*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Kehl M. R. (2003). O espetáculo como meio de subjetivação. Disponível em <www.mariaritakehl.psc.br/PDF/oespetaculocomomeiodesubjetivacao.pdf>. Acesso em 29 dez. 2010.
- Minerbo M. (2003). O método psicanalítico em Freud. *Revista Brasileira de Psicanálise*, v. 37, n. 2/3, p. 01-10.
- Minerbo M. (2009a). Depleção simbólica e sofrimento narcísico contemporâneo. *Contemporânea – Psicanálise e Transdisciplinaridade*, Porto Alegre, n.7. Disponível em <www.contemporaneo.org.br/contemporanea.php>.
- Minerbo M. (2009b). A fragilidade do símbolo: aspectos sociais e subjetivos. *Contemporânea – Psicanálise e Transdisciplinaridade*, Porto Alegre, n.7. Disponível em <www.contemporaneo.org.br/contemporanea.php>.
- Rolnik S. (1997). Toxicômanos de identidade. Subjetividade em tempo de globalização. In: Lins D. (org.) *Cultura e subjetividade. Saberes nômades*. Campinas: Papyrus. p. 19-24.
- Roza Júnior J. A. (2009). *As inter-relações na adolescência: a máquina in-corporada e a virtualidade contemporânea*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG.

Adolescent identity-construction in the virtual world: islands surrounded by selves on all sides

Abstract In this article, through the psychoanalytic interpretation method, the teenager's identity and relations on the internet go to the couch, taking with them the world which we live in. The teen's profile on Orkut has provided us with the thought of a possible logic of identity construction: the island-surrounded-by-selves-on-all-sides.

Keywords identity construction; social networks; subjectivity; teen condition.

Recebido em: outubro/2011.

Aprovado em: março/2012.

Transferência, transparência e transformação na clínica da drogadicção

Bianca Bergamo Savietto

Bianca Bergamo Savietto tem graduação em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, especialização em Saúde Mental (ENSP – FIOCRUZ), mestrado (bolsista CAPES) em Teoria Psicanalítica (UFRJ), doutorado (bolsista CAPES) em Teoria Psicanalítica (UFRJ) com período “sanduíche” na Université de Paris 7 – Denis Diderot e é pós-doutoranda do Departamento de Psicologia Experimental da Universidade de São Paulo (bolsista FAPESP).

Agradecimento Aos colegas do grupo de pesquisa da USP, coordenado pelo prof. Luís Claudio Figueiredo, pela interlocução que vem se configurando, simultânea e articuladamente, como estímulo ao refinamento / andamento da pesquisa e como impulso a novas reflexões ligadas ao exercício clínico.

Resumo Este artigo tem como objetivo a análise de aspectos inerentes ao tratamento de um caso clínico de drogadicção. Apoiando-nos no conceito de objeto transformacional, assim como em elaborações acerca dos processos de ilusão/desilusão e da função de espelho, examinamos tais aspectos como condições de possibilidade para a entrada em um terceiro tempo do tratamento em questão, tempo do *poder querer*.

Palavras-chave objeto transformacional; ilusão/desilusão; reflexividade; regressão à dependência; adicção.

- 1 L. C. Figueiredo, “A situação analisante e a variedade da clínica contemporânea”, p. 137-150.
- 2 R. Roussillon, “La ‘conversation’ psychanalytique: un divan en latence”, p. 365-381. Os grifos são meus.
- 3 L. C. Figueiredo, “Confiança. A experiência de confiar na clínica e na cultura”, p. 71-99.

Neste trabalho serão abordados fragmentos clínicos dos atendimentos de Juliana, uma jovem adulta de quase trinta anos, em análise há cinco anos, que não tem certeza de quem é seu pai e cuja mãe é “um filho grande”. Seu percurso é marcado por drogas ilícitas, álcool, abuso de anfetaminas e consumo de tranquilizantes. Sintetizarei, logo de início, dois momentos distintos do tratamento da jovem, para em seguida focar a entrada em um terceiro tempo do tratamento em questão.

Em relação ao primeiro momento, destacam-se o caderno trazido pela paciente, com pautas pré-estabelecidas, e sua fala desenfreada, como defesas contra o “deixar-se cair fora de si”¹. Destaca-se também a necessidade que a jovem parecia ter de lançar mão do recurso a diferentes substâncias tóxicas nos encontros da dupla – necessidade de elaboração de um corpo que resistisse, em tais encontros, à ameaça de uma abertura mortal – assim como a construção/instauração de um dispositivo bastante elástico, capaz de acolher a questão de seu abusivo consumo de (variadas) substâncias tóxicas. Esta questão, no lugar de comparecer verbalmente, insistia em se *apresentar* sob a forma de intensa “*comunicação mimo-gesto-postural*”². Outro aspecto ainda a destacar consiste na necessidade de um especial cuidado quanto à espera da instalação da transferência quando está em jogo o ataque às possibilidades de confiar³.

Após sobreviver, sem retraimento nem retaliação, a uma maciça redução de sua figura ao estatuto de objeto – não objeto, objeto negado em sua alteridade e sob constante tentativa de controle, a analista pôde ser reconhecida como bom objeto,



*segundo Thomas Ogden,
os sentimentos do analista acerca
do que é verdade em uma
dada experiência são
meras especulações, até entrarem
em relação com algo externo
à sua realidade psíquica*

com função de mediação da excitação não ligada. A construção de uma confiança, assim como a progressiva sinceridade, havia encontrado lugar, abrindo espaço para um segundo momento do tratamento.

Neste segundo momento a analista passa a chamar a paciente à vida, reclamar sua presença viva e interativa, “interpelando”, “intimando”⁴ a dimensão emocional e pulsional de sua vivência, mas, ao mesmo tempo, oferecendo continência a tal dimensão. A analista se oferece como filtro à toxicidade intrínseca a aspectos das experiências subjetivas arcaicas da jovem. No que se refere a este segundo tempo, gostaria de enfatizar se tratar de um contexto no qual a regressão à dependência estava em cena como elemento fundamental da transferência. Em tal contexto, Juliana parecia já *poder ser* (algo)⁵.

No decorrer do segundo momento do tratamento, Juliana assevera durante uma sessão: “Eu preciso daqui que nem um viciado precisa de cocaína”. No entanto, meses depois, afirma vir notando “um efeito muito grande da análise” quanto a conseguir se posicionar, estabelecer o que quer/o que não quer – “Pela primeira vez,

com quase trinta anos, eu tô *podendo querer* as coisas! Antes, era uma questão de sobreviver. É como se eu tivesse vivido a vida de trás pra frente”. Na sequência, define esse *poder querer* como um “terceiro efeito importante da análise”, explicando que “o primeiro efeito” teria sido “parar de mentir” e “o segundo”, por sua vez, “dividir (com a analista) coisas que não divido com ninguém”.

Segundo Thomas Ogden⁶, os sentimentos do analista acerca do que é verdade em uma dada experiência são meras especulações, até entrarem em relação com algo externo à sua realidade psíquica. É a resposta do paciente – e, sucessivamente, a resposta do analista à resposta do paciente, e assim por diante – que desempenha o papel essencial de confirmar (ou não) a intuição do analista. Neste sentido, as afirmações de Juliana expostas acima parecem configurar as especulações sobre o primeiro e o segundo momento do tratamento como verdadeiras, no que se refere à experiência que paciente e analista vêm compartilhando na situação analisante.

Para além disso, tais afirmações, tomadas aqui como respostas da paciente às especulações da analista, acrescentam, a meu ver, algo novo. Juliana diz que percebe estar experimentando um “terceiro efeito” da análise, o que leva a analista a refletir sobre a entrada em um terceiro tempo do tratamento – para além do *poder ser*, tempo do *poder querer*. O presente texto consiste numa tentativa de resposta da analista às respostas da jovem. Quer dizer, é por meio de sua escritura que ganharão forma novas especulações a respeito dessa entrada em um terceiro momento do tratamento. E, apesar de escrito pela analista com base em desenvolvimentos teórico-clínicos provenientes de sua pesquisa de pós-doutorado, pode-se considerar que, em sua essência – tendo em vista o que Ogden concebe como o terceiro sujeito da análise – a autoria é tanto da analista quanto da paciente, assim como de nenhuma das duas.

Voltarei a certas hipóteses construídas anteriormente^{7,8} desdobrando-as e articulando-as a novas contribuições teóricas. Este novo retorno permitirá examinar aspectos inerentes ao

segundo momento do tratamento de Juliana, os quais considero representar condições de possibilidade para a entrada em um terceiro tempo do tratamento.

(Novo) Retorno e avanço

O eu pode ser compreendido como uma superfície que se constitui como objeto de satisfação de um outro⁹. Tal compreensão é influenciada pelas formulações freudianas acerca do revigoramento da onipotência narcísica dos pais por ocasião da chegada de um filho. Neste sentido: “Com efeito, o eu torna-se este corpo que [...] responde à demanda de uma ‘outra pessoa’ e preenche sua expectativa”¹⁰. Esse corpo está, então, inicialmente tragado numa captura narcísica, satisfazendo e preenchendo continuamente o outro. Porém, é indispensável que, gradativamente, ele saia dessa captura para que alguma subjetivação seja possível.

Essas considerações nos remetem à distinção entre dependência normal e dependência patológica¹¹. Isso porque, nos casos de dependência normal, criança e objeto primário saem progressivamente daquilo que é denominado ilusão. Entendo esta ilusão na mesma direção da captura narcísica do parágrafo anterior, na qual o eu se encontra imerso na origem de sua constituição. A saída dessa captura por parte do eu está intrinsecamente ligada às qualidades da relação primária com o outro: para que a (sempre relativa) autonomização, base da dependência normal, entre

»
a impossibilidade, por parte dos objetos primordiais, quanto à promoção da imprescindível saída da captura narcísica pode ser compreendida como toxicidade relativa a tais objetos

em cena é preciso que criança e objeto primário gradualmente saiam da ilusão.

Quando a progressiva separação/diferenciação da criança é representada por esse objeto como ferida ao seu narcisismo, a captura se mantém. O sujeito, então, em vez de ter, aos poucos, suas demandas singulares reconhecidas, permanece sendo cuidado – pode-se dizer: (narcisicamente) abusado – em função das demandas de uma outra pessoa. Uma vedação é assim operada, engendrando a instalação de dependência patológica, de um vínculo tóxico no lugar de um vínculo vivo, o qual engessa o sujeito e entrava a construção de novos vínculos.

A impossibilidade, por parte dos objetos primordiais, quanto à promoção da imprescindível saída da captura narcísica pode ser compreendida como toxicidade relativa a tais objetos. Ao não promover a saída dessa captura, os objetos primários produzem o fechamento do sujeito num projeto alienante, mortificando, assim, seu desenvolvimento subjetivo e sua evolução libidinal. É diante do aprisionamento a uma captura narcísica, da insistência de uma abertura mortífera para um outro alienante e intoxicante, que o

4 L. C. Figueiredo, “A metapsicologia do cuidado”, p. 131-151.

5 Em referência aos versos de Fernando Pessoa: “Não sou nada. Nunca serei nada. Não posso querer ser nada. À parte isso, tenho em mim todos os sonhos do mundo” [F. Pessoa, “Tabacaria”, p. 362-366].

6 T. H. Ogden, “What’s true and whose idea was it?”, p. 61-76.

7 B. B. Savietto *Drogadicção na juventude contemporânea: a “intoxicação” pelo outro*.

8 B. B. Savietto, “Este (meu) corpo, a quem pertence?: considerações metapsicológicas e clínicas sobre a drogadicção”, p. 57-68.

9 S. Le Poulichet, “Se faire un corps étranger”, p. 249-263.

10 S. Le Poulichet, *op. cit.*, p. 255. A tradução é minha.

11 G. Bourdellon, “Engagement dans le désir ou engouffrement dans la dependance”, p. 441-457.



*e creio que, no que
concerne especificamente à
drogadicção – meu objeto
de estudo –, antes de emergir do
fracasso em ser desiludido do vínculo
com o objeto transformacional,
ela emerge de um fracasso
deste objeto quanto a proporcionar
a possibilidade de ilusão*

drogadicção parece ensaiar uma última tentativa (paradoxal) de construção de um corpo circular e provido de bordas.

Após o resgate dessas hipóteses, prossigamos com novas contribuições teóricas. Christopher Bollas, ao desenvolver o conceito de objeto transformacional, descreve-o como um objeto “identificado vivencialmente pelo infante com processos que alteram a experiência de si”; este primeiro objeto “é ‘sabido’ como uma recorrente experiência de existir”; isto é, “a mãe é experimentada como um processo de transformação” (mãe “ambiente” – em referência às ideias de Winnicott – abarcadora com função de “transformador ambiente-somático do sujeito”) ¹². O autor ressalta que a “busca de equivalentes simbólicos do objeto transformacional, e a experiência com a qual este está identificado, continuam na vida adulta” ¹³.

Apesar de não dizer explicitamente que o vínculo com o objeto transformacional configura uma experiência constitutiva de ilusão, Bollas escreve: “Não deve surpreender que diversas psicopatologias emergem do fracasso (segundo a expressão de Winnicott) em ser desiludido desse vínculo” ¹⁴. Note-se que, na sequência dessa afir-

mação, ele usa como exemplo psicopatológico uma modalidade de adicção (adicção ao jogo).

Indo diretamente a Winnicott, encontramos a seguinte definição de adicção: “Na psicopatologia: A adicção pode ser descrita como uma regressão a um estágio em que os fenômenos transicionais não eram questionados” ¹⁵. Logo, as patologias adictivas são aí entendidas como regressões a um estágio em que a questão “Você concebeu isto ou isto lhe foi apresentado a partir do exterior?” não se coloca, estágio dos objetos e fenômenos transicionais, os quais “pertencem ao reino da ilusão” ¹⁶.

Sobre o processo de desilusão, entendo que este só se dá, de acordo com o pensamento winnicottiano, quando a experiência constitutiva de ilusão esteve assegurada; “a tarefa mais importante da mãe (*depois de proporcionar a possibilidade de ilusão*) é a tarefa de desiludir” ¹⁷. Ou seja, compreendo a possibilidade de ilusão como condição *sine qua non* para a ocorrência do processo gradual de desilusão.

E creio que, no que concerne especificamente à drogadicção – meu objeto de estudo –, antes de emergir do fracasso em ser desiludido do vínculo com o objeto transformacional, ela emerge de um fracasso deste objeto quanto a proporcionar a possibilidade de ilusão. Afinal, a adicção representa uma regressão ao estágio dos fenômenos pertencentes ao *reino da ilusão*, e isso aponta, a meu ver, que “há algo de podre no reino [...]”. Se, na captura narcísica em que o eu se acha inicialmente tragado, ele (o eu, ainda indiferenciado do outro) satisfaz e preenche continuamente o outro, é preciso desenvolver e sublinhar aqui importantes desdobramentos para que o argumento relativo à drogadicção possa ser sustentado.

Esse outro, quando concebido como a mãe ambiente experimentada como processo de transformação/alteração de si, é uma “mãe que se acha [...] tão identificada com o bebê, de maneira que sabe sem pensar mais ou menos do que o bebê precisa” ¹⁸. O estágio no qual o eu se encontra imerso na origem de sua constituição (nos primórdios da experiência, em termos winnicottianos), ou o reino da ilusão, “deve sua existência à capacidade

especial da mãe de adaptar-se às necessidades de seu bebê”¹⁹. O sujeito é cuidado, portanto, em função das demandas de uma outra pessoa cujo rosto reflete, em grande medida, o próprio sujeito²⁰, em função das demandas de uma outra pessoa que aceita apagar, em grande parte, sua subjetividade, a fim de refletir os movimentos do sujeito. É assim que essa outra pessoa assegura ao sujeito a ilusão de criar alucinatoriamente o objeto encontrado perceptivamente²¹.

Das hipóteses construídas anteriormente, o que estou buscando desdobrar é que, antes de um impasse quanto à saída da captura narcísica, saída da ilusão, noto um outro impasse, uma toxicidade, intrínsecos à própria captura nos casos de drogadicção. Abuso narcísico desde sempre, perpetuado sem fim. Se “para se ouvir, se ver, se refletir, o sujeito precisa ser escutado e ouvido por um outro-sujeito, ser olhado e visto, ser sentido por um outro-sujeito”²², nos casos em questão este outro-sujeito, desde os primórdios da experiência, escuta e ouve, olha e vê, sente o sujeito, privilegiadamente, como objeto puramente narcísico. Onde uma coreografia “estésica” e emocional mãe-bebê, um compartilhamento “em duplo”²³, deveriam encontrar lugar, parece haver nada mais que

»»

Bollas articula a necessidade de reparação do eu, precisamente, a uma “mãe minimamente transformativa”, mãe esta como a de Peter, paciente de seu exemplo clínico, a qual transmitiu ao filho “sua função crucial, que é a de ser objeto mítico dela”

uma dança solo. René Roussillon formula, justamente, que as falhas narcísicas que “prefiguram as futuras formas de dependências problemáticas” advêm do “fracasso da coreografia [...] primária”²⁴.

Em que pesem possíveis diferenças quanto ao que está sendo elaborado, Bollas concebe a busca de um objeto idealizado, capaz de promover uma transformação milagrosa, como “um reconhecimento interior da necessidade de reparação do eu”; e assevera: “como tal, é uma busca de saúde”²⁵. Na mesma direção, concebo o compulsivo recurso ao objeto-droga como tentativa paradoxal de autotratamento, dando relevo à dimensão de automedicação própria à drogadicção²⁶. Bollas articula a necessidade de reparação do eu, precisamente, a uma “mãe minimamente transformativa”, mãe esta como a de Peter, paciente de seu exemplo clínico, a qual transmitiu ao filho “sua função crucial, que é a de ser objeto mítico dela”, de maneira que “Peter não experimenta como seu o próprio espaço psíquico interno. Este existe para o outro, uma região que não é o ‘desde mim’ mas o ‘para ela’”²⁷.

Bollas encerra a apresentação desse exemplo clínico afirmando que:

12 C. Bollas, “El objeto transformacional”, p. 30-31. A tradução é minha.

13 C. Bollas, *op. cit.*, p. 34. A tradução é minha.

14 *Loc. cit.* A tradução é minha.

15 D. W. Winnicott, “Objetos transicionais e fenômenos transicionais”, p. 331. (Grifos do autor).

16 *Loc. cit.* Os grifos são meus.

17 D. W. Winnicott, *op. cit.*, p. 329. Os grifos são meus.

18 D. W. Winnicott, “A experiência mãe-bebê de mutualidade”, p. 201.

19 D. W. Winnicott, *op. cit.*, p. 331.

20 D. W. Winnicott, “O papel de espelho da mãe e da família no desenvolvimento infantil”.

21 R. Roussillon, “L’entreje(u) primitif et l’homosexualité primaire ‘en double’”, p. 126.

22 R. Roussillon, “Pluralité de l’appropriation subjective”, p. 74. A tradução é minha.

23 R. Roussillon, “L’entreje(u) primitif et l’homosexualité primaire ‘en double’”.

24 R. Roussillon, *op. cit.*, p. 126. A tradução é minha.

25 C. Bollas, “El objeto transformacional”, p. 39. A tradução é minha.

26 B. B. Savietto, *Drogadicção na juventude contemporânea*: a ‘intoxicação’ pelo outro; “Este (meu) corpo, a quem pertence?”: considerações metapsicológicas e clínicas sobre a drogadicção”.

27 C. Bollas, “El objeto transformacional”, p. 36. A tradução é minha.



sem a “decepção”
da mãe pensada como
aquilo que permite que esta atenda
às necessidades do filho,
a experiência de ilusão
em si não se configura
como constitutiva

[...] não só o infante necessita ser separado e desiludido da mãe transformacional, mas também esta tem que sofrer uma “decepção” infligida pelas necessidades reais do infante, que mitigue seu anseio inconsciente de um infante que seja seu objeto transformacional. A mãe de Peter se negou sempre a reconhecê-lo e atendê-lo como pessoa real [...]. Possuía-o [...]. Não atendia suas necessidades reais²⁸.

De acordo com a presente argumentação, a “decepção” da mãe, tomada como a adaptação desta às necessidades de seu bebê, é anterior à separação, vital à oferta da possibilidade de ilusão e, portanto, condição *sine qua non* para a ocorrência do processo gradual de desilusão do infante. Sem ela (a “decepção” da mãe pensada como aquilo que permite que esta atenda às necessidades do filho), a experiência de ilusão em si não se configura como constitutiva: ao ensaiar passos de uma dança solo, ao se movimentar na contramão do engendramento de uma experiência de mutualidade, o objeto primário não é capaz de “tornar real aquilo que o bebê está pronto para alcançar, descobrir, criar”²⁹. Em vez de, como objeto transformacional, exercer as diversas funções básicas

de cuidado³⁰, a mãe, então, numa lógica especular e narcísica, inverte as posições, impondo ao infante o dever mortífero e alienante de ser seu objeto transformacional.

Considero estar claro que, quando faço uso da noção de função de espelho da mãe no bojo da investigação sobre a drogadicção, procuro, a todo custo, circunscrevê-la como constitutiva em oposição à ideia de especularidade narcísica. É importante, neste ponto, evidenciar que também oponho tal noção à ideia de absoluta opacidade. A coreografia estésica e emocional mãe-bebê inclui tanto correspondência, aproximação, quanto afastamento³¹. Ao escrever sobre o processo de apropriação subjetiva, Roussillon diz³², justamente, que a resposta do objeto deve implicar tanto sua alteridade quanto sua identidade com relação ao sujeito. Ou seja, nesse processo intersubjetivo de simbolização, as diferenças entre os que nele estão envolvidos são tão importantes quanto o são as similitudes; o processo depende não só de uma forma de identificação que possibilite compartilhamento de afeto e empatia, mas também de um jogo de distância e de diferença.

É nesse sentido que compreendo o acréscimo de Winnicott à citação sobre a mãe que se acha tão identificada com o bebê que, sem pensar, sabe mais ou menos do que este precisa: “[...] e, na saúde, ela faz isto sem perder a sua própria identidade”. Em nota de rodapé, ele acrescenta: “Na psicopatologia, ela pode achar-se tão identificada com o bebê que perde a sua capacidade materna”³³.

Porém, faço ainda uma ressalva, a fim de evitar contradições: o bebê “[...] deve poder integrar o objeto e a alteridade deste, as particularidades deste, em ‘sua onipotência’ narcísica, mas para isso é preciso que a alteridade do objeto não exceda suas capacidades de assimilação”³⁴.

No âmbito clínico – contemplado a seguir – tendo em vista que “O vislumbre do bebê e da criança vendo o eu (*self*) no rosto da mãe e, posteriormente, num espelho, proporciona um modo de olhar a análise e a tarefa psicoterapêutica”³⁵, é possível dizer que:



Até de doce de coco, que é bom, a gente enjoa. Os excessos da implicação são bem mais graves do que um mero mal-estar gástrico. Quando a intersubjetividade transubjetiva domina em excesso, configura-se uma experiência de engolfamento totalitário e claustrofóbico. É o cuidado que não dá sossego, sufoca. Mas também o reconhecimento ilimitado – que vai muito além e se desvia do testemunho autêntico e veraz – produz uma especularidade narcísica em que se instala a dependência diante da atenção e da aprovação alheia, um estado de alienação. Finalmente, e de maneira mais evidente, pode-se gerar uma experiência de traumatismo crônico quando o outro, reclamante e interpelador, o outro-questão, sobressai demasiadamente³⁶.

*trata-se, a meu ver,
da atitude do analista para
somar-se sob medida⁴ ao processo
intersubjetivo como objeto
transformacional*

Elementos clínicos

Foi com base nessa citação de Luís Cláudio Figueiredo que teci, em trabalho anterior³⁷, as considerações finais acerca do tratamento de Juliana. Porém, conforme ali também sublinhei, a situação analisante é “uma espécie de entidade viva e continuamente em processo de ajuste e conquista”³⁸. Juliana *sabe* isso; percebe, experimenta, como efeito da análise, um *poder querer* como mais uma nova alteração na experiência de si. A partir de que condições de possibilidade? Penso que, sobretudo, a partir de certos aspectos inerentes ao

contexto do segundo momento do tratamento da jovem, no qual a regressão à dependência estava em cena como elemento fundamental da transferência. Vejamos:

O processo intersubjetivo que promove esse tipo de regressão se baseia na função do analista como objeto transformacional, [...] como um objeto associado a um processo que não distingue entre percepções interiores e exteriores.

*A atitude do analista para somar-se a este processo intersubjetivo como objeto transformacional, e não como um objeto separado, equivale a um ato de “provisão” dentro da contratransferência*³⁹.

Trata-se mais precisamente, a meu ver, da atitude do analista para somar-se *sob medida*⁴⁰ ao processo intersubjetivo como objeto transformacional: não como um objeto separado, nem como um objeto fundido, colado, uma vez que, como já colocado, os processos de simbolização e de apropriação subjetiva dependem tanto de uma forma de identificação que possibilite compartilhamento de afeto e empatia, quanto de um jogo de distância e de diferença. Ogden, ao refletir

28 C. Bollas, *op. cit.*, p. 38-39.

29 D. W. Winnicott, “A experiência mãe-bebê de mutualidade”, p. 198.

30 L. C. Figueiredo, Aula na PUCSP. Texto não publicado.

31 R. Roussillon, “L’entreje(u) primitif et l’homosexualité primaire ‘en double’”.

32 R. Roussillon, “Pluralité de l’appropriation subjective”.

33 D. W. Winnicott, “A experiência mãe-bebê de mutualidade”, p. 201.

34 R. Roussillon, “Le besoin de créer et la pensée de D. W. Winnicott”, p. 45. A tradução é minha.

35 D. W. Winnicott, “O papel de espelho da mãe e da família no desenvolvimento infantil”, p. 161.

36 L. C. Figueiredo, “A metapsicologia do cuidado”, p. 140.

37 B. B. Savietto, “‘Este (meu) corpo, a quem pertence?’: considerações metapsicológicas e clínicas sobre a drogadicção”.

38 L. C. Figueiredo, “A situação analisante e a variedade da clínica contemporânea”. Os grifos são meus.

39 C. Bollas (1997b) “La regresión ordinaria a la dependencia”, p. 325-326. A tradução e os grifos são meus.

40 Em referência ao que Figueiredo desenvolve em seus trabalhos sobre a técnica e/ou o cuidado de base psicanalítica.



não enxergo a transparência
segundo Bollas como
aquilo de que me parece falar
Freud na seguinte recomendação:
“O médico deve ser opaco
para o analisando e, tal como
um espelho, só mostrar
o que lhe é mostrado”

sobre a tarefa do analista de estar emocionalmente presente e, simultaneamente, transparente, afirma exatamente que:

Acompanhando qualquer crescimento psicológico alcançado dessa forma, encontramos não a assinatura do analista [...], mas traços dele como alguém que estava presente e se tornou ausente, deixando traços. Os traços mais importantes que o analista deixa não são as identificações do paciente com ele como pessoa, mas traços da experiência de fazer uso psicológico daquilo que o analista diz, faz e é⁴¹.

Bollas supõe que uma regressão à dependência se caracteriza pela entrega, por parte do paciente, de certas funções egoicas “importantes”/“superiores”, o que demanda que este “confie na atitude do analista para preservar o lugar, o espaço, o tempo e o processo”⁴² enquanto renuncia a tais funções. Ao se oferecer e poder ser reconhecida como bom objeto no segundo tempo do tratamento de Juliana, como filtro à toxicidade alienante e mortificante intrínseca a aspectos das experiências subjetivas arcaicas da jovem (perpetuados na manutenção de uma captura narcísica), a analista

soma-se *sob medida* ao processo intersubjetivo e, conforme sustentado no trabalho anterior (mencionado acima) juntamente com Winnicott⁴³, exerce essa função auxiliar de suporte egoico. Cabe destacar aqui que um bom objeto é justamente aquele que não se ausenta quando devia estar presente e, *num equilíbrio dinâmico*, não se impõe quando deveria deixar-se rasurar; ele viabiliza a sua própria internalização, assim como a sua negatificação numa forma de *presença ausente* que dá lugar aos inúmeros objetos substitutivos e se transforma em estrutura psíquica⁴⁴ – o que nos remete diretamente às formulações de Ogden.

Voltando a elas, vale ressaltar (novamente, desta vez devidamente adentrado o âmbito clínico) que não enxergo a transparência de que fala o autor como opacidade absoluta; não a enxergo como aquilo de que me parece falar Freud na seguinte recomendação: “O médico deve ser opaco para o analisando e, tal como um espelho, só mostrar o que lhe é mostrado”⁴⁵. Essa recomendação alia-se, a meu ver, a uma outra, formando um composto que vai em direção contrária àquela que estou trilhando: “Recomendo enfaticamente aos colegas que no tratamento psicanalítico tomem por modelo o cirurgião, que deixa de lado todos os seus afetos e até mesmo sua paixão de ser humano”⁴⁶.

Estar transparente e, ao mesmo tempo, emocionalmente presente é o que possibilita à analista reconhecer, nomear e restituir a Juliana as “coisas” que esta “nunca sentiu antes” e “não consegue compreender”, descritas por meio de imagens e metáforas no segundo momento do tratamento. A jovem, em tal contexto, afirma: “É como se eu fosse míope e, aqui, colocasse os meus óculos”⁴⁷. Estar transparente e também emocionalmente presente, ou estar *sob medida*, permite que a analista – a partir da ressonância afetiva, a partir daquilo que consegue apreender na contratransferência⁴⁸ – funcione como os próprios óculos da paciente.

A questão “Você concebeu ‘esses óculos’ ou isto lhe foi apresentado a partir do exterior?” não se coloca, pois, como vimos com Bollas⁴⁹, o

processo intersubjetivo que promove uma regressão à dependência se baseia na função do analista “como um objeto associado a um processo que não distingue entre percepções interiores e exteriores”. Este ponto será retomado adiante.

A dupla reencena, então, no segundo tempo do tratamento, uma coreografia primária na qual sintonia estésica e emocional, aproximação, estão em jogo, assim como afastamento, *num equilíbrio dinâmico*. Enquanto a mãe de Juliana – associada por esta às ideias de “areia movediça” / “um rio em que não se vê o fundo” – coreografa passos de uma dança solo, impondo sem cessar à filha o dever mortífero e alienante de ser seu objeto transformacional, seu objeto cuidador, a analista convida reiteradamente a paciente para um *pas de deux*. O “processo se repete uma e outra vez”, de maneira que o paciente internalize “não só os objetos internos reformados, mas também a função continente do analista”, tornando-se capaz de “eliminar o tóxico em maus objetos internos”⁵⁰.

Juliana, agora, quanto às suas próprias investidas para se afastar do objeto parental materno, altamente tóxico e rebelde a todo controle, já não repete como um mantra: “Não adianta, isso não tem solução, eu não consigo virar as costas para ela, não posso abandoná-la”⁵¹. Neste terceiro momento do tratamento, sobre o qual me propus a refletir – analisando as suas condições de possibilidade – a jovem “decide não dar o peixe, e sim ensinar a pescar”: arranja um emprego

»»

*Juliana passa a trazer às sessões,
a partir desse movimento,
o prazer que tem sentido em
“ficar sozinha na minha casa,
interagindo com o meu eu; sem
pensar em nada, sem me preocupar
com nada, que nem quando
a gente é criança”.*

para a mãe; sai de seu próprio apartamento, invadido pela mãe, sugerindo a esta que subloque um quarto a fim de arcar com os custos; e aluga um novo apartamento, juntamente com o companheiro atual (que passa parte da semana fora da cidade, por motivos de trabalho).

Ela passa a trazer às sessões, a partir desse movimento, o prazer que tem sentido em “ficar sozinha na minha casa, interagindo com o meu eu; sem pensar em nada, sem me preocupar com nada, que nem quando a gente é criança”. Lembremos da afirmação de Juliana exposta na introdução do presente trabalho: “Antes, era uma questão de sobreviver. É como se eu tivesse vivido a vida de trás pra frente” – sobreviver à relação com um objeto primário associado àquelas ideias de “areia movediça” / “um rio em que não se vê o fundo”, diante do qual a sua própria subjetividade afunda.

Winnicott, ao abordar a tarefa psicoterapêutica como “um derivado complexo do rosto que reflete o que há para ser visto”, diz que se o analista

o fizer suficientemente bem, o paciente descobrirá seu próprio eu (*self*) e será capaz de existir e sentir-se real.

41 T. H. Ogden, “What’s true and whose idea was it?”, p. 68. A tradução é minha.

42 C. Bollas, “La regresión ordinaria a la dependencia”, p. 322. A tradução é minha.

43 D. W. Winnicott, “Fear of breakdown”, p. 87-95.

44 L. C. Figueiredo e E. M. U. Cintra, “Lendo André Green: o trabalho do negativo e o paciente limite”, p. 13-58.

45 S. Freud, “Recomendações ao médico que pratica a psicanálise”, p. 159.

46 S. Freud, *op. cit.*, p. 154.

47 B. B. Savietto, “‘Este (meu) corpo, a quem pertence?’: considerações metapsicológicas e clínicas sobre a drogadicção”.

48 L. C. Figueiredo, Aula na PUCSP. Texto não publicado.

49 C. Bollas, “La regresión ordinaria a la dependencia”.

50 C. Bollas, *op. cit.*, p. 326. A tradução é minha.

51 B. B. Savietto, “‘Este (meu) corpo, a quem pertence?’: considerações metapsicológicas e clínicas sobre a drogadicção”.



*nesta nova etapa,
a jovem aborda em muitos
encontros a temática
de sua vida sexual, a qual
costumava estar atrelada
a interesses financeiros
e/ou profissionais*

Sentir-se real é mais do que existir; é descobrir um modo de existir como si mesmo, relacionar-se aos objetos como si mesmo e ter um eu (*self*) para o qual retirar-se, para relaxamento⁵².

Apoiada na atitude da analista, no decorrer do segundo momento do tratamento, para preservar o lugar, o espaço, o tempo e o processo, Juliana pôde, em uma “sutil transição”, “ouvir, ver, perceber e sentir” seu mundo interno⁵³. Sem precisar recorrer à busca de sensações autoestimuladas por meio do objeto-droga, ela pôde finalmente sentir sua própria existência e a continuidade desta. É preciso *ser*, e em continuidade, antes que se possa *querer*. Ao escrever sobre o rosto da mãe como espelho e sobre a mãe “meio maleável” como condições do desenvolvimento da criatividade potencial e da sua transformação em criação, Roussillon⁵⁴ formula, justamente, que as propriedades de um ambiente facilitador desses processos incluem, ao mesmo tempo, plasticidade e resistência, consistência.

Possibilitada, então, a entrada em um terceiro momento do tratamento, o do *poder querer*, a paciente relata um sonho pela primeira

vez. Estabelece inédita assiduidade, reconhecendo e procurando dar sentido às próprias resistências – abre uma série de sessões com “hoje eu não queria vir, mas vim para entender por que eu não queria vir”. Numa ocasião em que a analista solicita remarcação, Juliana – que nunca se opunha a essas solicitações eventuais, apesar de não comparecer diversas vezes à sessão remarcada, explicando na sessão seguinte que sabia de antemão que o horário não era bom para ela, mas que “não tinha conseguido dizer não” – diz que prefere não remarcar; mantido, então, seu dia/horário, ela chega ao consultório e exclama sorridente: “Sabe o que é? Você queria remarcar para uma manhã, mas eu vou te contar a verdade, tenho gostado de assistir seriados de manhã! E você notou? Eu consegui dizer não!”.

Nesta nova etapa, a jovem aborda em muitos encontros a temática de sua vida sexual, a qual costumava estar atrelada a interesses financeiros e/ou profissionais – “Não quero fazer sexo porque é uma obrigação do casamento; quero querer, ter vontade”, afirma, queixando-se do companheiro que “parece um coelho; quer a toda hora!”. E é em tal etapa, ademais, que a paciente declara para a analista: “Eu posso te dizer hoje, deitada neste divã, que não tenho mais medo; se as coisas derem errado, elas depois vão dar certo de novo. Quantas vezes você não me viu, antes, apavorada? Mas agora não! As coisas voltam a dar certo de novo, pois damos um jeito. A gente continua aqui, como tem sido”. Dentre os medos que Juliana “não tem mais”, aparece o “medo de te perder” (perder a analista). “Acho que estou até pronta para te dividir com outros pacientes”, diz ela, indicando uma pessoa conhecida para se tratar com a mesma analista.

Movimento de separação de alguém que anteriormente não suportava aguardar na sala de espera enquanto a analista terminava de atender outro paciente, retirando-se não só para o corredor do andar, mas para as escadas do prédio. Ou, ainda, processo gradual de desilusão, proporcionado por uma experiência constitutiva de ilusão, por um reiterado ato de “provisão” dentro da contratransferência; propor-

cionado, na linguagem de Balint, pela “fase do novo começo”:

Se o analista conseguir atender de forma correta aos desejos primitivos e irrealis, o paciente pode ser ajudado a reduzir a desigualdade opressiva entre ele e seu objeto. Com a redução da desigualdade, a dependência do paciente ao seu objeto primário, que se tinha desenvolvido novamente na fase do novo começo do processo analítico, poderá ser reduzida consideravelmente ou até mesmo desaparecer por completo⁵⁵.

Antes de terminar, gostaria de retomar, conforme prometido, a caracterização do processo intersubjetivo que promove regressão à dependência como baseado “na função do analista [...] como um objeto associado a um processo que não distingue entre percepções interiores e exteriores”⁵⁶ Articulando esta ideia: 1) ao que Winnicott⁵⁷ descreve como adicção, isto é, uma regressão a um estágio em que os fenômenos transicionais não eram questionados; 2) ao que ele mesmo desenvolve sobre “o paciente que necessita de uma regressão”, a saber, que tal paciente “precisa ficar extremamente dependente, absolutamente dependente mesmo”⁵⁸; 3) ao que Balint elabora acima, encerro deixando a seguinte questão:

»
um processo gradual de desilusão, proporcionado por uma experiência constitutiva de ilusão, por um reiterado ato de “provisão” dentro da contratransferência; proporcionado, na linguagem de Balint, pela “fase do novo começo”

Se, em relação ao amor de transferência no campo da neurose, Freud afirma que “A terapia tem de ser conduzida na *abstinência*”⁵⁹, não é possível vislumbrarmos, no que se refere ao campo dos sofrimentos não neuróticos, a *adicção* como paradigma transferencial de um novo começo?

52 D. W. Winnicott, “O papel de espelho da mãe e da família no desenvolvimento infantil”, p. 161.

53 C. Bollas, “La regresión ordinaria a la dependencia”, p. 311.

54 R. Roussillon, “Le besoin de créer et la pensée de D. W. Winnicott”.

55 M. Balint, *A falha básica: aspectos terapêuticos da regressão*, p. 64.

56 C. Bollas, “La regresión ordinaria a la dependencia”, p. 325-326.

57 D. W. Winnicott, “Objetos transicionais e fenômenos transicionais”.

58 D. W. Winnicott, “Contratransferência”, p. 149.

59 S. Freud, “Observações sobre o amor de transferência”, p. 218.

Referências bibliográficas

- Balint M. (1968/1993). *A falha básica: aspectos terapêuticos da regressão*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Bollas C. (1997a). El objeto transformacional. In: *La sombra del objeto: psicoanálisis de lo sabido no pensado*. Buenos Aires: Amorrortu, p. 29-48.
- Bollas C. (1997b). La regresión ordinaria a la dependencia. In: *La sombra del objeto: psicoanálisis de lo sabido no pensado*. Buenos Aires: Amorrortu, p. 306-327.
- Bourdellon G. (2004). Engagement dans le désir ou engouffrement dans la dépendance. *Revue Française de Psychanalyse*, Tome LXVIII, n. 2, p. 441-457.
- Figueiredo L. C. (2009a). Confiança. A experiência de confiar na clínica e na cultura. In: *As diversas faces do cuidar: novos ensaios de psicanálise contemporânea*. São Paulo: Escuta, p. 71-99.
- Figueiredo L. C. (2009b). A metapsicologia do cuidado. In: *As diversas faces do cuidar: novos ensaios de psicanálise contemporânea*. São Paulo: Escuta, p. 131-151.
- Figueiredo L. C. (2011a). A situação analisante e a variedade da clínica contemporânea. *Revista Brasileira de Psicanálise*, v. 45, n. 1, p. 137-150.
- Figueiredo L. C. (2011b). Aula na PUCSP. Texto não publicado.
- Figueiredo L. C.; Cintra E. M. U. (2004). Lendo André Green: o trabalho do negativo e o paciente limite. In: Cardoso M. R. (org.) *Limites*. São Paulo: Escuta, p. 13-58.
- Freud S. (1912/2010). Recomendações ao médico que pratica a psicanálise. In: *Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia relatado em autobiografia ("O caso Schreber")*, artigos sobre técnica e outros textos (1911-1913). Trad. e notas Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, p. 163-192.
- Freud S. (1915/2010). Observações sobre o amor de transferência. In: *Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia relatado em autobiografia ("O caso Schreber")*, artigos sobre técnica e outros textos (1911-1913). Trad. e notas Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, p. 210-228.
- Le Poulichet S. (1991). Se faire un corps étranger. *Nouvelle Revue de Psychanalyse*, 43, p. 249-263.
- Ogden T. H. (2005). What's true and whose idea was it? In: *This art of psychoanalysis: dreaming undreamt dreams and interrupted cries*. London and New York: Routledge, p. 61-76.
- Pessoa F. (1928/1995). Tabacaria. In: Galhoz M. A. (org.) *Fernando Pessoa: Obra poética*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, p. 362-366.
- Roussillon R. (2005). La "conversation" psychanalytique: un divan en latence. *Revue Française de Psychanalyse*, 2005/2, 692, p. 365-381.
- Roussillon R. (2006). Pluralité de l'appropriation subjective. In: Richard F.; Wainrib S. (orgs.) *La subjectivation*. Paris: Dunod, p. 59-80.
- Roussillon R. (2008). L'entreje(u) primitif et l'homosexualité primaire "en double". In: *Le jeu et l'entre-je(u)*. Paris: PUF, p. 108-134.
- Roussillon R. (2011). Le besoin de créer et la pensée de D. W. Winnicott. *Le carnet PSY*, 2011/3, n. 152, p. 40-45.
- Savietto B. B. (2011). "Este (meu) corpo, a quem pertence?": considerações metapsicológicas e clínicas sobre a drogadicção. *Revista Brasileira de Psicanálise*, v. 45, n. 4, p. 57-68.
- Savietto B. B. (2010). *Drogadicção na juventude contemporânea: a "intoxicação" pelo outro*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica, Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Winnicott D. W. (1951/2000). Objetos transicionais e fenômenos transicionais. In: *Da pediatria à psicanálise: obras escolhidas*. Rio de Janeiro: Imago, p. 316-331.
- Winnicott D. W. (1960/1983). Contratransferência. In: *O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional*. Porto Alegre: Artmed, p. 145-151.
- Winnicott D. W. (1963/1992). Fear of breakdown. In: Winnicott C.; Shepherd R.; Davis M. (eds.) *Psycho-analytic explorations*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, p. 87-95.
- Winnicott D. W. (1967/1975). O papel de espelho da mãe e da família no desenvolvimento infantil. In: *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago, p. 153-162.
- Winnicott D. W. (1969/1994). A experiência mãe-bebê de mutualidade. In: Winnicott C.; Shepherd R.; Davis M. (eds.) *Explorações psicanalíticas*. Porto Alegre: Artmed, 1994, p. 195-202.

Transference, transparency and transformation in the clinic of drug addiction

Abstract This article aims at analyzing inherent features in the treatment of a clinical case of addiction to drugs. Drawing on the concept of transformational object, as well as on elaborations about the processes of illusion / disillusion and mirror function, we examined these features as conditions of possibility for the entry in a third time in that treatment, the time of "being able to want".

Keywords transformational object; illusion / disillusion; reflexivity; regression to dependence, addiction.

Recebido em: janeiro/2012.

Aprovado em: maio/2012.

O recalque nos Estudos sobre a Histeria

Fabiano Chagas Rabelo

Fabiano Chagas Rabelo é membro da Escola de Psicanálise dos Fóruns do Campo Lacaniano, mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará, professor assistente do curso de psicologia da Universidade Federal do Piauí – Campus Parnaíba.

Esse trabalho constitui o ponto de partida do projeto de pesquisa em andamento inscrito na UFPI, campus Parnaíba: “A técnica psicanalítica: sua origem, sua ética e seus desdobramentos na atualidade”.

Resumo O objetivo deste trabalho é acompanhar e discutir as modificações técnicas que Freud implementa durante os casos Emmy, Lucy e Katharina. Defendemos que, no decorrer desses casos, o recalque, ainda na condição de uma concepção embrionária, desponta como referencial ético do tratamento. Indicamos na exposição de Freud algumas das transformações na técnica de sua escuta que consideramos mais significativas.

Palavras-chave recalque; técnica; inconsciente; método catártico.

Introdução

Abordaremos neste trabalho a construção da concepção de recalque nos *Estudos sobre a Histeria*. Nosso foco recairá na relação do recalque com as transformações na técnica que ocorrem no decorrer dos casos clínicos apresentados por Freud nesse livro. Defenderemos o ponto de vista de que a construção gradual da técnica analítica está visceralmente implicada com o reconhecimento (também paulatino) das manifestações do Inconsciente.

Optamos por discutir o caso Elisabeth em separado por considerá-lo um momento diferenciado da construção da técnica analítica. Com isso, nos deteremos ao comentário dos casos Emmy, Lucy e Katharina.

Esse recorte de pesquisa foi motivado pelo fato de que recorrentemente, nos debates acadêmicos e nas supervisões de estágio, deparamos com o argumento de que é urgente a promoção de uma flexibilização da técnica – estranhamente suposta como rígida e ortodoxa – para que a psicanálise possa acomodar-se aos novos contextos institucionais e culturais.

Na nossa opinião, esse debate sobre a flexibilização ainda carece de uma revisão rigorosa das situações e problemas para as quais a técnica analítica surgiu como resposta. Tal esforço se faz necessário para situarmos a função e limites da técnica na sua dimensão política e ética.

Desse modo, gostaríamos de frisar que o que empreendemos aqui não é uma investigação de cunho exclusivamente histórico ou epistemológico. Nosso objetivo primeiro é inquirir as



*Freud descreve Frau Emmy
como uma mulher inteligente
e profissionalmente
ativa, malgrado a intensidade
de seu sofrimento*

condições que possibilitaram e que possibilitam a práxis psicanalítica. Somos da opinião de que cada novo analista, a partir de sua própria práxis e de sua análise pessoal, perfaz o percurso freudiano que levou à depuração da técnica e ao reconhecimento da realidade sexual do inconsciente.

Emmy

Ainda que no caso Emmy não haja menção direta ao recalque (*Verdrängung*) ou outra terminologia próxima, buscaremos destacar em nossa leitura algumas temáticas que são próprias ao campo operacional do recalque. São elas: divisão psíquica, intencionalidade, representação e afeto¹.

Lembramos que, em todos os casos clínicos de sua autoria publicados nos “Estudos”, Freud não se refere exclusivamente ao tratamento da paciente que dá título ao capítulo. No decorrer de sua exposição são inseridos fragmentos de outros casos, na maioria das vezes em notas de rodapé.

É curioso notar que vários desses fragmentos se referem a uma mesma pessoa. É a única paciente mencionada nesses enxertos que recebe um pseudônimo: Cäcilie. De acordo com Gay², o tratamento de Cäcilie aconteceu entre 1886 e 1888. Podemos dizer daí que Freud resgata e elabora o produto do tratamento de Cäcilie e de outros pacientes da segunda metade da década de 1880 à luz dos resultados dos tratamentos que

conduz a partir da referência à técnica de Breuer, na virada da década seguinte.

O tratamento de Emmy, por sua vez, ocorre entre 1889 e 1890. As sessões acontecem diariamente em um sanatório por recomendação de Freud. No início, Emmy contava com 40 anos e trazia consigo uma queixa composta por tiques, alucinações, crises de angústia, dificuldades motoras (de sentar e falar), insônia e alterações da memória e do humor.

Freud a descreve como uma mulher inteligente e profissionalmente ativa, malgrado a intensidade de seu sofrimento. Além dessas qualidades, ela possuía uma grande susceptibilidade ao sonambulismo e à hipnose, o que, em tese, facilitaria a aplicação do método catártico.

Sobre os resultados obtidos no tratamento, Freud nos antecipa logo no início de sua exposição que não foi possível produzir uma análise aprofundada dos sintomas e que se contentou em apresentar, de modo claro e honesto, as mudanças no estado da paciente e os métodos terapêuticos empregados. Dessa forma, sua exposição se justifica menos pela comprovação dos resultados da aplicação do método catártico do que por uma investigação dos processos psíquicos envolvidos na produção dos sintomas histéricos.

Notamos aqui, no que diz respeito à técnica, um momento onde coexistem o uso da hipnose e da sugestão com a aplicação ainda rudimentar do que chama análise psíquica. Além disso, alguns recursos de apoio à hipnose são utilizados: massagens na testa, pressão nos olhos e o deitar-se no divã. No futuro, eles serão abandonados, com exceção do último. Sua justificativa técnica, no entanto, não será mais facilitar a hipnose, mas barrar a satisfação da pulsão escópica³.

Ao aplicar a hipnose e solicitar que Emmy falasse sobre seus sintomas, Freud produz um discurso que resgata cenas traumáticas de momentos diferentes da vida da paciente. Esses relatos são descritos com vivacidade, riqueza de detalhes e acompanhados por uma intensa plasticidade cênica e corporal. Freud conclui daí que essa sequência de episódios traumáticos (“*Reihe*

von traumatischen Anlässen”) estava de alguma maneira em estado de prontidão como uma modalidade organizada de registro psíquico (“...liegt offenbar in ihren Gedächtnisse bereit”)⁴.

Em outro trecho, sugere que esses elementos aparentemente heterogêneos sejam interpretados como partes integrantes de um mesmo acontecimento, tal como os diversos atos que compõem um espetáculo teatral⁵.

As lembranças relatadas a partir de uma cadeia associativa são abordadas como parte integrante de uma mesma sintaxe psíquica. A percepção ainda inicial dessa outra modalidade de organização do pensamento permite a Freud oferecer uma leitura diferenciada para alguns fenômenos psíquicos evidenciados no sofrimento dos histéricos.

De um modo especial, as mudanças e oscilações na capacidade psíquica de rememoração intrigam Freud. Chama-lhe atenção o fato de Emmy ser capaz de recordar sob hipnose eventos ocorridos na sessão anterior, lembranças essas que permanecem inacessíveis na vigília. Da mesma forma, constata com surpresa que fragmentos de diálogos ocorridos sob hipnose despontam na vigília ao acaso (“vom Zufalle”), de forma espontânea (“ungezwungene”)⁶.

Para Freud, essas conversas aparentemente ao acaso tinham uma função terapêutica suplementar à hipnose. De modo análogo à fala sob hipnose, constituíam um meio de elaboração das reminiscências patogênicas dissociadas da consciência, com a ressalva de que aconteciam a partir do discurso livre, em vigília.

Pela aplicação dessa metodologia híbrida, Freud consegue delimitar com mais clareza algumas características cruciais da dinâmica de organização da histeria. Percebemos a partir daí uma mudança gradual nos objetivos da escuta. Sur-

»
para Freud, essas conversas
aparentemente ao acaso tinham
uma função terapêutica
suplementar à hipnose

ge uma preocupação crescente pela comunicação entre os dois estados de consciência (o normal e o patológico) através da fala da própria paciente.

Podemos dizer que nesse momento Freud busca conciliar o método catártico com outros recursos técnicos criados a partir de achados de sua própria prática. No entanto, esse equilíbrio se desfaz à medida que Freud avança na investigação sobre os mecanismos de constituição dos sintomas histéricos e sua etiologia.

Se, por um lado, Freud constata que fragmentos de diálogos ocorridos sob hipnose eram acessíveis à consciência por meio de uma fala espontânea, por outro, identifica a ação de uma força contrária à rememoração de determinadas vivências mesmo quando a paciente está sob efeito da hipnose. Deduz daí que essa força que se opõe à rememoração é uma ação psíquica que não se restringe à consciência normal.

Quando algumas dessas lembranças reprimidas são evocadas, Freud, a partir da análise de seus conteúdos, consegue formular os motivos para o seu isolamento na estrutura psíquica. Percebe que a força de resistência à rememoração desempenha uma função de defesa que busca preservar os padrões morais do Eu diante de vivências conflituosas. Essa dimensão do conflito assume em Freud o papel de causa da divisão psíquica na histeria.

Essa referência à divisão psíquica encontra-se presente de modo marcante na interpretação que Freud constrói para os tiques de Emmy.

1 S. Freud, *Die Verdrängung*.

2 P. Gay, *Freud: uma vida para nosso tempo*.

3 S. Freud, *Zur Einleitung der Behandlung: Weitere Ratschläge zur Technik der Psychoanalyse*.

4 S. Freud e J. Breuer, *Studien über Hysterie*, p. 71.

5 S. Freud e J. Breuer, *op. cit.*, p. 74.

6 S. Freud e J. Breuer, *op. cit.*, p. 74.



outro problema que leva
Freud a reformular a técnica
é a persistência do sintoma
do efeito traumático,
mesmo após o desvelamento
das lembranças reprimidas

Aparentemente absurdos quando observados isoladamente, os tiques são uma encenação de representações contrastantes (“*Kontrastvortellung*”): de um lado, propósitos (“*Vorsatze*”) que buscam satisfação; de outro, uma vontade contrária (“*Gegenwillen*”) que se opõe à realização desses propósitos⁷.

Com isso, vai gradualmente se convencendo de que o impedimento à lembrança é consequência de uma organização discursiva. Da mesma forma, percebe que é insustentável restringir a intencionalidade psíquica à consciência.

Essa leitura levou Freud a se questionar sobre a eficácia da sugestão sob hipnose. Aos poucos vai se convencendo do quanto é inútil exigir da paciente que essa ou aquela lembrança seja resgatada. Da mesma forma, percebe o quão inócuo é proibir que determinado conteúdo seja apagado da memória.

Outro problema que leva Freud a reformular a técnica é a persistência do sintoma e do efeito traumático, mesmo após o desvelamento das lembranças reprimidas. No decorrer do tratamento de Emmy, Freud observa que, no relato dessa paciente, novos traumas surgem e se misturam aos antigos, que, por sua vez, continuam a existir sob nova roupagem. A “persistência teimosa do sintoma patológico”⁸, como Freud se refere ao narrar uma tentativa frustrada de intervenção, é sinal de que, apesar das mudanças na forma e no conteúdo dos sintomas, o seu núcleo traumático permanece incólume diante dos tratamentos

por hipnose, sugestão e catarse. Paulatinamente vai constatando que a meta do trabalho terapêutico não é esvaziar o trauma, mas situar seu lugar na estrutura psíquica.

À medida que avança em suas investigações, Freud chega à conclusão de que os efeitos da cisão psíquica não se limitam aos hiatos de memória. Percebe que falsas conexões (“*falsche Verknüpfungen*”)⁹ são formadas para preencher o vazio deixado pelas lembranças suprimidas. A partir daí aprofunda seus questionamentos sobre a relação das representações com os afetos.

Lemos numa das notas de rodapé que a angústia pode se desvincular de uma representação à qual estava inicialmente associada e se ligar a outras representações através de um processo que chama de “*Erinnerungstäuschung*”, ilusão ou engano da lembrança. Continua: de alguma forma essas falsas conexões “devem desempenhar um papel importante (*den grossten Vorschub leisten muss*) na cisão (*Spaltung*) do conteúdo da consciência (*Bewusstseinhalt*)”¹⁰.

Essas elaborações levam Freud a adotar uma atitude mais crítica em relação à descrição de Breuer dos processos psíquicos na histeria. A partir desse momento Freud não se contenta mais com os termos “dupla consciência” ou “segunda consciência” e passa a buscar uma expressão que melhor transmita a ideia de outra organização psíquica.

Assim, numa nota de rodapé, aparece o adjetivo “*unterbewussten*”¹¹ (subconsciente) para designar um complexo representacional fora do alcance da consciência. Depois disso, também numa nota de rodapé, lemos a menção do substantivo “*Unbewussten*” (inconsciente) utilizado em contraposição ao que chama de “*ofizielle Bewusstse*in”¹², a consciência oficial.

Para encerrar nossos comentários sobre Emmy, gostaríamos de destacar o que considero o ponto central da elaboração freudiana nesse caso: a construção da ideia de uma sintaxe psíquica inconsciente que se ordena em torno de um ponto de fixação instituído pelo trauma.

Lucy

Se no caso de Emmy não encontramos o substantivo *Verdrängung* ou o verbo *verdrängen*, no relato sobre o tratamento de Lucy esses dois termos despontam em diversos lugares e, aos poucos, vão ganhando uma significação mais específica. Esse processo ocorre em consonância com um trabalho de depuração da técnica e redefinição dos objetivos terapêuticos.

Freud atende Lucy em seu próprio consultório durante 9 semanas. Ela inicia o tratamento com as seguintes queixas: tristeza, perda de apetite, dores de cabeça, cansaço, desânimo, tiques e, principalmente, uma alucinação olfativa persistente originada em parte por fatores orgânicos, em parte por psíquicos.

Ao contrário de Emmy, Lucy não se mostra suscetível à hipnose. Essa contingência opera um deslocamento de ênfase na técnica. Freud abre mão da hipnose e a análise psíquica, que até então desempenhava um papel auxiliar, torna-se o procedimento principal do tratamento.

Dessa forma, tomando como ponto de partida o sintoma e o tratando como símbolo mnêmico de um trauma psíquico, Freud incita Lucy a produzir associações sobre as vivências relacionadas a suas queixas.

Isso é passível de ser aferido quando acompanhamos a abordagem dos distúrbios olfativos de Lucy. Ao tratar as alterações no olfato como um sintoma histérico duradouro, Freud defende que os odores alucinados são reminiscências corporais que remetem a um objeto real específico relacionado ao evento desencadeador do trauma. Por essa via, Freud se esmera em encontrar referências que possibilitem identificar esse objeto alucinado e, a partir dele, obter esclarecimentos sobre o momento determinante do trauma.

»
*nesse momento, Freud está
interessado em elucidar
a procedência do material
que surge da aplicação
da análise psíquica*

Nas consultas, vários fragmentos de diálogos são tratados como se juntos constituíssem uma só sentença. É como se uma mensagem fosse gestada mesmo na descontinuidade do enunciado. Não se trata ainda da associação livre, todavia esse reviramento da técnica engaja Freud em um caminho de pesquisa que o leva a questionar os mecanismos psíquicos que interferem no ato de esquecer e recordar.

A respeito das peculiaridades da capacidade humana de rememoração, Freud faz uma digressão sobre as afasias. Destaca a reduzida margem de escolha de pacientes afásicos quando lhes é solicitado que digam um número ou data aleatoriamente. A insistência de determinados significantes dentro do discurso é o ponto em comum entre os estudos das afasias e dos fenômenos histéricos. Freud busca uma explicação para o fato de algumas cifras possuírem um acento psíquico diferenciado.

Nesse momento, Freud está interessado em elucidar a procedência do material que surge da aplicação da análise psíquica. A constatação de que traços mnêmicos traumáticos aparentemente esquecidos manifestam-se mesmo no estado de vigília dá confiança a Freud para avançar na reformulação dos fundamentos de sua técnica, levando-o a adotar gradativamente uma atitude de maior independência em relação à orientação de Breuer.

Haja vista que, de acordo com Breuer, o sonambulismo induzido pela hipnose é condição

7 S. Freud e J. Breuer, *op. cit.*, p. 111.

8 S. Freud e J. Breuer, *op. cit.*, p. 119.

9 S. Freud e J. Breuer, *op. cit.*, p. 86.

10 S. Freud e J. Breuer, *op. cit.*, p. 86.

11 S. Freud e J. Breuer, *op. cit.*, p. 88.

12 S. Freud e J. Breuer, *op. cit.*, p. 95.



*do lado do terapeuta,
é requerido que não faça nenhuma
concessão às objeções do paciente
que o desresponsabilize
dos efeitos de sua própria fala*

indispensável para o acesso aos conteúdos do segundo estado da consciência, torna-se imprescindível para Freud desenvolver um modelo de intervenção com o paciente em vigília. Nesse ponto, além da análise psíquica, a sugestão passa a ser tomada como um caminho de pesquisa alternativo à hipnose. Desta feita, trata-se do uso da sugestão sem hipnose.

Com isso, Freud resgata a tese dos adeptos da escola de Nancy, que defendiam que a eficácia terapêutica da hipnose residia em última instância na sugestão. Assim, continua a utilizar a sugestão como meio para produzir uma fala que resgate as lembranças inacessíveis. No entanto, tal qual a hipnose, a sugestão representa para Freud apenas um recurso acessório de investigação. Trata-se de uma alternativa ao sonambulismo para obtenção de uma ampliação da memória.

Em busca de uma resposta para essa questão, Freud refina sua explicação para a amnésia histérica. Segundo ele, nos estados alterados de consciência as lembranças patogênicas só são acessíveis em função dos contextos (“*Zusammenhänge*”) de organização do psiquismo, que se encontram modificados na vigília. Dessa forma, o desafio está em encontrar uma relação causal (“*Kausalbeziehung*”)¹³ que possibilite fazer passar pela palavra os registros mnêmicos que estão indisponíveis à rememoração voluntária durante a vigília.

A partir do exposto, gostaria de destacar três premissas inferidas a partir dessa nova descrição da amnésia histérica que concernem direta-

mente ao registro da experiência traumática no psiquismo: 1) o registro mnêmico e o conteúdo rememorado não são coincidentes; 2) o que torna possível o acesso às vivências traumáticas são os conectores (*Verknüpfungen*), que estabelecem relações entre traços mnêmicos; 3) esses conectores, por sua vez, sofrem influência das mudanças na economia psíquica, que se evidenciam na passagem de um estado de consciência para outro (sono, vigília, sonambulismo etc.).

Como consequência disso, temos que as lembranças patogênicas podem não estar disponíveis à rememoração e, ainda assim, constituírem um registro no psiquismo. Outra possibilidade de dissociação trazida pela clínica da histeria é a de a recordação traumática encontrar-se acessível à lembrança apenas de modo sumário, despida de carga afetiva.

A partir dessas reflexões, Freud chega a uma conclusão que caracteriza como instrutiva e surpreendente: que seus pacientes, a rigor, sabem tudo que possui uma significação patogênica e que compete ao médico/terapeuta criar condições para que eles falem.

Para Freud, há uma fidelidade das lembranças no que tange às vivências mais importantes. Ele confere a esse achado o estatuto de paradigma (“*Vorbild*”) e pressuposto (“*Voraussetzung*”) de sua prática¹⁴. Trata-se de situar o saber do lado do paciente.

Todavia, Freud nos alerta que, para esse saber tornar-se manifesto, faz-se necessário que o paciente aprenda a suspender o seu julgamento e ponha-se a falar de todos os seus pensamentos, mesmo aqueles que lhe pareçam inúteis ou estorvantes. Do lado do terapeuta, é requerido que não faça nenhuma concessão às objeções do paciente que o desresponsabilize dos efeitos de sua própria fala. Acrescenta que, para não ceder a essas objeções, é fundamental a presença de uma firme convicção no pressuposto da análise psíquica. Afirma que, de sua parte, essa confiança só foi obtida a muito custo.

É lícito concluir daí que, já nesse momento, para Freud, a posição que o terapeuta ocupa no

tratamento não é de passividade. Há uma implicação ética nessa escuta que é ofertada.

Em seguida, sugere que quando o paciente diz não saber de nada, não lhe ocorrer nada, o terapeuta contra-argumenta: você com certeza teve a experiência correta, só não acreditou naquilo que vivenciou e, por isso, repudiou seus pensamentos (“*hätten es verworfen*”)¹⁵.

Encontramos nessa passagem o verbo *verwerfen* para designar o processo de dissociação das lembranças. É evidente aí a presença de uma implicação do sujeito na ação psíquica de repúdio da representação. Resta esclarecer o modo pelo qual essa implicação se dá.

Trata-se de um problema de ordem filosófica com consequências diretas para a técnica, uma vez que encontramos aqui uma ação na qual o sujeito da consciência não é soberano. É possível formular o problema da seguinte maneira: o conflito está situado dentro dos limites da própria consciência ou se faz necessária a referência a outra instância psíquica? Para responder a essa questão, Freud busca inicialmente esclarecer o fenômeno da dissociação psíquica a partir da perspectiva do conflito intraconsciência, levando essa discussão até o seu limite para, depois disso, ultrapassá-lo.

Assim Freud diz que, no caso de Lucy, o conflito que culminou no trauma se desenvolveu a princípio no campo dos afetos. Em decorrência disso, a representação associada ao afeto é excluída da cadeia associativa e da consciência. A esse processo específico é dado o nome recalque intencional (“*absichtliche Verdrängung*”)¹⁶.

Temos então, como resultado do recalque, que uma representação vinculada a uma intensa quantidade de afeto é colocada fora do limite da consciência. No entanto, essa representação não se acomoda docilmente ao novo lugar. A carga de

»
temos então, como resultado
do recalque, que uma representação
vinculada a uma intensa
quantidade de afeto é colocada
fora do limite da consciência

afeto agregada à representação insiste na busca por um caminho alternativo de escoamento. No caso de Lucy, o sintoma conversivo, “o falso caminho da inervação corporal”¹⁷.

Freud propõe que o motivo do recalque é a sensação de desprazer (“*Unlustempfindung*”) originada da incompatibilidade (“*Unverträglichkeit*”) entre a ideia recalçada e a massa de representações dominantes do Eu (“*herrschenden Vorstellungsmasse des Ich*”)¹⁸.

É notório seu embaraço e sua insatisfação diante dessa descrição, em especial com a “intencionalidade” do sujeito no recalque e com o esquecimento que advém como produto dessa operação. Nesse ponto, a fala de Lucy coloca Freud novamente no caminho da elaboração teórica. Em um determinado momento, Freud indaga se ela sabia desde o início que seu sofrimento estava relacionado com o amor que nutria secretamente pelo seu patrão. Lucy responde: “Eu não sabia, ou melhor, eu não queria saber, queria tirar isso da minha cabeça, nunca mais pensar nisso, e acho que nos últimos tempos isso havia funcionado para mim”¹⁹.

Logo em seguida, em uma nota de rodapé, Freud formula o problema de modo diferenciado. Pela sua importância, dedicaremos mais atenção ao comentário desse trecho.

Freud diz que o impedimento à rememoração das lembranças traumáticas deve ser pensado como uma situação onde o sujeito sabe e ao mesmo tempo não sabe do que lhe ocorre. Declara

13 S. Freud e J. Breuer, *op. cit.*, p. 128.

14 S. Freud e J. Breuer, *op. cit.*, p. 129.

15 S. Freud e J. Breuer, *op. cit.*, p. 129.

16 S. Freud e J. Breuer, *op. cit.*, p. 132 e 135.

17 S. Freud e J. Breuer, *op. cit.*, p. 135.

18 S. Freud e J. Breuer, *op. cit.*, p. 135.

19 S. Freud e J. Breuer, *op. cit.*, p. 136.



a elevação do recalque
à condição de fenômeno elementar de
toda neurose exige que a noção
de trauma até então vigente
seja flexibilizada

ainda que essa condição só pode ser verificada pela via da própria experiência.

Em seguida, defende que a origem para tal lacuna no saber encontra-se na discrepância entre as expectativas do sujeito e o produto do seu esforço de rememoração. Propõe que pela suspensão da intencionalidade é possível dar-se conta das contradições e do afeto de repulsa (*"Affekt der Abstossung"*) que as lembranças recalçadas evocam. Juntos, a contradição desencadeada no Eu e o afeto de repulsa são os responsáveis para que a percepção (*"Wahrnehmung"*) das lembranças conflituosas não obtenha valência psíquica (*"psychischen Geltung"*)²⁰, escamoteando o conflito.

Por fim, propõe uma analogia: trata-se de uma situação similar à "cegueira com olhos videntes" a qual acomete "as mães diante de suas filhas, os homens perante suas esposas e os senhores frente aos seus preferidos (*"Güsnlinge"*)"²¹.

Durante a exposição do caso Lucy, em vários momentos, Freud questiona-se sobre o estatuto do trauma na etiologia da doença. Sem abrir mão da hipótese de que o trauma se origina de um evento da realidade, ele se pergunta pela possibilidade de os símbolos mnêmicos (*"Erinnerungssymbols"*) encontrarem representação (*"Vertretung"*) fora da cena principal (*"Hauptszene"*) por meio de vários pequenos traumas vicinais (*"Nebentraumen"*)²².

Na parte final dessa exposição, é-nos oferecida a sùmula teórica dos avanços produzidos durante esse tratamento. Primeiramente defende um

deslocamento de ênfase no peso dos fatores etiológicos da doença. Embora não exclua a influência de pré-disposições neuropáticas hereditárias – tese defendida por Breuer – Freud coloca em primeiro plano como condição indispensável para a aquisição da doença o conflito psíquico entre o Eu e uma representação que lhe é insuportável.

Por conseguinte, descreve com mais detalhes como o recalque (*"Verdrängung"*) opera. Trata-se da ação de impelir (*"drängen"*) para fora do Eu-consciência (*"Ichbewusstsein"*) a representação ir-reconciliável. Refere-se a esse processo como um ato de hesitação moral (*"Akte moralischer Zaghaf-tigkeit"*). Por fim, caracteriza o recalque como um dispositivo de defesa (*"Schutzeinrichtung"*) a serviço do Eu²³.

Temos então que o Eu faz uso do recalque para preservar-se contra o que ele avalia ser uma ameaça a sua integridade. Com isso, Freud reitera uma implicação do sujeito na origem de toda neurose. De acordo suas próprias palavras, o recalque é uma ação intencional (*"absichtliche"*) e desejada (*"gewollte"*), um ato arbitrário (*"Willkürakt"*)²⁴.

Freud afirma que o recalque também pode ser situado na origem de outros transtornos neuróticos e aponta a conversão como o mecanismo peculiar à histeria. Dessa forma, recalque e conversão são processos psíquicos distintos que atuam em conjunto com o objetivo de suspender a contradição presente no psiquismo. O primeiro isola a representação ameaçadora, dissociando-a do afeto. O segundo transforma o afeto em reminiscência corporal.

A elevação do recalque à condição de fenômeno elementar de toda neurose exige que a noção de trauma até então vigente seja flexibilizada. Freud passa a aceitar uma participação mais acentuada dos processos psíquicos na determinação dos efeitos traumáticos, que se tornam mais independentes dos eventos externos e de sua cronologia. O momento do trauma passa então a ser concebido como o instante no qual a contradição se impõe ao Eu, que se decide pela expulsão (*"Verweisung"*) da representação ir-reconciliável com os seus padrões morais²⁵.



Essa representação, por sua vez, não é exterminada. Ela é empurrada (“*drängen*”) para o Inconsciente (“*Unbewusste*”), que se estrutura como um grupo psíquico separado do Eu. A primeira representação recalçada constitui o núcleo (“*Kern*”) e o ponto central de cristalização (“*Kristallisationsmittelpunkt*”) desse grupo psíquico que, com o passar do tempo, congregará ao seu redor todas as outras representações incompatíveis com o Eu²⁶.

Freud chama atenção para a complexa dinâmica entre recalque e formação do sintoma. A incidência psíquica do trauma original que caracteriza o primeiro recalque não é simultânea à formação do sintoma. É necessário que, em um momento auxiliar posterior, o conteúdo recalçado seja atualizado e que ele se mescle a outras representações do sistema Eu-consciência. Nesse segundo momento, os dois grupos psíquicos conseguem temporariamente convergir, produzindo uma situação análoga à consciência expandida pelo sonambulismo.

Freud sustenta que, mesmo nos sofrimentos mais banais, toda neurose pressupõe uma complexa tessitura de processos psíquicos que só a muito custo se deixa desvendar. O sintoma, nesse sentido, é composto por várias camadas psíquicas, cuja análise revela um caminho que vai se delineando por retroação: dos traumas mais recentes para os mais antigos.

Nesse ponto, Freud chama atenção para o descompasso entre o andamento da cura e o trabalho empreendido através dos procedimentos terapêuticos. Propõe que o sofrimento só vai sustar quando o trauma original for atingido. Até esse momento, acontecerão vários reordenamentos subjetivos e mudanças no sintoma, mas o sofrimento não cessará. Decorre daí a impossibilidade de o terapeuta responder a demandas

Freud enuncia em uma frase a direção pela qual o tratamento deve caminhar: “A terapia consiste aqui na insistência (Zwang) que o grupo psíquico cindido exerce para se unir novamente ao Eu-consciência”

por restabelecimento rápido quando se trata de pacientes neuróticos.

Ao final do capítulo, Freud enuncia em uma frase a direção pela qual o tratamento deve caminhar: “A terapia consiste aqui na insistência (*Zwang*) que o grupo psíquico cindido exerce para se unir novamente ao Eu-consciência”²⁷.

Acredito que essa curta passagem pode ser tomada como um aforisma que resume a orientação ética que é intrínseca à técnica analítica. Aí encontramos claramente formulado que a escuta que o terapeuta oferece não pode estar do lado do Eu e do recalque. Ela deve operar na mesma direção do esforço de atualização das representações inconscientes.

Katharina

O caso de Katharina ocupa um lugar de exceção nos “Estudos”. Trata-se do relato de um único encontro, curto e fortuito, com uma paciente. Sou da opinião de que o valor desse caso reside mais no aprofundamento de algumas construções sobre o papel da angústia e do Eu no recalque e na formação do sintoma do que propriamente nos desdobramentos do tratamento.

Durante um passeio, Freud é abordado por uma moça que o identifica como médico e lhe refere uma série de sofrimentos tais como ataques de angústia, dores de cabeça, dificuldades respiratórias, acessos de vômitos e alucinações visuais.

20 S. Freud e J. Breuer, *op. cit.*, p. 136.

21 S. Freud e J. Breuer, *op. cit.*, p. 136.

22 S. Freud e J. Breuer, *op. cit.*, p. 137.

23 S. Freud e J. Breuer, *op. cit.*, p. 141.

24 S. Freud e J. Breuer, *op. cit.*, p. 142.

25 S. Freud e J. Breuer, *op. cit.*, p. 142.

26 S. Freud e J. Breuer, *op. cit.*, p. 142.

27 S. Freud e J. Breuer, *op. cit.*, p. 143.



ainda que o sintoma engane, pois constitui uma defesa contra as representações inconscientes, existe nele uma verdade, a afirmação de uma experiência estruturante e enigmática

Diante dessas queixas, Freud rejeita a hipnose e, de modo inusitado, por meio de uma conversa bastante diretiva, busca deslindar as vivências traumáticas e sexuais subjacentes à sintomatologia da moça.

Tomando como referência os ensinamentos de outro caso clínico, Freud parte da premissa de que a angústia neurótica está relacionada a vivências traumáticas de caráter sexual. Daí quando a respeito de um acontecimento escuta Katharina dizer ter ficado tão assustada que se esqueceu de tudo que lhe passara naquele momento, Freud formula o problema nos seguintes termos: “o afeto (de angústia) cria por si mesmo o estado hipnoide, cujos produtos são colocados fora da comunicação associativa (*assoziative Verkehere*) com o Eu-Consciência (*Ichbewusstsein*)”²⁸.

Nessa passagem citada, Freud utiliza-se de uma terminologia oriunda do método catártico (estado hipnoide) para descrever os efeitos desse novo processo que busca apreender, o recalque. Reforçamos que essa referência ao estado hipnoide possui aí apenas um valor descritivo. Ao empregar tal expressão, Freud busca dar conta da divisão psíquica como um processo que mobiliza de forma diferenciada afeto e representação.

Mais adiante faz notar que, não obstante toda a plasticidade dos sintomas de Katharina, os ataques de angústia (“*Angstanfall*”) mantêm-se como uma constante, ainda que os conteúdos representacionais a eles atrelados estejam em

permanente modificação²⁹. Ao final desse capítulo, Freud afirma que a angústia das crises de Katharina é “uma reprodução daquela angústia (*eine Reproduktion jener Angst*) que emergiu em cada um dos traumas sexuais (*Bei jeden der sexuellen Traumen auftrat*)”³⁰.

É interessante destacar nessa última frase que a angústia aparece como um elo entre um trauma que é suposto ser factível e historicamente situado e as vicissitudes do funcionamento mental.

Seguindo a essa discussão sobre o lugar da angústia na neurose histérica, Freud se pergunta pelas vias de constituição do sintoma. Constatada durante o processo de formação do sintoma a existência de um período de incubação entre o momento da experiência traumática e o instante em que as primeiras manifestações corporais patológicas emergem. Define esse intervalo como um período de elaboração (“*Ausarbeitung*”) e afirma que essa elaboração é atravessada por dois movimentos confluentes e simultâneos: um que busca entender (“*verstehen*”) as reminiscências traumáticas, outro que tenta defender-se (“*abzuwehren*”) delas³¹.

Ou seja: o sintoma é tratado como uma produção do sujeito que traz um saber acerca de sua divisão. Ainda que engane, pois constitui uma defesa contra as representações inconscientes, existe nele uma verdade, a afirmação de uma experiência estruturante e enigmática. Depreendemos daí que o objetivo da intervenção do analista não é erradicar o sintoma, mas tomá-lo como sucedâneo de algo do próprio sujeito que insiste em manifestar-se.

É interessante destacar a forma como Freud expressa o simbolismo que reconhece na sintomatologia histérica. Compara-o com uma escrita figurada (“*Bilderschrift*”) ³² que se deixa aprender por meio de uma leitura bilíngue. Com isso, defende que o sintoma é produto de um trabalho psíquico que opera conforme uma ordem simbólica, o que o torna passível de interpretação.

Outro ponto relevante é a retificação que Freud faz acerca dos motivos que desencadeiam o recalque. Restringindo a validade de seu comentário ao caso de Katharina, defende que o

motivo do isolamento da representação conflituosa é a ignorância do Eu e não sua vontade (“Wille”)³³.

Ainda que não generalize essa assertiva, é possível notar que, nesse momento, Freud já percebe que na origem do trauma há uma insuficiência simbólica correlata a um excedente de afeto. Por outro lado, temos no Eu uma instância psíquica que busca defender-se contra a emergência de um saber em nome de sua paixão pela ignorância.

Conclusão

Neste trabalho colocamos em primeiro plano a relação íntima entre a constituição das diretrizes da técnica psicanalítica e as primeiras formulações sobre o recalque através do comentário dos casos Emmy, Lucy e Katharina.

No primeiro caso resgatamos o esforço de Freud em transmitir a ideia de uma sintaxe psíquica que se ordena em torno de um ponto de fixação instituído pelo trauma. Dessa constatação deriva a opção pelo termo Inconsciente. Encontramos uma correlação entre essa nova sintaxe de pensamento e os processos psíquicos que no futuro serão associados ao recalque.

No segundo caso, a hipnose não é mais utilizada. Freud aprofunda-se na investigação dos processos de comunicação entre as duas instâncias psíquicas (Inconsciente e Consciência) e das peculiaridades da relação entre afeto e representação nas produções psíquicas dos neuróticos. Esse percurso o leva a adotar o termo *Verdrängung* como o processo fundamental de toda neurose. Freud identifica uma implicação subjetiva do neurótico no recalque e busca esclarecer a natureza da intencionalidade envolvida nesse processo. Ao final, defende que o tratamento deve

28 S. Freud e J. Breuer, *op. cit.*, p. 147.

29 S. Freud e J. Breuer, *op. cit.*, p. 151.

30 S. Freud e J. Breuer, *op. cit.*, p. 153.

31 S. Freud e J. Breuer, *op. cit.*, p. 150.

32 S. Freud e J. Breuer, *op. cit.*, p. 147.

33 S. Freud e J. Breuer, *op. cit.*, p. 152.

as formulações sobre o recalque
estão sinergicamente atreladas
com as transformações técnicas
implementadas por Freud nos

Estudos sobre a histeria

caminhar na mesma direção da insistência das representações recalçadas.

Por fim, encontramos no caso Katharina uma descrição mais aprofundada do recalque, que se articula com uma explicação da produção do sintoma. Freud insiste na proximidade entre o afeto de angústia e o recalque e, a partir daí, redefina o papel do Eu nesse processo.

A partir do resultado de nossas investigações, defendo que as formulações sobre o recalque estão sinergicamente atreladas com as transformações técnicas implementadas por Freud nos *Estudos sobre a histeria*.

As reflexões que traçamos aqui, na nossa avaliação, são de extrema pertinência, uma vez que elas nos incitam ao debate sobre a presentificação da psicanálise frente aos desafios e transformações que a atualidade nos traz. Trata-se de uma precaução contra desvios e ecletismos que descaracterizam o fazer psicanalítico. Por isso, considero o resgate do percurso freudiano que levou à construção das diretrizes da técnica analítica um elemento indispensável na discussão sobre 1) a inserção do psicanalista nos diversos contextos institucionais nos quais ele transita, 2) a interação da psicanálise com outros discursos e 3) a resposta que cada psicanalista produz ao mal-estar de seu tempo.

No futuro, continuaremos a explorar esse roteiro de investigação, esmiuçando na obra Freudiana a construção dos fundamentos da associação livre, da atenção flutuante, da transferência e da repetição.



Referências bibliográficas

- Breuer J.; Freud S. (1895/2001). *Studien über Histerie*. Frankfurt am Main: Fischer Verlag Taschenbuch.
- Freud S. (1913/1997). *Zur Einleitung der Behandlung: Weitere Ratschläge zur Technik der Psychoanalyse*. In: Studienausgabe. Vol.: Ergänzungsband. Frankfurt a. M.: S. Fischer, p. 181-203.
- Freud S. (1915/1997). *Die Verdrängung*. In: Studienausgabe. Vol. III. Frankfurt a. M.: S. Fischer, p. 103-118.
- Gay P. (1989). *Freud: uma vida para nosso tempo*. São Paulo: Companhia das Letras.

Repression in Freud's "Studies on hysteria

Abstract The aim of this paper is to follow and discuss the technical modifications that Freud implements during the cases Emmy, Lucy and Katharina. We argue that in the course of these cases, repression, still in a form of an embryonic conception, has emerged as an ethical reference. We pointed out in the Freud's exposure some of the technical transformations of his listening that we consider most significant.

Keywords repression; technique; unconscious; cathartic method.

Recebido em: janeiro/2012.

Aprovado em: março/2012.

O padre-nosso da Psicanálise

Mara Caffé

Mara Caffé é psicanalista, doutora pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, professora e supervisora clínica no curso de Psicanálise desse mesmo Departamento, autora do livro *Psicanálise e Direito: a escuta analítica e a função normativa jurídica*.

Resumo A crise do pensamento metafísico ocidental e as novas organizações da sociedade globalizada colocam em xeque o conceito de Édipo, tanto nas condições de suas possibilidades teóricas, como no dispositivo de normalização em que pode se constituir no trabalho clínico. Neste último caso, diversas práticas psicanalíticas têm promovido a patologização das novas formas do viver que não se ajustam ao Édipo normativo, produzindo, na clínica contemporânea, o estreitamento da categoria geral das neuroses, em favor das adições e das patologias do ato.

Palavras-chave Édipo; normalização; transgressão; escritura; neurose; sublimação.

A clínica psicanalítica requer o interesse e o posicionamento do analista ao que se passa no contexto social do seu tempo. É o que Brousse retrata no livro *O inconsciente é a política*, começando com uma citação de Lacan: “Que antes renuncie a isso [à prática psicanalítica], portanto, quem não conseguir alcançar em seu horizonte a subjetividade de sua época”¹. Trata-se de um compromisso do analista, uma vez que os elementos fundamentais do seu trabalho – como a linguagem e o desejo – são produções do *socius*, e a ele remetem inevitavelmente. Nesta via, entre os anos de 1967 e 1973, Lacan formulou importantes críticas ao conceito de Édipo, referindo suas observações clínicas ao contexto social e político da época. Nas palavras de Brousse, Lacan observou o seguinte:

A clínica mostra que querer atribuir ao pai essa função de significante-mestre, já que é o significante que regula e produz o gozo [...], não corresponde ao real que a experiência analítica impõe, quer seja a experiência das psicoses, das neuroses ou das perversões. [...] Consequência: o Édipo não é a solução. Não é necessário matar nenhum pai para gozar [...] a clínica contemporânea é a prova dessa não relação com o pai. No interior da psicanálise existe uma crítica à ideologia edipiana. Não são os nossos adversários que criticam o Édipo. Somos nós mesmos. E nós o fazemos a partir da experiência analítica clínica².

Assim, tendo formulado o primeiro tempo de sua obra em torno da noção freudiana do Édipo, equivalendo-a ao nome-do-

1 Lacan *apud* M. H. Brousse, *O inconsciente é a política*, p. 18.

2 M. H. Brousse, *op. cit.*, p. 40 e 41.



Foucault postulou a inexistência de um centro único desde o qual o poder emana, revelando as localizações, por assim dizer, interrompidas, móveis e dispersivas do poder e de suas resistências. Portanto, ele não se exerce na verticalidade e segundo formas fixas

-pai, Lacan enunciou, depois, que o Édipo mudara da posição de solução para a de problema da psicanálise.

Prosseguindo o debate atualizado por Brousse, podemos perguntar: em que sentido, nos dias de hoje, o Édipo é um problema para a psicanálise? Pois bem. É possível afirmar que as formulações teóricas sobre o Édipo definem um dos grandes impasses com que nos defrontamos em nosso trabalho, produzindo, por vezes, alguns sintomas. Refiro-me, aqui, aos sintomas que se estruturam no corpo institucional da psicanálise, e que resultam das práticas discursivas instituídas coletivamente, enquanto teoria e modelo de atuação clínica. Para fundamentar tal posição, reunirei algumas ideias sobre o contexto social mais amplo da atualidade, começando com Foucault e suas definições sobre o poder, com destaque para os conceitos de transgressão e acontecimento. Em seguida, terá vez o pensamento de Derrida acerca da escritura.

* * *

Foucault³ ampliou a reflexão sobre o poder, rompendo com as teorias tradicionais baseadas no modelo jurídico-institucional que o situam, invariavelmente, em relação ao Estado e ao Direito.

Fora da estrita lente jurídica, o autor trouxe uma concepção original do poder como não apenas repressivo, mas também produtivo de novas modalidades de prazer e saber. Além disso, Foucault postulou a inexistência de um centro único desde o qual o poder emana, revelando as localizações, por assim dizer, interrompidas, móveis e dispersivas do poder e de suas resistências. Portanto, ele não se exerce na verticalidade e segundo formas fixas, não se dá de cima para baixo nos escalões da sociedade; o poder circula e se exerce sob a forma de uma rede espraiada. Além disso, não existe um, mas diferentes modalidades de poder, que cooperam, disputam e complementam-se entre si. Outra novidade trazida pelo autor diz respeito à ideia de que o poder não é algo que se transmite ou confisca (como pensaram os filósofos contratualistas), não é algo que está com alguém ou com um grupo de pessoas, enquanto outros se acham despossuídos dele. O poder não é uma coisa, e sim uma função, ele se exerce, é jogo de forças, lutas, e configura sempre relações de dominação e de resistência, de poder e contrapoder.

O autor caracterizou a sociedade ocidental moderna como dominada por três tipos diferentes de poder: o soberano, o disciplinar e o biopoder. O exercício destes poderes se faz a partir de determinadas tecnologias de dominação, instituindo diferentes modos de subjetivação. O poder soberano se estabeleceu na Idade Média, referido à existência física do rei. Naquele contexto, as práticas discursivas religiosas constituíram uma referência hegemônica de saber e poder. A Lei de Deus regulava soberanamente os homens e a sociedade, sendo esta a matriz da autoridade política do rei.

Em fins dos séculos XVII e XVIII, com o surgimento do capitalismo industrial, o exercício dominante do poder soberano não atendia mais à complexidade das relações sociais, surgindo, então, o poder disciplinar. Este visa transformar o indivíduo pelo controle social do tempo, do espaço e pela vigilância constante de suas atividades, buscando a docilidade dos corpos

e a conformação de suas forças ao processo de produção capitalista. Os mecanismos de vigilância e disciplina se fizeram através das práticas educativas, judiciárias, médicas, carcerárias, etc., pelas quais se constitui um saber, uma verdade sobre os sujeitos, referendada não mais pelo discurso religioso e sim pelo discurso dominante da ciência.

Foucault⁴ apontou que as tecnologias de dominação de ambas as modalidades de poder são radicalmente distintas e conflitantes entre si, o que poderia implicar o desaparecimento, na época moderna, das práticas soberanas. Porém, isto não ocorreu. Elas persistiram no exercício jurídico, adotando outras táticas, permitindo uma ocultação ideológica do domínio e da coerção disciplinar.

No século XVIII, com o avanço do capitalismo e o crescimento demográfico, constitui-se, então, o biopoder, referente à massa e às populações, âmbitos que extrapolam os níveis individuais visados pelo poder disciplinar. O biopoder se dirige não ao *homem-corpo*, mas ao *homem-espécie*, ou seja, aos homens tomados no plano da massa global, das populações, nas questões relativas à natalidade, às doenças endêmicas, à saúde pública, aos efeitos do meio ambiente etc. A medicina ganha a função estratégica de higiene pública, agindo sobre o corpo e sobre a população, produzindo efeitos disciplinares e regulamentadores.

Pode-se pensar que, articuladas, essas modalidades vigentes de poder recubram todo o campo social, não havendo regiões livres de regulamentos. Entretanto, não é esta a concepção de Foucault. Ele considera permanentemente a presença dos acontecimentos aleatórios e indeterminados, os acidentes do acaso como aquilo de que se trata o tempo todo de controlar ou dominar, operação cada vez mais difícil nas condições atuais. Ocorre que, para o autor, o que marca o surgimento da era moderna ocidental é,

»»

*o biopoder se dirige não
ao homem-corpo, mas ao
homem-espécie, ou seja, aos homens
tomados no plano da massa global, das
populações, nas questões
relativas à natalidade, às doenças
endêmicas, à saúde pública,
aos efeitos do meio ambiente*

entre outras coisas, o que Nietzsche denominou *a morte de Deus*. A crise da hegemonia do cristianismo e o concomitante avanço da ciência e da técnica, enquanto novas formas de saber e poder, promoveram o desencantamento do mundo, antes governado pela autoridade inquestionável da palavra divina. Neste sentido, os discursos religiosos (e quaisquer outros) que proliferam atualmente não têm a mesma capacidade unificadora e estabilizadora vista na Idade Média, pois competem com outras práticas discursivas dominantes. As narrativas modernas são múltiplas e fragmentadas. A quebra da hegemonia da Lei de Deus promoveu a ausência de um limite único e soberano às relações humanas, e neste vazio da lei e do limite vem se estabelecer a experiência da transgressão, que pode ser construtiva ou destrutiva. Para Foucault⁵, a transgressão é o que surge no vazio da lei, na suspensão da lei e do limite, e não o que se dá contra a lei. A transgressão não afirma nem contraria uma lei. Porém, a sua experiência leva a que procuremos o estabelecimento de novos limites, sendo esta a finalidade e a ocasião do poder disciplinar e do biopoder, cujas normalizações procuram conter ou inviabilizar a experiência da transgressão.

Note-se que o sentido foucaultiano de transgressão é distinto daquele utilizado habitualmente

3 M. Foucault: *Vigiar e punir; Microfísica do poder; Em defesa da sociedade*.

4 M. Foucault, *Microfísica do poder*.

5 M. Foucault, *Prefácio à transgressão*.



*A linguagem,
escrita ou falada, se assenta
na ausência das coisas.
O que a tradição metafísica
imputa à escrita é também uma
propriedade da fala*

em psicanálise. Aqui, o ato transgressivo não se reporta a um campo regulado pela lei da castração, não sendo, de saída, nem reforço nem resistência aos jogos de poder instituídos.

Assim, no período moderno ocidental, não contamos com um discurso único, forte e verdadeiro que nos proteja de nós mesmos, tal como acreditamos possuir certo dia. Sem a garantia absoluta de Deus – e tampouco a da ciência, conforme queria o projeto iluminista –, estamos, hoje, mais sujeitos às transgressões, que podem trazer novas possibilidades do viver, ou a morte e a destruição. Eis uma das razões para o temor do homem contemporâneo aos acontecimentos e acasos. É por isso que, nas palavras de Foucault, nos tornamos *tagarelas*, produzindo uma variedade *ao infinito* de discursos normalizadores.

* * *

Derrida⁶ estabelece uma profunda crítica ao pensamento metafísico ocidental, mostrando que as categorias de presença plena e de origem verdadeira constituem alguns dos seus princípios fundamentais. O autor os reconhece nas teorias clássicas da filosofia, que postulam a fala como mais próxima da presença plena das coisas do que a escrita, posto que a voz estaria mais perto

do *estado da alma*. A linguagem escrita seria o recurso para tornar presente uma fala ausente, estando, portanto, no estágio inferior à fala, não guardando a autenticidade desta última. Nesse sentido, a metafísica ocidental promoveu um recalçamento da escrita e um privilégio da voz, da *phoné*, estabelecendo o que Derrida chamou de fonocentrismo.

O selo da presença também é valorizado em outro pilar da filosofia ocidental, que privilegia a consciência como lugar de origem e expressão do pensamento racional, ou seja, do *logos*. Nesta tradição, a verdade é uma atribuição do *logos*, o que caracteriza o logocentrismo, cujas relações com a *phoné* se mostram essenciais. Na ligação entre *logos* e fonia estaria garantido o privilégio da consciência, e do objeto como presença. A verdade é o que pode ser apresentado pela voz no âmbito da consciência, portanto, do *logos*. Eis o que caracteriza uma metafísica do ser como presença e sob a espécie de consciência.

Porém, a crescente matematização dos discursos científicos no decorrer do século XIX dificultou e até mesmo impediu o seu registro no âmbito da linguagem falada. Este processo aliado a outros, como, por exemplo, às novidades trazidas pelas novas teorias sobre a linguagem e à grande influência de Nietzsche e Freud no pensamento moderno, desencadeou uma crise do referente fonocêntrico, tornando possível a problemática da escritura⁷.

Assim, Derrida levará adiante a ideia, presente em muitos autores modernos, de que a linguagem não é o reflexo transparente das coisas do mundo, não é o indício de uma presença plena das coisas, mas justamente o contrário. A linguagem, escrita ou falada, se assenta na ausência das coisas. O que a tradição metafísica imputa à escrita é também uma propriedade da fala.

O filósofo fundamentou o *pensamento do traço* numa interpretação bastante original da obra freudiana⁸. Observa que, na carta 52 de Freud a Fliess, de 1896, já teríamos os elementos necessários para uma teoria do aparelho psíquico como um aparelho de escritura. Para Derrida, através

do modelo da escrita, com as noções de inscrição e reinscrição permanentes de traços mnêmicos, Freud se opôs ao fonocentrismo e postulou a construção dos sentidos no processo do diferir, e não como propriedades assentadas em representações acabadas. O que torna peculiar tal processo de reinscrição permanente dos traços é a sua temporalização nos moldes da posteridade.

Ao mesmo tempo, Derrida critica o conceito de interpretação como tradução que se faz presente nos textos do próprio Freud, expressão de uma metafísica da presença e do logocentrismo que também têm lugar em sua obra. Por esta via, Freud buscava um sentido fixo imutável a ser evidenciado pela interpretação, sentido este referido a uma origem determinada. No jogo de tensão entre estes dois referentes, o discurso freudiano teria realizado uma crítica contundente à metafísica da presença. De acordo com esta análise, Derrida propõe a sua noção de escritura, que não se restringe à escrita gráfica, mas “[...] a todo o ‘sistema’ de marcas que não se rege por uma presença plena [...] a palavra ‘escritura’ funciona para desarticular, ‘desconstruir’ o fonologismo e o logocentrismo [...] Escritura é assim um outro nome de *différance*”⁹.

Derrida mostra ainda que o logocentrismo opera pela lógica das binaridades, o que refere o pensamento às constantes dualidades e dicotomias, como natureza/cultura, mente/corpo, masculino/feminino, etc. As binaridades se referem ao campo do ser e não do vir a ser; indicam, portanto, o plano das determinações e das identidades, que não comportam o aleatório, o campo aberto sem definições sólidas, o indeterminado¹⁰. Derrida enfatizou a necessária desconstrução da binaridade sexual, daquilo que se marca como diferença sexual no par masculino/feminino, e que estaria no fundamento da noção psicanalítica do

»
apesar das diferenças importantes e
extensas entre Foucault
e Derrida, é possível alinhá-los
através dos respectivos conceitos
de acontecimento, transgressão
e escritura

falo, atribuindo à teoria de Lacan o seu maior desenvolvimento. Neste sentido, Derrida criticou sistematicamente a teoria lacaniana que, segundo ele, reforçou os parâmetros da metafísica ocidental, postulando o falocentrismo, o caráter de unidade plena e indivisibilidade do significante e a concepção de que a linguagem simbólica é articulada precisamente como a linguagem fonemática. É o que Derrida argumenta, por exemplo, em seu livro *O cartão postal*.

* * *

Apesar das diferenças importantes e extensas entre Foucault e Derrida, é possível alinhá-los através dos respectivos conceitos de acontecimento, transgressão e escritura. Destacam-se aí algumas características do pensamento moderno, como o movimento de forte desconstrução das binaridades, da crença radical na unidade e na presença como atributos essenciais da verdade, desconstrução, enfim, das ideias de um centro régio e de uma origem primeira na determinação das coisas, da reificação do registro simbólico e, conseqüentemente, da sobredeterminação absoluta na constituição da história de cada um e das sociedades humanas. A desconstrução de referentes tão fundamentais na história do ocidente não vem desacompanhada de profundas resistências;

6 J. Derrida: *A escritura e a diferença*; *Gramatologia*.

7 Ver J. Birman, *Escritura e Psicanálise: Derrida, leitor de Freud*.

8 J. Derrida, *A escritura e a diferença*.

9 A. R. Rios in M. A. Loyola (org.), *A sexualidade nas ciências humanas*, p. 166.

10 Ver A. R. Rios, *op. cit.*



experiências muito emblemáticas do nosso tempo interrogam profundamente o conceito de Édipo, tanto nas condições de suas possibilidades teóricas, como no dispositivo de normalização em que pode se constituir no trabalho clínico

porém, não sendo apenas negatividade, pura destruição de padrões estabelecidos, as desconstruções positivam novas formas do viver.

Pois bem. As desconstruções das binaridades e das categorias de presença, unidade, origem e centro régio são facilmente identificáveis na clínica atual, nos relatos dos pacientes acerca do trabalho, como, por exemplo, no fato de terem cada vez menos posições estáveis e estabelecidas dentro das empresas, ou mesmo perspectiva de longa carreira num único lugar. As atividades acontecem nas instituições e com interlocutores cada vez mais abstratos, conforme as novas organizações do trabalho no mundo globalizado, no qual a existência de um sindicato forte e as reivindicações de classe são figuras cada vez mais caducas. As desconstruções em pauta também são identificáveis na referência que os pacientes fazem à constituição de famílias onde se têm *os meus, os seus e os nossos filhos*, e no consequente desdobramento e/ou encolhimento das funções parentais entre os vários adultos e suas várias crianças; bem como na afirmação cada vez mais frequente, principalmente entre os adolescentes, de experiências sexuais fora das fronteiras convencionais de gênero, definidas pelo referente binário feminino/masculino, e na multiplicação das formas de vínculos amorosos estabelecidos.

Tais desconstruções se mostram, também, na vivência social e individual cada vez mais rarefeita do que podemos chamar de *presença presencial*, em função da *presença virtual*, conforme se vê nas reuniões de trabalho por videoconferência, na ampla socialização das crianças e adolescentes pelos MSN, pelas comunidades virtuais como Facebook, Orkut, etc., e pelo uso ininterrupto dos celulares. Entre os efeitos que isto promove, vemos a sobreposição de diferentes encontros a serem sustentados pelos sujeitos, de modo que a experiência social do espaço e do tempo não se encontra mais centralizada em um único ponto geográfico e cronológico, mas se constitui em multiplicidades e simultaneidades, na conexão de linhas dispersas, em redes espalhadas.

A clínica psicanalítica cotidiana nos dá o testemunho contundente de que não somos mais dominados por um centro régio, por uma estrutura piramidal nas funções familiares e profissionais, pelos sistemas binários simples que nos localizam como homens ou mulheres, pais ou não pais *dos meus, dos seus e dos nossos filhos*. Entretanto, muitos dos conceitos com os quais constituímos a nossa escuta se fazem ainda no quadro das binaridades, imbricados às categorias de unidade, presença, origem e centro régio. É o caso do conceito de Édipo, justamente tão *central* à prática psicanalítica, cujas noções mobilizam os referentes metafísicos em xeque. Desse modo, experiências muito emblemáticas do nosso tempo interrogam profundamente o conceito de Édipo, tanto nas condições de suas possibilidades teóricas, como no dispositivo de normalização em que pode se constituir no trabalho clínico, quando vem restabelecer, legitimar e naturalizar, através do referente fálico, a centralidade e a hegemonia de uma lei, a lei paterna, promotora da cultura, cuja vocação se mostra claramente masculinista.

Quando digo que a atualidade interroga o Édipo não me refiro a um suposto declínio ou fracasso das instâncias interditoras no laço social e o concomitante fortalecimento das práticas incitadoras ao gozo ilimitado. Este enunciado, tão presente nos estudos psicanalíticos atuais, requer

prudência e exames redobrados, pois com o seu aval diversas práticas psicanalíticas têm promovido a patologização das novas formas do viver, pregando o avanço da perversão e das patologias do ato na sociedade contemporânea. Se considerarmos que a patologização do social constitui um dos processos da normalização, a clínica psicanalítica, nos moldes aqui referidos, se acha diante de problemas éticos e políticos da maior grandeza, reproduzindo, por sua vez, o que o discurso médico psiquiátrico institui com a medicalização indiscriminada da sociedade. Como se vê, a minha questão com o conceito de Édipo não parte do suposto declínio das instâncias interditoras no laço social, e de certo modo se coloca num sentido contrário a esta ideia que, segundo parece, sustenta-se mais na afirmação ou negação do Édipo do que na sua indagação.

Lanteri-Laura, em seu livro *Leitura das perversões*, reflete sobre as condições concretas de uma prática psicanalítica normalizadora, no melhor estilo do que Foucault denominaria como tecnologia disciplinar. Afirma que:

S. Freud descreveu um desenvolvimento da sexualidade infantil que se efetuava através dos conflitos essenciais [...] isso se tornou [por vezes dentro da própria obra freudiana e dos seus sucessores] uma evolução normal, desde o estágio oral até a sexualidade genital, e é esse primado do genital que vem garantir a base objetiva desse neo-moralismo sexual¹¹.

O autor considera a evolução do conceito de perversão na obra freudiana e observa que, em 1905, Freud libertou a perversão do sentido unívoco de anomalia humana, revelando suas profundas conexões com a normalidade. É deste tempo o enunciado de que a neurose é o negativo da perversão, e de que a sexualidade perversa polimorfa infantil é a matriz da qual se constituem as diversas posições da sexualidade adulta. Em 1914, com o conceito de narcisismo, a perversão se aproximaria mais da psicose, ambas tomadas

»
*a noção de estrutura perversa
consagrou uma posição conservadora
já presente na teoria freudiana,
cumprindo a função de unificar
e naturalizar o discurso
neomoralizador sobre a perversão*

no campo das relações narcísicas de objeto, menos afeitas à ética da alteridade e, portanto, mais distantes das variações da norma. Em 1927, a perversão se constituiria numa categoria psicopatológica definida pela forte clivagem do eu, pelo mecanismo da renegação e pelo objeto fetiche.

Segundo Lanteri-Laura, a psicanálise depois de Freud consolidou este mesmo caminho, o de recuperar a perversão no campo da anomalia. Podemos ver que “[...] a sexualidade infantil, que ajudou S. Freud a mostrar que o heterossexual não passava de um ex-perverso, permite aos contemporâneos alegar que o perverso só goza pouco, e mal; portanto, tem-se novamente certeza de que as perversões pertencem à patologia e de que nem todas as maneiras de gozar são naturais”¹². O autor afirma que a noção de *estrutura perversa* consagrou uma posição conservadora já presente na teoria freudiana, cumprindo a função de unificar e naturalizar o discurso neomoralizador sobre a perversão. Assim, a *estrutura perversa* teria no mecanismo da renegação o seu essencial, ligando-se à angústia de castração. O perverso não ultrapassa tal angústia com os recursos da castração simbólica, mas arranja-se de outro modo. E qualquer que seja o modo, acostumamo-nos a pensar que, embora pareça ilimitado, o gozo do perverso é pobre, porque restrito ao campo do fetiche.

11 G. Lanteri-Laura, *Leitura das perversões*, p. 134.

12 G. Lanteri-Laura, *op. cit.*, p. 134 e 135.



o efeito de heterossexualidade compulsória e o de primazia do genital mencionado por Lanteri-Laura são intrínsecos aos conceitos respectivos de Édipo e perversão, e não propriedades indevidas que apareceram depois

Porém, o que não se vê nas definições da *estrutura perversa* é um lugar determinante para os contextos históricos que definem toda a relatividade do que se reconhece como perversão no decorrer dos tempos. Nas palavras de Lanteri-Laura:

A análise histórica nos conduz, assim, a uma evidente relatividade. Por um lado, só há perversão em nome de uma ética social, que nunca está autorizada a servir de fundamento absoluto, e a oposição entre perversos e não perversos sempre remete a um certo momento da cultura que devemos elucidar. [...] Ora, essa relatividade é difícil de suportar, e a cultura busca incansavelmente um discurso que a transforme num absoluto em nome da ciência, e que lhe evite o mal-estar de sua incerteza [...]¹³.

E conclui:

[...] o discurso psicanalítico afigurou-se, a princípio, subversivo e escandaloso: fez do perverso alguém próximo do normal e lembrou ao normal que ele não passava de um perverso honorário. Vimos que, posteriormente, esse discurso evoluiu através de múltiplos meandros, primeiro os de Freud e, depois, os de seus discípulos, dos ortodoxos e dos outros, fazendo advir a noção de estrutura perversa, que desempenhou, quarenta anos

depois de E. Dupré, exatamente o mesmo ofício da noção de constituição, e também restaurando um neomoralismo em que o acesso ao estádio genital garantia uma função normativa, da qual a cultura não parece poder libertar-se¹⁴.

Não é difícil imaginar que as reflexões de Lanteri-Laura sobre os destinos atuais da clínica com as perversões rebatam diretamente sobre a clínica com as neuroses.

Nesta linha, há também o trabalho de Judith Butler¹⁵, que propõe caminhos interessantes na lida com os problemas vistos até aqui. Inspirada em Foucault, afirma que toda abordagem no campo epistemológico não pode vir desacompanhada de uma abordagem genealógica, que persiga a história da formação dos conceitos. A questão para Butler é o combate que devemos travar contra a ideia de que os conceitos psicanalíticos de sexualidade, gênero e Édipo digam respeito a uma realidade universal e às leis de fundação da cultura humana. O conceito de Édipo, por exemplo, é abordado pela autora como matriz da heterossexualidade compulsória em vigência no Ocidente, onde o recalçamento dos desejos incestuosos supõe o recalçamento anterior da homossexualidade, operação que se oculta no exclusivo plano epistemológico.

O efeito de heterossexualidade compulsória e o de primazia do genital mencionado por Lanteri-Laura são intrínsecos aos conceitos respectivos de Édipo e perversão, e não propriedades indevidas que apareceram depois. O problema é que toda a carga ideológica prevista no conceito pretensamente universal do Édipo não se revela como tal, no plano exclusivamente epistemológico da teoria freudiana. Em condições sintomáticas, trabalhamos com a metapsicologia no recalque desses aspectos ideológicos, perdendo de vista a dimensão da história na construção da teoria. Neste sentido, o que seria a construção datada e singular de uma organização da sexualidade, o Édipo, quando visto pelas lentes exclusivas da ontologia psicanalítica se transforma numa descrição da origem e do fundamento

da cultura, condição natural do homem na civilização. E assim, aferrados aos universais mumificados da metapsicologia, vamos ensurdecendo para a escuta das novas formas do viver que se colocam na clínica, desativando a possibilidade de criarmos novas teorias, as nossas teorias.

Penso que esta é uma razão que colabora para o que chamamos, hoje, de estreitamento da categoria geral das neuroses na clínica contemporânea, em favor das adições e das patologias do ato. Talvez a clínica das neuroses não esteja mais tão bem servida de recursos teóricos e metodológicos em relação às demais problemáticas, como costumamos dizer. Enfim, talvez o estreitamento da categoria geral das neuroses não seja apenas um reflexo das patologias contemporâneas, mas também um sintoma promovido pelas nossas práticas menos afeitas ao seu tratamento.

Neste sentido, um problema é não dispormos, ainda, de uma teoria consistente sobre a sublimação, o que não se dá por acaso. Sabemos que, no campo das neuroses, por exemplo, o incestuoso não se presta apenas ao recalque, embora o reconhecimento deste processo nos seja mais fácil, talvez porque tenha sido o mais desenvolvido por Freud, dentre os quatro destinos da pulsão. Referidos ao campo do recalque, temos mais vistas para o que chamamos de sintoma, e somos mais míopes quanto às soluções singulares que atestam novas formas de subjetivação. Uma grave consequência ocorre quando, na via de uma psicanálise normalizadora, conduzida com a grade teórica do recalque carecida da sublimação, tendemos a receber o transgressivo (na acepção foucaultiana do termo) com a cruz do padre-nosso interditor, formulando interpretações que fomentam a culpabilização, em nome da castração simbólica, tida como o bem supremo das neuroses *bem analisadas*. Tais interpretações buscam a adequação do sujeito ao que se entende, em cada caso, como a lei paterna, recusando o reconhecimento a outros jogos

»
*uma referência promissora
ao desenvolvimento do conceito de
sublimação pode ser o trabalho
do negativo, noção desenvolvida
por Green e que dispensa
os repertórios da presença
plena e da unidade*

de verdade e a outras positivities que se engendram na atualidade. Uma teoria sobre a sublimação deve ampliar o campo e as abordagens do transgressivo, iluminando alguns fenômenos contemporâneos que se acham eclipsados no modelo clínico dominante com as neuroses.

No contraponto ao recalque – e sem dispensá-lo, obviamente – uma referência promissora ao desenvolvimento do conceito de sublimação pode ser o *trabalho do negativo*, noção desenvolvida por Green e que dispensa os repertórios da presença plena e da unidade, prometendo uma abordagem favorável à fragmentação e à descontinuidade contemporâneas. Outro referente de valor encontra-se na noção foucaultiana de transgressão, experiência da ordem do acontecimento e que se dá na suspensão do sistema normativo vigente, e não no seu fracasso ou declínio.

De outro lado, devemos considerar que as funções interditoras se fazem, hoje, por caminhos que não se restringem àquele previsto no conceito de Édipo, ou seja, referido a uma estrutura piramidal e a um centro de referência. Autores como Antonio Negri e Anthony Giddens nos ajudam nestes desenhos, com suas respectivas ideias sobre as novas organizações do trabalho e sobre a reflexividade moderna, nas quais o declínio da tradição não produz majoritaria-

13 G. Lanteri-Laura, *op. cit.*, p. 141.

14 G. Lanteri-Laura, *op. cit.*, p. 146.

15 J. Butler, *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*.



é claro que essas novas formas de subjetivação não determinam, por si só, índices elevados de ganho social, pois estamos no contexto do capitalismo, que se orienta invariavelmente pela maximização do lucro

mente subjetividades rasas e narcísicas. O conceito de reflexividade, por exemplo, diz respeito à capacidade de autorreflexão inerente às atividades humanas que, ao se cumprirem, geram informações que retornam imediatamente ao trabalho. Em maior ou menor grau, esta é sempre uma característica do fazer humano, mas a tese de Giddens é de que tal capacidade autorreflexiva ganhou proporções imensas na contemporaneidade, dadas as condições do capitalismo globalizado. Alguns dos fatores para isto foram o despregue e a multiplicação das categorias de tempo e espaço na vida cotidiana e, fundamentalmente, o declínio da tradição enquanto referência hegemônica na experiência social e individual¹⁶. A reflexividade moderna trabalha o afastamento da tradição do centro da sociedade globalizada, conferindo-lhe outros lugares e funções, o que permite maior inventividade nos modos de processamento simbólico da experiência presente¹⁷.

Entretanto, mesmo nessa sociedade, a tradição continua a ter um papel importante e insubstituível, embora em bases muito diferentes, sendo que o seu drástico apagamento é o que abre caminho para os fundamentalismos de toda espécie. Não tenho linhas suficientes para apresentar, aqui, a discussão complexa e bastante original que o autor promove a respeito. Deixo apenas a indicação.

A noção de trabalho imaterial trazida por Antonio Negri diz respeito ao que se requer cada vez mais dos trabalhadores modernos, ou seja, capacidade de avaliar e tomar decisões, criatividade, possibilidades de relacionar-se com diversos níveis hierárquicos dentro das empresas, enfim, autonomia e inteligência. Estes requisitos não substituem o trabalho dito material, mas é algo que se acrescenta a ele e o transforma, ganhando uma posição estratégica e vital nas fábricas, nas empresas e no terceiro setor¹⁸. O operário padrão, no modelo pós-fordista do trabalho que se estabeleceu a partir da década de 1970, não condiz mais com a célebre imagem de Charles Chaplin apertando parafusos numa engrenagem mecânica. Neste processo, aparece o que Antonio Negri chama de uma inteligência e uma criatividade da multidão, uma potência da multidão¹⁹, que se distingue dos fenômenos da massa hipnotizada pelo chefe, apresentada por Freud em *Psicologia das massas e análise do ego* (1921). O biopoder, conforme pensou inicialmente Foucault, não é mais apenas um poder sobre a vida, mas um poder da vida.

É claro que essas novas formas de subjetivação não determinam, por si só, índices elevados de ganho social, pois estamos no contexto do capitalismo, que se orienta invariavelmente pela maximização do lucro. Tais mudanças vêm acompanhadas também da precarização do trabalho, do desemprego estrutural, da exclusão de legiões de pessoas que não se ajustam ao novo perfil do trabalhador, da dessindicalização, da supressão de direitos trabalhistas, da destruição da natureza em escala global, do esvaziamento da crítica e da resistência social. Portanto, o quadro geral não se reduz ao cômputo de positivities e negatividades, e como consequência, em otimismo de um lado e pessimismo de outro. É preciso que pensemos com os paradoxos e não com a dialética, que obriga o pensamento aos movimentos de síntese.

Isto posto, podemos considerar que a clínica psicanalítica requer o auxílio de outras disciplinas do conhecimento, como a filosofia e a socio-

logia, a fim de obter conceitos menos alinhados aos princípios da metafísica ocidental, uma vez que estes últimos sustentam em boa parte a nossa metapsicologia. Tal recurso oferece condições fundamentais para uma abordagem genealógica dos conceitos psicanalíticos, bem como parâmetros éticos contra uma prática clínica normalizadora. Este pode ser um caminho para uma psicanálise mais transgressiva e, por isso mesmo, mais inventiva, que relança novos termos aos seus fundamentos do início. Porém, quando a matéria em jogo é a prática clínica, isto não se faz recusando a metapsicologia com todos os seus *padre-nossos*...

Neste sentido, e voltando a Judith Butler, gostaria de ilustrar uma estratégia do seu pensamento que me parece muito valiosa. Assim, por exemplo, a autora critica a noção de representação, um dos principais alicerces da teoria freudiana, uma vez que esta noção se assenta profundamente nas categorias metafísicas de origem, unidade e presença. Porém, Butler não pretende afirmar seus conceitos *contra* o campo das representações, uma vez que, para ela, isto nem seria possível. Desse modo, afirma que: “Obviamente, a tarefa política não é recusar a política representacional – como se pudéssemos fazê-lo. As estruturas jurídicas da linguagem e da política constituem o campo contemporâneo do poder; consequentemente, não há posição fora desse campo, mas somente uma genealogia crítica de suas próprias práticas de legitimação [...]”²⁰. A autora traz a possibilidade de pensar uma teoria performativa da sexualidade junto de alguns conceitos freudianos forjados no quadro de uma teoria representacional, operação complexa e que demanda muito rigor.

Nesta linha, discordo de Vladimir Safatle quando ele afirma: “Podemos dizer que a base da perspectiva de Judith Butler se encontra na

»»

*este pode ser um caminho
para uma psicanálise mais transgressiva
e, por isso mesmo, mais inventiva, que
relança novos termos
aos seus fundamentos do início*

tentativa de fornecer uma teoria *antirrepresentativa* do sexual [...] Trata-se [...] de tentar *escapar* da própria noção de representação através de uma *teoria performativa do sexual*”²¹ (o grifo é meu). Ora, a concepção performativa da autora não vem no lugar do que seria a metapsicologia freudiana. O que se passa é algo bem diferente: aquela concepção se faz instrumento para uma teoria crítica da metapsicologia. O que não quer dizer que tudo se aproveite nessa composição de contrastes, que *salvem-se todos, entre mortos e feridos*. Entretanto, o que quero enfatizar é o método de pensamento de Butler, que não opera predominantemente na grade da exclusão nem da resolução dos conflitos entre diferentes pontos de vista. A exemplo da autora, procuremos o nosso máximo rigor: que o conceito de Édipo, ainda indispensável na constituição da clínica psicanalítica, possa conviver com seus diferentes e tolerar a irresolução de conflitos que se ampliam nesta situação. Quem sabe possamos alargar um pouco mais a nossa escuta para as neuroses.

16 Ver A. Giddens, *As consequências da modernidade*.

17 Ver A. Giddens, *Mundo em descontrolo*.

18 Ver A. Negri e M. Lazzarato, *Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade*.

19 Ver A. Negri e M. Hardt, *Império*.

20 J. Butler, *op. cit.*, p. 22.

21 V. Safatle, *Cinismo e falência da crítica*, p. 169.

Referências bibliográficas

- Birman J. (2006). *Escritura e Psicanálise: Derrida, leitor de Freud*. Conferência realizada no II Encontro de Pesquisadores em Filosofia e Psicanálise, Universidade de São Paulo, nov. 2006.
- Brousse M. H. (2003). *O inconsciente é a política*. São Paulo: Escola Brasileira de Psicanálise.
- Butler J. (2003). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Derrida J. (1967a/2005). *A escritura e a diferença*. São Paulo: Perspectiva.
- Derrida J. (1967b/2006). *Gramatologia*. São Paulo: Perspectiva.
- Derrida J. (2007). *O cartão-postal: de Sócrates a Freud e além*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Foucault M. (1963/2006). Prefácio à transgressão. In: Barros da Motta M. (org.) *Coleção Ditos e Escritos de Michel Foucault*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, v. III.
- Foucault M. (1963/2006). A linguagem ao infinito. In: Barros da Motta M. (org.) *Coleção Ditos e Escritos de Michel Foucault*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, v. III.
- Foucault M. (1975/1987). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes.
- Foucault M. (1979). *Microfísica do poder / Michel Foucault*. Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault M. (1997/1999). *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes.
- Freud S. (1896/1996). Carta 52 (6 de dezembro de 1896) a Fliess. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas*. Rio de Janeiro: Imago, vol. I.
- Freud S. (1905/1996). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas*. Rio de Janeiro: Imago, vol. VII.
- Freud S. (1927/1996). Fetichismo. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas*. Rio de Janeiro: Imago, vol. XXI.
- Giddens A. (1991). *As consequências da modernidade*. São Paulo: UNESP.
- Giddens A. (2007). *Mundo em descontrol*. Rio de Janeiro: Record.
- Lanteri- Laura G. (1994). *Leitura das perversões*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Negri A.; Lazzarato M. (2001). *Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade*. Rio de Janeiro: DP&A.
- Negri A.; Hardt M. (2006). *Império*. Rio de Janeiro: Record.
- Ríos A. R. (1998). *O desejo de uma sexualidade inumerável*. In: Loyola M. A. (org.) *A sexualidade nas ciências humanas*. Rio de Janeiro: UERJ.
- Safatle V. (2008). *Cinismo e falência da crítica*. São Paulo: Boitempo.

The paternoster of Psychoanalysis

Abstract The crisis of the western metaphysic thought and the new organization of the globalized society cast some doubt on the Oedipus concept, even on the conditions of the new theoretical possibilities and also on the normality disposal that can be constituted on clinical work. In this last case, many different psychoanalytic practices have been promoting the pathologizing of the new ways of living, producing in the new contemporary clinic, the narrowing of the general category of the neuroses, in favour of the addictions and act's pathologies.

Keywords Oedipus; standardization; transgression; writing; neurosis; sublimation.

Recebido em: janeiro/2012.

Aprovado em: abril/2012.

Estranho prazer: um possível paradoxo para Freud e Hume

Janaina Namba

Janaina Namba é aluna do 2º ano do curso de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, doutora em filosofia pela UFSCar, com a tese: *Expressão e linguagem: aspectos da teoria freudiana, sob orientação do prof. Luiz Roberto Monzani*.

Resumo O que levaria ao sentimento de prazer diante de paixões em si tão incômodas, como, por exemplo, o deleite do espectador diante da apresentação de uma batalha sangrenta, se questiona o filósofo David Hume em seu ensaio *Da tragédia*. É a partir do texto *O Ominoso* de Sigmund Freud que abordaremos essa questão.

Palavras-chave sinistro/ominoso; prazer; duplo; tragédia.

- 1 *Unheimlich*, diz Freud, “é evidentemente o oposto de *heimlich* (íntimo), *heimlich* (doméstico), *vertraut* (familiar); e pode se inferir que é algo terrível porque não é conhecido, nem familiar. Porém, nem tudo o que é novo e não familiar é terrível” in: “Lo Ominoso”, 1919. Optamos aqui por utilizar como tradução de *unheimlich*, ominoso (agourento, funesto, nefasto) e sinistro (agourento, funesto, temível). Nos baseamos numa tradução feita do alemão de *Os deuses no exílio* de Heinrich Heine, por Márcio Suzuki. Livro esse citado por Freud, ao comentar o surgimento do duplo com o ressurgimento “do narcisismo primitivo na medida em que este ganha um novo conteúdo nos estágios ulteriores do desenvolvimento do ego.” (M. Suzuki, “Anatomia comparada em literatura” in H. Heine. *Os deuses no exílio*, p. 160). Ainda que ominoso coincida com a tradução da edição argentina, há traduções em português que coincidem com outras línguas, como por exemplo a de Paulo César Souza: *O Inquietante (L’Inquiétante étrangeté)*.
- 2 J. Kristeva, “Para que servem os psicanalistas em tempos de desgraça que se ignora” in *As novas doenças da alma*, p. 39.
- 3 J. Kristeva, *op. cit.*, p. 38.

A partir da questão que se põe logo no início do ensaio *Da tragédia* (1757), do filósofo escocês David Hume, a saber, por que fatos que na vida real suscitam sentimentos penosos e desagradáveis, ao serem postos em cena, tornam-se paradoxalmente prazenteiros, seja no espetáculo teatral, na literatura, no cinema, e, atualmente, na televisão, é que retomo aqui o texto de Freud, “O Ominoso”¹ (1919), e busco o significado desse paradoxo para a psicanálise. Pretendemos com isso contribuir para o debate em torno de um tema que se estende desde o século XVIII até os dias de hoje, principalmente no que diz respeito às telenovelas e aos *reality shows*.

Quando Kristeva, em “As novas doenças da alma”, diz que há um “agravamento da doença psicológica que caracteriza o mundo moderno, essa ‘novela’ que aparece como o avesso solidário da sociedade da performance e do estresse”², está se referindo à sociedade moderna como sendo uma sociedade do “espetáculo”, uma sociedade em que seus personagens se apresentam como “doentes sentindo-se mais próximos da alma”³ e, de certa forma, de seu psiquismo. Estaríamos assim diante de uma sociedade com uma vida interior reduzida, envolvida e identificada com tramas de telenovelas, ou de seriados televisivos.

Embora nosso texto se refira a espetáculos realizados em palcos destinados a atores, personagens literários, etc., parece que há na atualidade uma indiscriminação entre o que é representado no palco e o que se vive fora dele. Dessa maneira a vida real acaba por ser apresentada e difundida como fictícia,



*no jogo infantil há uma reconstituição
da cena vivida pela criança,
e ela obtém prazer por meio
do próprio ato, mesmo que a vivência
original tenha sido desagradável*

provocando assim um sentimento de prazer com aquilo que seria no mínimo estranho.

Para além da tragédia

“O ominoso da ficção – da fantasia, da literatura – merece uma discussão à parte”, diz Freud em “O Ominoso”, ao falar sobre aquilo que é horrível na ficção, na literatura ou na fantasia e que não se encontra sob as mesmas condições do que seria horrível numa vivência real; isso acaba por engendrar um resultado paradoxal: “na literatura, não é estranho aquilo que, se ocorresse na vida real, o seria [...]”⁴. Isso ocorreria porque, segundo Freud, a premissa fictícia ou literária seria o afastamento da realidade material. O distanciamento seria a garantia para distinguirmos o que é real do que é fictício. Ainda que esse afastamento fosse mais tênue, e, nos quais o sentimento ominoso se encontra aderido, também estes se encontram ligados à premissa poética e por isso não nos causaria estranheza.

Hume nos diz que aparentemente não podemos explicar o sentimento de prazer diante de paixões, em si desagradáveis, ao serem representadas numa tragédia bem escrita. Contrapõe seu argumento à solução apresentada por Fontenelle, segundo o qual haveria um reconforto “com a reflexão de que tudo não passa de ficção”⁵. Ao propor a ausência de um sentimento hediondo para a ficção seja na literatura ou na fantasia, em função do distanciamento da realidade material, a explicação freudiana se aproxima da solução apresentada por Fontenelle, que ao olhar de Hume “parece justa e convincente, ainda que careça de

um novo acréscimo para responder plenamente ao fenômeno” que está sendo examinado.

Voltemos então a Freud em “Para além do princípio do Prazer”:

O jogo (*Spiel*) e a imitação artística praticados pelos adultos diferenciam-se da conduta infantil, pois visam principalmente ao espectador. Este último não é poupado, como, por exemplo, na apresentação de uma tragédia, das impressões mais dolorosas que, no entanto, são sentidas com o mais elevado gozo⁶.

No jogo infantil há uma reconstituição da cena vivida pela criança, e ela obtém prazer por meio do próprio ato, mesmo que a vivência original tenha sido desagradável. Ainda que para os adultos o conteúdo do que está sendo encenado seja tão desagradável quanto o que foi vivenciado pela criança, o prazer obtido pelo adulto se dá pela interlocução com o espectador, que assiste ao espetáculo e extrai prazer mesmo mediante cenas que na vida real lhe proporcionariam impressões desagradáveis, e não pela própria ação.

A reflexão sobre esse fenômeno não é propriamente atual e nos remete a Aristóteles, o qual supõe que este prazer obtido ao assistir a sentimentos em si mesmos tão dolorosos numa tragédia seria uma forma de purificação, de expiação dos afetos, ou, utilizando as palavras de Freud, “tratar-se-ia de abrir fontes de prazer ou de gozo em nossa vida afetiva, tal como o cômico, o chiste etc. as abrem no trabalho de nossa inteligência, o mesmo que tornara inacessíveis muitas dessas fontes”⁷.

Podemos acrescentar que a capacidade de purgar tais afetos seria um modo de desafogá-los, de aliviar a tensão incômoda produzida durante o espetáculo, indicando assim a obtenção do prazer por uma via negativa, pelo escoamento de algo que se tornou excessivo e retorna a um nível normal. Isso por um lado nos faz pensar num prazer negativo em Freud, uma vez que o excesso é sinal de desprazer e descarga de prazer, por outro não há negatividade no modelo aristotélico de prazer. Para Aristóteles, segundo Lebrun (1930-1999), a restauração do prazer se deve à



satisfação de uma carência [...]. Mas o sentimento de bem-estar não provém da satisfação: deve ser um exercício da faculdade que permaneceu saudável e que volta a ser capaz, depois da repleção, de funcionar sem entraves”⁸.

Ainda que para Freud a ideia de prazer seja negativa, uma ideia positiva de prazer nos leva a pensar que o espectador seja capaz, graças ao exercício saudável de sua faculdade, de extrair do próprio sentimento desprazível, o prazer, o que seria em si mesmo paradoxal.

Sobre aquilo que é “ominoso”, Freud diz:

Não há dúvida que pertence à ordem do terrível, que excita angústia e horror; e é igualmente certo que esta palavra nem sempre é usada num sentido que se possa definir de uma maneira clara. Mas é lícito esperar que uma palavra-conceito particular contenha um núcleo que justifique o seu emprego⁹.

Lembremos que Freud comenta que, apesar de normalmente estar mais relacionado a questões estéticas, o *ominoso* também se encontra relacionado com sentimentos, impressões e vivências, que remontam a algo terrível, e não tem dúvidas sobre aquilo que é sinistro ou ominoso suscitar horror e angústia, bem como considera difícil encontrar e fixar um sentido único a essa palavra (*Unheimliche*), uma vez que o ominoso, além de ter o sentido do que não é familiar, tem o caráter de algo escondido, antigo, e até familiar. E questiona, justamente, como algo que há muito fora familiar torna-se

*o ominoso, além de ter
o sentido do que não é familiar,
tem o caráter de algo escondido,
antigo, e até familiar*

estranho, e parte desta dúvida para uma investigação desse sentimento de *estranheza*.

Sabemos que, na introdução do texto *Das Unheimliche*, Freud faz uma comparação entre *unheimlich* e *heimlich*, sendo este último relativo ao íntimo, ao familiar e ao doméstico, e comenta que não podemos dizer que algo novo, não familiar, seja *unheimlich* (ominoso), mas “algo deve ser agregado ao novo e não familiar para que se torne *ominoso*”¹⁰. Observa que muitas vezes as duas palavras coincidem entre si, e que *heimlich* “é uma palavra que desenvolveu seu significado seguindo uma ambivalência até finalmente coincidir com o seu oposto *unheimlich*”¹¹. Ambivalência que, seja no indivíduo seja na cultura, está relacionada ao afeto de uma classe qualquer, tendo muitas vezes sua origem em complexos infantis, que ao passar pelo processo de recalque se transforma em angústia e, ao retornar de modo angustiante, torna-se estranho.

No caso da cultura, Freud toma como exemplo a onipotência dos pensamentos de nossos ancestrais, os homens primitivos, “o imediato cumprimento de desejos das forças que procuram um dano secreto, ou ainda, o retorno dos mortos”. Tais convicções teriam sido consideradas realidade de fato um dia. Entretanto, quando estas antigas e abandonadas convicções deparassem com uma oportunidade para serem corroboradas na atualidade, irromperia o sentimento *sinistro*, sempre que não houvesse uma clara distinção entre fantasia e realidade, ou ainda “quando perante nós aparecesse como real algo que havíamos tomado por fantástico”¹².

Freud utiliza-se de exemplos da ficção, da literatura, e assinala que deveríamos distinguir o sinistro de algo vivenciado do sinistro daquilo

4 S. Freud, “Lo Ominoso” in *De la historia de una neurosis infantil (el “Hombre de los Lobos”) y otras obras (1917-1919)*, p. 248.

5 Fontenelle apud D. Hume, “Da tragédia” in *A arte de escrever ensaio*, p. 165.

6 S. Freud, “Más allá del principio de placer” in *Más allá del principio del placer Psicología de las masas y análisis del yo y otras obras (1920-1922)*, p. 17.

7 S. Freud, “Personajes psicopáticos en el escenario” in Fragmento de análisis de um caso de histeria (Dora), Três ensayos de teoria sexual y otras obras (1901-1905), p. 277.

8 G. Lebrun, “A neutralização do prazer” in *A filosofia e sua história*, p. 461.

9 S. Freud, “Lo Ominoso” in *De la historia de una neurosis infantil (el “Hombre de los Lobos”) y otras obras (1917-1919)*, p. 219.

10 S. Freud, *op. cit.*, p. 220.

11 S. Freud, *op. cit.*, p. 226.

12 S. Freud, *op. cit.*, p. 244-247.



*a apresentação de uma tragédia
bem escrita tem um efeito paradoxal:
o de causar prazer nos espectadores
que a ela assistem*

que é representado, pois o vivenciado responde a questões muito mais simples, admitindo ainda “que este possa sempre reconduzir ao recalco familiar do antigo, sem exceções”. Já o sinistro da ficção, da criação literária, para ele, deve ser definido separadamente: “O ominoso/sinistro da ficção – da fantasia, da criação literária – merece de fato ser considerado à parte”¹³. E isso porque aquilo que parece terrível na vivência real não o é na criação literária, na qual residem inúmeras possibilidades, tais como a de produzir efeitos que se encontram ausentes na vida real, de produzir sentimentos distintos do horror ou mesmo contrários a ele.

A explicação dada por Freud a respeito dessa ausência de horror está baseada na própria premissa ficcional que é o afastamento da realidade material, sendo que essa distinção entre a ficção e o real transforma algo sinistro e ominoso em algo meramente familiar.

No texto de publicação póstuma, *Personagens psicopáticos em cena*, Freud chega a dizer, a respeito do espectador de um drama, que a “premissa de seu gozo é a ilusão, ou seja, o penar é amortizado pela certeza de que é outro que ali, em cena, atua e sofre e de que se trata apenas de um jogo teatral [...]”¹⁴.

Ainda que esse afastamento do espectador ou do leitor seja mais tênue, em que o sentimento ominoso é intrínseco, também estes estariam ligados à premissa poética e por isso não nos causariam estranheza:

[Na criação literária] o autor pode acrescentar e multiplicar o ominoso para muito além do que é possível no vivenciar, fazer com que ocorram coisas que não se

experimentariam, – ou só muito raramente – na realidade efetiva¹⁵.

Poderíamos então pensar na ficção ou na criação literária como um lugar em que residem as fantasias, em que se encontra algo *estranho* que não é permitido na vivência real. Ao autor da ficção, da literatura, cabe tanto despertar um sentimento infinitamente ominoso, inimaginável na realidade, quanto amenizar esse sentimento ou mesmo convertê-lo em prazer a partir de sentimentos desagradáveis; ideia esta reiterada por Starobinski, em seu ensaio sobre psicanálise e literatura: esta é inofensiva e benfazeja por não criar mais que uma ilusão, nela podemos observar a expressão de um desejo que renuncia a satisfação real em prol de uma satisfação ilusória, pois a Arte seria a troca de objetos reais por objetos ilusórios¹⁶.

Como resultado da capacidade ilusória da arte observar-se-iam fenômenos paradoxais, como a produção de sentimentos de prazer a partir da representação de paixões em si mesmas desagradáveis. Esse fenômeno aparece desde Aristóteles, mas é no século XVIII, especialmente na filosofia de Hume, que esse fenômeno é amplamente discutido. E parece que na atualidade o paradoxo se encontra nos meandros da vida cotidiana, tomada como uma realidade fantasiosa.

Ao nos determos em Hume, podemos observar que a apresentação de uma tragédia bem escrita tem um efeito paradoxal, o de causar prazer nos espectadores que a ela assistem, a partir de paixões que seriam em si mesmas incômodas, de tal maneira que tais espectadores, diz Hume, “quanto mais tocados e afetados, mais se deleitam com o espetáculo”¹⁷. Em seu ensaio acima citado, ele observa que outros autores notaram o fato. Por exemplo, Fontenelle, que parece ter sido sensível à dificuldade de explicação, observa que se o objeto de prazer na tragédia fosse trazido à realidade, isto seria um motivo de incômodo e mal-estar.

O argumento utilizado por Freud é o mesmo de Fontenelle. O distanciamento da realidade faria com que houvesse prazer e não incômodo: “Choramos o infortúnio de um herói ao qual nos afei-



çamos. No mesmo instante reconfortamo-nos com a reflexão de que tudo não passa de ficção”¹⁸.

Retomamos aqui que, apesar de aceitar tal solução, Hume diz que é incompleta e, embora lhe pareça “justa e convincente”, falta-lhe um acréscimo para que se possa abordar de maneira satisfatória o fenômeno examinado.

A explicação de Hume desse paradoxo é que ele não se dá pelo afastamento da realidade ou pelo seu disfarce fictício ou literário, mas pelo “impulso ou [pela] veemência que surge da tristeza, da compaixão e da indignação, [que] recebe uma nova direção dos sentimentos de beleza”¹⁹. Ou seja, durante o bom espetáculo o sentimento de beleza que toma conta da mente e se torna o sentimento dominante seria o responsável por converter em prazer todo o desprazer original, imprimindo à tristeza, indignação ou compaixão uma outra direção. Em outros termos, poderíamos falar de uma mudança de características qualitativas, isto é, da passagem do desprazer, estado predominante da mente, para a beleza, estado mais sereno e menos tumultuado. Para o filósofo, a ficção da tragédia é capaz de amenizar a paixão por infundir um novo sentimento e não meramente por enfraquecer, diminuir ou anular a tristeza.²⁰

Tal conversão se esclarece quando Hume afirma que quanto maior a tristeza e maior o ímpeto doloroso, mais força ganha o sentimento de beleza, sendo maior o deleite do espectador:

A mesma força oratória, empregada num assunto desinteressante, não proporcionaria nem metade desse

*os princípios de cada paixão
e cada sentimento estão em todos
os homens; e, quando propriamente
tocados, brotam para a vida*

[D. Hume]

prazer, ou antes, pareceria inteiramente ridícula; e a mente, deixada em absoluta calma e indiferença, não saborearia nenhuma das belezas da imaginação ou expressão que, aliadas à paixão, lhe proporcionam entretenimento tão requintado²¹.

Segundo Hume, é na figura do bom orador – que se imbuí da força de gênio e eloquência e toma para si os sentimentos de raiva e indignação, piedade e tristeza, para persuadir a audiência – que se tem uma aliança entre a beleza da imaginação, a da expressão e a da paixão. Tudo se passaria como se o orador incorporasse a própria força de conversão das paixões desprazíveis ao sentimento de beleza e garantisse à audiência o deleite da eloquência sublime e passional. Ou, como disse, desta vez em seu ensaio sobre a eloquência:

Os princípios de cada paixão e cada sentimento estão em todos os homens; e, quando propriamente tocados, brotam para a vida, aquecem o coração e transmitem aquela satisfação que distingue uma obra de gênio das belezas corrompidas de um engenho e fantasia caprichosos²².

Hume retoma aqui Aristóteles, para quem saber jogar com impulsos emotivos pertence à técnica da oratória, de modo que cabe ao orador suscitar ou amenizar paixões em seus ouvintes. Para isso é necessário que seja tocada “a mola dos afetos e [sejam] utilizados os movimentos da alma que prolongam certas emoções”²³, como nos explica Lebrun em “O conceito de paixão”. Se Hume nos indica que o orador incorpora um movimento paradoxal das paixões, para Aristóteles o que orador faz é apaziguar o ouvinte ou, ao

13 S. Freud, *op. cit.*, p. 248.

14 S. Freud “Personajes psicopáticos en el escenario” in *Fragmento de análisis de un caso de histeria (Dora), Três ensayos de teoría sexual y otras obras (1901-1905)*, p. 278.

15 S. Freud, “Lo Ominoso” in *De la historia de una neurosis infantil (el “Hombre de los Lobos”) y otras obras (1917-1919)*, p. 249.

16 J. Starobinski, “Psychanalyse et littérature” in *La relation critique*, p. 273.

17 D. Hume, “Da tragédia” in *A arte de escrever ensaio*, p. 165.

18 D. Hume, *op. cit.*, p. 165.

19 D. Hume. *op. cit.*, p. 166.

20 D. Hume. *op. cit.*, p. 166-167.

21 D. Hume. *op. cit.*, p. 166-167.

22 D. Hume. “Da eloquência” in *A arte de escrever ensaio*, p. 80.

23 G. Lebrun, “O conceito de paixão” (1987) in *A Filosofia e sua História*, p. 380.



*a atração exercida pela boneca
sobre o protagonista
tem como precedente
um correlato entre seu pai
e o seu professor*

inflamar tais paixões, sem exatamente levar em conta o paradoxo, acaba por insinuar uma solução psicológica. Isso nos remete ao início do texto *Das Unheimliche*, no momento em que Freud se utiliza do conto de E. T. A. Hoffmann, “O homem de areia”, para mostrar que o horror a essa figura (a do homem de areia que joga areia nos olhos das crianças deixando-os sangrar até que estes saltem de suas órbitas, para então roubá-los) deve-se não apenas ao pavor de ter os olhos arrancados, mas ao fato, ainda mais antigo, do despertar da angústia do complexo infantil de castração. Ele nos diz ainda que, por haver utilizado a figura do homem de areia para esclarecer a gênese do sentimento ominoso, continuará buscando em outros exemplos a estranheza que envolve complexos infantis dessa índole.

Lembremos que a trama do conto envolve a contemplação de uma boneca por parte do protagonista, o jovem estudante Nathanael, que está noivo. Não se trata de uma boneca qualquer, mas uma boneca que ora parece ter vida ora encontra-se nitidamente inanimada, e que é criada pelo professor de Nathanael, a quem o jovem devota admiração e respeito, bem como o considera o *pai* da boneca. É por essa “ascendência” que a boneca causa uma admiração especial, pode-se mesmo dizer, admiração apaixonada e tão intensa que quase suplanta o amor do protagonista pela sua noiva. Neste caso a fonte do sentimento ominoso não seria proveniente de uma angústia infantil, mas de um desejo infantil ou mesmo de crenças infantis.

Aprendemos que a atração exercida pela boneca sobre o protagonista tem como precedente um correlato entre seu pai e o seu professor, que poderia ser tomada por uma identificação

filial entre o estudante e a boneca. De acordo com Freud:

Olímpia é, por assim dizer, um complexo depreendido de Nathanael, que lhe aparece como pessoa; sua submissão a esse complexo acha expressão no amor disparatado e compulsivo por Olímpia e que temos direito de chamá-lo de “narcisista”[...]”²⁴.

Se Olímpia é um *complexo depreendido*, isso se dá porque a interpretação feita por Freud é de que tanto o homem de areia quanto o professor representariam o pai do protagonista; o homem de areia, que o ameaça de mutilação, produz um sentimento intenso, obscuro, de medo de perder os olhos ou outros órgãos, sendo, portanto, um substituto do pai castrador; e o professor, aquele que o acolhe, sendo capaz de guardar seus olhos na boneca ou até mesmo de protegê-lo do homem de areia. A submissão a esse complexo se revela como um “amor disparatado”, de quem ama por estar identificado como figura filial, como se amasse a si mesmo por estar apaixonado pela porção “viva” da boneca. Trata-se de um amor narcísico, de um amor próprio que podemos chamar de narcisismo primordial ou primário, em que há uma ausência de “relações de objeto”, conseqüentemente, uma não diferenciação entre sujeito e objeto e a possibilidade de obtenção de um prazer autoerótico, isto é, um tipo de satisfação independente do mundo exterior, ou de um outro exterior. No caso de Nathanael, esse amor narcísico exerce uma atração tão grande que quase põe a perder o amor que sente pela noiva, equivalente a um amor de objeto pleno, que, no entanto, depende do abandono do próprio narcisismo, do “modelo de satisfação que um dia gozou”²⁵.

Sobre o amor autoerótico, segundo Freud, para que se consolide um narcisismo secundário, ou seja, para que se constitua um sujeito separadamente de um objeto e que esse sujeito possa amar algum objeto, “algo deve ser agregado, deve haver uma nova ação psíquica”. Essa nova ação imprime no aparelho psíquico a capacidade de representação da realidade e, portanto, de repre-



sentação de objeto exterior. Como consequência, tem-se ainda uma diferenciação das instâncias psíquicas, isto é, a consolidação do ego e da “desmontagem em suas instâncias constituintes: o superego, ou o ideal de ego, e o ego ideal.”²⁶

Desta forma, temos um desenvolvimento egoico a partir de um distanciamento com relação ao narcisismo primário que poderia gozar de plena satisfação por toda a vida, caso não fosse a realidade exterior. Esta é incorporada sob a forma de ideal de ego, para o qual se desloca a libido e torna-se responsável pelo “engendramento de uma intensa aspiração a reconquistar esse amor próprio feliz que um dia vivenciou”²⁷.

Relembremos os termos da teoria aí desenvolvida:

Assim, com o nascimento do narcisismo [secundário], passamos de um narcisismo absolutamente autossuficiente, à percepção de um mundo exterior variável²⁸.

E é então, a partir dessa influência exterior, que “moções pulsionais libidinais sucumbem ao destino da repressão [patológica], quando entram em conflito com representações culturais e éticas do indivíduo”²⁹. Em outras palavras, podemos dizer que durante o desenvolvimento desse processo

o ego, enquanto constituinte da porção do material psíquico responsável pela repressão, é o principal agente nos mecanismos de defesa

o material psíquico é dividido. Parte deste material consiste em representações de vivências, moções pulsionais e de desejo que um dia reinaram no aparelho psíquico, e que foram posteriormente reprimidas e mantidas *inconscientes* por terem se tornado incompatíveis com as representações exteriores, representações da cultura.

Como mencionado acima, Freud, em *A Introdução ao narcisismo*, concebe o ego como algo que pode ser desmontável, como “uma constelação razoavelmente complexa”³⁰ vinculada às suas instâncias constituintes (ego ideal e ideal do ego), à consciência, ao pré-consciente, ao aparelho motor e ao inconsciente.

O ego, enquanto constituinte da porção do material psíquico responsável pela repressão, é o principal agente nos mecanismos de defesa³¹. Do próprio ego emerge a repressão, ou ainda, esta é decorrente do respeito que este ego tem por si mesmo e do qual surge um ideal ao qual destina o amor de si mesmo. Nas palavras de Freud, “a formação do ideal seria, da parte do ego, a condição da repressão”³². Isto é, alguém que tenha erigido dentro de si um ideal passa a medir o ego atual pelo ideal e “sobre esse ego ideal recai o amor de si mesmo que na infância gozou o ego real”³³. O ego ideal é o próprio narcisismo infantil ao qual não conseguimos renunciar, e que, ao longo do desenvolvimento e “despertar do próprio juízo”³⁴, sob a influência crítica dos pais num primeiro momento e, depois, de mestres e educadores, é recobrado sob a forma de ideal de ego, ou a instância crítica, o superego.

Em função da repressão, aquilo que um dia foi familiar pode tornar-se estranho e angustiante, como na representação do duplo de si mesmo.

24 S. Freud, “Lo Ominoso” in *De la historia de una neurosis infantil (el “Hombre de los Lobos”) y otras obras (1917-1919)*, p. 232.

25 S. Freud. “Introducción del narcisismo” in *Contribución a la historia del movimiento psicoanalítico, Trabajos sobre metapsicología y otras obras (1914-1916)*, p. 91.

26 L. R. Monzani. *Freud: o movimento de um pensamento*, p. 248.

27 S. Freud. “Introducción del narcisismo” in *Contribución a la historia del movimiento psicoanalítico, Trabajos sobre metapsicología y otras obras (1914-1916)*, p. 96.

28 S. Freud. “Psicología de las masas y análisis del yo” in *Más allá del principio de placer, Psicología de las masas y análisis del yo y otras obras (1920-1922)*, p. 122.

29 S. Freud. “Introducción del narcisismo” in *Contribución a la historia del movimiento psicoanalítico, Trabajos sobre metapsicología y otras obras (1914-1916)*, p. 90.

30 L. R. Monzani, *op. cit.*, p. 248.

31 L. R. Monzani, *op. cit.*, p. 248.

32 S. Freud. “Introducción del narcisismo” in *Contribución a la historia del movimiento psicoanalítico, Trabajos sobre metapsicología y otras obras (1914-1916)*, p. 90.

33 S. Freud, *op. cit.*, p. 91.

34 S. Freud, *op. cit.*, p. 91.



*as resistências se afrouxam,
permitindo que alguns artifícios
acolham temporariamente,
no ego, o reprimido*

A duplicidade ocorreria ao haver uma identificação consigo mesmo a ponto de equivocarse sobre o próprio ego, “situando o ego alheio no próprio – ou seja, duplicação, divisão, permutação do ego – e por último, o permanente retorno do mesmo”³⁵, o que poderia conduzir à imortalidade, ao retorno do narcisismo primário. A repressão determinaria uma mudança de sentido na representação do duplo, podemos dizer que a transformaria em algo terrível, “uma sinistra anunciação da [possibilidade] da morte”³⁶.

Se a repressão é determinante no sepultamento do narcisismo primário, ela não o é para o sepultamento da representação do duplo. Ao contrário, esta última sofre mudanças, fazendo emergir do interior do ego uma instância observadora capaz de observar a si mesmo de um modo crítico, e, portanto, de desempenhar o papel de “censura psíquica”; nas palavras de Freud, em *A Repressão*:

A repressão não é um mecanismo de defesa que se encontra desde a origem, não pode engendrar-se antes que se tenha estabelecido uma nítida separação entre a atividade consciente e inconsciente da alma, e sua essência consiste em recusar algo na consciência, mantendo-o distante dela³⁷.

Se a partir da formação de um ideal de ego é que se tem a repressão, isto se dá porque há um conflito entre o conteúdo inconsciente e o consciente, entre as moções pulsionais de desejo que um dia foram satisfeitas e o que dos pais e da cultura foi incorporado. Todavia, não só o conteúdo crítico foi incorporado e tratado como ideal, mas sobre essa instância, correspondente ao “du-

plo” ideal, também recaem fantasias e desejos não realizados pelo ego, produzindo-se um ideal narcisista do ego. Sobre este ego ideal recai o amor de si mesmo que um dia na infância teve lugar em relação ao ego real, amor que na atualidade é mantido reprimido, mas, por encontrar-se inconformado, exerce pressão para ser recobrado ao tentar constantemente emergir na direção da consciência.

Deste conflito permanente tem-se muitas vezes, numa situação saudável, o conteúdo inconsciente que emerge à consciência. As resistências se afrouxam, permitindo que alguns artifícios acolham temporariamente, no ego, o reprimido, promovendo assim um compromisso entre instâncias psíquicas para a obtenção de prazer, artifícios tais como o humor, o chiste, a poesia ou mesmo a própria arte que permitem um mergulho do pensamento no inconsciente, ou seja, tem-se que a consciência se expressa nos moldes do inconsciente.

Cabe retomar a concepção de Starobinski, segundo a qual “a palavra poética se situa no intervalo em que se separa o sábio da natureza enigmática, na qual as pulsões devem ser decifradas”³⁸. Notemos que a palavra poética se mostra então como um compromisso entre aquilo que é inconsciente e desconhecido e o saber consciente. Ela promove um levante, momentâneo de resistências, e torna possível uma aproximação das origens do inconsciente de uma forma figurada. E é desta mesma maneira que podemos explicar o sentimento de prazer, que experimentam o espectador ou o leitor diante da representação poética, de sentimentos dolorosos ou desagradáveis.

De acordo com esse ponto de vista, a atração por aquilo que era familiar, seja no plano individual, pela via dos desejos insatisfeitos, seja no plano da cultura, pela via das fantasias que na atualidade se encontram reprimidas e na vida real despertam o sentimento de estranheza, a peça trágica pode ser uma via satisfação desses desejos primordiais e inconscientes. Nos deleitamos ao assistir, numa tragédia, a representações de morte e violência que desejamos ver infringidas ao rei, aquele que “um dia” foi um pai castrador. Freud



encontra em *Hamlet* um exemplo de uma moção reprimida que procura se impor. O personagem que dá nome à peça de Shakespeare apresenta moções reprimidas que poderiam ser igualmente encontradas em todos nós, sendo que é a repressão dessas moções um dos fundamentos do nosso desenvolvimento pessoal, e por se encontrar nesta situação ela mesma reprimida, propicia um reencontro do espectador no herói: “somos susceptíveis ao mesmo conflito que ele”³⁹. Nesta condição, o espectador é enlaçado por sentimentos de outrora que lutam para chegar à consciência e que neste momento, sem mesmo se dar conta, encontram uma menor resistência para emergir sem que lhe pareçam estranhos.

Da mesma maneira acontece com o espectador da realidade que lhe é apresentada como fantasiosa. Não há diferença entre a novela fictícia e a novela cotidiana. O problema talvez resida no deleite que se tem com o próprio infortúnio, tornando-o um deleite sintomático. À medida que observamos a morte do “pai castrador” de maneira fictícia, mas sem que esse esteja travestido por outro personagem, passa a haver, além da autorização da morte do próprio pai, um deleite com conteúdos até então reprimidos. O fato não causa mais estranheza ao ser explicitado, conteúdos antes reprimidos são apresentados sem censura. Ora, desta forma não haveria conflito, uma vez que não cabe a repressão. Voltaríamos assim ao império do narcisismo primário e a uma situação pouco saudável em que se tem um compromisso patológico das instâncias psíquicas.

ao voltarmos à arte concluímos
que é, ela própria, um ato de desejo,
uma intenção manifesta

Se Hume nos deixa como solução do paradoxo a predominância do sentimento de beleza a preencher toda a mente, sentimento este capaz de mudar a direção de uma paixão desagradável e tomando emprestada para si toda a sua força, vemos, com Freud, que o conteúdo estranho à consciência pode ser recobrado, sem estranhamento, para a obtenção de prazer em momentos de suspensão ou de distanciamento, ainda que temporário, das resistências.

Para a psicanálise *freudiana*, ao contrário daquilo que considera a filosofia *humiana*, não haveria exatamente um paradoxo na produção do sentimento de prazer ao se assistir à encenação que traz a expressão de sentimentos desagradáveis em si mesmos, mas uma revelação: aquilo que conscientemente representamos como nefasto, repulsivo, sinistro, ou somente desagradável, não o é necessariamente em nossas representações inconscientes que foram suprimidas pela repressão. No entanto, quando deparamos com uma sociedade do espetáculo com sua vida interior reduzida e sem repressão, há uma apresentação fictícia e perversa da realidade. Estaríamos assim diante de uma sociedade cuja libido encontra-se prematuramente fixada, com fantasias empobrecidas presas às imagens, ao mesmo tempo diante de uma realidade que não se contrapõe a essas fantasias⁴⁰.

Por fim, ao voltarmos à arte concluímos que é, ela própria, um ato de desejo, uma intenção manifesta⁴¹. Assim, a própria atividade artística, tal como a apresentamos no início, comporta-se como um jogo que cria um mundo de fantasia, mas que se diferencia do jogo infantil: por visar ao espectador, ela continua sendo lúdica e primordial, *arcaica e narcísica*, constitua isto paradoxo ou não.

35 S. Freud, “Lo Ominoso” in *De la historia de una neurosis infantil (el “Hombre de los Lobos”) y otras obras (1917-1919)*, p. 234.

36 S. Freud, *op. cit.*, p. 235.

37 S. Freud, “La represión” in *Contribución a la historia del movimiento psicoanalítico, Trabajos sobre metapsicología y otras obras (1914-1916)*, p. 142.

38 J. Starobinski, “Psychanalyse et littérature” in *La relation critique*, p. 267.

39 S. Freud, “Personajes psicopáticos en el escenario” in *Fragmento de análisis de un caso de histeria (Dora), Três ensayos de teoria sexual y otras obras (1901-1905)*, p. 281.

40 S. Freud, “El malestar en la cultura” in *El porvenir de una ilusión, el malestar en la cultura y otras obras (1927-1931)*, v. xxi, p. 79.

41 J. Starobinski, “Psychanalyse et littérature” in *La relation critique*, p. 273; 280.

Referências bibliográficas

- Freud S. (2003). *Fragmento de análisis de um caso de histeria (Dora), Três ensayos de teoría sexual y otras obras (1901-1905)*. v. 7. Buenos Aires: Amorrortu.
- Freud S. (2003). *Contribución a la historia del movimiento psicoanalítico, Trabajos sobre metapsicología y otras obras (1914-1916)*. v. 14. Buenos Aires: Amorrortu.
- Freud S. (2003). *De la historia de una neurosis infantil (el "Hombre de los Lobos") y otras obras (1917-1919)*. v. 17. Buenos Aires: Amorrortu.
- Freud S. (2003). *Más allá del principio de placer, Psicología de las masas y análisis del yo y otras obras (1920-1922)*. v. 18. Buenos Aires: Amorrortu.
- Freud S. (2004). *El porvenir de una ilusión, el malestar na cultura y otras obras (1927-1931)*, v. 21. Buenos Aires: Amorrortu.
- Heine H. (2009). *Os deuses no exílio*. Trad. Hildegard Herbold, Marta Kawano, Márcio Suzuki, Rubens R. Torres Filho e Samuel Titan Jr. São Paulo: Iluminuras.
- Hume D. (2011). *A arte de escrever ensaio*. Trad. Márcio Suzuki e Pedro Pimenta. São Paulo: Iluminuras.
- Kristeva J. (2002). *As novas doenças da alma*. Trad. Joana Angélica D'Ávila Melo. Rio de Janeiro: Rocco.
- Lebrun G. (2006). *A filosofia e sua história*. São Paulo: Cosac Naify.
- Lebrun G. (2005). *Freud na filosofia brasileira*. São Paulo: Escuta.
- Monzani L. R. (1989). *Freud: o movimento de um pensamento*. Campinas: Ed. Unicamp.
- Starobinski J. (1970). *La relation critique*. Paris: Gallimard.

Uncanny pleasure: a potential paradox for Freud and Hume

Abstract What makes the sentiment of pleasure caused by passions which are in themselves uneasy such as the pleasure we feel when we see a bloody battle, is the question asked by the philosopher David Hume in his essay *Of Tragedy*. We shall examine the problem confronting it with Freud's *The uncanny*.

Keywords uncanny; pleasure; double; tragedy.

Recebido em: abril/2012.

Aprovado em: julho/2012.

Memórias póstumas de uma investigação Bacamarte-freudiana

Rafael de Melo Costa
Maria Lúcia Castilho Romera
João Luiz Leitão Paravidini

Rafael de Melo Costa é psicólogo, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Psicologia pelo Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

Maria Lúcia Castilho Romera é professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), psicanalista, membro associado da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo (SBPSP) e do Centro de Estudos da Teoria dos Campos (CETEC).

João Luiz Leitão Paravidini é psicólogo, psicanalista, professor do Programa de Pós-graduação em Psicologia do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), membro da Associação Psicanalítica Clínica Freudiana (Uberlândia, MG).

Agradecimentos devem ser feitos a todos aqueles que participaram das discussões durante as disciplinas cursadas no Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia (PGPSI/UFU), bem como a psicanalista Cecília Maria de Brito Orsini pela disponibilidade e atenção.

Resumo Este artigo é um relato vivencial teórico-metodológico. Por meio dos personagens machadianos Simão Bacamarte e Brás Cubas, constrói-se uma narrativa que conta como um analista, ao cogitar abrir mão das teorizações psicanalíticas, em prol da utilização mais genuína do método interpretativo, descobre o uso e o lugar destas dentro da epistemologia freudiana e do fazer analítico.

Palavras-chave Psicanálise; Literatura; Teorias Psicanalíticas; Epistemologia freudiana; Teoria dos Campos.

1 A Organização Mundial de Saúde (OMS) em 1948 define a saúde como “um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não somente ausência de afecções e enfermidades” (Ministério da Educação, 2012, p. 65).

2 C. M. B. Orsini, “O Alienista: o ensino de Freud em sua extensão clínica”, p. 107-122.

Capítulo I

O ano certo ninguém sabe, mas a notícia que aqui trago é fato. Digo fato porque li o autor que escreveu, segundo os cronistas que relataram, os feitos e desfeitos do Dr. Simão Bacamarte na vila de Itaguaí. No boca a boca corre a história do nobre médico e ilustre homem da ciência positivista que, por razões acima de qualquer saber, mergulhou fundo a fim de descobrir a fronteira exata entre a razão e a loucura. Por meio do seu prestígio, funda a Casa Verde e inicia sua investigação primeiro internando os *não normais*, aquelas pessoas que não possuem um equilíbrio perfeito e absoluto de suas faculdades mentais, até que lá estava quatro quintos da população. Haveria de estar algo errado, já que a exceção estava maior que a norma. Portanto, a regra se inverteu e internados foram aqueles que gozavam do pleno equilíbrio mental, algo para nos preocuparmos, já que se assemelha muito ao nosso rigoroso conceito de saúde pregado pela OMS¹. Mas isso é outra história [...].

Voltando ao fato, para estes equilibrados o tratamento foi bastante eficaz, já que cada Aquiles tem o seu calcanhar. Porém, dois pés não foram flechados e justamente os pés do renomado Doutor, fazendo jus a sua fama e fiel ao método que utilizava, entregou-se ao próprio estudo, internando-se na Casa Verde.

Bacamarte não está tão distante de nós, nem mesmo sua maneira mobilizadora de investigação longe do fazer psicanalítico. Orsini², narrando o uso que faz do conto de Machado de



além de um interessante modelo da forma como somos objetos e investigadores da nossa própria pesquisa, Bacamarte é algo que haveria de existir no eu pesquisador

Assis para construir um campo propício ao ingresso do pensamento freudiano para estudiosos iniciantes, diz: “Dr. Simão entra no asilo para seu autoestudo e de lá só sai morto. Já Freud, ‘entra’ na sua autoanálise e de lá sai revigorado pela generosa escrita de *A interpretação dos sonhos*”³.

Poder-se-ia arriscar mais na direção de uma proposta quase teórica e afirmar que, além de um interessante modelo da forma como somos objetos e investigadores da nossa própria pesquisa, Bacamarte é algo que haveria de existir no eu pesquisador. Sendo assim, não seria absurdo pensá-lo como parte de uma teoria de constituição deste específico sujeito, que é como todo eu instância ilusória ou fictícia. Sendo minha esta teoria, dela não posso fugir. Portanto, é neste lugar de *bacamarte*, agora com *b* minúsculo, por não mais se referir a uma pessoa, mas sim à predominância de uma estrutura ilusória, que parto para minha investigação.

Uma investigação bacamarte-freudiana, uma pesquisa de exatidão no reino da ficção, seria isso possível? Investigação ou aferição?

Capítulo II

Um instante! Antes de continuar percebo certa hesitação. E titubeio por não saber ao certo se narro esta investigação começando pelas inquietações que a moveram, ou se já de chofre conto do arranjo teórico que me fez momentaneamente apaziguar. Decido, então, procurar refúgio nas vivências de um outro senhor, o defunto autor Brás Cubas. Se com Dr. Bacamarte encontro o reflexo de uma postura investigativa,

busco em Brás a possibilidade de transmissão de um pensamento.

Ao optar por memórias póstumas, ganho a tranquilidade de narrar algo que desde já sei como terminou, evitando assim que novamente o texto tome caminhos e discussões antes não pensadas. Só lhe conto isto, caro leitor, por esta escolha me proporcionar também a primeira virtude de um defunto: a franqueza.

Aliás, desculpe minha falta de cortesia, caí de determinada forma nesta narrativa que ainda não me apresentei. – Sou instância verdadeira do meu próprio ser, uma pessoa nem física nem jurídica, apenas personagem intrigada com a própria trama. Fruto da ficção freudiana, sou eu analista. Muito prazer!

Retomando... parto de onde cheguei, da constatação do genuíno lugar de instrumento ocupado pelas teorias psicanalíticas quer na produção de um tipo específico de conhecimento, possibilitando a apreensão do objeto para além do empírico, quer no seu uso clínico como interpretante, dando movimentação e flutuante suporte para nossas particulares produções teóricas.

Ao longo deste percurso deparei com o risco existente de assimilação das teorias como dogmas, tendo como consequência e evidência seu uso canônico, visto que o limiar entre a sustentação para uma nova apreensão e a sua utilização de modo aplicativo é bastante tênue. O risco que corremos é de utilizarmos um método aplicativo deixando de lado o método psicanalítico. O maior esclarecimento do caráter ficcional da própria Psicanálise, bem como sua perspectiva criacional, permite compreender o constante re-inventar a que estamos submetidos, quando nos dispomos à Psicanálise.

Capítulo III

Acredito que para alguns de vocês o produto desta investigação pareceu por demais lógico, já estabelecido. Entretanto, para mim esta ideia não estava de forma alguma bem assentada. Não



*afirmando e ao mesmo tempo
duvidando ser possível abrir mão
da teoria, passo a bacamartear*

me recordo do exato instante em que o desassossego se alojou. Porém, posso contextualizar que em meio a estudos sobre a relação análoga entre a literatura e a Psicanálise, a forma como Freud desenvolveu sua metapsicologia, o ofício clínico diário e a recém-incursão pelo campo das artes, fixei-me na seguinte questão: tendo o método psicanalítico como suporte básico e fundante desta arte da ciência e pensando a Psicanálise como uma ficção que nega seu caráter ficcional, entendendo como argumentação a esta hipótese a proliferação de ficções psicanalíticas³, do que me valeriam as teorias já estabelecidas? Ao buscar algo que fosse genuinamente puro, oriundo apenas da relação estabelecida, não seria mais eficaz o abandono destas em prol de uma produção singular que o método me daria no contato com o Homem Psicanalítico⁵?

Tal questão alicerçou-se como uma ideia de *fixação revolucionária* em meus estudos. Fixa como as ideias de Dr. Bacamarte de localizar a exata fronteira entre a razão e a loucura e revolucionária por almejar, da mesma forma que o Emplasto Brás Cubas, livrar a humanidade dos seus males, isto é, a Psicanálise de um uso padrão. Cabendo aqui entender como padrão “uma lei reduzida a uma forma morta. Para que todos a cumpram, é preciso ordenar o mundo como se fosse um arquivo morto”⁶.

Afirmando e ao mesmo tempo duvidando ser possível abrir mão da teoria, passo a *bacamartear*, assumo uma postura investigativa que leva no limite do possível os próprios ancoradouros. Assim, promovendo rupturas, descobertas e criações que, novamente levadas ao extremo, evidenciavam o que já disse o poeta: “a porta da verdade estava aberta, mas só deixava passar meia pessoa de cada vez. Assim não era possível atingir toda a verdade,

porque a meia pessoa que entrava só trazia o perfil de meia verdade. E sua segunda metade voltava igualmente com meio perfil. E os meios perfis não coincidiam [...] E carecia optar. Cada um optou conforme seu capricho, sua ilusão, sua miopia”⁷.

O talento do poeta disfarça o desassossego que é experienciar tal constatação a cada movimento. Todavia não seria isso que me aplacaria, afinal essa inquietude mais me movia do que paralisava. E assim iniciei levantando possibilidades para os primeiros passos: a princípio cogitei estudos sobre o momento nodal em que Freud duvidava de suas históricas, indo do factual para a fantasia. Porém, com isso eu mais reafirmaria o ficcional do que pensaria as teorizações. Não seria esse o caminho desta investigação. Outra opção seria vasculhar no texto freudiano como ele criou suas teorizações. Seria essa uma boa proposta, se eu a tivesse seguido. No entanto, bacamarteei passando a questionar meus ancoradouros e, de ponto a contraponto, fui percorrendo caminhos para um fim.

Capítulo IV

Iniciei, então, pelo pensamento que me era mais próximo: a Teoria dos Campos. Em seu livro intitulado *Introdução à Teoria dos Campos*, Herrmann faz uma exposição dos fundamentos da Psicanálise, a partir do sistema de pensamento desenvolvido por ele e seus colaboradores. Nesta obra encontramos o capítulo “O sentido da teoria psicanalítica”, aqui utilizado como base por possuir uma apurada dissertação sobre a posição das teorizações em relação ao método da Psicanálise.

3 C. M. B. Orsini, *op. cit.*, p. 109.

4 F. Herrmann, *A psique e o Eu*.

5 “O Homem Psicanalítico é o ser do método da Psicanálise, transferencial e descentrado internamente, dividido e múltiplo no íntimo de suas operações, este que aparece na sessão por efeito da ruptura de campo: o Homem Psicanalítico é um ser da estranheza” (F. Herrmann, “Psicanálise, Ciência e Ficção”, p. 62).

6 F. Herrmann, “Clínica Extensa”, p. 21.

7 C. D. de Andrade, “Verdade”. In: *Corpo*, p. 47.



a ideia do inconsciente começa a aparecer no fim de 1700, se torna atual ao redor de 1800, operante na segunda metade do século XIX

[V. D. Matteo]

Inicialmente é designada a Freud a posição de inventor da Psicanálise, conseqüentemente, o criador do inconsciente. Criador, pois o conceito de inconsciente freudiano difere profundamente dos que os precederam. Por mais que caiba ponderar, numa análise do contexto cultural precedente a Freud, a descoberta do inconsciente não deve ser compreendida como uma “descoberta científica”⁸, mas como uma reação à primazia exagerada da consciência.

Após apresentar as concepções de inconsciente de diversos sábios, artistas e filósofos, dentre os quais estão Goethe (1749-1832) e Schopenhauer (1788-1860), respectivamente poeta e filósofo mais citados por Freud, Matteo conclui que, “por um caminho ou por outro, a ideia do inconsciente começa a aparecer no fim de 1700, se torna atual ao redor de 1800, operante na segunda metade do século XIX. Passa-se de uma descoberta geral da existência do espírito inconsciente dentro do contexto do pensamento pós-cartesiano, para uma tentativa de descobrir a estrutura dos processos mentais inconscientes, especialmente nos estados patológicos. É neste contexto que emerge como um gigante a figura de Freud”⁹.

De volta às ideias de Herrmann¹⁰, é dito por ele que “as teorias de Freud sempre apontam para o inconsciente”¹¹, e que esta descoberta no âmago do sujeito gera diferentes formas de resistência, “desde a sua pura e simples recusa até mesmo uma adesão incondicional à teoria freudiana”¹², fazendo, assim, que o inconsciente esteja limitado ao que já fora teoricamente determinado.

Ao considerar este apego excessivo às teorizações freudianas como uma resistência à própria ideia de inconsciente inaugurada por Freud,

é possível vislumbrar o movimento de tentativas de prolongamento das teorizações para abarcar novas realidades. Isso culmina em uma distorção da própria teoria, visto que elas não suportam uma extensão excessiva.

De posse da apreensão crítica de uma predileção de pôr limite ao inconsciente, Herrmann¹³ apresenta sua proposta de multiplicidade de inconsciente, a ideia dos inconscientes relativos. Concorda, desse modo, que as constatações psicanalíticas apontam, sim, para o inconsciente, porém, não necessariamente para o mesmo. Justifica sua prerrogativa nos próprios estudos e na postura de Freud frente a suas teorizações que, primeiramente, sempre manteve suas descobertas em risco, modificando-as ao longo de toda a sua obra.

“Se nosso conhecimento é essencialmente provido pela ruptura de campo, então devemos encarar de frente o fato de que cada bocado de saber alcançado por nosso método diz respeito a um campo psíquico [...] mas que não temos meio algum de reunir a totalidade dessas descobertas numa teoria monolítica. O inconsciente, a unidade total, é o nome que se dá a uma abstração, ao conjunto de todos os campos possíveis”¹⁴. Ao destacar e diferenciar várias investigações freudianas Herrmann¹⁵ admite “que cada psicanálise freudiana descobriu um inconsciente, adstrito ao tema e ao modo de exploração interpretativa utilizado”. E propõe pensarmos a Psicanálise, então, como uma teoria dos campos¹⁶, ou seja, “tratar as teorias vigentes na Psicanálise também como relações internas aos campos em que foram produzidas”¹⁷.

Assim, “é conceitualmente muito mais preciso e muito mais produtivo do ponto de vista heurístico teorizar da seguinte maneira. Cada psicanálise gera um conhecimento limitado, em princípio, a seu campo, podendo ser generalizado para outros campos, isto é, composto com outros conhecimentos teóricos, somando-se e corrigindo outros, sempre que se estabeleçam com precisão as propriedades do campo de junção: nesse caso, as regras compostas regerão com legitimidade o campo final”¹⁸.

Portanto, por mais paradoxal que possa parecer para aqueles não familiarizados com a proposta



*Não sei se sabia
o que procurava, ou se na verdade
procurava o que não sabia*

da Teoria dos Campos, o fato de frente a resistência de *um* inconsciente trabalhar com *vários*, na prática interpretativa a teoria fica mais palpável, e torna-se possível colocá-la em movimento e não apenas nela crer ou descrever¹⁹.

É preciso compreender a proposta do método psicanalítico, enquanto essencialmente interpretativo, para que o conhecimento por ele produzido não seja colocado no local de pura interpretação. “Procede deste selo distintivo que a Psicanálise tenda menos a provar que certo sentido é verdadeiro que a demonstrar *que outra coisa* sempre pode estar sendo veiculada pelo discurso”²⁰.

Nesta proposta, então, a teoria deve ser utilizada interpretativamente em prol de uma ruptura que acarretará, posteriormente, uma nova organização teórica. Sendo assim, “existem teorias na Psicanálise, conjuntos articulados de conceitos e relações entre conceitos que produzem conhecimento sobre a psique humana. De tais teorias pode-se exigir que provenham de um processo interpretativo, acorde ao método, e que sirvam como interpretantes no futuro do mesmo processo. As teorias operam primariamente no campo em que se deu sua descoberta e, quando são estendidas a outros campos, a outros inconscientes relativos, é indispensável que se reabra a questão de sua vali-

dade, para saber se ainda possuem valor interpretante. Essas são exigências do método”²¹.

Capítulo V

Neste instante da investigação algo ainda me desassossegava. Mas o que seria? Já estava esclarecido o uso das teorizações, estando como interpretantes elas repelem seu uso aplicativo e potencializam o método psicanalítico. Porém, não seria este o final da investigação... continuei a questionar e assim a buscar. Não sei se sabia o que procurava, ou se na verdade procurava o que não sabia. Deparei, assim, com o artigo “O estatuto epistemológico da psicanálise freudiana: energética e hermenêutica”²², no qual a autora parte da hipótese de que a interpretação é um dos elementos que caracterizam a Psicanálise para afirmar que Freud, intuindo em tratar a mente humana numa esfera além da empírica, como realizam as ciências naturais, sente a necessidade de criar condições experimentais e teóricas. Ou seja, é o próprio objeto psicanalítico, neste estudo tratado como sendo a mente humana, que requer um arcabouço teórico que sustente sua investigação. Seria esta uma oposição à proposta da Teoria dos Campos? Guarde consigo esta questão, leitor, no final teremos mais elementos para refletirmos sobre ela.

Um novo campo se abria para meu pensar. Se em relação ao uso estava eu acalentado, a origem das teorizações se impunha como um enigma para mim. “Decifra-me ou te devoro! Notas sobre o desassossego nas relações entre psicanálise e epistemologia” é um artigo da psicanalista

8 V. D. Matteo, “Do Inconsciente ao id: gênese de uma ideia”, p. 118-136.

9 V. D. Matteo, *op. cit.*, p. 122.

10 F. Herrmann, *Introdução à Teoria dos Campos*.

11 F. Herrmann, *Introdução...*, p. 51.

12 F. Herrmann, *Introdução...*, p. 51.

13 F. Herrmann, *Introdução...*

14 F. Herrmann, “Psicanálise...”, p. 65.

15 F. Herrmann, *Introdução...*, p. 54.

16 Onde campos são definidos como: “[...] domínios teóricos que se podem fundir e separar como as imagens cinematográficas, ou melhor, como imagens virtuais; a composição de campos distintos cria novo campo, mas não funda necessariamente uma nova entidade substancial, mesmo que se trate apenas de substância psíquica” (F. Herrmann, *Introdução...*, p. 54).

17 F. Herrmann, “Psicanálise...”, p. 66.

18 F. Herrmann, *Introdução...*, p. 55.

19 F. Herrmann, *Introdução...*

20 F. Herrmann, *Andaimos do Real: O método da Psicanálise*, p. 324-325.

21 F. Herrmann, *Introdução...*, p. 57.

22 I. C. Barbelli, “O estatuto epistemológico da psicanálise freudiana: energética e hermenêutica”, p. 197-230.



*o paradigma epistemológico
da modernidade não encontra lugar
para o sujeito que a psicanálise
vem pôr em evidência*

[A. L. Palombini]

Analise de Lima Palombini que deixa claro em seu título o desassossego que passou a me habitar. Em seu texto, Palombini²³ elucida as especificidades do sujeito da Psicanálise, os pontos de divergência com a ciência moderna e os efeitos desta concepção no desenvolver do saber produzido; a posição que Freud toma em relação às ciências humanas, designando à Psicanálise o lugar de *Naturwissenschaft*, cabendo aqui a ressalva de destacar que a investigação metapsicológica rompe até mesmo com esse discurso epistemológico de Freud, por mais que a busca de determinação de causa e reconstrução do processo tenha vigorado até o final de sua obra; o não lugar da metapsicologia no olhar dos epistemólogos, visto que para os da vertente cientificista ela é por demais especulativa e para os hermenêuticos ela peca por sua cientificidade. Para afirmar que “o paradigma epistemológico da modernidade, fundado num pressuposto lógico-analítico, não encontra lugar para o sujeito que a psicanálise vem pôr em evidência. A epistemologia procura, mas não encontra soluções para o seu enigma”²⁴.

Capítulo VI

Parto com esse desassossego para algumas leituras epistemológicas. E assim cheguei ao livro *Introdução à Epistemologia Freudiana*, de Paul-Laurent Assoun, que tem como interesse e meta “a epistemologia rigorosamente nativa e imanente à *démarche* de conhecimento pertencente a Freud”²⁵.

Assoun afirma que “a psicanálise não tem necessidade de epistemologia; ela a possui; e é a isso que se chama propriamente de freudis-

mo: basta objetivá-lo novamente”²⁶. Diante dessa prerrogativa ele desenvolve um percurso de decifração da epistemologia freudiana, uma análise minuciosa e histórica de como o saber produzido se construía e quais eram seus ancoradouros.

Citando estudos sobre a epistemologia freudiana na França, Assoun apresenta um olhar que enuncia um parentesco com as ideias de Herrmann, com a fenomenologia e a corrente epistemológica francesa do meio do século xx. Inicialmente conta do estudo dualista de Dalbiez²⁷ que afirma ser importantíssimo para o futuro da Psicanálise a distinção do método e da doutrina psicanalítica. Expressando sua decepção ao ler Freud, Dalbiez conclui que “não é aos escritos freudianos que se deve confiar para ‘formar-se uma opinião (exata) da psicanálise’”. O erro fundamental de Freud consiste, segundo Dalbiez, no fato de “tomar seu sistema por um bloco intangível” e de “não separar claramente seu método de sua doutrina”²⁸.

Estando a doutrina freudiana repleta de construções metafísicas, sua comprovação seria impossível, levando todos nós para eternas controvérsias sem saídas. A solução deste mal está, nas ideias de Dalbiez, em separar o método da doutrina, visto que o método pertence ao campo puramente científico²⁹.

Assoun apresenta as ideias de Dalbiez e já as contextualiza enquanto pertencente a uma França que aderira ao método psicanalítico, sem necessariamente entrar no freudismo. Os franceses assumiam a postura de legitimar o método, porém com a necessidade de eles próprios corrigirem-no. Dessa maneira, “metapsicologia passa logo a ser considerada como uma analogia desconfiada de seu duplo: a metafísica. A teoria freudiana será relegada à arbitrariedade de um sistema pessoal, ligada à idiosincrasia de Sigmund Freud. De repente, o rico método e suas aquisições surgirão como que suspensos no ar. Torna-se necessário construir-lhes um apoio para que não caiam no não sentido teórico”³⁰.

Esta afirmação é utilizada por Assoun como uma razão para não se estudar a epistemologia

da Psicanálise conforme Freud a dotou. E por mim, para evidenciar o grau de proximidade desta com a proposta da Teoria dos Campos quando esta propõe que “a metapsicologia de nosso Grande Mestre da Psicanálise é precisamente uma teoria tendencial. Quase nunca vamos encontrá-la exemplificada em estado puro numa análise, como operador direto de interpretações. Tampouco é a metapsicologia uma espécie de fundamento positivo para as teorias da psique, a ser seguido em todos os campos – nem a metafísica o é, na área filosófica. *Metapsicologia*, para a Teoria dos Campos, significa a dimensão especulativa e a análise conceitual de segunda ordem que pode – e deve – acompanhar o trabalho de teorização *sob medida* que empreendemos em campos particulares³¹”.

Seria a Teoria dos Campos o apoio que sustenta o método suspenso no ar e evita seu não sentido teórico? Guardemos esta questão provisoriamente, em breve conto como foi pensar o lugar da Teoria dos Campos em relação à Psicanálise.

Assoun, em relação a esse dualismo de método e doutrina, afirma que logo o próprio freudismo se frustrava, pois, “afinal de contas, não era Freud apenas uma das versões doutrinárias da psicanálise?”³². E arremata com a ideia que muito me salvou na conclusão desta investigação que é a distinção do ato de fundação e a própria fundação da Psicanálise.

Outros estudos que se debruçaram sobre a identidade epistemológica freudiana foram realizados pela corrente fenomenológica francesa, dentre os quais se encontra o texto “Psicanálise

»»

Hyppolite estabelece uma relação de ambiguidade para com a obra de Freud: para ele o problema da Psicanálise seria sua parte teórica

e filosofia”, de Jean Hyppolite. Devido a sua significação dentro deste movimento foi este texto que Assoun utilizou para apresentar a proposta fenomenológica sobre a epistemologia freudiana.

Hyppolite estabelece uma relação de ambiguidade para com a obra de Freud, dividido entre a exaltação de uma pesquisa tipicamente fecunda, que questiona e amplia perspectivas, e uma doutrina rotulada pela linguagem positivista. Isto é, para ele o problema da Psicanálise seria sua parte teórica. A salvação para este grave problema viria das mãos de Heidegger e Sartre, os quais seriam capazes de corrigir a linguagem incorreta de Freud. Fazendo isto, os fenomenólogos não se veem como traidores de Freud, mas como aqueles que o completariam³³.

Assoun constrói algumas pontuações a respeito desta proposta. Primeiro questiona se essa pretensão de salvar a Psicanálise não tamponaria a possibilidade de conhecer a epistemologia freudiana, ou, ainda, se já não seria uma contestação desta. Depois faz coro com a ideia de que o claudicante na obra freudiana, de fato, seria a energia, seu ponto de vista energético. Porém, de forma alguma aceita a proposta de salvação dos fenomenólogos, pois entende que o criador da Psicanálise “jamais separou o destino de sua problemática energética e de sua teoria do sentido. Freud não é alguém que passeia de uma à outra, tentando mantê-las juntas e obtendo maior ou menor êxito: ele nunca dissociou uma da outra! É isto que importa pensarmos até o fim, para assumirmos a identidade freudiana e dela tirar as consequências³⁴”.

E completa afirmando que em Freud “naturalismo e hermenêutica estão vinculados como

23 A. L. Palombini, “Decifra-me ou te devoro: notas sobre o desassossego nas relações entre psicanálise e epistemologia”, p. 79-90.

24 A. L. Palombini, “Decifra-me...”, p. 88.

25 P. L. Assoun, *Introdução à Epistemologia Freudiana*, p. 10.

26 P. L. Assoun, *op. cit.*, p. 19.

27 *La Méthode psychanalytique et la doctrine freudienne*.

28 *Apud* P. L. Assoun, *op. cit.*, p. 25.

29 P. L. Assoun, *op. cit.*

30 P. L. Assoun, *op. cit.*, p. 27.

31 F. Herrmann, *Introdução...*, p. 58.

32 P. L. Assoun, *op. cit.*, p. 28.

33 P. L. Assoun, *op. cit.*, p. 28-30.

34 P. L. Assoun, *op. cit.*, p. 30-31.



*Assoun contextualiza Freud
enquanto aluno de um movimento
efervescente liderado
por Emil Du Bois-Reymond –
o agnosticismo*

uma única e mesma verdade”³⁵, para, por fim, dizer que a proposta fenomenológica de ter a dialética como salvação da epistemologia freudiana evidencia um movimento de produzir uma fissura já tendo a dialética como solução, além de negar a própria racionalidade contraditória da obra freudiana.

Na sequência, o texto de Assoun me apresenta Ricoeur, o qual, mesmo continuando na perspectiva de Dalbiez e Hyppolite, traz novas contribuições para o estudo de uma epistemologia freudiana, por mais que o próprio Ricoeur diga que sua intenção e estudo caminhem no sentido de elaborar uma epistemologia do freudismo, da teoria universal dos sentidos³⁶. A questão norteadora de Ricoeur é: “como é possível que a explicação econômica passe por uma interpretação que versa sobre significações e, em sentido oposto, que a interpretação seja um momento da explicação econômica?”³⁷. Realizando uma aporia da energética (ponto de vista tópico-econômico) e a hermenêutica, Ricoeur verá ambas como condenadas a viverem juntas. No entanto, o autor as vê unindo-se numa exterioridade, por meio de uma trave.

O freudismo nada mais é que essa trave ligando duas tradições estranhas. E o remédio para essa mescla deve começar por desatá-la, a fim de remeter a energética à sua origem histórica de facto, mas contraditória, e de extrair do freudismo seu fruto precioso: esta teoria do sentido que uma hermenêutica renovada, apoiada na fenomenologia [...] virá colher³⁸.

De forma explícita, por mais que Ricoeur se sobressaia mesmo seguindo a dicotomização de energética e hermenêutica, ele concebe o saber

freudiano como filho de pai nobre (hermenêutica) e mãe indigente (energética)³⁹.

Inseridos dentro de minha investigação bacamarte-freudiana, estas ideias ressoaram no sentido de primeiro, como já disse, ter encontrado um pensamento que de imediato me remeteu à Teoria dos Campos. De forma mais elaborada, questiono se explicitamente as ideias de Herrmann têm este ancoradouro, ou se, via outro caminho, chegaram à mesma exaltação da hermenêutica, ou seja, o método interpretativo. Uma questão ampla que aqui anuncio apenas como faísca de pensamento; para se levar a sério, faz-se mister um estudo minucioso tanto dos textos herrmanianos como das fontes originais dos autores citados por Assoun, bem como uma contextualização histórica dos momentos em que esse enaltecimento fizeram-se necessários.

Ao arrematar sua discussão sobre as ideias de Ricoeur, Assoun afirma que “o acesso à identidade freudiana supõe, não que a confrontemos diferencialmente com outro saber, como a fenomenologia, mas que o reenraizemos em seu húmus próprio, sem preconceção de recessividade, descobrindo sua historicidade, não como uma reserva, nem tampouco como um dado bruto, mas como um esquema de constituição que lhe pertence de pleno direito”⁴⁰.

Realizando então esta historicidade, Assoun contextualiza Freud enquanto aluno de um movimento efervescente liderado por Emil Du Bois-Reymond – o agnosticismo. Ao identificar o inconsciente com a ideia, ou conceito, de *coisa em si*, Freud reconhece a natureza do incognoscível. Porém, “não pode contentar-se com essa garantia agnosticista: precisa integrar, em procedimento de conhecimento específico e codificado, o estudo destes processos inconscientes, que enquanto transparecem nos fenômenos, constituem uma transobjetividade. [...]. Portanto, o que se torna exigido é aquilo que ele chama, desde sua correspondência com Fliess, de uma ‘metapsicologia’, ‘psicologia que vá ao fundo do consciente’”⁴¹.

Clarificando: a construção de uma metapsicologia emerge com a intenção de superar a con-

tradição entre a exigência fenomenal inerente à Psicanálise e a transobjetividade que ela trata. Ela é em suma a própria epistemologia freudiana. Conhecer sua construção é elucidar a questão da identidade epistemológica de Freud⁴².

Capítulo VII

Sendo assim, fui a Freud! Pois é no exame dos textos freudianos de cunho epistemológico, confrontando estes ao modo peculiar de elaboração teórica por ele desenvolvida, que se vê a tensão presente no saber produzido entre um modelo fenomenológico de cientificidade e a invenção. Esta última é fruto da exigência da própria especificidade do objeto psicanalítico, como um dispositivo metodológico a subverter seu próprio modelo⁴³. No texto *Os instintos e suas vicissitudes*, de 1915, Freud nos fornece uma rápida anúncio do trabalho epistemológico a ser desenvolvido. Escreve ele: “Ouvimos com frequência a afirmação de que as ciências devem ser estruturadas em conceitos básicos claros e bem definidos. De fato, nenhuma ciência, nem mesmo a mais exata, começa com tais definições. O verdadeiro início da atividade científica consiste antes na descrição dos fenômenos, passando então a seu agrupamento, sua classificação e correlação. Mesmo na fase de descrição não é possível evitar que se apliquem certas ideias abstratas ao material manipulado, ideias provenientes daqui e dali, mas por certo não apenas das novas observações. Tais ideias – que depois se tornarão os conceitos básicos da ciência – são ainda mais indispensáveis à medida que o material se torna mais elaborado. Devem, de início, possuir neces-

»
*ouvimos com frequência a afirmação
de que as ciências devem ser
estruturadas em conceitos básicos
claros e bem definidos*

[Freud]

sariamente certo grau de indefinição; não pode haver dúvida quanto a qualquer delimitação nítida de seu conteúdo. Enquanto permanecerem nesta condição, chegamos a uma compreensão acerca de seu significado por meio de repetidas referências ao material de observação do qual parecem ter provindo, mas ao qual, de fato, foram impostas. Assim, rigorosamente falando, elas são da natureza das convenções – embora tudo dependa de não serem arbitrariamente escolhidas, mas determinadas por terem relações significativas com o material empírico, relações que parecemos sentir antes de podermos reconhecê-las e determiná-las claramente”⁴⁴.

Assoun remete a esta parte do texto freudiano para evidenciar a presença nele da linguagem de Ernest Mach no que tange à posição metodológica de Freud. O debruçar sobre esta breve elucidação me fez pensar em alguns pontos. Inicialmente, percebo um diálogo com a proposta da Teoria dos Campos, em uma ideia já nesta investigação explorada, que é a de, frente a um novo campo, ou, se preferirem, no contato com um novo objeto psicanalítico, as teorizações devem ser assumidas como sujeitas a validações ou até mesmo extinção, caso contrário estaríamos optando por um método aplicativo em detrimento do interpretativo.

Uma outra questão que me levava de volta às ideias de Palombini era pensar no que Freud neste trecho nomeia de relações significativas e na função que estas assumem. Afirma ele: “[...] embora tudo dependa de não serem arbitrariamente escolhidas mas, determinadas por terem relações significativas com o material empírico, relações que parecemos sentir antes de podermos reconhecê-las

35 P. L. Assoun, *op. cit.*, p. 31.

36 P. L. Assoun, *op. cit.*, p. 35.

37 P. L. Assoun, *op. cit.*, p. 33.

38 P. L. Assoun, *op. cit.*, p. 35.

39 P. L. Assoun, *op. cit.*

40 P. L. Assoun, *op. cit.*, p. 36.

41 P. L. Assoun, *op. cit.*, p. 83-84.

42 P. L. Assoun, *op. cit.*, p. 84.

43 A. L. Palombini, “Decifra-me...”

44 S. Freud, “O instinto e suas vicissitudes”, p. 137.



*Bacamarteei levando
as ideias de Herrmann tanto
como ponto de apoio como
de questionamentos*

e determiná-las claramente”⁴⁵. Esta potencialidade de dar condições de criação de um específico saber do inconsciente é por Palombini⁴⁶ apresentado como ligado à própria transferência. No trecho a seguir a autora situa a posição da transferência como um dos três vértices de sustentação que proporcionaram a Freud a instauração de uma nova disciplina.

A necessidade de explicação do sentido dos fenômenos lacunares da consciência leva à formulação da hipótese do inconsciente e, com este, à invenção de um método (metapsicológico) de elaboração conceitual capaz de descrever seus atributos e modo de funcionamento; tal método vai requerer o uso de um dispositivo ficcional no engendramento dos seus conceitos; é apenas no contato com uma alteridade, porém, que esses conceitos vão ganhar espessura, objetivando-se numa experiência que, atravessada pelo fenômeno da transferência (relação intersubjetiva entre dois sujeitos), permite verificar a validade da hipótese. Chegamos, assim, aos termos que [...] indicam a especificidade epistêmica da psicanálise: a noção de transferência no estabelecimento da experiência analítica; o dispositivo da ficção, na elaboração dos conceitos; a ideia de *Deutung* enquanto explicação interpretativa⁴⁷.

São estes três termos (transferência, ficção e *Deutung*) que representam, na visão da autora, os conceitos fundamentais para se pensar uma epistemologia da Psicanálise que, por avançar rumo a uma discussão específica de sua episteme, não promove a degradação da noção freudiana de inconsciente⁴⁸.

Concluindo esta ideia, acho necessário compartilhar alguns esmiuçamentos em relação ao se-

gundo termo, a ficção. Palombini⁴⁹ destaca que a ficção metapsicológica não é mera representação da ideia de construção de um determinado conceito, mas sim apresentação do inconsciente mesmo. Cabe aqui terminar com a síntese que a própria autora faz das elaborações teóricas psicanalíticas.

A elaboração teórica da experiência psicanalítica, portanto, reproduz a situação própria à experiência psicanalítica originária, refundando-a. A teoria psicanalítica enquanto tal, porém, requer que, à ficção como abertura, apresentação, sobreponha-se a ficção como explicação, fechamento. A ficção metapsicológica, então, que, enquanto mostra, origina-se da relação a uma alteridade, retorna a essa alteridade, sob uma forma objetivada, para submeter-se ao seu crivo crítico, uma vez que é preciso assegurar-se das condições de sua transmissibilidade intersubjetiva. O ficcionamento, que surge como acontecimento do inconsciente em um sujeito, toma forma de uma representação geral dos mecanismos do inconsciente, como condição de possibilidade da vida psíquica. Assim, por um lado, o inconsciente revela-se no ato mesmo de ficcionar: forma-se, “performa-se”, mostra-se em ação; por outro lado, a natureza explicativa da elaboração constitui-se no *après-coup* dessa mostra. É desse modo que o paradoxo de ser *saber do inconsciente* encontra sua equação⁵⁰.

Capítulo VIII

Agora chegamos ao ponto em que começamos esta investigação. De uma inquietação inicial, passando por um desassossego, cheguei às provisórias verdades de uma consideração final. Verdades organizadas conforme meu capricho, ilusão e miopia, como bem disse o poeta Drummond, mas que me serviram de campo para ficcionar e assim refundar e refutar saberes.

Bacamarteei levando as ideias de Herrmann tanto como ponto de apoio como de questionamentos, visto que se compreendidas suas afirmações, inseridas em um novo campo as teorizações, devem ser submetidas a validação ou refutação em detrimento do campo que se for-

ma. Nesse sentido, os leitores mais atentos devem saber que duas questões foram levantadas: primeiramente, se a proposta de Herrmann e dos epistemólogos convergem ou divergem, e ainda, se a Teoria dos Campos supriria a necessidade levantada por Assoun de um apoio para o método suspenso no ar sem ter o risco de cair em um não sentido teórico.

Respondo tais questões inicialmente esclarecendo o local que a Teoria dos Campos se propõe a assumir em relação à Psicanálise. Afirma Herrmann que “a Teoria dos Campos não é um comentário sobre a obra de Freud, muito menos um comentário desabonador. Tampouco é uma teoria independente, ou uma escola psicanalítica, mas uma espécie de interpretação: uma forma de ver a Psicanálise e, conseqüentemente, uma forma de ver a psique. Por isso é adequado dizer que a Teoria dos Campos não é mais que uma interpretação da Psicanálise: induz rupturas dos campos teóricos”⁵¹.

Afirmando-se interpretação e entendendo que esta “não prova coisa alguma, ela apenas cria condições para que surja o sentido”⁵². E o sentido que nesta investigação surgiu foi o de constatar que mesmo enaltecendo o resgate da potencialidade do método interpretativo a Teoria dos Campos também se apoia numa metapsicologia própria, que é a ideia de inconscientes relativos. Tendo como campo a própria Psicanálise e suas teorizações, Herrmann propõe uma outra lógica do inconsciente, agora não mais monolítico, mas sim quantos forem considerados. E esta lógica é sim de determinada maneira uma proposição teórica necessária para que lhe possa sustentar o próprio método, como muitas vezes afirmou As-

questionar as teorizações
propiciou mais do que conhecer
seu uso como instrumento
ou sua origem como tema de tensões
epistemológicas

soun⁵³ a respeito do embricamento necessário e inerente à própria Psicanálise entre a hermenêutica e a energética. A contribuição de Herrmann pode ser conduzida no sentido de anunciar que cada campo permite e deve ter sua própria energética criada, ao utilizar como interpretante todas as demais teorias já estabelecidas.

E eu, como fico nesta história? Bacamarteando corria o constante risco de terminar morto na minha própria Casa Verde, além do mais há de se considerar o risco de as próprias memórias póstumas produzir seu defunto caso suas lembranças não tenham mais movimentos. Porém, me percebo salvo pela própria ficção que me sustenta, uma sustentação pautada no constante caráter criacional da própria Psicanálise. Assoun⁵⁴ faz uma salvadora elaboração ao diferenciar fundação de ato fundador: enquanto o primeiro é destinado a Freud, o segundo fica livre como condição necessária àqueles que se propõem à Psicanálise.

Questionar as teorizações propiciou mais do que conhecer seu uso como instrumento ou sua origem como tema de tensões epistemológicas. O processo de investigação e de escrita possibilitou a vivência da necessidade que o método em ação nos impõe de reafirmar a posição inventiva e o movimento de subversão do paradigma vigente. Encerro compartilhando da opinião de Herrmann, Palombini e inúmeros outros de que é na interlocução com a literatura, filosofia, artes, enfim, outros campos do conhecimento, que potencializamos nosso próprio saber e fazer. Salvando-nos assim da morte, mesmo que para contar a experiência seja necessário utilizar-nos de memórias póstumas.

45 S. Freud, *op. cit.*, p. 137.

46 A. L. Palombini, *Fundamentos para uma crítica da epistemologia da psicanálise*.

47 A. L. Palombini, *Fundamentos...*, p. 65.

48 A. L. Palombini, “Decifra-me...”

49 A. L. Palombini, *Fundamentos...*, p. 77.

50 A. L. Palombini, “Decifra-me...”, p. 87.

51 F. Herrmann, “Psicanálise...”, p. 65-66.

52 F. Herrmann, F. “Psicanálise...”, p. 61.

53 P. L. Assoun, *op. cit.*

54 P. L. Assoun, *op. cit.*, p. 28.

Referências bibliográficas

- Andrade C. D. de (2002). Verdade. In: *Corpo*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, p. 47.
- Assoun P. L. (1983). *Introdução à Epistemologia Freudiana*. Trad. Hilton Japiassu. Rio de Janeiro: Imago.
- Barbelli I. C. (2008). O estatuto epistemológico da psicanálise freudiana: energética e hermenêutica. *Dessertatio, UFPEL* [27-28], p. 197-230.
- Freud S. (1915/1974). O instinto e suas vicissitudes. In: *Obras completas*. Trad. Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, vol. XIV, p. 123-164.
- Herrmann F. (1999). *A psique e o Eu*. São Paulo: Heptyché.
- Herrmann F. (2001). *Andaimos do Real: O método da Psicanálise*. São Paulo: Brasiliense.
- Herrmann F. (2004). *Introdução à Teoria dos Campos*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Herrmann F. (2005). Clínica Extensa. In: Barone L. M. C. (Org.) *A psicanálise e a clínica extensa*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Herrmann F. (2006). Psicanálise, Ciência e Ficção. *Jornal de Psicanálise*, 39 (70), São Paulo, p. 55-79.
- Matteo V. D. (1986). Do Inconsciente ao id: gênese de uma ideia, *SYMPOSIUM*, Revista da UNICAP, v.28, n.1, 1986, p.118-136.
- Ministério da Educação. Secretaria de Educação. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro092.pdf>>. Acesso em dez. 2011.
- Orsini C. M. B. (2005). O Alienista: o ensino de Freud em sua extensão clínica, *Revista Olhar* n 12/13, Universidade de São Carlos, São Paulo, p. 107-122.
- Palombini A. L. (1996) *Fundamentos para uma crítica da epistemologia da psicanálise*. 106 f. Dissertação (mestrado em Filosofia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Palombini A. L. (2000) Decifra-me ou te devoro: notas sobre o desassossego nas relações entre psicanálise e epistemologia. *Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre*, Porto Alegre, v. 18, p. 79-90.

Posthumous memoirs of an Bacamarte-Freudian investigation

Abstract This article is an account experiential theoretical-methodology. Through the characters Simão Bacamarte and Brás Cubas builds a narrative that counts how an analyst, to contemplate giving up the psychoanalytic theories in favor of using more genuine interpretive method, discovers the use and their place within the epistemology of the freudian and to analysis.

Keywords Psychoanalysis; Literature; Psychoanalytic Theories; Freudian epistemology; Multiple Fields Theory.

Recebido em: janeiro/2012.

Aprovado em: março/2012.

Heitor O'Dwyer de Macedo

Angústia, generosidade com a vida

Realização Andréa Carvalho, Bela M. Sister, Danielle Melanie Breyton, Deborah Joan de Cardoso, Janete Frochtengarten e Silvio Hotimsky

São Paulo, Rio de Janeiro, anos 1960 – um jovem de dezesseis anos ousa desejar grande; com seus amigos da época, deseja instaurar um teatro, o Teatro brasileiro.

Paris, anos 1970 – o jovem psicanalista conduz sua prática orientado por uma concepção de sujeito como aquele que, quando confrontado com pressões massificantes e com estratégias de serialização dos indivíduos, faz da psicanálise uma arma revolucionária.

Paris, 1994 – um experiente psicanalista escreve que, para ele, o encontro com o mundo é feito de movimentos de mútuas transformações; relacionar-se com o mundo é transformá-lo, ao mesmo tempo que se é transformado.

Muda o século, muda o milênio.

Paris, 2008 – O psicanalista, autor de livros e artigos, pensa a escrita, sua constante companheira, como algo que não muda o mundo, mas torna o seu enigma mais íntimo.

São Paulo, 2012 – o jovem dos anos 1960 permanece em Heitor e é este que nos fala; fala para Percurso evocando, apaixonadamente, o pensamento de Freud de que “é preciso ser suficientemente neurótico para reconhecer a realidade e suficientemente psicótico para querer modificá-la”.

Ter paixão, olhar para o mundo como um constante desafio, encarar a vida como criação e recriação, fazem com que Heitor seja uma espécie de funâmbulo, a andar e voltear na corda dos excessos, em um cai, não cai... Não, não cai! “[...] o excessivo namora com o patológico, mas pode namorar com a vida”, diz-nos ele. Corre-se riscos, é certo. Mas, bom aramista, Heitor sabe de seu ofício; consegue manter-se em dinâmico equilíbrio, passo a passo no fio; tem

a angústia como eixo de sustentação e apoia-se com firmeza e consistência na Metapsicologia.

Heitor não se perde em seus entusiasmos. Pensa que, sem dúvida, são os marcos teóricos que organizam o espaço de pensamento do analista e, fundamentado no rigor da teorização de Piera Aulagnier, outorga à Metapsicologia o lugar da reflexão privilegiada sobre o encontro analítico.

O início de sua caminhada, como diretor de atores, faz Heitor ter em Stanislavski uma referência importante em seu processo de formação e, em Brecht, a inspiração para pensar no “corte de cenas” no trabalho analítico. Diz-nos ele, em seu livro *Do amor ao pensamento*: “[...] se uma prática brechtiana do teatro pode ser uma excelente formação para um psicanalista, tornar-se-á um instrumento precioso no tratamento, quando confrontado ao mais intenso de sua prática: as crianças, os borderlines, os psicóticos e as histerias graves. Prática de situações-limite no tratamento, em que a questão é sempre separar as cenas psíquicas [...]; trabalho preliminar sem o qual nenhum sujeito poderá emergir”.

Quantas e quantas águas irrigam a clínica para cada analista!

Para o nosso entrevistado: a amizade como a fonte-matriz da transferência, a companhia amiga de Ferenczi, Dolto e Pankow, de Neyraut, Réfarbet, Zaltzman e Rosenfeld, de Zygoris e Smirnoff, e poder conviver amigavelmente com a dor e com a esperança. Por último, mas sem falta, poder ter o júbilo do pensamento!

Para o nosso entrevistado, estar na clínica é encontrar-se na clínica, é deparar com uma parte singular de si próprio em cada tratamento, é se jogar no dispositivo analítico com algo que nos caracteriza enquanto sujeito; é, sempre, arriscar-se; é lançar-se em uma dimensão existencial do encontro, respeitando profundamente a coragem de quem se dispôs



para Heitor, o teatro, a literatura, outros inúmeros investimentos na vida, a própria vida e o trabalho investidos de prazer, são condições fundamentais para que se possa “ajudar outras pessoas a irem para a vida”

a estar à sua frente, na poltrona ou no divã, expondo-se a se questionar no que podia estar mal assentado, mas que assentado estava, de algum modo, em sua vida.

A clínica para Heitor: o teatro, a literatura – e nesta, Dostoievski em especial –, outros inúmeros investimentos na vida, a própria vida e o trabalho investidos de prazer, são condições fundamentais para que se possa “ajudar outras pessoas a irem para a vida”. E mais: o humor e o lúdico, tão caros a Winnicott. Winnicott, pilar indispensável para o pensamento de Heitor. Winnicott, este analista freudiano, que soube que, sem brincar, não temos humanidade em nós.

E como um psicanalista, sujeito cidadão no mundo, Heitor ocupa-se em escrever sobre os abusos de poder e em batalhar contra totalitarismos, estejam estes no âmbito das políticas públicas ou no íntimo das instituições psicanalíticas, e em se posicionar frente às usurpações dos direitos de pensar e de viver com dignidade.

Quando indagado sobre a tragédia da modernidade, Heitor pensa no homem da modernidade como um resistente. Eu acrescento, imaginando-me em consonância com ele: um resistente das utopias.

JANETE FROCHTENGARTEN



*a ideia era muito modesta:
o teatro brasileiro não existia e nós
íamos constituí-lo! Então, fomos ver
as pessoas que considerávamos
criativas no teatro e pedimos
que viessem nos dar cursos*

PERCURSO Sabemos que você foi diretor de atores do Teatro Arena, Oficina e Tuca no Rio de Janeiro, tendo se exilado na França em 1968, onde se tornou psicanalista. Gostaríamos que você nos contasse um pouco sobre essa sua trajetória.

MACEDO Na verdade, antes do Tuca, do Teatro de Arena e Teatro Oficina – que, na ordem, seria Oficina, Arena em São Paulo e Tuca no Rio – eu e um grupo de amigos, Tite de Lemos, Renato Machado (hoje em dia jornalista na tv Globo), criamos um grupo de teatro que se chamava “O Grupo de Orla”.

A ideia era muito modesta: o teatro brasileiro não existia e nós íamos constituí-lo! Então, fomos ver as pessoas que considerávamos criativas no teatro e pedimos que viessem nos dar cursos. Falamos com Gianni Ratto, Sérgio Brito, Ítalo Rossi. A Gianni Ratto pedimos que falasse de cenografia e por aí fora...

Começamos a trabalhar e o que fazíamos era ler Stanislavski e fazer laboratório de improvisação com os atores, e rapidamente mobilizaram-se afetos e memórias muito penosas. Fiquei apavorado. Então, fui ver Helio Pellegrino e lhe disse: “É o seguinte, estamos criando o teatro brasileiro, estou fazendo um laboratório de teatro e estão ocorrendo coisas que não estou compreendendo. Como você é um psicanalista, deve vir assistir aos ensaios e nos ajudar para que não se mobilizem coisas que sejam destrutivas para as pessoas com quem trabalhamos”. Ele dis-

se: “Eu vou arrumar um tempinho para ir, mas você vai para análise, porque você é louco mesmo!”. E lá fui eu ver Galina Schneider. Helio foi absolutamente maravilhoso! Ele vinha, brincava muito, às vezes trazia Fernando Sabino, Otto Lara Resende... e aquele grupo de garotos completamente alucinados.

Montamos uma série de espetáculos que tinham a particularidade de ser compreendidos apenas por nós mesmos, nos quais os atores, em geral, diziam onomatopeias para transmitir ao público uma emoção. O público não sabia muito bem por que estava se emocionando, mas o interessante é que essa transmissão foi feita. A Bárbara Heliadora e um jornalista do *Diário de Notícias* tiveram um papel importante na época dizendo que fazíamos um negócio absolutamente estranho, mas que era um teatro experimental que valia a pena...

PERCURSO Eles fizeram uma crítica?

MACEDO Sim, fizeram uma crítica. Aliás, vindo a São Paulo há alguns anos, estava no teatro e vejo Bárbara Heliadora, que me chama: “Heitor O’Dwyer!!!”. Na época, era assim que eu me chamava porque a família do meu pai não tinha me autorizado a usar o nome de Macedo para fazer essa coisa indecente que se chamava teatro. Houve até um conselho de família sobre isso. Mas como eu tive o vaticínio de ter o mesmo nome e sobrenome que o meu avô materno, então todo mundo achava que era ele quem estava fazendo teatro! Depois de um tempo o grupo foi ao festival de teatro de Recife.

PERCURSO Nesse momento você já tinha terminado o colégio e havia formado esse grupo?

MACEDO Eu estava terminando o colégio nessa época, e devo ter começado o “Grupo de Orla” quando eu tinha uns dezesseis anos. Antes disso, na verdade, o que me levou ao teatro foi o encontro com o Arnaldo Jabor, que era do mesmo colégio que eu. Montaram uma peça do Jabor, que foi para mim a primeira experiência de ver o pensamento ligado à criação.

Depois do festival, passei um tempo em Recife e, quando voltei, o Orla já não existia mais. Eu era sabidamente uma pessoa que se interessava por direção de atores, não me lembro muito como isso se deu, mas o Zé Celso me propôs fazer a direção de ator do espetáculo “Os Inimigos”.

Então eu vim [para São Paulo] e foi um período muito intenso. Havia uma figura maravilhosa, o [Eugenio] Kusnet, que ficou furioso por ser eu o diretor de ator e não ele. Mas, sei lá, isso eram as histórias do Zé com o Kusnet. Para mim, essa foi uma experiência muito forte assim como a do Teatro de Arena.

Depois voltei para o Rio e fiz o “Terror e Misérias no Terceiro Reich” de [Bertold] Brecht. Na época, tínhamos que submeter os textos à censura. O texto não foi liberado e mesmo assim eu decidi fazer o espetáculo. Chegávamos aos Centros Acadêmicos, montávamos tudo muito rapidamente, fazíamos o espetáculo e íamos embora. Em uma dessas vezes, havia um policial infiltrado no Centro Acadêmico de uma faculdade, e a polícia estava esperando. Eu consegui fugir.

A partir do Golpe de 1964 tínhamos medo o tempo todo, porque havia sempre um amigo próximo ou um conhecido que tinha sido preso. O medo era de sermos procurados pelo simples fato de constarmos na agenda dessa pessoa. Porque tudo era possível! Tudo era possível! E ainda não era o horror que viria depois com o Ato Institucional! A partir daí, a ideia era ir embora o mais rapidamente possível do Brasil. Eu consegui uma bolsa para a França e fui.

PERCURSO A bolsa de estudos que você recebeu foi para teatro?

MACEDO Sim. Era uma bolsa que facilitava absolutamente tudo, pois eu tinha a obrigação de fazer três conferências por ano sobre Teatro brasileiro. Nada, não é? Na verdade, o que eu tive foi a possibilidade de sair do Brasil.

PERCURSO Qual foi a importância de sua experiência com o teatro em seu ofício de analista?



*a organização do texto
do ator supõe um subtexto,
que tem a ver com experiências que
o personagem viveu antes daquele
momento que está na peça*

MACEDO A minha entrada no teatro coincidiu com a minha entrada em análise. Considero Stanislavski um ser genial que compreendeu tudo do inconsciente. Para ele, a organização do texto do ator supõe um subtexto, que tem a ver com experiências que o personagem viveu antes daquele momento que está na peça. E o modo de construir o personagem é fazer com que o ator consiga descobrir experiências de sua própria vida que sejam análogas ou que tenham ressonâncias com as experiências do personagem. Stanislavski é genial!

Respondendo à pergunta: O teatro me deu duas coisas como embasamento para o trabalho analítico. Em primeiro lugar, uma disponibilidade para a brincadeira. Eu gostei muito de trabalhar com crianças. Depois que a minha filha nasceu, quando ela tinha um ano e meio, decidi parar de atender crianças. Na época eu trabalhava em casa e me dizia que se não pudesse estar com ela, porque estava com doentes, ela ficaria doente para estar comigo! Só voltei a atender crianças quando passei a ter consultório fora de casa.

Em segundo lugar, trata-se de algo que é um pouco incurável em mim: eu sempre tenho uma ideia de prospecção para os meus pacientes. Sempre imagino aquilo que pode vir a acontecer na vida deles, a partir do trabalho analítico que está sendo realizado. O que o teatro me deu, como diretor de ator, é estar sempre muito preocupado com o depois da análise. Eu nunca tinha pensado nisso, estou pensando falando para vocês.



*para trabalhar o mundo interno
do paciente é importante
que algo do vínculo com o analista
seja suficientemente forte
e reconhecido*

Existe aí algo que eu poderia chamar de estratégia terapêutica. Sou muito atento ao destino que se pode dar ao material que está sendo trabalhado, o que será priorizado. Isso eu digo em um dos meus livros: existe todo o trabalho de desligamento da organização defensiva, mas no meu entender, esse trabalho de desligamento só tem sentido se, ao mesmo tempo, se inventa e se imagina uma nova organização pulsional.

Para trabalhar o mundo interno do paciente é importante que algo do vínculo com o analista seja suficientemente forte e reconhecido, para que se corra o risco de deixar pelas antigas, de deixar modos de se situar no mundo, sem se sentir completamente abandonado pela humanidade. Quer dizer, eu não penso que o fim da análise seja aquilo que Lacan apresenta como *des-êtr*e, ausência-de-ser. Penso que isso é um momento analítico, no qual as funções que sustentam a defesa começam a ser desligadas; para mim, isso é um início e não um fim do trabalho.

E falando nisso, eu estou falando a vocês algo que tem a ver com uma preocupação terapêutica de Winnicott, que é a preocupação materna primária. O analista, do ponto de vista de Winnicott ou do Winnicott que faço meu, é um continente a partir do qual podem ser revisitadas as carências, as falhas, as dificuldades que ocorreram durante o curso de uma vida, para que possam ser repensadas, pela confiança que se tem com um vínculo absolutamente novo, e assim,

reconstituir algo mais econômico do ponto de vista do desejo e da criatividade do pensamento.

PERCURSO Isso que você chamaria de estratégia?
MACEDO Não, isso não é o que eu chamaria de estratégia. Diria que isso é uma atitude de base, uma posição de partida. É um modo de acolher alguém numa cura, o que leva a outro tipo de anterioridade lógica que são as entrevistas preliminares que considero muito importantes. Dedico cada vez mais tempo às entrevistas preliminares, com o objetivo de ter uma representação daquilo que, naquele momento, será o processo.

Eu não me sinto absolutamente à vontade, não me reconheço, na ideia de estruturas psíquicas: estrutura psicótica, estrutura neurótica... Freud nunca falou dessa maneira. Ele dizia, por exemplo, que existem núcleos obsessivos na histeria, núcleos histéricos no obsessivo, aspectos psicóticos e aspectos não psicóticos.

Falo sobre isso no meu livro *Do Amor ao Pensamento* se não me engano. Esse texto foi muito importante para mim, foi quando reli ou redescobri “A perda da realidade na neurose e na psicose”, em que Freud diz que é preciso ser suficientemente neurótico para reconhecer a realidade e suficientemente psicótico para querer modificá-la. É a combinatoria dos dois que torna possível estar no mundo.

Estratégia é uma outra coisa. Trata-se de como lidar, num dado momento, com um conjunto de aspectos, traços trazidos pelo paciente.

Vou dar um exemplo: alguém vem me ver e percebo um grande componente ansioso. Ele vem de uma cidade perto de Paris e gasta quatro horas para ir e vir, o que para vocês em São Paulo parece algo absolutamente cotidiano. Então, eu digo a ele: “Olha, vamos fazer o seguinte: você vem uma vez por semana e faremos as outras duas sessões por telefone.”

Eu levei esse caso para minha habilitação no Quarto Grupo e foi um escândalo! Como é que eu faço sessão por telefone? Eu perguntei: “Como é que vocês fazem com pacientes que moram longe?” E me responderam: “Nós fazemos

uma sessão de manhã, outra à tarde e outra à noite”. Freud dizia que é preciso um cotidiano entre uma sessão e outra, mas tudo bem, toma-se um café... Prefiro o que fiz com o meu paciente.

Voltando ao caso, quando a análise começou, eu notei que no final das sessões ao vivo ele ficava muito agitado. Pensei: “Caramba, será que eu me enganei? Será que é um troço mais psicótico?” E disse a ele: “Sinto que quando a sessão está terminando, você fica muito angustiada. É por causa do final da sessão? É muito difícil para você?” Ele disse: “Não, é porque eu tenho quinze minutos para sair e conseguir pegar o trem.” Eu digo: “Ah! Teremos que encontrar outro horário, assim não vai dar...”. Eu não interpretei o porquê de ele não ter me dito isso até então. E ele: “Mas o problema é que o outro trem sai duas horas depois.” “Então vamos ver...” Discutimos, até que se arrumou um horário em que ele passou a vir tranquilamente.

No manejo do enquadre existiu algo interpretativo em relação à onipotência, algo interpretativo em relação aos dispositivos obsessivos. Mas, eu não toquei nisso no nível transferencial. Esperei que reaparecesse na vida, que ele me trouxesse e então eu lembrei o que aconteceu. É como se fosse uma reserva de sentido.

Acredito que as tematizações transferenciais, quando os sintomas são muito graves, não devem ser imediatamente formuladas, e, sim, reservadas como ilustrações de impasses que se encontram depois na existência e que já conseguiram modificações graças à relação analítica. Mas o analista foi chamado a se ocupar de coisas com que o outro na realidade não é obrigado a se ocupar. Isso tem a ver com a constituição desse outro através da fantasia do paciente, ele projeta no outro a recondução de impasses que ele encontrou na própria história.

Também me parece importante a necessidade – e nisso sigo Freud e Winnicott – de que o espaço da sessão seja um espaço confortável, que a análise seja algo confortável. Porque a barra é muito pesada, não no real da relação e sim porque será preciso pensar e tratar temas que são difíceis. É muito difícil viver consigo mesmo.



no manejo do enquadre existiu algo interpretativo em relação à onipotência, algo interpretativo em relação aos dispositivos obsessivos. Mas, eu não toquei nisso no nível transferencial.

PERCURSO Voltando a seu percurso, você já pensava em ser psicanalista?

MACEDO Quando saí daqui a única coisa que não queria ver no mundo era teatro! Realmente gostava era do trabalho de ator, prepará-lo para um espetáculo durante meses mas, naquela época, o espetáculo estreava e duas semanas depois a Globo chegava e propunha pagar ao ator, por semana, o que não podíamos pagar em dois meses! E então toda organização de teatro de repertório, de equipe, ficava comprometida porque todo dia tinha gravação. Isso quando não era no Rio! Estou pensando quando estava aqui em São Paulo. E no Rio era a mesma coisa. Era uma experiência muito penosa e masoquista. Masoquismo mesmo. Você criava uma coisa e de repente ia tudo embora.

O que eu tinha vontade de fazer mesmo era teatro aqui no Brasil. Para mim, o teatro deve ser absolutamente atual e presente. Tem a ver com o momento e deve dar uma interpretação do que está ocorrendo na cidade naquele momento. A França foi a experiência de chegar a um lugar que eu não conhecia.

Bem, agora voltando à pergunta sobre meu percurso. É um percurso curioso, cheguei à França com uma carta do Helio Pellegrino para o Lagache, que ele tinha conhecido não sei onde. Fui ver Lagache, que me disse: “Aqui está muito complicado. O melhor que você pode fazer é ir ali, acolá, de outro lado, onde tem gente interessan-



na verdade, como digo
nas *Cartas a uma jovem analista*,
fui procurar pessoas.
Pessoas com quem trabalhei,
pessoas com quem me formei

te. Hoje em dia há uma tal baderna que você poderá circular por todos esses lugares.” Foi assim que eu comecei.

Fazia análise e entrei na faculdade para ter um diploma de psicólogo, uma habilitação. Quando eu saí daqui, o Hélio havia me dito: “Não fica na França. Na França tem uns lacanianos que são todos loucos. O Lacan é genial, mas os lacanianos são malucos, tem apenas duas ou três pessoas. Vá para a Inglaterra”.

Fui para a Inglaterra, mas contrariamente ao que imaginava, que você, sendo psicanalista ou querendo ser psicanalista, chegava à Inglaterra e dizia: “Eu quero ser psicanalista” e já ia trabalhar em todos os lugares... Imaginava que a psicanálise na Inglaterra era algo reconhecido por todas as instituições psiquiátricas, o que não é verdade. E como se isso não bastasse, descobri na França a crítica de Lacan à IPA. E dentre suas críticas, existe uma que, a meu ver, é fundamental. Trata-se da questão do analista didata, um analista com quem se fala de sua mais íntima intimidade e que vai, ao mesmo tempo, decidir se o paciente pode ou não ser reconhecido como analista. Quando eu soube que havia tal interpenetração de um trabalho eminentemente terapêutico numa decisão de vida social, eu me disse: “Isso é maluco! Estou saindo de uma ditadura para entrar em outra!”

Bem, decidi voltar para a França. Eu tinha feito entrevistas com Hanna Segal e com Rosenfeld,

com quem depois eu fiz supervisão (não menciono isso nas *Cartas*) e que foi algo muito importante.

Na França, tão logo obtive meu mestrado, antes mesmo de terminá-lo, fui trabalhar num hospital porque queria saber se aguentava trabalhar com loucos, queria saber se isso era mesmo possível. Na época era mais fácil trabalhar como psicanalista, tinha acabado maio de 1968, era um grande trauma político e cultural, ainda não tinha acontecido o que aconteceu dois anos depois de os militantes terem ido para a cultura, muitos para a Psicanálise, os lacanianos comandados pelo General Jacques Alain Miller.

Era muito fácil trabalhar num hospital como estagiário, quarenta horas por semana. Na verdade, como digo nas *Cartas a uma jovem analista*, fui procurar pessoas. Pessoas com quem trabalhei, pessoas com quem me formei porque, a partir de um certo momento, comecei a identificar as pessoas e os trabalhos que me interessavam. Uma das pessoas que me foram recomendadas, cujo encontro também foi determinante na minha vida, sobretudo do ponto de vista institucional, foi Piera Aulagnier, que foi muito generosa comigo e me acolheu rapidamente num seminário fechado dela. Piera Aulagnier era uma das fundadoras do *Quarto Grupo*.

Depois do episódio com Gisela Pankow que, da noite para o dia, me disse que não me daria mais supervisão porque não gostava da mulher com quem eu decidira viver, fui fazer supervisão com Victor Smirnoff. Depois de algum tempo de trabalho, uns dois anos, ele me disse: “Se você quiser retomar a análise (eu falava muito disso), como você gosta muito da Piera, tem uma pessoa do *Quarto Grupo* de quem gosto muito, a Nathalie Zaltzman”. E eu retomei a análise com ela.

Fiz um trabalho com a Nathalie que foi muito importante. Eu estava querendo me integrar ao *Quarto Grupo*. Um dia, recebi um telefonema de Maud Mannoni, que tinha lido o livro *Le psychanalyste sous la terre* [*O psicanalista sob o terror*]. Ela tinha lido o manuscrito porque um amigo fez uma indiscrição amigável, que foi dar

isso a ela, achando que poderia lhe interessar. Eu nunca tinha visto a Mannoni. No telefonema, ela disse: “Nós vamos fundar uma instituição e você tem uma posição um pouco heterogênea em relação ao que existe aqui na França, gostei muito do livro que você organizou, quer integrar a equipe que vai se ocupar do início do Centro?”. Respondi: “Estou num processo de engajamento no *Quarto Grupo*. Vou conversar com a Piera, e o que ela me disser...”. Piera me disse: “Vai ser muito bom para você, estará num lugar que vai permitir que você faça um trabalho”. E então fui para o CFRP [*Centre de Formation et de Recherches Psychanalytiques*], onde comecei meus seminários sobre Winnicott. Algum tempo depois saí do CFRP por causa das infinitas crises institucionais francesas, a instituição que se torna uma espécie de supermercado para ganhar muito dinheiro. Saí do CFRP e me integrei ao *Quarto Grupo* e depois saí do *Quarto Grupo*. Fui analista membro durante vários anos e me demiti há cinco anos porque, após a morte de Piera Aulagnier, a instituição ficou completamente fechada sobre si mesma. Recentemente não reagiu a nenhuma das leis criadas durante o governo Sarkozy e não tem nenhuma participação efetiva sobre o ataque que se faz à Psicanálise e à Psicoterapia Institucional.

Eu dizia: somos um grupo de quarta idade! Para vocês terem uma ideia, passaram seis anos sem ter uma única reunião institucional entre os analistas membros e os analistas em formação. Eles têm medo dos jovens. Isso é frequente nas instituições, mas elas se organizam de uma forma mais inteligente. Fui então para a *Federação* [Federação de Ateliês de Psicanálise], onde ministrei o seminário sobre Dostoiévski.

A pergunta que você faz levanta uma pergunta muito mais importante e atual, que é a da formação de um jovem analista. Vocês têm aqui no Sedes algo que considero interessante, que é uma clínica social. Isso pode ser um elemento muito importante numa instituição, um lugar – como eu me beneficieei graças à Françoise Dolto, que dava consultas públicas no Hospital Trousseau – onde os jovens analistas possam participar, presenciar

»
*acho que é muito formador
o trabalho em psiquiatria
porque se é imediatamente
confrontado com a necessidade
da inventividade na clínica*

sessões de terapia de alguém que tenha mais experiência e com quem se discute o porquê do como. E, paralelamente a isso, a possibilidade de um trabalho psiquiátrico, numa clínica psiquiátrica. Acho que é muito formador o trabalho em psiquiatria porque se é imediatamente confrontado com a necessidade da inventividade na clínica. A cada momento você tem que encontrar uma resposta que seja uma resposta cabível e circunscrita pela relação.

PERCURSO Na sua passagem pelo Sedes (abril de 2012), surgiu uma questão com relação a psicanálise de grupo. Gostaríamos de entender como você pensa os dispositivos grupais na clínica psicanalítica.

MACEDO A psicanálise de grupo se afirmou na Inglaterra durante a Segunda Guerra Mundial. Ou seja: existe uma situação traumática compartilhada pelo conjunto da sociedade, e o grupo analítico é um meio pelo qual cada participante pode reconhecer o seu modo singular de atravessar este trauma, o modo pelo qual a situação atual mobiliza seus movimentos inconscientes.

A pertinência desta hipótese de trabalho se verificou nas zonas urbanas do Brasil e da Argentina durante o período ditatorial militar.

Esta experiência existencial comum me parece ser uma condição necessária para que o grupo possa funcionar como uma ferramenta para singularizar as vivências, como uma ferramenta



penso que uma população de baixa renda, mesmo miserável, pode se beneficiar de um trabalho analítico. Mas isto requer uma pluralidade de cuidados, entre os quais a dimensão da inserção social é, evidentemente, fundamental

para aceder ao tratamento inconsciente dado por cada participante à experiência que os reúne.

O trabalho realizado nas comunidades terapêuticas na França, na filiação da Psicoterapia Institucional – como La Borde, ou o Centro Antonin Artaud – são exemplos de uma adaptação feliz do fruto da pesquisa dos grupos analíticos ao trabalho com psicóticos.

Contrariamente, penso que, nas sociedades serializadas nas quais vivemos, um grupo analítico reunindo pessoas que vivem uma vida normal (ou anormalmente) burguesa nada mais será que uma ocasião de escapar da solidão insuportável à qual é submetida a totalidade da população. Este aspecto imediato e massivamente gratificante do grupo constituído me parece um empecilho para o acesso à dimensão inconsciente, cuja dinâmica se limitará aos benefícios egoicos.

Penso que uma população de baixa renda, mesmo miserável, pode se beneficiar de um trabalho analítico. Mas isto requer uma pluralidade de cuidados, entre os quais a dimensão da inserção social é, evidentemente, fundamental. Neste sentido o trabalho com uma população de baixa renda se inscreve na filiação da Psicoterapia Institucional, ou mais perto de nós, no trabalho realizado por Helio Pellegrino na Clínica Social de Psicanálise numa favela do Rio de Janeiro – trabalho que Michel Foucault considerou a experiência antropológica mais importante do século vinte.

PERCURSO Você diz em seu livro *Cartas a uma jovem psicanalista* que antes da prática psicanalítica é importante ter outra prática. Por quê? Como você justifica essa posição?

MACEDO Por causa da praga que é a Psicanálise na Universidade na França. Uma pessoa entra na Universidade e sai com um diploma de psicanalista. E acredita que é psicanalista! O momento de começar uma análise é algo muito complicado. O que me interessa quando alguém me procura como analista é que essa demanda seja uma demanda fundamental na vida daquela pessoa. Hoje em dia as pessoas acreditam que elas vão fazer análise para se tornarem psicanalistas, como se fizesse parte do currículo universitário.

Eu penso que é muito importante para um analista que ele tenha outros investimentos além da psicanálise, que tenha uma vida. Quando eu digo outra prática antes da psicanálise, penso numa forma de se garantir um horizonte no qual possa se nutrir, possa se enriquecer, se revigorar, que seja a própria vida pessoal. Senão, começa a haver uma espécie de homogeneidade entre o trabalho, o interesse e a vida. Passa a ser algo bem autista. Como ajudar as pessoas a irem para a vida se a única vida que se tem tem a ver com o universo psicanalítico?

PERCURSO Você se refere a uma suposta formação psicanalítica ideal, propõe uma sequência: primeiro o trabalho com loucos, depois os pacientes afetados por normose e depois o trabalho com crianças. Por que essa sequência?

MACEDO Com os psicóticos trabalhamos em instituição, apoiados por uma equipe, menos sós. Todo o trabalho que se faz com loucos é um trabalho que começa, inevitavelmente, numa cena institucional. Quando essa cena institucional é organizada para dar hospitalidade à loucura, existe um diretor de hospital e uma equipe experiente, que acolhe o profissional que chega – foi isso que eu vivi – e que vai fornecendo os instrumentos para que ele não se sinta incompetente ao se encontrar com a incompetência inevitável diante da magnitude de uma tarefa, que é sempre

impossível. A instituição psiquiátrica fornece um enquadre para que se dê toda a latitude de tempo para que, pouco a pouco, você singularize o seu modo de encontrar o paciente psicótico. Se for uma comunidade terapêutica digna desse nome, o ajudará a encontrá-lo com uma parte singular de você mesmo.

Depois os normopatas, porque são eles que nos permitem compreender melhor o que é o funcionamento intrapsíquico e, graças aos analistas que nos acompanham (nosso analista pessoal, aquele que acompanha nossas curas, os amigos e colegas), entender como interagem as dificuldades psíquicas do paciente e as nossas próprias dificuldades. O fenômeno, mais ou menos clássico, da transferência e da contratransferência.

E as crianças em último lugar, porque considero a clínica mais difícil. Tem muito a ver com a clínica de psicóticos, porque é uma inventividade permanente. Acredito, nisso eu estou absolutamente alinhado com a Françoise Dolto, que essas terapias e análises devem ser sempre curtas. O que existe de particular em Dolto é como ela e a Gisela Pankow integravam imediatamente os pais no trabalho. A questão de chamar ou não a família não se coloca, ela sempre é integrada ao trabalho.

PERCURSO Em seu livro *Cartas*, quando você fala dos seus mestres, frisa intervenções clínicas muito extraordinárias, assim como nos exemplos que você nos conta. Diz também que o extraordinário é comum nessa clínica, dado que o dispositivo da transferência nos leva a regiões pouco habituais, e que é isso que confere esse caráter extraordinário ao que nelas acontece. Diante disso, como você pensa que se compõem o extraordinário e o originário na clínica psicanalítica?

MACEDO Em relação aos pacientes psicóticos, existe o que a Piera Aulagnier chamará de violência da interpretação. Eu não me reconheço nessa concepção de Piera, segundo a qual o que funda o humano seria uma interpretação violenta. Parece-me uma perspectiva um pouco naturalista. Penso que o que faz o humano é o humano. Mas, em certas constelações defensivas, sejam or-



o que existe de particular em Dolto é como ela e a Gisela Pankow integravam imediatamente os pais no trabalho. A questão de chamar ou não a família não se coloca, ela sempre é integrada ao trabalho

ganizações psicóticas, sejam quadros clínicos de crianças, penso que, a partir das entrevistas preliminares, se você não consegue inventar uma transformação radical da circulação das mensagens, no universo de origem, tudo fica comprometido. À medida que se consegue isso, existem, inevitavelmente, mudanças espetaculares. E, nesse sentido, a expressão violência da interpretação me convém.

Por exemplo, por insistência de uma amiga, recebi uma moça que está em análise com ela e que me trouxe o caso de um filho que se tornou um terror, um garoto de quatorze anos. O pai e a mãe têm medo do menino e a questão era se ele ia ou não para um internato. O encontro durou cerca de duas horas.

O tempo de trabalho é algo muito importante. Se eu recebo alguém que, inicialmente, pensei que traria uma questão pontual e descubro que é algo gigantesco, eu digo: “Vamos parar aqui porque o que você está me trazendo exige muito mais tempo. Não gostaria que você começasse a falar disso e que eu tenha que parar por falta de tempo. Volte e eu te darei bastante tempo”.

O que eu não sabia, e que foi reconhecido e identificado nessa entrevista com esses pais, é que a mãe da mãe é psicótica e a mãe do pai é psicótica. O filho estava no lugar da mãe psicótica dos dois, entendem? A partir disso cria-se um novo corte das cenas (o cap. 9, “Um novo corte das cenas” do meu livro *Do Amor ao Pensamento*,



*o mais importante
nesse processo é que o trabalho
terapêutico seja realmente
assumido como um trabalho que
pertença ao adolescente*

é o que mais fala da minha clínica), redistribui-se, remaneja-se o tipo de funcionamento simbólico da família. Faço algo que tem a ver com o enxerto de transferência do qual fala Pankow. Aplicar isso é o mínimo para começarmos a trabalhar os quatro, pai, mãe e criança. Quando se trata de crianças e de organizações psicóticas, com sorte, o que nos é trazido exige uma reorganização do que eu chamo de superego real e atual. Existe uma maneira pela qual, de forma presente e insistente, na realidade cotidiana do paciente, um superego terrível interfere e o assedia em todos os momentos de sua vida. Isso precisa ser reconhecido e trabalhado; por vezes, é a condição da cura.

Por exemplo, eu posso dizer aos pais e mães de um rapaz de vinte anos: “Para eu começar a cura, é importante que esse jovem saia da casa de vocês”. A ideia de que, através do trabalho clínico que se faz com o paciente, lhe serão fornecidos os elementos para que ele possa posicionar-se melhor em relação ao pai e a mãe é onipotência do analista. Fazer isso é jogar para o paciente, se existe uma situação de ordem traumática, uma responsabilidade existencial que ele não é capaz de assumir, dada a fragilidade que o traz para a análise pelos pais ou, o que é complementar, pela culpa de se separar. Portanto, é o analista que intervém e faz esse corte.

PERCURSO Winnicott fazia essas intervenções. Indicar, às vezes, que o filho fosse separado da mãe.

MACEDO Winnicott e Dolto faziam. Winnicott também tomava os pais como coterapeutas, outro modo de fazer isso. Mas ele utilizava os pais como coterapeutas para regressões graves dos pacientes, o que ele podia fazer porque sabia bem o que estava fazendo. Eu sentiria muito medo, não saberia como lidar com um negócio desses. Se um paciente regredir, prefiro que seja comigo, embora, às vezes, isso não seja possível.

PERCURSO Como fica a questão econômica de esse jovem de vinte anos morar sozinho? Às custas de quem? Trabalhando ou às custas dos pais? Ainda assim, vale essa separação?

MACEDO Às custas dos pais, claro! Para mim, o importante é o que chamo de dialética dos espaços. A questão do espaço, aprendi com Pankow. Separar os espaços, a casa da criança, a casa dos pais. Trata-se, pensando num caso bem preciso, de trabalhar questões tais como quem vai decorar a casa, porque não se trata de levar os objetos que estavam na outra casa... aí não!

PERCURSO Você enfatiza a importância de o adolescente se responsabilizar pela sua própria análise, pagá-la, integralmente ou em parte.

MACEDO Isso é outra coisa. Aqui são adolescentes que chegam com os pais, o que é outro quadro. Mas a ideia é que, uma vez separado, ele se vire para me pagar, mas não imediatamente. A ideia é que ele me pague com um dinheiro que ganhe fazendo baby sitter, trabalhando num restaurante. Evidentemente, não é possível multiplicar tais condições de trabalho, porque você precisa de uma renda para viver, não é mesmo?

O mais importante nesse processo é que o trabalho terapêutico seja realmente assumido como um trabalho que pertença ao adolescente. Às vezes, o adolescente vem para a análise porque pede, faz uma queixa aos pais, mas, geralmente, tem a ver com a rede relacional familiar. Quando as crianças e adolescentes vêm para análise, acabam tornando-se uma prova dos limites dos próprios pais em conseguir acompanhar, responder, conter um tipo de dificuldade,

de sofrimento, de impasse no qual está envolvido o adolescente.

Trata-se de uma maneira de apostar que o adolescente tenha algo a dizer nesse samba, que o samba também é dele e não só dos pais. A consequência dessa intervenção nos impasses da realidade é que se centra muito mais rapidamente sobre as dificuldades do remanejamento identificatório na adolescência e sobre a questão dos objetos internos, do que é o mundo interno.

PERCURSO Permanecendo ainda nessa questão do pagamento, em seu livro *Anna K.*, você diz que essa paciente era atendida numa instituição e que você cobrava dela, mesmo que fosse simbolicamente. Por que você considera importante o pagamento, ainda que simbólico, no atendimento institucional?

MACEDO Porque na França existe, ou melhor, existia um assistencialismo que fazia com que os pacientes tivessem uma dificuldade muito grande em subjetivar que o que eles estavam fazendo era para eles. O que me parece bacana e fundamental é que, na medida em que o trabalho está sendo pago pelo Estado e não pelos pais, dependendo do manejo, existe a possibilidade de dizer: “Veja, você já está aqui num outro espaço que não é o espaço paterno, materno ou parental, já que o pagamento é feito pelo Estado”. Mas, além disso, me parecia importante que houvesse uma contribuição do paciente para que ocorresse um engajamento no trabalho, assim como com os adolescentes.

PERCURSO Pensando naqueles momentos de uma intervenção mais radical, como as que você nos trouxe, gostaríamos de levantar a questão do analista na posição de agente do trauma, um lugar de muita potência, mas perigoso. Quais seriam as condições e os cuidados para que não se faça uma reedição ou uma repetição do próprio trauma?

MACEDO Isso é para começar o jogo, antes do apito. Uma vez que as equipes estão em campo, que o analista reocupe o lugar do trauma depende de

»»

*a ideia é que o paciente,
inconscientemente, faz
com o analista o que fizeram
com ele e espera-se que o analista
tenha a possibilidade de poder
nomear aquilo que a criança
não pôde nomear.*

mil fatores. Quando ele consegue reconhecer isso é formidável, mas, às vezes, ele não consegue. Isso tem a ver com o que vai acontecer no espaço transferência-contratransferência. Eu prefiro transferência do paciente e transferência do analista em vez de transferência-contratransferência. Não se pode antecipar.

Considero inclusive que seria algo analiticamente suspeito você estar demasiado atento em não repetir a posição do agente do trauma. Se ficarmos atentos demais a isso, ficamos, inevitavelmente, muito defendidos para um tipo de acontecimento. Por exemplo, quando o paciente deposita no analista uma angústia que ele não pode reconhecer e que num dado momento o analista vai não apenas reconhecê-la como, sobretudo, exprimi-la de uma forma inversa.

Trata-se do conceito de identificação projetiva de Melanie Klein, que é um conceito muito importante, tanto na cura com os psicóticos quanto na cura com crianças. Para mim, o extraordinário das interpretações e das mudanças extraordinárias das interpretações são situações onde o analista aceitou determinadas deposições, malgrado ele. Não se trata de uma estratégia de acolher tudo que foi depositado no paciente pelos pais, o que seria uma loucura. A ideia é que o paciente, inconscientemente, faz com o analista o que fizeram com ele e espera-se que o analista tenha a possibilidade de poder nomear aquilo que a criança não pôde nomear.



existe algo defensivo nos analistas, que se manifesta nas teorias, de que tudo que é excessivo namora com o patológico. Acredito que tudo que é excessivo namora com o patológico, mas pode namorar com a vida!

A criança não pôde, por exemplo, nomear: “Você está me maltratando”, “Você me impede de pensar”, “Você está me obrigando a fazer algo que eu não quero fazer”.

O afeto é outro elemento que me parece importante. Em todas essas histórias os sentimentos que ficaram rejeitados, clivados, inalcançáveis para o paciente, enquanto tal, são depositados na sensibilidade do analista, como um contrabando.

PERCURSO Em seu seminário sobre Dostoiévski, você afirma que na obra deste autor as mulheres são histéricas, loucas histéricas ou histéricas maternais e que os homens são perversos, psicopatas, ou psicóticos histéricos e que, portanto, não existe amor verdadeiro em Dostoiévski. Como você entende o amor verdadeiro e quais as condições para que ele exista? Em outras palavras, você diz que o amor verdadeiro é um ideal bem encarnado.

MACEDO Quando preparei esse trabalho sobre o amor, queria colocar em discussão a indistinção que faço entre amor e paixão. Existe algo defensivo nos analistas, que se manifesta nas teorias, de que tudo que é excessivo namora com o patológico. Acredito que tudo que é excessivo namora com o patológico, mas pode namorar com a vida! E é nesse ponto, na vinculação do excessivo com a vida, que ajudamos os pacientes.

Vocês me fazem pensar numa coisa, provavelmente porque falamos da época em que traba-

lhei no teatro. Quando eu saí do Brasil, fui para a Europa num navio da cabotagem, o que em qualquer país sensato seria proibido. Era um navio que fazia seis nós por hora. Isso dá, no máximo, cerca de dezoito quilômetros. Passei quarenta e dois dias entre o porto de Santos e Trieste, praticamente sem tocar a terra, com apenas uma parada em Palma, um inferno. Tive muito tempo para pensar. Antes de entrar no navio eu ainda não tinha decidido que seria psicanalista. Estava na dúvida, me dizia que talvez eu fosse sociólogo. E então me veio a ideia. Pensei que, trabalhando com pacientes, teria que aumentar o limiar de minha possibilidade de aguentar a angústia. Vinha numa continuidade do meu trabalho com os atores, mas que nesse trabalho não era suficiente. Portanto, teria cada vez mais possibilidade de viver coisas excessivas e boas na vida. A economia de angústia e sua modificação, é para isso que trabalhamos com os pacientes, é para que eles possam suportar cada vez mais uma intensidade de angústia, ligando-a ao que quer que seja, atravessando-a e indo mais além daquilo que era a possibilidade imaginativa que eles tinham antes de começar a análise.

PERCURSO Você inclusive considera a angústia um traço essencial do amor, não?

MACEDO Penso que a angústia é um traço essencial do humano. Uma pessoa que não tem angústia é alguém inquietante, muito inquietante, é alguém que tem uma defesa absoluta em relação a todas as possibilidades de encontro. Há uma história muito bonita, não me lembro mais o nome do ator, mas era um grande ator shakespeariano na Rússia no final do século dezenove. Quando ele fazia um Shakespeare, vinha gente de toda a Europa para assistir. As peças podiam ficar meses em cartaz, tamanho o público. Um dia ele estava representando *Otelo* e quando acabou o espetáculo foi falar com o diretor: “Na próxima temporada eu não vou mais trabalhar como ator, vou começar a trabalhar com direção”, o diretor retrucou “Você está maluco! Estamos com a casa cheia”. “É, mas está decidido...” disse

o ator. “Mas você decidiu isso quando?”; “Decidi hoje, agora!” respondeu o ator. E assim foi feito. Ele nunca mais subiu em cena. Evidentemente, as pessoas perguntavam o porquê e ele não respondia. Ficou um grande enigma. Na sala do teatro, assistindo a aquele ator estava um garoto chamado Constantin Stanislavski. Quando passou a fazer as suas montagens, desde o começo, Stanislavski chamava esse ator para assistir. Certa vez esse ator estava doente, ele foi visitá-lo e, com toda a delicadeza, lhe disse: “Eu gostaria de perguntar uma coisa a você, uma coisa delicada, eu gostaria de saber por que você deixou de fazer o trabalho de ator?”. Ele respondeu “Ah, mas para você eu respondo, você é um grande ator e vai compreender imediatamente. Eu estava nos bastidores onde ia entrar para fazer o segundo monólogo do *Otelo*, e descobri que não estava absolutamente angustiado”. Quer dizer, a angústia é a generosidade para a vida!

PERCURSO Você fundamenta a questão da transferência e da amizade fazendo parte de uma matriz comum a partir da questão do desejo de pensamento presente tanto no analista quanto no analisando. Como você pensa isso na clínica das psicoses?

MACEDO Ah, uma bela questão! Volto ao tema do ator. Nunca tinha pensado nisso, mas acho que o que estou conseguindo formular com vocês são coisas, muito sutis e muito íntimas, sobre a posição sensível que eu tenho no meu trabalho, como cada um de nós tem. Eu nunca tinha pensado nisso, mas eu tenho certeza de que isso é verdadeiro. Quando você está com um ator, você toma um café com ele, ou bate um papo e de repente a gente diz “Bom, vamos trabalhar?” e começamos a trabalhar o personagem, o dispositivo é outro, o dispositivo é: vamos começar a trabalhar. Isso é algo que eu levo para o enquadre. Posso discutir com as pessoas sobre coisas num tom que, evidentemente, aquilo que se está falando é algo que vai paralelo com a análise. Posso dizer para um paciente, por exemplo, que eu sei que está vivendo um momento muito complicado, “olha, não vamos



*a teoria winnicottiana diz
que a mãe vai dar espaço para o
bebê, assim como o analista vai dar
um espaço para o paciente para que
confortavelmente alguma coisa seja
modificada na posição defensiva*

continuar aquilo que a gente estava falando da última vez porque estou muito cansado e eu não vou conseguir te escutar como gostaria, podemos falar de quê?” Aí, com a generosidade que têm os pacientes, ele diz “sabe, eu vou falar de outra coisa, fui ver um filme...” evidentemente, não é por acaso que está falando daquele filme agora. Eu jogo muito para o dispositivo analítico algo da minha presença enquanto sujeito.

É isso que Lacan me ensinou e que é menos utilizado pelos lacanianos que, em princípio, deveriam ser mestres nisso e nos ensinar como fazer, lembrar que tem o ego e que tem o sujeito. A teoria winnicottiana diz que a mãe vai dar espaço para o bebê, assim como o analista vai dar um espaço para o paciente para que confortavelmente alguma coisa seja modificada na posição defensiva. É importante distinguir, no encontro com o paciente, aquilo que nos constitui existencialmente e aquilo que é a nossa função. É algo que a clínica em instituições psiquiátricas fornece. Lá você pode ter acabado de atender o paciente no seu consultório e depois cruzar com ele na cafeteria, tomar um café, ou preparar com ele um espetáculo de teatro, uma festa que vai haver na instituição e, nesse momento, as relações que vocês têm são de outra ordem. É uma relação de pessoas que se ocupam de um objeto outro que aquele que está em circulação, por exemplo, no espaço da terapia.

Levo sempre em conta aquilo que eu poderia chamar de dimensão existencial do en-



em São Paulo, não sei como é que vocês fazem, eu acho que vocês são heróis. Como marcar com o paciente e respeitar os horários, quando se tem duas horas para ir e voltar com esse trânsito?

contro. Nunca devemos esquecer que é muito complicado, muito difícil e corajoso, vir para uma análise tentar modificar algo que, é verdade, faz sofrer, mas que exige uma coragem de pensamento extraordinário, porque isso vai colocar em questão uma parte da história familiar, que, por razões evidentes, foi rejeitada, completamente clivada, completamente negada. Com as crianças, considero que esse aspecto é muito presente na minha relação com os pais. Tenho a preocupação de amparar os pais no trabalho que faço com as crianças ou com os adolescentes, porque parto do princípio de que é uma ferida narcísica muito grande ter que aceitar não ser capaz de responder às necessidades psíquicas do seu filho. O importante é ajudar essas pessoas a compreender que eles não são julgados, mas eu acho que não basta não julgar teoricamente, é necessário compartilhar, discutir, dizer que realmente é muito difícil. Por exemplo, o casal que veio me falar do filho que, inconscientemente, eles constituíram no lugar do tirano. Em determinado momento da entrevista em que eles estavam muito, muito mal, eu digo “com adolescente, deveria ter uma lixeira, que faria um tratamento ecológico para se jogar o adolescente, separar a parte boa e a parte má, e depois devolvê-lo aos pais, cinco anos depois. Mas infelizmente isso não é possível”. Quer dizer, eu tenho a preocupação de desculpabilizar, mas de uma maneira muito ativa.

Considero sempre importante poder distinguir aquilo sobre o qual se trabalha e as condições para que esse trabalho seja feito. Na verdade eu teorizo algo que é como eu sou, não é algo que eu me imponho, é algo que se teoriza depois. É como eu digo na carta sobre escrever, a coisa mais difícil no mundo é escrever aquilo que é o seu estilo, embora sempre se devesse escrever a partir disso, mas para isso é necessário ter uma quilometragem de trabalho. A questão da amizade para mim é um operador que favorece que o objeto de trabalho analítico seja realmente bem reconhecido, identificado e tratado. Considero que trabalhamos coisas muito precisas e que, se encontramos um nódulo que condensa dificuldades, impasses, paralisias, e já temos com o paciente uma relação de amizade, ela se irradia depois para o resto e facilita o tratamento destas dificuldades. Acho que se as análises pudessem durar menos, elas seriam certamente mais eficazes do ponto de vista existencial, mas para que elas durem menos, é preciso que se tenha uma maior possibilidade de encontro com os pacientes.

O que ocorre hoje em dia é que, por exemplo, vocês em São Paulo, não sei como é que vocês fazem, eu acho que vocês são heróis. Como marcar com o paciente e respeitar os horários quando se tem duas horas para ir e voltar com esse trânsito, são coisas muito acrobáticas, além do problema econômico.

Hoje em dia estou numa situação diferente, só trabalho meio período, a parte da tarde eu tenho para mim, assim tenho uma latitude que eu não tinha, o que me permite dizer a alguém, por exemplo: “Espere aí, então essa semana vamos nos ver todos os dias” e ele responder “mas eu não tenho dinheiro para pagar”, “Mas isso tem a ver com a sua análise e sou eu que quero isso. Você me paga as duas sessões por semana, o problema é meu. É para eu poder fazer o meu trabalho que eu estou dizendo para que venha aqui cinco vezes nessa semana, para fazer o meu trabalho com você e para que isso seja confortável.”

Para voltar às histórias extraordinárias, eu acho que as histórias são tão mais extraordinárias



quanto menos imaginamos que elas virão a acontecer, não é? Porque se estamos preocupados com que alguma coisa de extraordinário ocorra, aí é puro narcisismo. É aquela posição paranoica dos analistas lacanianos.

Lembro uma moça que conheci num lugar onde eu dei aula, a qual enviei para fazer uma análise com um colega meu com quem tinha feito um grupo de estudo e que tinha me parecido simpático. Ele me telefona um dia e me diz: “olha, Heitor, eu acabei de ver fulana de tal, acho que ela está passando por um momento difícil na vida dela...”. Eu digo “ah é, eu tenho mais ou menos a dimensão...”, ele continua: “então eu disse que ela viesse viver em Paris, ela vai morar na sua casa para que possa ter uma nova posição em relação à vida...”. Isso era muito “analista laciano de Paris dos anos setenta”!!

PERCURSO Como você pensa a questão do tempo da análise, a duração da análise, a duração das sessões, a frequência das sessões?

MACEDO Eu reservo, em princípio, quarenta minutos e não trabalho menos do que três vezes por semana. Com pessoas que eu sinto que são muito, muito complicadas, eu me guardo entre uma hora e uma hora e meia e eu as vejo duas vezes por semana. Nesses casos considero que há uma questão importante da presença, pois são pessoas que, quando chegam, precisam de um tempo para se instalar, tomar um cafezinho, falar de uma coisa ou outra. É algo bem operatório, quando a pessoa acha que vai acabar a sessão é que começa a falar. São sessões que eu faço em tempo variável. Eu tenho disponível uma hora e meia, mas eu faço em tempo variável. Mas o tempo variável é para mais, não é para menos! Tempo variável geralmente é para menos, não é?

PERCURSO Apesar da influência de Lacan em seu pensamento clínico, você é um crítico feroz do que denomina “análise lacano-milleriana”, ou “lacanês”. No seu seminário sobre o *Homem do Subsolo* de Dostoiévski, você afirma que a narrativa do personagem é o melhor exemplo de uma análise lacano-

considero completamente perversa a ideia de que uma boa análise é uma análise que obterá, da parte do sujeito, que ele não tenha mais nenhuma ilusão em relação à vida

-milleriana bem-sucedida: “a consciência de que o ser humano é apenas um dejetivo, que todo o sentimento de bem-estar não passa de uma ilusão e que a única verdade consiste na contemplação de sua impotência”. A que você se refere quando fala em análise lacano-milleriana bem-sucedida?

MACEDO Considero completamente perversa a ideia de que uma boa análise é uma análise que obterá, da parte do sujeito, que ele não tenha mais nenhuma ilusão em relação à vida. Que ele compreenda que todos os anseios que tinha antes de vir à análise estavam presentes porque ele não tinha a possibilidade de compreender a dificuldade essencial de responder, de uma forma criativa, à complexidade do mundo. Que a única coisa que realmente vale a pena de ser pensada é que nós todos vamos morrer um dia e que, a partir desse pensamento, se compreende o âmago do ser, algo absolutamente ínfimo em relação à magnitude das dificuldades do real. É um samba do crioulo doido! Não tem nenhum tipo de encarnação na existência, na vida, no corpo, no desejo.

Fui convidado em 2000, pelo Luiz Maia, pessoa maravilhosa, que dirigia a Sociedade Psicanalítica da Paraíba, para ir com o Rodrigué fazer uma comunicação num congresso que eles organizaram sobre os sonhos, “Centenário dos Sonhos de Freud”. Tinha um cidadão que fez uma apresentação muito similar ao que eu ouvia e ouço na França até hoje, mas de uma forma exagerada, era amplificado de tal forma que



*análise lacaniana bem-sucedida
foi tudo o que criou a psicanálise
na França: Serge Leclaire, André Green,
que não foi paciente de Lacan,
mas que assistiu aos seus seminários,
Smirnoff, Laplanche, Pontalis*

you não acreditava no que estava ouvindo. Ele fez uma apresentação de uma paciente histérica para falar do gozo histérico. Começou a narrar o trabalho com essa paciente que, depois de algum tempo, porque era incapaz de reconhecer a castração, começou a beber. Evidentemente, ele diminuiu o tempo de sessão e aumentou o preço das sessões! Toda a família ficou muito angustiada porque essa moça estava cada vez pior, ele narrou então, como ele pôde resistir a isso, e ela se suicidou no final! Até hoje eu fico mal com essa história. Fiquei possesso da vida, levantei-me e disse “isso não é análise, isso é neofascismo analítico!” Depois, era ele quem iria estar na mesa comigo para me apresentar, eu era o convidado de honra e faria a conferência final. Peguei o microfone e disse: “me recuso a ser apresentado por um crápula, um maluco, um louco, como é que você é capaz de fazer o que fez com aquela paciente!” Esse é o modo que os analistas lacanianos trabalham.

PERCURSO De um modo geral, ou você considera que existem lacanianos que trabalham de outra maneira?

MACEDO Não, esses são analistas lacanianos que não são analistas, são impostores, canalhas, que estão unicamente interessados em ganhar dinheiro.

PERCURSO O que seria uma análise lacaniana bem-sucedida?

MACEDO Considero que análise lacaniana bem-sucedida foi tudo o que criou a psicanálise na França: Serge Leclaire, André Green, que não foi paciente de Lacan, mas que assistiu aos seus seminários, Smirnoff, Laplanche, Pontalis. Eles foram analisados de Lacan, e o Lacan, do qual o Smirnoff me falava, não tem nada a ver com esse tipo que eu critico e chamo de lacanês. Lacan podia telefonar para o Victor às duas horas da manhã e dizer “eu não estou dormindo, e pensei em você e naquilo que você me disse na semana passada, então vem amanhã que eu quero continuar a conversar”. É a presença do analista da qual o Lacan falava muito. Era algo efetivo e central, o respeito pelas pessoas, o carinho dele pelas pessoas. Isso antes de ele ficar maluco. Ele ficou maluco quando foi excluído da sociedade, da IPA, e a partir daí entrou em parafuso e virou uma espécie de totem para ele mesmo. Os analistas que eram clínicos partiram. Alguns como Aulagnier e Perrier ainda ficaram por fidelidade, mas, pouco a pouco, ele foi ficando com as pessoas mais medíocres.

Vejam só uma anedota terrível: todo sábado eu almoçava na casa de Françoise Dolto, que é a madrinha de minha filha. Um dia encontro Françoise completamente pálida, o que era muito raro, pois ela tinha uma enorme energia. Eu perguntei se ela estava cansada e ela respondeu que tinha acabado de ouvir uma coisa horrível. Uma moça que veio se consultar com Dolto perguntou a ela se era normal um analista dar socos em seus pacientes. Dolto disse que não. A moça contou que o analista a socava. Lacan no final de sua vida estava muito mal e andava dando socos. Foi Jean Oury quem contou isso e disse que Lacan um dia deu-lhe um soco; foi quando ele o pegou e levou-o para o hospital. Mas enfim, nessa época os analistas começaram a socar os pacientes, um troço de seita, louca, demente! E que mostra também o lado demoníaco da transferência, a sua componente alienante, o que concerne a qualquer cura.

PERCURSO Você é um psicanalista engajado e preocupado com a situação sociocultural e política e suas repercussões na vida psíquica inconsciente.

Nesse sentido organizou, em 1986, um Encontro Latino-Americano de Psicanálise que foi publicado no livro *Le Psychanalyste Sous La Terreur* (Rocinante, 1988). Que avaliação você faz desse encontro?

MACEDO Minha ideia foi de reunir e fazer dialogar os analistas que tinham trabalhado sob o regime de terror, portanto com uma tensão permanente, com pessoas que trabalhavam com psicóticos. Então, todos os interlocutores eram pessoas que tinham muita experiência em trabalho com psicóticos. Participaram Piera Aulagnier, Nathalie Zaltzman, Radmila Zygoris, Françoise Dolto, Pierre Delaunay entre tantos outros. Para os participantes foi maravilhoso!

PERCURSO Recentemente no Brasil, o Ministério Público trouxe à tona a questão dos desaparecidos na época da ditadura militar, considerando tratar-se de um crime continuado, diferentemente de outros crimes de Estado que tiveram um termo e seus agentes anistiados. Você considera que a dimensão do silêncio sobre os terrores aos quais a sociedade civil foi submetida, o fato de não nomeá-los e nem reconhecê-los, permite “que o crime e o ódio continuem a ser inconscientemente transmitidos, imutáveis, de geração em geração”. Como pensar o “assassinato da morte” no caso dos desaparecidos políticos, fato que parece ter uma especificidade própria?

MACEDO Não tenho acompanhado muito a questão dos desaparecidos no Brasil, mas é claro que aponto para os riscos de não se nomear e reconhecer os crimes e horrores cometidos pelo Estado. Considero fundamental poder nomear aquilo que está proibido de ser nomeado. Eu acho que isso tem a ver com o cerne do trabalho que realizamos.

As loucas da Praça de Maio tiveram uma função interpretativa extraordinária para a Ditadura Argentina. Graças a elas é que foi mantida uma espécie de esperança para o pensamento que deveria um dia poder ocorrer e isso se deu pela coragem que elas tiveram.

Outro exemplo, muito atual, e espetacular, é o que ocorre na França, em que hoje vemos as



*hoje temos no poder um neofascista,
Nicolas Sarkozy. É corrupto, xenófobo,
ataca violentamente os ciganos,
defendendo sua expulsão da França.
Uma França fascista que tolera guetos,
porque a França fascista nunca
foi devidamente pensada*

repercussões de não se ter reconhecido o sentido e a realidade do que foi politicamente a Guerra da Argélia, ou o que foi o período de Governo de Vichy, em que toda a organização da sociedade era fascista. Como isso não foi devidamente pensado, hoje temos no poder um neofascista, Nicolas Sarkozy. É corrupto, xenófobo, ataca violentamente os ciganos, defendendo sua expulsão da França. Uma França fascista que tolera guetos, porque a França fascista nunca foi devidamente pensada. Considero que essas batalhas são fundamentais, o grande problema é que são projetos que demandam muito tempo. As resistências a eles não são restritas ao aparelho do Poder. As resistências são de reconhecer como cicatrizes certas coisas que acabamos por reconhecer como fazendo parte da paisagem.

Na época do Geisel o governo declarou que não haveria mais tortura, mas ela continuou existindo. Fizeram disso um problema de comunicação: como vender o que ele disse, que não haveria mais tortura, mas que vai ter que haver tortura? Em primeiro lugar a tortura deixou de ser realizada pelo exército e passou a ser realizada pela polícia. Mas, ao mesmo tempo, chamaram profissionais da comunicação e realizaram uma série de propagandas onde a tortura estava colocada. Então você tinha em revistas, por exemplo, uma geladeira, cheia de correntes, sangue, fios elétricos... “Compre tal, a única que conseguiu resistir à Câmara de Tortura”. Um cara no chão, comple-



*o homem da modernidade
é um resistente. Um homem que vai
ter que criar e se integrar em práticas
alternativas. Vai ter que resistir
a todo esse tipo de decomposição
do simbólico*

tamente arrebatado, “ele foi torturado e mereceu porque não comprou o último carro de tal marca”. Me lembro bem! Isso é a mensagem de poder que faz com que circule, como um discurso comum, algo que é da ordem do horror. Isto tem tudo a ver com o que foi feito aos judeus pelos nazistas, cujos filmes associavam os judeus aos ratos. Na França, por exemplo, temos agora uma propaganda, sobre a qual eu pensei em escrever e acabei não escrevendo, em que há um homem que dirige um carro, ele passa pela cidade de Paris, as luzes, mulheres lindas, e você tem um rato que entra no metrô. Então você tem um metrô com rato e você tem o carro que passa. É uma propaganda da Nissan.

PERCURSO Como está a questão do financiamento público da psicanálise atualmente na França?

MACEDO Atualmente isso é algo que está em vias de desaparecimento. Hoje em dia na França as sociedades comportamentalistas recebem fábulas de dinheiro, oitenta mil reais por paciente. A formação de um terapeuta comportamentalista custa cinco mil reais e há um financiamento do Estado. Os oitenta mil são dados pelo Estado. Ao mesmo tempo, há uma diminuição drástica de leitos hospitalares, o financiamento de tudo que seria alternativo está diminuindo cada vez mais.

Isso sem falar do campo da cultura. Em relação ao cinema, eu não sei se já foi aprovado,

mas existe o Centro Nacional de Cinema, que financia projetos. Para isso recolhe um percentual da bilheteria que é utilizado, entre outros, para financiar novos projetos, o que se chama um “adiantamento sobre a receita”. Existem comissões que escolhem certo número de filmes por ano aos quais é dado esse dinheiro, que é um adiantamento da receita. O governo de Sarkozy determinou que uma parte desse dinheiro fosse reintegrada ao orçamento do Estado para suprir suas dívidas, o que representa uma diminuição de possibilidades.

Com relação aos escritores, por exemplo, existia um recolhimento de quatro por cento sobre o valor dos direitos autorais e agora isso aumentou para sete por cento. Minha mulher, que é escritora, assinou um contrato e recebeu dez mil euros como primeira mensalidade e teve setecentos euros recolhidos pelo Estado. É um absurdo!

É uma maneira de fazer com que todo agente cultural seja tratado como autoempreendedor. O nível da cultura, a autonomia, não existe mais.

PERCURSO Segundo você, Raskolnikov, personagem de *Crime e Castigo*, de Dostoiévski, é nosso precursor no caminho sem Deus, na angústia e no desejo. Ele é o anúncio da tragédia que será a fundação da modernidade. Como você pensa hoje esse homem moderno e a tragédia da modernidade?

MACEDO Eu penso que o homem da modernidade é um resistente. Um homem que vai ter que criar e se integrar em práticas alternativas. Vai ter que resistir a todo esse tipo de decomposição do simbólico que foi constituído durante o século dezanove, e que se tentou resgatar depois da Segunda Guerra Mundial. Há um retorno de uma brutalidade política, uma negação de todos os valores, da ética que constituiu desde sempre o pensamento humanista. O homem moderno está aí, nessa resistência a isso tudo.

PERCURSO Antes de terminar nossa conversa, queremos muito agradecer sua disponibilidade e saber se você gostaria de dizer algo mais.

MACEDO Sim. Uma coisa que eu não quis dizer porque poderia me levar a falar muito mais tem a ver com alguém que foi muito importante na minha vida, sobre quem nunca escrevi, que é Jean-Paul Sartre.

Eu o conheci em Recife, quando estava lá por conta da ida ao festival de teatro, com o Grupo de Orla, e fui apresentado a ele por alguém que se ocupava da sua estada. Eu era um garoto de dezessete anos e discutia com ele, dizia que o *Ser para a Morte* não era exatamente aquilo... Ele ficou completamente embasbacado porque eu era um garoto de dezessete anos que tinha lido *O Ser e o Nada*, e era preciso ser muito louco para ter dito aquilo que eu dissera.

Quando cheguei à França, ele foi uma pessoa muito carinhosa comigo, e me deu, inclusive, sua última entrevista que foi publicada no *Em Tempo*. Essa entrevista foi realizada junto com Marco Aurélio Garcia e Eder Sader. É uma entrevista belíssima na qual ele fala muito dos agentes culturais.

Penso que em tudo isso que conversamos tem algo, que está muito mais no pré-consciente, que é toda a noção de projeto, projeto sartreano. A ideia sartreana de liberdade, o modo como ele trata a questão da imaginação, que é a questão da responsabilidade diante da vida. São coisas que me permeiam, é minha pré-história.

PERCURSO E a paixão, a alegria, o amor e a liberdade, de onde vêm?

MACEDO Do fato de eu ter tido um pai e uma mãe loucos e ter conseguido sobreviver a isso! Então tudo é ganho! O pai de minha mulher foi quem recebeu em Paris os sobreviventes dos campos de extermínio. Harold conhecia muita gente que tinha escapado dos campos, com quem ele manteve relações. E todas essas pessoas tinham uma alegria de viver, uma fome de viver, como se cada dia fosse o último.

Então, eu acho que a paixão vem do fato de ter escapado de um mundo louco.

Claudine Vacheret
 Claudia Finkelstein
 Cristina Satie Hirashima
 José Atílio Bombana
 Ricardo Almeida Prado
 Rubens Marcelo Volich

A inquietante estranheza no corpo

Claudia Finkelstein é médica pneumologista pela Universidade de Buenos Aires, psicoterapeuta pela AAPPG de Buenos Aires e doutoranda pela Universidade de Lyon II.

Claudine Vacheret é psicanalista, membro da API e professora da Universidade de Lyon II.

Cristina Satie Hirashima é fisioterapeuta pela UNESP, terapeuta didata e supervisora dos alunos da Formação em Terapia Morfoanalítica no Brasil, especialista em Psicossomática Psicanalítica pelo Instituto Sedes Sapientiae e membro da equipe do PAES – Programa de Atendimento e Estudos de Somatização do Departamento de Psiquiatria da UNIFESP/HSP.

José Atílio Bombana é psicanalista, doutor em Psiquiatria, coordenador do Programa de Atendimento e Estudos de Somatização (PAES – UNIFESP) e professor do Curso de Psicossomática do Instituto Sedes Sapientiae.

Ricardo Almeida Prado é psicanalista pelo Instituto Sedes Sapientiae, psiquiatra pela Unifesp e membro da equipe do PAES – UNIFESP.

Rubens Marcelo Volich é psicanalista, doutor pela Universidade de Paris VII – Denis Diderot, professor do Curso de Psicossomática Psicanalítica do Instituto Sedes Sapientiae e autor de *Psicossomática – De Hipócrates à Psicanálise, Hipocondria – Impasses da alma, desafios do corpo* (São Paulo, Casa do Psicólogo, 2000 e 2002) e de *Segredos de Mulher*, Diálogos entre um ginecologista e um psicanalista, em coautoria com Alexandre Faisal (Atheneu, 2010).

Realização Cristiane Abud, Gisela Haddad e Vera Zimmermann

Em *A pele que habito*, o mais recente filme de Pedro Almodóvar, a esposa do cirurgião plástico Robert Ledgard (Antonio Banderas) sofre um pavoroso acidente de carro enquanto foge com seu amante. Impassível ante sua traição, Robert inicia uma obstinada tentativa de salvá-la das horríveis queimaduras, tornando-se uma referência na descoberta de métodos inusitados de transplante de pele sem, no entanto, se importar em expor sua filha a um terror indizível e psicotizante. A esposa morre, a filha se mata, mas ele segue aferrado ao próprio desejo, cego ao desejo do outro, em uma busca obsessiva por técnicas transgênicas de pele humana em laboratório, que quiçá pudessem ter salvado sua esposa.

Se entendermos, como sugere Anzieu, a pele como um envelope que diferencia o dentro e o fora do sujeito, contornando os limites entre o eu e o outro, ao mesmo tempo que realiza a comunicação entre o sujeito e o ambiente que o circunda, podemos pensar que o cirurgião almodovariano não reconhece o outro enquanto alteridade, com desejos próprios e uma pele própria, insistindo em trocar a pele do outro por aquela mais conveniente a seus desejos. É o que constatamos quando, ao longo do filme Robert usa um rapaz como cobaia, transformando sua pele e seu corpo em um corpo de mulher, cópia fiel de sua esposa falecida. O limite de seu desejo autoritário só encontrará limites no desejo do rapaz, que, através da arte – uma espécie de pintura que desenha na parede de seu enclausuramento – consegue se manter são e preservar sua identidade.

Numa espécie de Pigmaleão moderno, ou, como mencionado por muitos críticos, um Frankenstein, Almodóvar passa seu recado:

o desejo não é transgênico, a não ser que o sujeito desejante assim o queira. Podemos acrescentar que a composição corpo/psique humana tem nos revelado ser mais complexa do que nossas teorias podem abarcar. Ao lado de avanços da medicina ou de seus excessos como os denunciados por Almodóvar, a mídia tem anunciado com regular frequência dados epidemiológicos que apontam para o aumento de morbidades, como o câncer, a diabetes, alergias e a hipertensão nas diversas faixas etárias da população, fenômenos geralmente relacionados a fatores como aumento do estresse, obesidade e consumo de alimentos industrializados.

Considerando a via visceral como uma das três vias de canalização das pulsões – além da via motora e da psíquica (Dejours) – o corpo tem sido cada vez mais exigido enquanto palco das experiências e vivências pulsionais. Um corpo que tanto por sua aparência como por sua saúde se encontra permanentemente aquém de uma idealizada norma cultural, o que o torna fonte de sofrimento, dor e ameaça de morte do Eu.

Ao lado disso, não tem sido difícil constatar a transformação de antigos espaços sociais e culturais que, antes dedicados a canalizar, organizar e integrar as pulsões, tornaram-se – pelo excesso ou pela falta – promotores de experiências traumáticas que podem se constituir em formas de desconstrução da subjetividade. Subjetividade que, pelas palavras de Silvia Bleichmar, está sob o domínio de um desenvolvimento tecnológico que estimula o gozo, conduz ao fracasso das instâncias inibidoras e facilita o exercício da pulsão de morte.

Sem um espaço social/cultural intermediador das pulsões, desligada do psiquismo, a pulsão corre solta pelo corpo através das vísceras e da ação motora voluntária. Como terapeutas convocados a esta escuta, parece-nos difícil realizar um trabalho de ligação psíquica de tamanha violência imposta ao corpo, quiçá uma pretensão fruto da ilusão de domínio da representação psíquica sobre o real corporal e social.

No intuito de abrir um debate que amplie as discussões sobre a clínica atual, e tomando como fio de orientação o tema acima, a sessão Debates da Revista Percurso convidou colegas com diferentes referências clínicas para responder às questões a seguir:

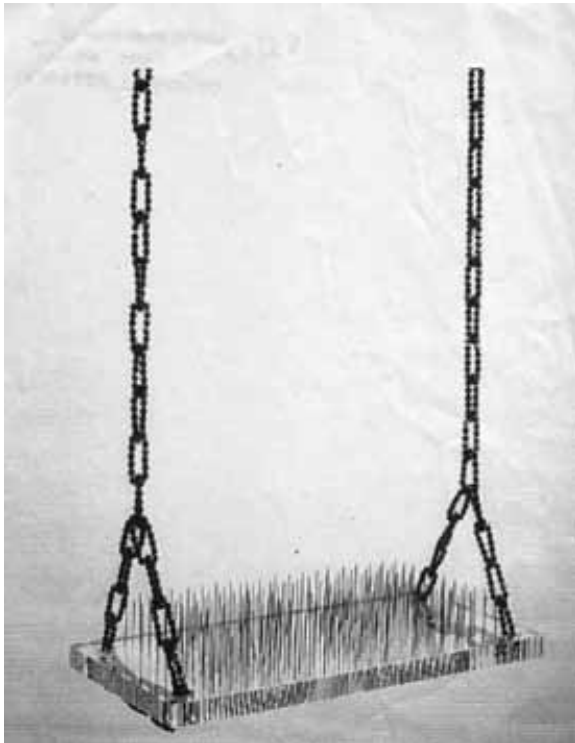


sem um espaço social/cultural intermediador das pulsões, desligada do psiquismo, a pulsão corre solta pelo corpo através das vísceras e da ação motora voluntária.

Ainda que haja formulações teóricas que considerem o corpo via fundamental para certas apreensões e manifestações do inconsciente, quais novas técnicas têm sido adotadas para a prática clínica? Como construir um espaço de análise mais criativo, que possa compor uma pele permeável, não vulnerável à imposição do desejo do outro, constitutiva de um sujeito desejante?

CLAUDINE VACHERET E CLAUDIA FINKELSTEIN

No filme citado, observamos um jovem com um aparato psíquico complexo quanto a suas experiências no tornar-se homem. O cirurgião tenta forçá-lo e impõe-lhe uma nova pele externa de mulher, sendo que a pele interna sobrevive sofrendo e permanece sujeita a essa violência secundária (P. Aulagnier). O corpo do jovem (o que se vê) é usado segundo um desejo louco do cirurgião para uma transformação que tenta devastar seu interior: foi vestido com uma pele de mulher enquanto sua mente luta para manter-se homem. O cirurgião toma o corpo do jovem como próprio, desconsiderando sua alteridade. Dois desejos opostos, onde um se impõe por um excesso violento ao outro. A devastação sofrida por esta pele exterior diferencia-se da que



acontece aos pacientes psicossomáticos na pele interior, sobre seu aparato psíquico em formação e que se expressa através do corpo, uma vez que sua capacidade simbólica é mal constituída e frágil.

Os pacientes psicossomáticos são pessoas para quem o tema da separação é conflitivo, sendo que a memória das emoções e dores relacionadas à diferenciação é registrada e expressa através do corpo.

Em geral os pais de pacientes psicossomáticos necessitam, ao mesmo tempo, de uma intensa proximidade corporal e de uma demasiada distância afetiva (J. McDougall). Transmitem ao filho mensagens bruscamente antagonizadas: te amo, te rejeito. Os pais usam o corpo como um escudo frente ao excesso do outro ou como uma barreira para não diluir-se.

Pensamos que a técnica de grupo psicoterápico que utiliza fotografias como objeto mediador – Fotolinguagem® – seja útil para tratar pacientes com essas características uma vez que propicia essa distância. Pela fotografia pode-se chegar a uma distância ótima (C. Vacheret) através do ensaio-erro, uma distância que não signifique nem intrusão, nem abandono.

Para J. Puget, o efeito da presença da subjetividade do outro se impõe ao psiquismo. Em um trabalho de grupo trabalhamos permanentemente com o processo psíquico do outro, seja dos companheiros do grupo seja do terapeuta, como se estivéssemos em uma oficina de reparações e criações.

Um grupo terapêutico serve para estimular o trabalho do pré-consciente em conjunto, para gerar um espaço criativo que permita a formação de uma pele permeável que contenha um intercâmbio simétrico suficiente para que a vontade do outro não seja imposição e permita a construção de uma subjetividade desejante própria.

Ilustremos com uma vinheta clínica. O terapeuta oferece aos membros do grupo fotos e pede para que cada um escolha uma que responda à pergunta sobre o que é dependência para si. Uma das integrantes escolhe o balanço com pregos (figura ao lado) e diz que ela representa sua dependência afetiva interna. Os pregos marcaram sua infância. Quando menina era dependente, vivia solicitando o afeto dos outros, que a colocavam no balanço e a deixavam. Mendigava amor, e agora repete o mesmo com seu marido. Tal revelação desperta comentários de outros integrantes: um deles diz que vê muito sofrimento nesse balanço e outro comenta que o que deveria ser prazeroso é uma tortura, já que os balanços são para brincar.

Esses pacientes foram expostos a uma violência secundária desde a formação de seu aparato psíquico, com superposições de situações de vida e morte simultâneas que os paralisam e congelam afetivamente. O encontro e a separação não são vivenciados como transitórios e reversíveis, mas como definitivos (para sempre). A ruptura rouba suas forças. Em suas falas, em vez de “eu sou”, eles dizem “eu era com o outro”. Necessitam estabelecer uma barreira de contato que possa frear o excesso do outro, para que não os atravesse. A terapia tenta criar esse intermediário que permita que se constituam como sujeitos ativos e desejantes.

Seu mundo interno é maniqueísta, branco ou preto, apresentam poucos traços mnêmicos de

amparo materno que coexistem com memórias de desamparo esmagadoras. Não há uma discriminação completa entre o eu e o outro. A fala do outro é filtrada por uma barreira de paraexcitações frágil: não podem dizer “isto é do outro” e não o tomam como próprio.

Geralmente foram crianças cujos cuidados maternos aconteceram de forma operatória (P. Marty) e desafetada. Sentem culpa por diferenciar-se do modelo familiar, uma vez que a diferenciação é vivida como traição. Deveriam poder confiar numa reciprocidade entre os vínculos, mas o que se observa são vínculos que permaneceram fixados na assimetria equivalente à assimetria entre pais e filhos.

“Como ser dependentes e manter, ao mesmo tempo, uma autonomia saudável?”

Muitas vezes, os pais são violentos e não podem enxergar quando seus filhos tentam se tornar visíveis através do corpo. Uma parte desta violência é rejeitada pelos filhos, outra transforma-se em identificações que atuam como uma companhia substituta da ausência parental. O companheiro deste vazio pode ser uma asma, uma hipertensão, etc.

Muitos pacientes psicossomáticos dizem sentirem-se presos, como se estivessem “atrás das grades”, em um interior que parece incluí-los, mas os submete a uma vontade alheia, a um controle externo. Afirmam sentir a imposição de um outro que os torna dependentes. Descrevem a si mesmos como vulneráveis e com um crescente sentimento de fragilidade e impotência, sem confiança em seus próprios recursos. Permanecem dentro dessa suposta dependência protetora. O outro não é visto como um par, mas como alguém forte, ideal, que sabe tudo. Desta forma, estabelece com o outro uma relação assimétrica que lembra o narcisismo primário, ao contrário de um sujeito que toma decisões, que se sustenta em si próprio e realiza trocas com o outro. Que constrói um lugar próprio, ainda que o outro não o ceda; que luta pelo seu nicho, como descreveu K. Lorenz.

O grupo de mediação de Fotolinguagem® abre uma oportunidade de troca e desprendi-



tensões, retrações musculares, bloqueio respiratório e outras influências naturais/fisiológicas entram em ação, na maioria das vezes inconscientemente, para atender o desejo do outro, para se proteger ou, não obstante, para sobreviver.

mento dessas histórias. A cadeia associativa grupal permite alinhar as lembranças e experiências traumáticas que o pré-consciente não estava em condições de favorecer, o que complexifica e enriquece o aparelho psíquico.

CRISTINA SATIE HIRASHIMA Gostaria de agradecer o convite para participar deste debate possibilitando o enriquecimento da clínica de cada especialidade, a partir da comunicação, reflexão e da troca de experiências entre todos os participantes.

No filme citado, Vicente é um jovem que foi sequestrado pelo cirurgião plástico Robert Ledgard e submetido, sem o seu consentimento, a uma transformação corporal violenta onde ele se torna uma mulher. Ainda no filme, o cirurgião plástico explica que sua técnica inclui a “necessidade de moldar os músculos”.

Em minha prática clínica, trato de pacientes que, ao longo de suas vidas, tiveram suas posturas corporais moldadas de acordo com a própria história. Tensões, retrações musculares, bloqueio respiratório e outras influências naturais/fisiológicas entram em ação, na maioria das vezes inconscientemente, para atender ao desejo do outro, para se proteger ou, não obstante, para sobreviver.



*o quadro da Terapia
Morfoanalítica cria condições
para que o vivido corporalmente
possa encontrar afetos e palavras
que traduzam, deem sentido
e organizem o sintoma conectado
ao corpo sensível que “fala”*

Trata-se, por exemplo, de uma segunda pele, constituída pelas tensões musculares, que impede o acesso às memórias registradas nos tecidos corporais, as quais nunca tiveram oportunidade de participar da história da pessoa. Elas permanecem ativas no inconsciente como uma matéria bruta sem poder se integrar ao movimento da construção do aparelho psicoafetivo e da personalidade.

Tais memórias podem ser boas ou traumáticas e, neste último caso, assim como o personagem Robert Ledgard, o indivíduo tentará controlar concretamente no corpo a dificuldade e muitas vezes a impossibilidade de viver sentimentos como a frustração, a impotência, o luto, a perda, a solidão.

Atualmente, vemos alguns recursos largamente utilizados que convocam o corpo como lugar de concretização do controle para suportar sofrimentos psíquicos. O número assustador de cirurgias plásticas realizadas, que Almodóvar denuncia em seu filme, corpos “sarados”, dietas absurdas para emagrecer, etc. aponta o esforço das pessoas para se encaixarem em um padrão corporal de “perfeição”, aproximando-se de um ideal imposto pelo consumo, subentendido pelo outro, mas infelizmente se distanciando do contato com seu verdadeiro Eu, com suas dores e prazeres.

O personagem Vicente, transformado em Vera, sobrevive a uma brutal invasão do Eu utilizando alguns recursos: a arte, a escrita e a prática de ioga. Certo dia, ele assiste a um programa de televisão, no qual uma professora de ioga esclarece que a prática poderia ser feita em qualquer lugar, inclusive em uma prisão, pois a concentração em si mesmo levaria o aluno a acessar um lugar interno, aonde ninguém chegaria.

No filme, a fala da professora de ioga me é extremamente familiar. Em minha experiência clínica, o corpo é a via principal de acesso ao indivíduo como um todo. Constatamos que, através de toques, trabalhos posturais, respiratórios, massagens, vivências de consciência corporal e uma escuta profunda, é possível ter acesso às camadas mais inconscientes através da memória impressa no corpo.

Apesar de a pele, os músculos, as vísceras e os ossos sofrerem sob a tirania do controle, da pressão ou violência de situações impostas ao longo da vida, é possível existir um Eu vulnerável ou mesmo em vias de se constituir, no caso de o indivíduo ter vivido falhas em uma fase bem arcaica de sua vida. Como poderíamos então socorrer estes pacientes?

O quadro da Terapia Morfoanalítica cria condições para que o vivido corporalmente possa encontrar afetos e palavras que traduzam, deem sentido e organizem o sintoma conectado ao corpo sensível que “fala”. Através das sensações corporais, abre-se um acesso a imagens, lembranças, pensamentos e sentimentos. Trata-se de um trabalho de ligação do corpo com a psique através do afeto.

Mesmo que o terreno/corpo seja praticamente um deserto sensorial, a estimulação da capacidade de sentir o próprio corpo possibilita um retorno às experiências que constituem as bases da organização do aparelho psíquico. Estamos trabalhando à semelhança dos cuidados corporais maternos que propiciam aos bebês as primeiras experiências sensoriais (toque na pele, audição, olfato) que organizam as bases da constituição do aparelho psicoafetivo. Portanto,



o retorno ao contato com o corpo é um resgate dessas bases estruturais físicas e psíquicas.

“A pele que habito” me remete a sessões com meus pacientes em que utilizo a metáfora corpo/casa: o corpo que cada um habita. Quando visito pela primeira vez a casa de um desconhecido, peço permissão para entrar e observo respeitosamente aquela morada. O mesmo ocorre quando toco o corpo de um paciente. Peço permissão dizendo, por exemplo: “Posso tocar na região abdominal?” ou “Posso tocar nos seus ombros?”.

Já visitei muitas casas. Casas luxuosas, mas sem moradores; casas totalmente desorganizadas, mas com uma plantinha muito verde e viçosa escondida em um canto; casas muito frias sem qualquer proteção contra chuva, vento ou neve.

A pele da palma de minha mão em contato com a pele do paciente me coloca em comunicação direta com as sensações vindas de seu corpo. Às vezes o paciente me diz: “Estou relaxado, tranquilo”. No entanto, sinto, através do toque, que a musculatura se contrai e encontro uma barreira na pele. É o reconhecimento desse campo/espço do paciente que permite que o verdadeiro Eu seja visto (sinto a barreira no toque), valorizado, respeitado e sinto minha presença que o acompanha.

O que o paciente fala de seu corpo pertence à relação terapêutica que se organiza através da pele. Como terapeuta, estou ao mesmo tempo no campo sensorial e relacional. Escuto e sinto nas mãos através do filtro da relação transferencial. Toco-os ao longo da cadeia muscular posterior, chamando a atenção para cada parte que vai sendo tocada. É um trabalho de consciência corporal, em que realizo o inventário das zonas de tensão muscular no corpo objetivo, na tentativa de que a cada toque o paciente possa entrar em contato com a memória psicoafetiva de tais regiões. Ao lado disso há um trabalho de associações seja a partir de lembranças ou sonhos.

É assim que as sessões vão se aprofundando até o paciente acessar camadas mais arcaicas de um sofrimento até então inconsciente, mas registrado na pele, nos músculos, nos ossos,

muitas vezes, falhas e/ou traumas vividos em uma época muito precoce do desenvolvimento deixam buracos no envelope de pele do indivíduo, sendo necessário costurar pedaços de pele para manter sua integridade

nas vísceras, ou seja, em todos os tecidos que constituem o corpo real. Quando percebo que a intensidade da emoção precisa de um acompanhamento corporal mais ativo, com mais corpo e mais estimulação da pele, sigo um trabalho de contenção física e psíquica tocando com as minhas mãos de forma muito presente, envolvente e delicada em várias partes do seu corpo, como por exemplo: cabeça, ombros, costelas, a base do pescoço, região abdominal. Cada paciente é singular neste trajeto.

Muitas vezes, falhas e/ou traumas vividos em uma época muito precoce do desenvolvimento deixam buracos no envelope de pele do indivíduo, sendo necessário costurar pedaços de pele para manter sua integridade. É o que o personagem do cirurgião plástico tenta desesperadamente fazer: consertar os buracos de sua pele psíquica. Ao transformar o jovem Vicente em uma mulher idêntica à sua esposa morta, ele tenta recuperar o objeto de amor perdido com o qual provavelmente vivia em uma relação simbiótica, na qual ele se fundia com ela. O ato concreto de costurar o outro foi uma forma desesperada que o cirurgião encontrou de salvar a própria pele.



questiona-se o que poderia haver de novo em termos de recursos terapêuticos. Antes, porém, somos levados a considerar os aportes que já fazem parte da abordagem analítica, e, portanto, sempre que oportunos, parte do instrumental do analista

Estamos trabalhando a partir de um quadro corporal que se assemelha em muitos aspectos aos cuidados maternos primários, com a intenção de constituir ou reconstruir um envelope de pele original e único, dotado ao mesmo tempo de sensibilidade e proteção, ou seja, uma pele permeável e segura onde o sujeito que a habita possa viver uma relação justa consigo mesmo, sentindo-se bem na própria pele.

JOSÉ ATÍLIO BOMBANA E RICARDO ALMEIDA PRADO
O corpo convocado (do paciente, do analista, da instituição)

O texto proposto pela Revista *Percurso* contempla inúmeras questões entrelaçadas. Um modo de formulá-las seria pensar se existiriam novas alternativas na clínica que pudessem dar conta do complexo contexto atual que resulta numa exposição do corpo a delicadas e perigosas vicissitudes. Contexto esse problematizado pelo filme de Almodóvar, com seu questionamento da perigosa associação entre as alternativas quase sem limites da tecnologia e psiquismos sem instâncias interditoras, confrontando-se com o aparentemente frágil desejo do Outro. Já pelo lado do social, evidencia-se uma falha em propiciar que os conflitos huma-

nos da contemporaneidade encontrem espaços de possível elaboração, sem ter que recorrer a recursos mais primitivos. Nesse panorama em que surgem novas formas de subjetivação, o corpo é cada vez mais chamado a protagonizar papéis próprios e também outros substitutivos de falhas simbólicas deixadas por um tempo que apresenta dilemas particulares, sem, entretanto, fornecer os meios propícios à sua solução.

A questão formulada engloba aspectos presentes em boa parte das análises (“constituição de uma pele permeável, não vulnerável à imposição do desejo do outro, constitutiva de um sujeito desejante”), como também apresenta questionamentos próprios da época atual (fenômenos clínicos da contemporaneidade).

Entendemos este convite da *Percurso* a nós dois em conjunto como uma indagação dirigida a psicanalistas de uma instituição universitária pública (Unifesp), na qual desenvolvemos um trabalho junto a pacientes que somatizam.

Ao se falar das tendências atuais da perda de instâncias mediadoras e das características do pós-moderno como o pano de fundo do crescente papel do corpo na clínica, questiona-se o que poderia haver de novo em termos de recursos terapêuticos. Antes, porém, somos levados a considerar os aportes que já fazem parte da abordagem analítica, e, portanto, sempre que oportunos, parte do instrumental do analista. Nesta vertente, pode-se considerar que, no contexto evocado, o corpo convocado do paciente convoca o corpo do analista (e também o corpo de uma possível instituição).

Assim, no trabalho clínico, como se está atento às vivências psíquicas despertadas em nós durante as sessões e procura-se discernir aquelas de ordem pessoal das que emergem do trabalho de análise, nossas sensações físicas também devem ser detectadas nas situações de análise de um modo geral, mas de modo privilegiado quando se trata de pacientes caracteristicamente somatizadores. Como lembra Leal (2000), “O corpo do analista é utilizado como palco para as expressões do mundo subjetivo do analisando”.

Por outro lado, considerando as possibilidades da interpretação *na* transferência, os aspectos e vivências transferenciais serão atentamente observados, levados em conta e produzirão efeitos, mas não necessariamente serão interpretados direta e verbalmente. Ainda se pode mencionar o papel da função do analista enquanto suporte para as transferências de seus pacientes. Na clínica da somatização, essa necessidade se faz presente incluindo tanto a psique como o corpo do analista.

Podemos pensar também sobre a importância dos afetos – elemento este essencialmente psicossomático – nesta clínica, que, solto, desligado de representações, demanda do analista todo um trabalho de nomeação que passa pela apreensão dos afetos do paciente, a partir também de suas ressonâncias somatopsíquicas ocorridas no analista.

Por outro lado justificam-se as tentativas de inovação, pressionadas pela realidade clínica contemporânea que todos nós experimentamos, e cujo crescimento é sugerido pelos dados epidemiológicos.

Primeiramente, levando-se em conta o recurso grupal destes dispositivos terapêuticos, Kães (2004) ressalta que “essas novas situações psicanalíticas pluripessoais ‘fora da análise clássica’ foram propostas para tratar de sofrimentos psíquicos e de patologias caracterizadas essencialmente por distúrbios na constituição dos limites internos e externos do aparelho psíquico. [...] Em todos esses distúrbios patológicos, estáveis ou transitórios, a base do narcisismo primário, os processos de figuração do originário e da simbolização primária dependem constante e estreitamente da estrutura e da qualidade dos vínculos precoces. Hoje sabemos que esses processos e essas formações intrapsíquicas só podem constituir-se em suas articulações suficientemente confiáveis com os processos e as formações que se desenvolvem nos espaços interpíquicos”. Portanto os tratamentos pluripsíquicos (grupais, de família) têm se mostrado meio privilegiado na abordagem destas novas subjetivações que pode-

»»

os tratamentos pluripsíquicos (grupais, de família) têm se mostrado meio privilegiado na abordagem destas novas subjetivações que poderíamos caracterizar como patologias do vínculo.

ríamos caracterizar como patologias do vínculo. Tais configurações psíquicas contam com uma precariedade de funcionamento do pré-consciente – instância psíquica esta denominada por Freud de aparelho de significar-interpretar –, seja por uma pobreza representacional, seja por um impedimento na tramitação e disponibilidade destas representações psíquicas.

Ainda segundo Kães (2004; 2011), o processo associativo grupal estimularia o desenvolvimento e o funcionamento pré-consciente dos indivíduos participantes do grupo, colaborando intensamente com o aumento da capacidade associativa individual e por conseguinte numa maior capacidade de simbolização. Em nosso serviço, temos lançado mão de grupos terapêuticos e psicoterapia de família.

Apontamos para o papel crescente que tem tido a utilização de recursos artísticos (ou apoiados na arte) nos *settings* terapêuticos. Entre nós temos acompanhado propostas terapêuticas que utilizam fotografias (grupo de fotolingua-gem) e trechos de filmes (grupo chamado “Oficine”) que operam como objetos mediadores, possibilitando um caminho das vivências brutas e pouco representáveis para um funcionamento



*essa “clínica do corpo”,
com a persistência de seus sintomas
somáticos, ainda nos alerta
para que evitemos repetir o personagem
de Antonio Banderas, o Dr. Robert
Ledgard, e possamos suportar
os limites dos pacientes e de nossas
intervenções terapêuticas*

psíquico que inclua o simbólico, com resultados animadores.

A própria atividade imaginativa sobre o objeto mediador pode ser transformadora sem que os pacientes falem diretamente sobre sua história ou experiências pessoais, e sem que o analista faça qualquer referência a isso, ainda que ele pense em alguma ligação desse tipo. Assim, ocorre a mudança das sensações em sentimentos, representações e pensamento, no decorrer do cumprimento da tarefa e na própria organização do trabalho grupal, sem que nenhuma interpretação direta e pessoal precise ser dita.

O grupo de trabalho conta ainda com uma morfoanalista (que também participa deste debate) que desenvolve um trabalho basicamente de abordagem corporal.

E em se mencionando o filme “A pele que habito”, também lembramos uma nova proposta que temos implementado ao iniciar atendimentos com crianças e adolescentes com quadros dermatológicos (vitiligo, psoríase, alopecia, etc.) numa parceria com o departamento de Dermatologia. Esta experiência, juntamente com outro trabalho grupal destinado a pacientes adultos que somatizam, mas numa configuração clínica

sem características de cronificação (grupo de somatizadores não crônicos), marca a possibilidade de “ações preventivas” neste contexto, abrindo estimulantes perspectivas.

Desafios novos requerem por vezes abordagens novas, e aí não há como abrir mão da necessidade de respostas criativas. Na aliança entre a tradição (no que ela tem de já sedimentado) e a criatividade, estaria uma boa aposta.

Ainda enquanto experiência institucional, buscamos, nessa clínica, evitar os perigos provindos das divisões que costumam ocorrer nas instituições, como já alertava Winnicott. Pacientes com importantes divisões internas exploram e são explorados pelas cisões próprias de grandes e complexas instituições. Esses pacientes correm sempre o risco de serem “retalhados” e enviados para os inúmeros departamentos médicos.

De dentro da universidade, assistimos aos “avanços da ciência” possibilitando uma crescente multiplicação de fármacos, acenando com o controle das mazelas humanas (o caso dos antidepressivos é paradigmático). Estes, embora por vezes representem progressos desejáveis, chegam ao mercado como promessas de novas e efetivas curas. A clínica psicossomática nos mostra o quanto de engodo pode haver nessa proposta, incentivada pela indústria farmacêutica.

Essa “clínica do corpo”, com a persistência de seus sintomas somáticos, ainda nos alerta para que evitemos repetir o personagem de Antonio Banderas, o Dr. Robert Ledgard, e possamos suportar os limites dos pacientes e de nossas intervenções terapêuticas. A tolerância à frustração coloca-se como um requisito indispensável aos analistas que se lançam por esses mares turbulentos.

RUBENS MARCELO VOLICH *Clínica psicanalítica: desafios, impasses, superações*

Vivemos as fantasias de Almodóvar. As personagens bizarras, as paixões, a violência, os arranjos incômodos, subversivos e provocadores de seus filmes nada mais são do que uma figuração de subjetividades de nosso tempo, imagens caricatas de



nossas vidas, de partes de nós mesmos que, muitas vezes, resistimos obstinadamente a reconhecer.

A subjetividades como essas, complexas, fragmentadas, primitivas em suas manifestações, a clínica psicanalítica vem sendo cada vez mais confrontada. Subjetividades muito distintas daquelas reveladas por Freud, estas, marcadas por recalca-mentos, denegações, deslocamentos, projeções, condensações e toda uma miríade de dinâmicas psíquicas presentes nas formações neuróticas, perversas e psicóticas e tantas outras psicopatologias da vida cotidiana (sonhos, lapsos, fantasias...), para as quais ele concebeu o processo psicanalítico.

Já há muito tempo, a clínica psicanalítica é desafiada por formas mais desorganizadas de expressão do sofrimento humano. Não apenas por manifestações corporais, mas também, por manifestações narcísicas, onipotentes e indiferenciadas do ego ideal, pelo imperativo do gozo e pela tirania do superego, formações primitivas que impedem a organização do recalca-mento, o reconhecimento da alteridade e da castração e que tornam o sujeito dependente e cativo do desejo do outro, impermeável à transferência e à interpretação. Dinâmicas que resultam na precariedade de recursos psíquicos, fantasmáticos, oníricos e relacionais do sujeito, que limitam as possibilidades de ligação pulsional às atuações pelo comportamento e às desorganizações somáticas, muitas vezes graves e mortíferas.

Dinâmicas refratárias ao trabalho livre associativo e à atenção flutuante, que aniquilam ou desfiguram o desejo e a demanda, dificilmente acessíveis ao trabalho de figuração, ao discurso e aos enquadres clássicos de uma análise. Dinâmicas que se manifestam pelo vazio e pelo desamparo, pelo simulacro e pela hiperadaptação, pelas formações extremas da culpa, da autodepreciação e da violência dirigidas contra si mesmo, nos quadros melancólicos, nas anorexias, nas adicções, na sintomatologia somática e nas automutilações corporais, nos comportamentos de risco, no suicídio, mas também na destrutividade dirigida contra o outro e contra o grupo, como o assassinato, o vandalismo, a violência social. Des-

o próprio Freud apontou os limites de sua técnica para o tratamento das neuroses atuais e outras manifestações nas quais a descarga pulsional se dá diretamente pelas vias corporais, com pouca ou nenhuma derivação ou elaboração mental da excitação

trutividade que se infiltra nas clássicas configurações psicopatológicas, esfacelando os limites da nosografia, dificultando o diagnóstico, as condutas terapêuticas e a adesão aos tratamentos, introduzindo a confusão e neutralizando o arsenal farmacológico e os diferentes recursos clínicos.

Muito cedo, evidenciaram-se os limites da técnica psicanalítica clássica (divã, transferência, associação livre às formações do inconsciente, abstinência do analista, frustração do paciente...) para o tratamento de inúmeras manifestações, desde as neuroses atuais, as doenças orgânicas, as psicoses, as psicopatias, as toxicomanias, transtornos alimentares, os casos limites e muitas outras, resultantes de dinâmicas bastante distintas e mais primitivas que as dos mecanismos neuróticos. O próprio Freud apontou os limites de sua técnica – concebida para o tratamento das psiconeuroses (histeria, neurose obsessiva, fobia) cujos sintomas comportam um sentido simbólico e representativo –, para o tratamento das neuroses atuais (neurose de angústia, neurastenia e hipocondria) e outras manifestações nas quais a descarga pulsional se dá diretamente pelas vias corporais, com pouca ou nenhuma derivação ou elaboração mental da excitação.



desenvolveram-se vertentes teórico-clínicas que, ampliando a compreensão da metapsicologia e os recursos clínicos da psicanálise, oferecem possibilidades de tratamento não apenas para pacientes que apresentam uma sintomatologia orgânica, mas também para psicóticos, borderlines, adictos e com transtornos de caráter e alimentares

Porém, desde os primeiros tempos da psicanálise, muitos enfrentaram esses desafios, buscando formas de viabilizar a clínica psicanalítica de tais pacientes. Nos anos 1910 e 1920, Ferenczi foi um dos primeiros a insistir na importância do referencial teórico da psicanálise para a apreensão da experiência subjetiva e para o acompanhamento clínico dos pacientes com neuroses atuais e doenças orgânicas. Ele defendia essa possibilidade a partir de uma mudança na postura e na escuta do analista e de modificações no dispositivo clínico para lidar com traumatismos e dimensões mais primitivas, pré-verbais e corporais, do funcionamento desses pacientes. Ele propunha também a sensibilização dos médicos para as vivências psíquicas de seus pacientes, a serem utilizadas junto com outros recursos da medicina. Por esses caminhos enveredaram todos os pioneiros da psicossomática, entre os quais Groddeck, Felix Deutsch, Franz Alexander, Ballint, inspirados e pautados pela psicanálise.

1 Cf. "A clínica das desorganizações", em R. M. Volich, *Psicossomática, de Hipócrates à psicanálise* (São Paulo, Casa do Psicólogo, 2000; 7ª ed. Ampliada, 2010).

2 Cf. "Desafios", em R. M. Volich, *Hipocondria, impasses da alma, desafios do corpo* (São Paulo, Casa do Psicólogo, 2002).

Na esteira desses pioneiros (e de muitos outros como W. Reich, M. Klein, R. Spitz, D. Winnicott, P. Marty, L. Kreisler, Ch. Dejpurs, P. Fédida, A. Green, J. McDougall, M. Aisenstein) desenvolveram-se vertentes teórico-clínicas que, ampliando a compreensão da metapsicologia e os recursos clínicos da psicanálise, oferecem possibilidades de tratamento não apenas para pacientes que apresentam uma sintomatologia orgânica, mas também para psicóticos, *borderlines*, adictos e com transtornos de caráter e alimentares, ou seja, para aqueles que vivem os efeitos da precariedade de suas vivências infantis e de seu desenvolvimento, do esgarçamento de seu tecido psíquico representativo, de suas fragilidades narcísicas, da carência, das deficiências do recalçamento, das instâncias psíquicas e da organização edípica, da pobreza de seu mundo objetal.

Dessa ampliação surgiram a psicossomática psicanalítica, o psicodrama e o relaxamento psicanalítico, da mesma forma como surgiram outros dispositivos clínicos mais conhecidos, como a ludoterapia, a arteterapia, as terapias conjuntas mãe-bebê, as terapias familiares, de grupo e corporais, todos com o intuito de lidar com os impasses encontrados pela clínica psicanalítica.

Apesar das grandes diferenças entre as manifestações mais desorganizadas e aquelas das psiconeuroses, a clínica revela a continuidade funcional e a gradação de modos de organização entre esses quadros, do ponto de vista do desenvolvimento humano e no da manifestação patológica.

Mesmo no curso de uma psicanálise clássica de um neurótico, é possível observar, em alguns períodos, a retração transferencial, a rarefação da associação livre, dos sonhos e da atividade fantasmática, que correspondem a momentos mais ou menos prolongados de desorganizações da economia psicossomática, precedendo ou acompanhando o surgimento de sintomas ou doenças orgânicas e atuações, como tive oportunidade de relatar no caso de Sofia¹.

A partir de casos como esse e de pacientes mais desorganizados, como Jean², é possível compreender a importância do manejo do enquadre,

da escuta e a especificidade do trabalho da contratransferência para acompanhar as oscilações evolutivas e contraevolutivas do funcionamento psicossomático, que tornam possível a clínica psicanalítica dos pacientes mais desorganizados.

Nesses casos, em particular, o espaço terapêutico precisa constituir-se como depositário das experiências corporais, perceptivas, sensoriais e motoras mais primitivas, para que, por meio da relação com o terapeuta, muito lentamente, elas possam adquirir densidade representativa através de um trabalho ativo de figuração. Na contratransferência, as sensações corporais do analista se prestam à ressonância das vivências primitivas do paciente, que não podem ser verbalizadas, e são um importante recurso para a apreensão de dinâmicas pulsionais aquém da representação.

A posição regressiva e frustrante do divã, assim como o silêncio do analista, não apenas têm poucas chances de mobilizarem o trabalho do paciente, mas, inclusive, podem contribuir para sua desorganização. Daí a importância da posição face a face, a partir da qual o olhar, os gestos, as expressões faciais e os recursos verbais e não verbais são colocados a serviço da reanimação libidinal do paciente e do desenvolvimento das instâncias e dinâmicas psíquicas. A função materna e o *holding*

buscam propiciar a reorganização narcísica e objetal, consolidando os recursos de ligação entre as pulsões de vida e de morte e os núcleos masoquistas erógenos primários, necessários para lidar com sofrimentos, perdas e frustrações.

A rarefação do material representativo, a inexistência de um terreno psíquico consistente, onde uma interpretação mais incisiva possa se ancorar, e a fragilidade do laço transferencial desaconselham interpretações mais profundas, de natureza pulsional, regressivas por constituírem um forte potencial desorganizador.

As atuações comportamentais, as expressões e sintomas corporais são meios pelos quais o paciente ainda tenta manifestar sua dor e seu afeto anestesiados. O analista é convocado a um encontro nos terrenos mais primitivos da existência do paciente, ao trabalho com os elementos mais brutos e fragmentados de sua experiência, única matéria-prima passível de investimento nas incipientes tramas relacionais da transferência. Um trabalho incerto, frustrante e difícil do qual, espera-se, possa também ser tecida uma pele psíquica, necessariamente permeável à alteridade, mas consistente e fértil para que germine e se desenvolva o desejo próprio do sujeito e seu mundo representativo.

Sergio Telles
 Carlos Guillermo Bigliani
 Elias Mallet da Rocha Barros
 Elizabeth Lima da Rocha Barros

Debate Clínico

Sergio Telles é psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae.

Carlos Guillermo Bigliani é psiquiatra e psicanalista, membro da Sociedade Psicanalítica de Buenos Aires (IPA), foi professor da Universidade de Buenos Aires (Faculdade de Medicina e Psicologia), da PUCSP (Psicopatologia e Terapia Familiar), foi cofundador e professor do Curso de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae de São Paulo, coautor de *Freud, a cultura judaica e a modernidade* (Prêmio Jabuti) e de *Humilhação e vergonha*.

Elias Mallet da Rocha Barros é psicanalista, membro titular da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo e da British Psycho-Analytic Society.

Elizabeth Lima da Rocha Barros é psicanalista, membro titular da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo e da British Psycho-Analytic Society.

Sabemos que, em função de suas próprias características, a psicanálise não pode preencher os critérios de cientificidade usados em diversos campos do saber, especialmente os ligados ao que se convencionou chamar hard sciences, ou ciências exatas. Cabe a nós, psicanalistas, estabelecer critérios epistemológicos que deem conta da nossa difícil tarefa de desvendar o inconsciente. Um dos caminhos a serem seguidos com este objetivo é a discussão detalhada de casos clínicos nos quais fique exposta, de forma o mais transparente possível, a maneira como pensamos e elaboramos as hipóteses (interpretações) em nosso trabalho, e como julgamos sua correção a partir da resposta suscitada por elas em nossos pacientes, como classicamente foi estabelecido por Freud.

Inspirados na seção “O analista no seu trabalho”, do International Journal of Psychoanalysis, propusemo-nos iniciar, em nossa revista, uma nova seção em moldes semelhantes. Dentre colegas experientes, convidaremos um para apresentar o material clínico da forma mais explícita possível e sem considerações teóricas, e dois outros para comentá-lo. Os três colegas não precisam ter prévias relações pessoais ou afinidades teóricas. Na verdade, o ideal é que não se conheçam e que tenham formações diversas, pois assim o debate ficará mais rico e interessante.

Que analistas veteranos se disponham a mostrar seu material clínico é um saudável exercício, pois bem sabemos que na maioria das vezes são os iniciantes que o fazem, nos procedimentos ligados à formação, como bem criticou Otto Kernberg num artigo que publicamos recentemente¹.

¹ Otto Kernberg, “Trinta maneiras de destruir a criatividade dos candidatos à psicanálise”, *Percurso* n. 45, 2. semestre de 2010.

Nesta proposta, não apenas o analista expõe a maneira como trabalha, como aceita o comentário. Na medida em que os comentadores não se comunicam e não sabem o que cada um vai dizer, evita-se que qualquer um deles se deixe levar imaginariamente a ocupar a posição de poder própria ao supervisor. Cada um terá sua opinião cotejada com a do apresentador e do outro comentador. Desta maneira, todos ficam em pé de igualdade, cabendo ao leitor a apreciação (nos dois sentidos da palavra) deste trabalho conjunto.

MATERIAL CLÍNICO DE SERGIO TELLES

Sobre os antecedentes da paciente, a quem chamarei Marina, restringi-me a dados essenciais para que o leitor possa entender de onde me autorizo a fazer minhas intervenções.

Marina é uma mulher de mais de cinquenta anos e que está há algum tempo em análise. A queixa inicial era a interminável guerra conjugal com o marido devido a uma atitude “feminista” que mantinha em casa, exigindo dele uma absoluta equivalência frente aos encargos domésticos, que não levava em conta os compromissos de trabalho do marido como profissional liberal. Mantinha esta mesma postura militante em seu trabalho como advogada, o que lhe gerava não poucos contratemplos. Marina julga-se uma mulher independente e preza muito esta sua condição. Sua infância foi fortemente marcada pela irresponsabilidade do pai, que abandonou a família, deixando-a numa situação financeira muito precária, e pela preferência que a mãe sempre manifestou pelo irmão mais velho. Tais circunstâncias fizeram-na sair de casa muito cedo, por volta dos 20 anos. Passou a manter com seu próprio trabalho o estilo hippie de vida que adotou. Na faculdade conheceu Luís, com quem se casou há quase 30 anos e com quem teve um casal de filhos. Apesar de muito qualificada e bem posicionada em sua carreira, Marina não tem uma boa remuneração. A alta qualidade de vida que a família mantém é fruto basicamente dos rendimentos do marido, de longe o maior responsável pelo



até este instante estou escutando em silêncio o que Marina diz e registro que ela não havia me falado, como seria de esperar, sobre a conta do motel, fato ocorrido há mais de um mês

orçamento familiar. No momento, Marina vem à análise uma vez por semana.

Na sessão que passo a relatar, Marina chega e logo diz que havia descoberto, naquele dia mesmo, que Luís estava tendo um caso com uma menina de 20 anos. Estava ela arrumando a casa quando, por acaso, encontrou em cima de uma estante uma caixa de fósforos de propaganda de um motel. Tal descoberta imediatamente a fez lembrar-se de que no mês anterior havia visto o débito de um motel na conta do cartão de crédito que usa junto com Luís.

Até este instante estou escutando em silêncio o que Marina diz e registro que ela não havia me falado, como seria de esperar, sobre a conta do motel, fato ocorrido – como ela acaba de dizer – há mais de um mês.

Ela continua, dizendo que mostrou a Luís a caixa de fósforos junto com a nota do cartão de crédito com a conta do motel, perguntando-lhe o que aquilo significava. Atrapalhado, ele respondeu que a conta do motel era da última vez que ali haviam estado juntos. Como havia muito tempo, talvez anos, que os dois não iam a um motel, a resposta de Luís era um contrassenso, uma evidente mentira. Marina ficou tão desconcertada com isso que resolveu não insistir mais no assunto naquele momento. Mas, como ficara ainda mais desconfiada, quando Luís saiu para o trabalho, foi vasculhar o computador dele, fazendo uma descoberta que a deixou ainda mais surpreendida – encontrou uma troca de e-mails amorosos entre ele e uma mulher. Viu também outros e-mails de um hospital para Luís, com exames médicos de uma outra mulher.



com exceção de uma ou outra pergunta para entender melhor seu relato, eu escutara Marina em silêncio, percebendo sua angústia e tristeza

À noite, ao confrontar Luís com essa troca de correspondência, ele confessou que conhecera num congresso uma jovem recepcionista gaúcha, cuja inteligência muito o impressionara. Fizeram amizade e ele logo ficou conhecendo a precária situação financeira em que ela e sua família viviam, o que a impedia de continuar os estudos numa faculdade particular. Penalizado, dispusera-se a pagar seus estudos e a ajudar o tratamento de sua mãe doente, o que a moça aceitara. Luís disse ainda que não tinha tido nenhum envolvimento sexual com ela, que estava agindo desinteressadamente. Perplexa com o que ouvia, Marina lembrou-se dos e-mails com os exames médicos de um hospital e perguntou de quem eram. Luís disse que eram justamente da mãe da moça.

A história toda era inacreditável e Marina se mostra completamente confusa, angustiada, raivosa, sem saber o que fazer. Não sabe se deve romper ou não o casamento.

Com exceção de uma ou outra pergunta para entender melhor seu relato, eu escutara Marina em silêncio, percebendo sua angústia e tristeza. Digo-lhe que é compreensível que esteja confusa, ferida e magoada, sem saber o que fazer. E se não sabia o que fazer, talvez o melhor fosse não fazer nada até poder pensar com mais calma sobre a situação. Com esta intervenção, meu objetivo era mostrar-lhe que eu estava atento a seu sofrimento, bem como oferecer-lhe alguma contenção, pois, contratransferencialmente, temia que ela pudesse agir de forma intempestiva, complicando ainda mais a situação com uma possível atuação de sua parte. Vendo sua angústia, ofereço-lhe uma sessão extra no dia seguinte, o que ela aceita.

No final da sessão, procurei reconstruir a cronologia dos fatos, expostos de forma um tanto desorganizada por Marina. Entendi que cerca de um mês antes ela vira a conta do motel e nada falara – nem para o marido nem para mim, o que entendi como uma expressão maciça de negação, possivelmente decorrente do susto provocado por sua descoberta e pelo temor das consequências que ela poderia desencadear, caso confrontasse o marido com o fato. No dia anterior ao desta sessão, encontrara a caixa de fósforos de propaganda do motel e este inesperado achado romperá com a negação, trazendo de volta a lembrança da conta do cartão de crédito e forçando-a a conversar sobre tudo isso com o marido. Ao abordá-lo e receber sua descabida resposta, Marina recua, pois percebe o desconcerto do marido e teme que a situação piore caso prossiga a conversa. Mais desconfiada ainda, vai remexer no computador de Luís, encontrando os e-mails comprometedores, que a levam a confrontá-lo mais uma vez. Impossibilitado de negar os fatos frente às evidências, Luís cria uma história inacreditável – a que tinha ficado com pena de uma pobre gaúcha que encontrara num congresso, a quem resolvera ajudar nos estudos e no tratamento médico da mãe. Penso que Marina luta entre enfrentar uma dura realidade ou continuar negando, aceitando as explicações desconjuntadas do marido.

Na sessão do dia seguinte, Marina diz que tentara falar com Luís novamente sobre o assunto, mas ele se recusara, acusando-a de invadir sua privacidade ao vasculhar seu computador, quando encontrou os e-mails comprometedores. Ela retruca dizendo que ele quebrara o contrato de confiança que havia entre eles. Mais tarde, Luís ligou-lhe do trabalho para saber como ela estava. Alegando que havia feito uma gentileza ao ligar, acusou-a de não se importar com ele, pois, como havia luxado o pé esquerdo três semanas antes, esperava que ela também fosse gentil e perguntasse como ele estava. A conversa terminou azeitando numa grande discussão.

Marina diz que Luís se acha muito importante e poderoso, gosta de se ver como o benfeitor e protetor de jovens pobres e desamparadas. Lembra a satisfação que ele mostrava em ajudar várias jovens que trabalharam para ele, e a quem passava a odiar quando elas resolviam seguir seus próprios caminhos, pois via isso como uma traição ou prova de ingratidão por parte delas. “Isso é uma coisa típica dele, dos homens, eles são traidores. Usam do dinheiro e do poder para se aproveitar das mulheres pobres e indefesas, e ainda acham que são protetores” – diz Marina.

Estou ouvindo o que Marina me conta e percebo que estou um tanto surpreso, pois imaginava que ela continuaria hoje tão angustiada e confusa quanto estava no dia anterior. No entanto, ela está calma, falando com relativa tranquilidade, como se não estivesse no meio do que me parecia se configurar como uma grande crise conjugal. Lembro-me de que no dia anterior ela me dissera que os primeiros indícios desta situação – a conta do motel – foram detectados um mês antes e que ela nada dissera em análise. Levando em conta sua postura feminista militante, era de esperar que mostrasse alguma indignação mais veemente e não o calmo relatório que me fazia. Tudo isso me fazia pensar novamente que, frente aos fatos do dia anterior, Marina continuava defendendo-se, fazendo uso dos mecanismos de negação e dissociação, confirmando a impressão que eu tivera no dia anterior. Vejo também que ela faz um recorte muito preciso nos acontecimentos que me relatara no dia anterior. Não privilegia o que – a meu ver – era o mais grave e angustiante, a forte possibilidade de que o marido estivesse tendo um caso com uma menina de 20 anos, e os efeitos que essa descoberta poderia ter em seu casamento. Parecia-me que ela fazia um deslocamento, focando sua atenção na inacreditável desculpa que Luís lhe dera, acreditando que ele caridosamente ajudava os estudos e a família de uma pobre moça inteligente. Que Marina desse crédito a uma desculpa tão frágil parecia-me claramente sintomático.



isso poderia justificar o deslocamento por esta via, Marina estaria então falando de um importante e reprimido aspecto de sua relação com Luís

Digo-lhe então que me chama a atenção que ela se aferre ao aspecto de Luís como “benfeitor ou protetor de jovens pobres e desamparadas”, o que, no contexto, era uma desculpa esfarrapada para ocultar sua infidelidade, consequentemente algo que – como ela mesma dissera no dia anterior – não merecia qualquer crédito. O importante é que Luís esteja desinteressadamente pagando os estudos de uma jovem desamparada, ou que esteja tendo um caso com ela? – pergunto.

Marina nada diz e eu fico pensando por que Marina estaria fazendo este deslocamento, enfatizando que Luís gosta de ajudar pobres mocinhas, negando-se a ver as possíveis implicações sexuais disso. É quando lembro que existe uma significativa diferença social entre a família de Marina e a de Luís. De certa forma, poder-se-ia dizer que Marina era uma “mocinha pobre” ao se casar com Luís. Dou-me conta de que a diferença social entre eles poucas vezes fora trazida diretamente nas sessões. Penso que isso poderia justificar o deslocamento, pois, por esta via, Marina estaria então falando de um importante e reprimido aspecto de sua relação com Luís.

Como se não tivesse ouvido o que eu dissera, Marina volta a falar. Pede-me que a oriente, pois ainda não sabe o que fazer. Sente-se uma idiota, tola, cândida, ingênua. Diz que acreditava em regras que há muito não mais existiam entre eles. Luís é um homem não confiável, continua ela. Tem problemas com mulheres, pois sua mãe é uma mulher autoritária, que se mete em tudo. Agora mesmo, com a luxação no pé sofrida por Luís, ela o deixava irritado ao dizer que o médico era incompetente e iria aleijá-lo. Marina acha que



penso que seu comportamento fático e competitivo pode ser uma formação reativa contra a dependência e voracidade oral em relação a Luís

Luís tem medo das mulheres fortes e decididas como a mãe e ela mesma, reafirmando seu poder “salvando” mocinhas pobres. Diz que, apesar de estar sentindo-se tão mal, nada havia falado para sua mãe, que estivera em sua casa no dia anterior.

A fala de Marina continua na linha de ignorar que o marido poderia estar traindo-a, focada que está no hábito dele de salvar mocinhas pobres, o qual interpreta como uma forma de contrabalançar os sentimentos desencadeados pela figura forte e poderosa da mãe que sistematicamente o infantiliza. Ao mencionar sua própria mãe, a quem nada dissera do que está ocorrendo, Marina me faz lembrar novamente da difícil situação financeira de sua família de origem.

Digo-lhe que sei que ela está com um problema que gostaria de resolver com urgência e que o que vou dizer talvez lhe pareça distante de suas preocupações imediatas, mas é algo que acho importante examinar, pois talvez tenha uma ligação com o que ela está vivendo no momento. Digo-lhe que, quando ela enfatiza tanto que Luís gosta de “salvar moças pobres”, isso me faz pensar que, em relação ao Luís, poderíamos pensar que ela era uma “moça pobre”. Será então que a descoberta da infidelidade do Luís acorda nela lembranças de quando era a “moça pobre” a ser salva pelo namorado “rico”, memória que ela mesma oculta atrás de uma postura de excessiva autonomia e independência com a qual gosta de se apresentar para si mesma, para o Luís e para os demais? Se assim for, como isso estaria interferindo na situação atual? Pode condenar o Luís por querer salvar a “moça pobre”? Pode condenar a “moça pobre” por aceitar a ajuda financei-

ra do Luís? Ela mesma não teria agido de forma semelhante a ela?

Marina inicialmente parece surpresa e não aceita o que digo. Não se reconhece nesta construção, mas logo volta atrás e termina por dizer que, de fato, havia um desnível nas famílias e que Luís realmente a ajudara muito e a incentivara em toda a sua carreira profissional.

Retomo minha construção, propondo-lhe que talvez se sinta ainda mais confusa sobre o que fazer com a infidelidade de Luís por se sentir como a “moça pobre” ajudada por ele; talvez se veja no lugar dela, em dívida com o Luís. Como pode exigir explicações dele? Marina concorda, diz sentir-se devedora dele e que ele às vezes cobra, lembrando o quanto a ajudou, o tanto que ela conseguiu por causa dele.

A esta altura, a construção que eu estava fazendo se amplia em minha mente, pois lembro que Marina mostra habitualmente uma atitude de grande autonomia e independência em relação a Luís, apoiando-se na habitual postura “feminista” de negar qualquer situação que possa remeter a dependência, sempre confundida com submissão ou inferiorização. Mais ainda, nas sessões sempre se refere a Luís como uma criança mimada, desorganizada e bagunceira, sendo ela a figura forte e dominante que organiza e planeja tudo em casa. Penso que seu comportamento fático e competitivo pode ser uma formação reativa contra a dependência e voracidade oral em relação a Luís. Tento transmitir-lhe esta ideia, dizendo-lhe que estes aspectos da diferença social entre eles pouco haviam aparecido diretamente na análise. Talvez seja difícil reconhecer a dívida, o quanto recebeu de Luís; talvez veja isso como uma submissão humilhante; talvez por isso negue o reconhecimento e mostre uma atitude desafiadora, “feminista”. Talvez ela se sinta dependente de Luís, ainda se sinta a “jovem pobre” protegida pelo homem “rico”. Como lhe é penosa esta percepção de fraqueza e pobreza, de desamparo e dependência, a esconde atrás de uma aparência de autonomia e independência. Mais ainda, o saber que Luís está tendo um caso talvez deixe

esse seu lado muito assustado, como uma criança que pode ser abandonada pela mãe. Esse lado fica não só assustado, mas também com muita raiva por essa ameaça de abandono.

Ela diz que é possível que seja assim. Digo que é importante ela se dar conta disso, bem como da forma como se comporta com o marido, pois sempre o trata aqui como uma criança mimada, sendo ela a mãe forte e poderosa, que resolve tudo. É a imagem contrária de uma “jovem pobre” dependente e necessitada de proteção, da criança que precisa ser cuidada e alimentada.

Marina diz que precisa falar com Luís sobre o que aconteceu e ele não quer discutir, alegando estar com dores no pé por causa da luxação. Digo-lhe que possivelmente Luís deve estar tão confuso e atrapalhado como ela frente aos últimos acontecimentos; falar do pé doente é uma desculpa até ele se recompor e poder conversar. É possível que ambos estejam com dificuldades para abordar o assunto.

Volto a pensar que a atitude dissociada de Marina, utilizando nesta sessão uma argumentação pertinente, mas fria, intelectualizada, negando a gravidade da situação, possivelmente refletiria o medo dos afetos despertados pela descoberta da infidelidade em seus aspectos infantis dependentes, em seu lado “moça pobre”, que poderia desencadear um intenso ódio vingativo contra Luís.

Marina então me conta um pesadelo que tivera nos poucos momentos em que conseguira dormir naquela noite.

Parecia um filme de terror. Estava ela num lugar desconhecido, acompanhada de muita gente, quando ouve dizer que havia aparecido ali um boneco que se transformara num monstro e ele iria matar a todos. Em pânico, as pessoas procuram fugir, mas sabia-se que não havia escapatória, ele mataria e devoraria a todos. Marina se tranca num lugar cujo acesso só é possível atravessando-se vários aposentos fechados com portas grossas de madeira, “como as de seu consultório”, acrescenta. Marina não se sente a salvo, pois percebe que o boneco-monstro vem atrás dela, destruindo as portas com



o sonho é uma confirmação de que tomar conhecimento de que Luís estava tendo um envolvimento com uma “moça pobre” mobiliza em Marina fantasias até então reprimidas na análise

grandes dentadas e mordidas, até chegar aonde ela se encontra. Quando se veem frente a frente, ambos se acalmam e se sentam no chão, passando a brincar com bolhas de sabão como duas crianças. Apesar de mais tranquila, Marina continuava temerosa, pensando que o boneco poderia, a qualquer momento, voltar a ficar com raiva e matá-la.

Para mim, o sonho é uma confirmação de minhas hipóteses de que tomar conhecimento de que Luís estava tendo um envolvimento com uma “moça pobre” mobiliza em Marina fantasias até então reprimidas na análise, possibilitando o surgimento de desejos orais dependentes em relação a Luís, bem como o correspondente ódio ao ver ameaçada a satisfação de tais desejos habitualmente ocultados atrás de uma fachada fálica.

Digo-lhe que, frente à descoberta da infidelidade do Luís, ela se sente muito ameaçada, como a “moça pobre” que pode perder o protetor, ou como uma criancinha abandonada pela mamãe. Cheia de ódio, quer matá-lo, comê-lo, quer matar a todos. O boneco assassino bem representa esse seu lado agressivo infantil. Digo-lhe ainda que é interessante que o boneco se acalme depois de comer as portas de madeira “como as do consultório”. Talvez ela se sinta mais calma agora, depois de conversarmos, sem tanto medo do que lhe vai ocorrer se perder o Luís para a “moça pobre” gaúcha, sente-se menos subjugada à fantasia de correr o risco de morrer de fome caso isso ocorra ou de que, tomada pelo ódio, venha a matar Luís. Pense, e registre para dizer-lhe noutra ocasião futura, que a menção às portas do consultório destruídas pelo boneco-assassino apontariam para sua



vou propor algumas ideias que surgiram a partir de suas colocações, visando assim colaborar com a intenção clínico-teórica e pedagógica contida no convite da Percurso

voracidade em relação a mim mesmo, à análise, e para o ódio que sente por não estar a porta do consultório sempre aberta para satisfazê-la imediatamente quando quisesse, e que tenha de esperar os momentos regrados em que ela se abre para recebê-la.

Marina fica calada. Nosso tempo se esgota e pergunto-lhe se ela gostaria de ter outra sessão extra ainda naquela semana, o que ela aceita.

Sessão seguinte – Marina chega agradecendo minha “sabedoria” e disponibilidade para lhe dar sessões extras, o que – diz – a teria feito “segurar a onda”. Diz ter conversado bastante com Luís e que ele a tranquilizara, dizendo que nada de errado acontecera, que a intenção dele era simplesmente ajudar a pobre menina gaúcha e sua família.

Tudo havia ficado resolvido entre eles. Marina diz que inicialmente se sentiu muito aliviada, mas depois se surpreendeu com o forte sentimento de decepção que a acometeu. Havia imaginado o rompimento do casamento e ficara excitada antevendo uma vida completamente diferente, sem as obrigações atuais. Seria uma mulher livre, “de volta ao mercado”. Via-se fazendo parte de um grupo de amigas divorciadas e solteiras que se reúnem com regularidade e que parecem se divertir muito. Como tudo ficara resolvido, tudo voltava à vidinha de sempre. Está simultaneamente aliviada e deprimida com o desfecho de tudo.

Vemos que frente à ameaça de rompimento com o marido, o que a faria defrontar-se com

seus aspectos mais regressivos orais devoradores agressivos, com seu ódio assassino infantil representado pelo boneco-assassino, Marina recua. Aceita as desculpas esfarrapadas e negações do marido, finge acreditar nelas. Isso lhe provoca simultaneamente alívio e decepção, pois esta decorre da percepção de não ter enfrentado a verdade de seus sentimentos. O que Marina teme não é apenas o abandono do marido visto com olhos infantis, e sim a intensidade do ódio assassino desencadeado pelo abandono, como mostra no sonho o boneco-monstro incontrolável, que mata a todos.

O recuo de Marina não significa que o trabalho analítico feito até então tenha sido em vão, apenas mostra que ainda há muito a ser feito. Marina teve um vislumbre de aspectos arcaicos de seu psiquismo boneco-assassino que estão atualizados em sua relação com o marido. O caminho agora está aberto para desenvolvimentos posteriores, quando poderá ela se posicionar de forma mais adulta com o marido – sem tamanha dependência oral camuflada por abundantes falicísmos.

A observação de que o falicismo de Marina ocultava fortes impulsos orais não revela novidades, apenas confirma um velho axioma teórico. Isso não deve ser menosprezado, pois tais confirmações reforçam o conhecimento estabelecido.

COMENTÁRIOS DE CARLOS GUILLERMO BIGLIANI

1) Deixando de lado as muitas coincidências com as interpretações do material feitas por Sergio Telles, vou propor algumas ideias que surgiram a partir de suas colocações, visando assim colaborar com a intenção clínico-teórica e pedagógica contida no convite da *Percurso*.

2) ...*antecedentes da paciente, a quem chamarei Marina, restringi-me a dados essenciais para que o leitor possa entender de onde me autorizo a fazer minhas intervenções...*

Que os “antecedentes” (e aqui os “antecedentes” se referem à história cronológica da paciente) pareceriam permitir-nos ver desde onde surgem



não é infrequente que invasões de processos de pensamento inconsciente como este ocupem a consciência (em geral e em especial) nas discussões entre casais

as intervenções pode pressupor, ainda que eu saiba que o autor não pensa assim, que só a partir da história as intervenções adquirem valor científico ou se autorizam. Se, às vezes, as intervenções, notadamente as construções, dão sentido a um segmento da história do paciente, outras vezes o recurso à história pode servir para obscurecer o impacto da interpretação em toda sua vigência ou intensidade transferencial, sendo a interpretação desta última o que autoriza e o território a partir do qual surgem as intervenções do analista².

3) ...atitude "feminista"...

Aqui valeria a pena se perguntar se a atitude feminista corresponderia a uma posição machista do marido, desde que os dois têm uma profissão liberal e então poderia corresponder a ambos a realização de tarefas do lar, sem que isso necessariamente seja uma reivindicação feminista. Também seria interessante ter outros exemplos desta característica de Marina, visando confirmar se esta atitude "feminista" teria algo a ver com o que Freud chama de "corrente mais profunda" da histeria: uma identificação masculina que entra em rivalidade com Luís.

4) ...e lembrou que no mês anterior havia visto o débito de um motel na conta do cartão de crédito que usa junto com Luís...

Não deixa de ser curioso o fato de que tenha permanecido sob efeito da repressão uma percepção como essa. Se Marina deixou passar um dado tão gritante quanto uma conta de motel, isso pode nos oferecer diversas linhas para pensar, entre as quais a ideia de quantas outras marcas de infidelidade menos grosseiras ela teria deixado passar sem perceber não é a mais descartável. Por que teria agido assim? Por narcisismo, que faz que só enxergue a si mesma, por "belle indifférence" histórica? Para não sofrer uma vivência de humilhação que teme não poder suportar? Por tudo isso junto? Veremos...

5) ...*(ele falou que a) conta do motel era da última vez que ali haviam estado juntos. Como havia*

muito tempo, senão anos, que os dois não iam a um motel, a resposta de Luís era um contrassenso...

Esse tipo de resposta que envolve uma mentira flagrante ou uma incongruência tamanho elefante nos lembra da anedota freudiana da panela que o sujeito devolve quebrada e responde à cobrança dizendo que já estava quebrada quando a recebeu emprestado, e que aliás a devolveu em perfeito estado e que, no final das contas, não sabia de que panela estavam falando, já que nunca tinha recebido nada emprestado. Não é infrequente que invasões de processos de pensamento inconsciente como este, em que impera o princípio de não contradição, ocupem a consciência (em geral e em especial) nas discussões entre casais, mas é mais frequente que o façam neste tipo de situação extrema, visando apagar um fato inadmissível ou constrangedor. E às vezes com "ótimos" resultados, desde a perspectiva de um pacto de denegação conjunta que envolve tudo o que os casais têm que negar para permanecer juntos. Para Marina essa negação permitiria continuar a gozar de uma vida de alto poder econômico que não alcançaria só com seus ingressos ("hippies" ou adolescentes?), o que pode ser parte de uma dimensão em que se manifesta uma relação "filial" com Luís. O que se

2 Só duas palavras sobre a problemática da "autorização". Lacan postula em seu Seminário XI a pergunta o que o autoriza a falar frente a seu público, uma vez que acabava de abandonar seu seminário na Associação Psicanalítica de Paris e começava a dar suas aulas na École de Hautes Études? É interessante remeter o leitor a um dos últimos artigos de I. Berenstein (2011), em que, ao ocupar-se de um fazer que excede qualquer tipo de autorização, sugere que certos "fazer" implicam "abrir um espaço que não existia anteriormente". Acho que a interpretação exitosa tem estas características – abre um espaço que anteriormente não existia.



*nessa negação ela
se transforma em analista de Luís
e do vínculo com sua mãe,
ou em Lolita do terapeuta, ou
transforma o terapeuta em seu “Lolito”*

complementaria muito bem com o fato de Luís ter “outra” mulher, mãe imaginária para Marina, montando assim uma configuração que lhe permitiria continuar realizando seu ciclo adolescente que pode ter ficado inconcluso ao sair de sua casa para trabalhar com seus 20 anos.

6) ... *Vendo sua angústia, ofereço-lhe uma sessão extra no dia seguinte, o que ela aceita...*

Aqui se abre toda uma série de problemáticas que incluem aspectos técnicos e transferências que, como sempre, estão imbricados. Em primeiro lugar é importante lembrar que as análises de 5 ou 6 vezes por semana, tal como eram praticadas por Freud, ou as análises “didáticas” de 4 vezes como exigem as associações oficiais (ritmo porém desrespeitado em muitas delas!) e até as clássicas análises “terapêuticas” de 3 vezes por semana estão a caminho do desaparecimento. Cada vez são mais frequentes as análises que, pelas mais diversas razões (econômicas, urbanísticas, resistências até do próprio analista, etc.), transcorrem com uma ou duas sessões semanais. Mas essa mudança técnica exige alerta por parte dos terapeutas, especialmente frente às situações de crise. A sensibilidade e experiência do terapeuta que conduz este tratamento lhe permitem detectar imediatamente a necessidade de dar contenção à paciente numa situação como a presente, independentemente de depois ter que revisar as emergências transferenciais e contra-transferenciais que podem incluir desde fantasias de maternagem até fantasias de encontro erótico-retaliativo com o terapeuta, que poderá até ser transformado no “menino de 20” de Marina.

7) ... *“Usam do dinheiro e do poder para se aproveitar das mulheres pobres e indefesas, e ainda acham que são protetores” – diz Marina... Marina continuava defendendo-se, fazendo uso dos mecanismos de negação e dissociação, confirmando a impressão que eu tivera no dia anterior. Não privilegia o que – a meu ver – era o mais grave e angustiante, a possibilidade de que o marido estivesse tendo um caso com uma menina de 20 anos e os efeitos que essa descoberta poderia ter em seu casamento...*

Aparentemente aqui e até esta altura parece existir um parcial mal-entendido entre terapeuta e paciente (ou entre o comentarista e o material apresentado!!) desde que Marina não parece negar completamente a situação, pois pensa que a atitude de benfeitor assumida por Luís encobre um programa de abuso da jovem Lolita. Tenho a impressão de que o terapeuta não consegue aceitar o fato de que Marina esteja tão aparentemente reestruturada a ponto de parecer, nesta altura da sessão, não estar precisando dele, como se o papel de “benfeitor” que o terapeuta talvez imaginasse assumir ficasse estragado por esta aparente independência, autossuficiência e espírito combativo de Marina. Ou talvez porque o terapeuta estava sentindo dolorosamente o que Marina não queria sentir: que ela era prescindível e que o marido se virava perfeitamente sem ela!

8) ... *A fala de Marina continua na linha de ignorar que o marido poderia estar traindo-a, focada que está no que considera como um hábito dele de salvar mocinhas pobres, que interpreta como uma forma de contrabalançar a figura forte e poderosa da mãe, que sistematicamente o infantiliza...*

Continua a ignorar ou o fato de que Luís se está “aproveitando” *va sans dire*? Ela mesma não fala que ele se aproveita? Mas os processos de se aproximar ao traumático são assim: percebe-se e nega-se alternativamente. Nessa negação ela se transforma em analista de Luís e do vínculo com sua mãe, ou em Lolita do terapeuta, ou transforma o terapeuta em seu “Lolito” ou nega também na ocultação que faz do fato perante a sua própria mãe. Claro que a negação permite a



há situações em que podemos ser induzidos a atuar indignações que corresponderiam ao paciente experimentar

modulação de sentimentos de humilhação, depressão, ódio. Estes sentimentos de ódio também se expressariam como formação reativa na aparente proteção que Marina faz de Luís frente aos supostos “desejos ocultos” que acredita ver nas “cruéis” preocupações da mãe de Luís de que o médico dele o deixe aleijado em uma de suas extremidades. E pode bem ser que seja Marina quem está habitada por esses desejos de aleijar as extremidades de Luís, ainda que talvez não precisamente a extremidade usada para caminhar!

9) ...*Penso que isso poderia justificar o deslocamento, pois, por esta via, Marina estaria então falando de um importante e reprimido aspecto de sua relação com Luís...*

O terapeuta parece aqui estar mostrando que o objetivo do deslocamento seria falar do que ainda não pode manifestar-se no curso do tratamento. Pode ser, mas acredito que sua preocupação visa transformar-se em analista do Luís e não ser a paciente que sofre por uma infidelidade dele. Ainda que nesse seu método para reprimir a dor se manifeste algo do reprimido...

10) ...*Pede-me que a oriente, pois ainda não sabe o que fazer. Sente-se uma idiota, tola, cândida, ingênuo...*

Aqui Marina pede orientação: deposita no terapeuta a decisão do que fazer, já que ela seria incapaz de fazê-lo por se tratar de alguém idiota, cândido ou ingênuo. Será que ela quer colocar as coisas em termos de um terapeuta protetor e ela uma coitada interiorana chegando ao desconhecido mundo da infidelidade e à procura de um protetor?

11) ...*(a paciente) Não se reconhece nesta construção (de que, no passado, Luís pode também ter sido seu salvador, dada a diferença econômico-social inicial entre eles), mas logo volta atrás e termina por dizer que, de fato, havia um desnível nas famílias e que Luís realmente a ajudara muito e incentivara em toda sua carreira profissional...*

Às vezes, nestas situações é difícil dirimir se a construção formulada provoca: a) um *insight*;

b) um efeito melancolizante, tipo “você só quer seu pai para você e não se importa com suas irmãs (Lolita!!)” ou c) se a construção, em vez de permitir que se abram novos caminhos associativos, produz um efeito obliterante para a emergência de outro material, por exemplo de novos conteúdos agressivos. *Who knows?*

12) ...*desculpa esfarrapada... a inacreditável desculpa, acreditando que ele caridosamente.... O importante é que Luís esteja desinteressadamente pagando os estudos de uma jovem desamparada ou que esteja tendo um caso com ela?...*

O terapeuta aqui aparece para o espectador externo como tomado por uma irritação grande com Luís. Há situações em que podemos ser induzidos a atuar indignações que corresponderiam ao paciente experimentar³. Outras em que analista e paciente podem se envolver em um processo compartilhado de negação, complementação transferencial-contratransferencial, dinâmica kálfica (Kancyper, 2011), “enactment” (Cassorla, 2012) ou outras aporias. Para provar

3 Racker e Paula Heinman, no começo dos anos 1940, desenvolveram a noção de contratransferência, cuja aceitação, diz H. Etchegoyen (cf. Lemlij, 2011, p. 47), “[...] como uma realidade da relação analítica, implica em democratizar a análise”. Durante a análise se dá um jogo permanente transferencial-contratransferencial, em que as associações livres do paciente e a atenção flutuante do analista e suas ocorrências contratransferenciais produzem sentido a situações do presente e do passado e criam nova subjetividade (D. Liberman, 1970, p. 426, acreditava que “el análisis no consiste en redescubrir... sino en reestructurar o crear e inventar [...]” Assinala, ainda, que enfatizar o determinismo inconsciente e os conflitos intrapsíquicos numa concepção unipessoal limita a compreensão do paciente, pois o que decide a direção da transferência no processo são as características pessoais do analista e o seu esquema de referência. No processo analítico se dá uma interação que é uma criação conjunta.)



Marina tem conseguido identificar projetivamente dentro do analista essa urgência e que ela gostaria de continuar não vendo

uma hipótese relacionada com estas ideias em nosso material, deveríamos poder conferir as sessões anteriores ocorridas durante o último mês, período no qual Marina não falou sobre a nota do motel. Durante este mês teria se desenvolvido uma fantasia vincular inconsciente circunstancial⁴ na qual Marina ocupa o lugar de uma Lolita para seu terapeuta? Teria acontecido um conluio entre terapeuta e paciente destinado a manter a negação? Teria neste momento Marina saído da

4 Cf. D. Liberman, E. Labos, *Fantasia inconsciente, vínculo y estados psicóticos* (Kargieman, 1982), p. 157.

5 Às vezes determinadas negações são levantadas não por efeito do casal terapeuta-paciente, mas como resultado de alguém que desde fora do campo analítico provoca efeitos que o atingem.

6 “*La interpretación ejercerá una acción integradora o desintegradora, según satisfaga o no las necesidades inconscientes de conocimiento que el paciente tiene de sí mismo en un momento dado*”, Comenta D. Torres em sua tradução das ideias de Liberman. Pessoalmente, penso que, às vezes, acompanhar, em caso de que tenha sido assim, um paciente em um “enactment” de uma fantasia, cumprindo com uma necessidade de negação para modular ou amortecer o efeito de uma percepção traumática, pode ser integrador, ou pelo menos permitir a um ego fragilizado juntar seus cacos para depois avançar em direção ao conhecimento previamente difícil de atingir. Aqui se abriria toda uma discussão “bioniana” sobre + ou –K (knowledge – conhecimento) no casal terapeuta-paciente que deixamos para outra ocasião.

7 Coincidindo com o que Sergio nos traz em seu comentário, Isidoro Berenstein (1989-2011), em um de seus últimos artigos, diz: “O desamparo está associado à falta de defesas frente às necessidades de autoconservação e também frente aos próprios impulsos agressivos, ligados à representação de objetos destrutivos desmesuradamente poderosos. Acredito que o registro do desamparo nunca abandona o ser humano e retorna em situações extremas de grande infortúnio ou perda significativa”.

8 Não temos informação sobre a estrutura familiar completa, mas poderíamos propor a hipótese de que Marina e Luís estão vivendo uma configuração frequente de uma fase do ciclo vital conhecida como síndrome do ninho vazio, na qual, pela saída dos filhos, os pais se envolvem em diversas situações conflituosas na tentativa, às vezes patológica, de elaborar lutos e reconstituir projetos (cf. Rodolfo Moquillansky; Silvia Liliana Nussbaum, 2011).

negação por causa de um incremento da culpa de Luís⁵, que o levou a deixar “manchas de sangue” em todas as paredes? Numa nova oscilação, estaria Marina empurrando o terapeuta de volta a seu lugar de benfeitor por via de alertá-la e acordá-la para a “realidade” que eventualmente havia sido negada temporariamente por esta hipotética coalizão denegativa⁶?

13) ...*Digo-lhe que sei que ela está com um problema que gostaria de resolver com urgência...*

Não sei se ela está com urgência de resolver seu problema. Tenderia a pensar que Marina tem conseguido identificar projetivamente dentro do analista essa urgência e que ela gostaria de continuar não vendo, como conseguiu não enxergar durante um mês, ou pelo menos vendo aos poucos.

14) ...*Como lhe é penosa esta percepção de fraqueza e pobreza, de desamparo e dependência, a esconde atrás de uma aparência de autonomia e independência. Mais ainda, o saber que Luís está tendo um caso talvez deixe esse seu lado muito assustado, como uma criança que pode ser abandonada pela mãe. Esse lado fica não só assustado, mas também com muita raiva por essa ameaça de abandono...*

Aqui gostei, agregaria que possivelmente por tudo isto ficou este último mês sem ver o que tinha visto⁷.

15) ...*É possível que ambos estejam com dificuldades para abordar o assunto...*

Gostei de novo. Aqui o terapeuta parece ter modulado sua contraidentificação com os aspectos vingativos e de necessidade de ação de Marina e entra numa fase mais reflexiva, o que deve retirar o medo de pensar sentido por Marina, antes bloqueado por uma necessidade de agir que, seguramente vindo dela, foi transferida ao terapeuta, em parte devido a considerar Luís superforte e em controle absoluto na prática de suas traições. Marina se aproxima da ideia de que eles têm uma crise familiar que tem que ser pensada, seguramente pelos dois.⁸

16) ...*Pesadelo, lugar desconhecido, boneco-assassino, fechar-se atrás das portas como de seu consultório, bolhas de sabão...*

Transformar no contrário (conhecido-desconhecido) através do prefixo de negação “de” é habitual no processo de deformação onírica. Seguramente o lugar do sonho era um conhecido. De toda forma, os impulsos orais agressivos que tão bem descreve Telles seguramente originam ainda muita culpa. Talvez essa culpa tenha colaborado para determinar a negação que se instalou durante o último mês frente às ameaças das percepções externas e a emergência da agressão interna. Seria importante mostrar a culpa que sua agressão gera, já que acredito que isso dá parcialmente conta não só dessa denegação passada, senão da denegação por acontecer no sonho. Num clima de incerteza frente à emergência de novas manifestações de agressividade, ela se infantiliza em sua relação com o boneco-assassino e passa a jogar com coisas muito frágeis e inofensivas como as bolhas de sabão e na realidade futura de sua relação com Luís, tal como irá manifestar-se em seus relatos de “reconciliação” com Luís via explicações, que este comentador também acha mirabolantes, na nova sessão extra apresentada no fim deste material.

15) ... *registro (certas compreensões sobre a transferência) para dizer-lhe noutra ocasião futura...*

Acho importante também nessas situações estar alerta para os perigos da “transferencite”, inflamação da interpretação transferencial que pode atacar o terapeuta em determinadas situações em que este pode julgar necessário dar uma Verônica (movimento pelo qual o toureiro convida o touro a se espatifar contra o “ruedo” depois de o cegar com o pano vermelho da capa) à realidade externa “radioativa”, refugiando-se na realidade da transferência.

Acho sim, que, se for verdadeira minha hipótese sobre o pacto de denegação (entre terapeuta e Marina) que teria se instalado durante o mês que precedeu a “descoberta” da traição, uma interpretação sistemática, “kleiniana”, da transferência teria encurtado o tempo necessário para



acho importante também nessas situações estar alerta para os perigos da “transferencite”, inflamação da interpretação transferencial que pode atacar o terapeuta em determinadas situações

chegar ao levantamento dessa negação. Todas estas são hipóteses nas quais se discute uma das situações mais complexas que compõem a “arte” da técnica psicanalítica.

16) ...*forte sentimento de decepção que a acometeu. Havia imaginado o rompimento do casamento e ficara excitada ao se ver tendo uma vida completamente diferente, sem as obrigações atuais...*

A decepção é também com ela por ter engolido todas suas percepções anteriores e instalar novamente a negação. Coisa que vai ter que ser analisada, para evitar que Marina saia da negação através de um *acting* vingativo.

Referências bibliográficas

- Berenstein I. (1989-2011). Un hecho social visto por un psicoanalista, Manifestaciones alejadas del holocausto. Disponível em <www.colocoloquio.org>, originalmente publicado em *Psicoanálisis de la estructura familiar: del destino a la significación*. Paidós Mexicana, 1989.
- Berenstein I. (2011). La relación entre nos-otros: alteración y autorización. *Revista APDEBA*, XXXIII, n.1.
- Casorla R. (2012). What happens before and after acute enactments? An exercise in clinical validation and the broadening of hypotheses. *International Journal of Psychoanalysis* [no prelo].
- Lemlij M. (2011). *Cara a cara*, entrevistas profanas Lima: Sidea.
- Lieberman D. (1970). *Linguística, interacción comunicativa y proceso psicoanalítico*. Buenos Aires.
- Kancyper L. (2010). *Resentimiento terminable o interminable*. Buenos Aires: Lúmen.
- Moguillansky R.; Nussbaum S. L. (2011). *Psicanálise vincular*. São Paulo: Zagodoni.
- Torres D. *Boletim do IUSAM, APDEBA*. Disponível em <http://www.apdeba.org/MS_10391.html>.



em cada sessão para
uma questão: O que cria/gera
as associações do paciente
sob a forma discursiva (fala)
e não discursiva (imagem,
sentimentos, sonhos)?

COMENTÁRIO DE ELIAS MALLET DA ROCHA BARROS E ELIZABETH LIMA DA ROCHA BARROS

O presente exercício tem sua inspiração numa nova seção do *International Journal of Psychoanalysis*, criada há 7 anos, intitulada “O analista trabalhando”, inaugurada durante o período durante o qual fui (ERB) Editor para a América Latina dessa publicação.

A razão que orientou a decisão de criar esta nova seção relacionava-se a diversas questões que pairavam no ar. A diversidade das abordagens clínicas era, e é, enorme. A pergunta sobre a existência ou não de uma base comum à psicanálise motivou vários congressos. O próprio *Journal* publicou um debate, hoje considerado clássico, entre André Green e Wallerstein sobre este tema.

Os analistas se viam e se veem face às limitações das teorias de que dispomos, que não são conceitualmente suficientes para explicar nossa clínica. Expressivo desta ansiedade é o título do livro publicado por Stefania Manfredi (1968): *As certezas perdidas da psicanálise clínica*.

Talvez, se nos sentíssemos menos ameaçados, poderíamos dizer que estamos simplesmente diante de mais uma manifestação do que Morin e Le Moigne (1999) chamam de “pressão para inteligência da complexidade”. O fenômeno clínico observado sempre é uma teia de relações que necessita ser inserido num sistema complexo de pensamentos e experiências. Somos muito mais sensíveis hoje à multideterminação dos

fenômenos psíquicos e, em consequência, damos mais atenção aos detalhes das manifestações que hoje vemos como transferenciais e aos seus significados.

Novos paradigmas são fruto de uma transformação da psicanálise, que deixou de se propor a “curar” sintomas e passou a se preocupar com a estrutura da personalidade e com os fatores que facilitam e dificultam seu desenvolvimento. Ainda nessa área, podemos dizer que nos vemos perdidos diante de uma multiplicidade de teorias que ameaçam nosso campo de fragmentação.

Neste contexto, nós, editores, pensamos que nos deveríamos voltar para a clínica tal qual era praticada pelos analistas contemporâneos e, nesse sentido, escolhemos um grupo representativo de analistas, selecionado em função de suas publicações e prestígio na cena internacional, aos quais pedíamos que nos enviassem o material de uma ou duas sessões detalhadamente descrito e de preferência sem quaisquer referências teóricas. Concomitantemente, pedíamos a dois outros analistas, de orientações teóricas conhecidamente diferentes daquele que nos forneceu o material clínico, para comentarem.

Implicitamente nos perguntávamos se nós analistas não estávamos perdendo nosso rumo inspirado nas teorias sobre o inconsciente inauguradas por Freud. Em cada sessão para uma questão: O que cria/gera as associações do paciente sob a forma discursiva (fala) e não discursiva (imagem, sentimentos, sonhos)? E dessa interrogação decorrem outras tais como: o que guia nossas intervenções? O que as justifica? Como avaliamos seus efeitos?

A situação analítica da forma como ela é concebida nos seus aspectos formais (número e duração de sessões, a postura do analista) constitui nossa *materialidade teórica*, que de acordo com Fédida (1992), que introduziu esta expressão, é metapsicologicamente coerente com a “ficção” de um aparelho psíquico. É desse ângulo que podemos fazer uma reflexão sobre a teoria implícita na concepção de *setting* na clínica contemporânea.

Vemos grande utilidade na expressão *materalidade teórica*, porque ela indica que nossa prática clínica (nossa materialidade) é a expressão de um *modelo metapsicológico* do aparelho psíquico. Essa expressão enfatiza também a relação dialética entre a prática e a teoria. Nada é mais perigoso para o desenvolvimento da psicanálise do que uma cisão entre o psicanalista clínico praticante da psicanálise e o teórico, pensador desta prática. Deste modo, qualquer inovação nos seus aspectos formais implica um re-exame da concepção de como opera o aparelho psíquico humano.

Ouvimos de Donald Meltzer, em diversas aulas e seminários clínicos, que o destrinchamento de um material clínico poderia ser comparado ao que ocorre na lapidação de um diamante. O lapidador inicialmente se vê diante de uma pedra relativamente informe coletada na natureza. Essa pedra traz em si um potencial de cortes, ou seja, de lapidação. O objetivo do lapidador é fazer cortes no cristal de tal forma que a luz a atravessasse produzindo um máximo de luminosidade. É dessa forma que são produzidos os diamantes, alguns deles maravilhosos. A lapidação depende da habilidade do lapidador para encontrar os melhores ângulos de abordagem da pedra e do potencial da pedra bruta. Mas não há uma única maneira de lapidar uma pedra. Diante de cada pedra existem duas ou três possibilidades de uma lapidação excepcional, 4, 5 ou 6 de uma boa lapidação e um potencial de se estragar a pedra. O mesmo ocorre numa sessão de análise. O analista, o supervisor ou o comentador no nosso caso são instados a propor os seus recortes de forma a lançar mais ou menos luz ao modelo de funcionamento mental do paciente. A *pedra bruta* no caso é o material em si, incluindo a forma como este foi colhido e relatado.

É com esta perspectiva que abordaremos o material que nos é oferecido generosa e competentemente por Sergio Telles, nosso colega e querido amigo.

É preciso enfatizar que se trata de um *exercício* de imaginação, nunca uma supervisão.

Gostamos muito de mencionar a postura de Riobaldo, personagem de Guimarães Rosa,



*o pensar reflexivo sobre si mesmo
permite que nos apropriemos
de nossos conhecimentos e
examinemos criticamente os atos
e discursos constitutivos de nossas vidas
de modo a encontrar nesta um sentido,
uma estrutura organizadora*

quando somos convidados a especular sobre um tema clínico. Diz ele: “*De primeiro, eu fazia e mexia, e pensar não pensava. Não possuía os prazos. Vivi puxando difícil de difícil, peixe vivo no moquém: quem mói n’ asp’ro, não fantaseia. Mas agora feita a folga que me vem, e sem pequenos dessorsegos, estou de range rede. E me inventei neste gosto de especular ideia.*” (João Guimarães Rosa, *Grande Sertão: Veredas*, p. 3).

Riobaldo, na passagem acima citada, concentra em sua fala – a fala de alguém que se propõe a narrar sua própria vida em busca de um fio condutor que lhe dê unidade e sentido – a essência daquilo que corremos o risco de perder em nossa reflexão psicanalítica: o pensar reflexivo sobre si mesmo que permite que nos apropriemos de nossos conhecimentos e examinemos criticamente os atos e discursos constitutivos de nossas vidas de modo a encontrar nesta um sentido, uma estrutura organizadora que nos permita exercer uma função crítica em relação à própria cultura. Riobaldo sabe intuitivamente que o sentido de sua experiência não é apreensível enquanto esta transcorre, no imediatismo do dia a dia. É só no *range rede* depois de *feita a folga* e sem os pequenos *dessorsegos* que a experiência pode ser pensada.

E assim passamos a refletir sobre a sessão e a propor nossa lapidação.

A primeira questão que se apresenta, de nosso ponto de vista, é a frequência (1 vez por



Marina se mantém durante as sessões num estado de espírito que mistura raiva e desespero a serviço do modo infantil de funcionamento mental

semana), das sessões de Marina. Para nós, a frequência em si mesma não serve, ou não basta, para definir se uma abordagem é psicanalítica ou não. A diferenciação entre psicanálise e psicoterapia muitas vezes não faz sentido, sobretudo se feita com o objetivo de valorizar uma prática e desvalorizar a outra.

A questão para nós se coloca de outra maneira. Quanto menos frequente vemos um paciente, em princípio, menos dispostos estamos em perturbá-lo, desafiar seu estado presente de equilíbrio psíquico e a *nos deixar perturbar* por ele (paciente). Isto pode implicar uma dificuldade maior de observarmos e interpretarmos defesas mais primitivas que operam de maneira mais sutil.

Não querer perturbar o paciente carrega uma série de perigos para nossa prática clínica. Assim sendo quanto mais conscientes estivermos dessa possibilidade, mais capazes seremos de sustentar nossa identidade analítica e nos refrearmos de tentar “tranquilizar” o paciente.

De nosso ponto de vista, o elemento que mais nos chama a atenção é o dilema (poderíamos chamar isto de conflito?) enfrentado por Marina entre querer ou não saber o que está se passando na realidade, como aponta Telles. Mas, para nós, a questão central não é a problemática de querer ou não saber especificamente o que o marido está fazendo com ela, se a trai ou não, se a trata como idiota ou não. Acreditamos mesmo que a referência explícita a esta questão pode le-

vá-la a se defender mais ainda ao concretizar a problemática em torno da questão se o marido a trai ou não. Como a definição dessa questão implicaria muito provavelmente uma ação/reação de separar-se ou não, nós evitaríamos mencionar a situação específica em nossa fala.

A problemática da possível traição do marido, do ponto de vista de um ego mais maduro e adulto, seria de outra natureza, questionamento que ela nunca faz, qual seja, *o porquê de o marido eventualmente ter se afastado ou perdido o interesse nela*.

Ela não faz esta pergunta, sempre na singularidade de nossa perspectiva, porque Marina mantém um funcionamento mental infantilizado. Aqui não estamos nos referindo ao desenvolvimento cronológico da paciente, não estamos nos referindo a uma possível regressão ao seu funcionamento historicamente *infantil*, mas ao *modo infantil* de sua mente. Trata-se de uma regressão estrutural e não histórica.

Marina se mantém durante as sessões num estado de espírito que mistura raiva e desespero a serviço *do modo infantil de funcionamento mental*. Um desespero que se metaboliza diretamente em raiva. Ela se apresenta num estado de passividade diante do analista e da situação que está vivendo. Ela literalmente *traz* o problema para o analista lhe sugerir uma solução. Sua raiva está a serviço da manutenção de um estado de espírito infantil, ela se torna primeiro a menininha com raiva e depois se transforma numa espécie de menininha incapacitada que não vê o que está se passando, convida o analista ao desespero e a um desejo de denunciar sua ingenuidade.

Vejamoss nossas hipóteses sobre o sonho/pesadelo que ela nos apresenta:

Sonho: Parecia um filme de terror. Estava ela num lugar desconhecido, acompanhada de muita gente, quando ouve dizer que havia aparecido ali um boneco que se transformara num monstro que iria matar a todos. Em pânico, as pessoas procuraram fugir, mas sabia-se que não havia escapatória, ele mataria e devoraria a todos. Marina se tranca num lugar cujo acesso só é possível atravessando-se

vários aposentos fechados com portas grossas de madeira, “como as de seu consultório”, acrescenta. Marina não se sente a salvo, pois percebe que o boneco-monstro vem atrás dela, destruindo as portas com grandes dentadas e mordidas, até chegar onde ela se encontra. Quando se veem frente a frente, ambos se acalmam e se sentam no chão, passando a brincar com bolhas de sabão como duas crianças. Apesar de mais tranquila, Marina continuava temerosa, pensando que o boneco poderia, a qualquer momento, voltar a ficar com raiva e matá-la.

Neste seu estado de medo, pavor mesmo, o ser perseguida pelo boneco assassino transforma-se em uma brincadeira com bolhas de sabão!!!!!!????? O medo de pensar sobre o boneco presente em sua vida no momento – neste caso a problemática gerada pela quase inegável traição do marido – é transformada numa brincadeira infantil (seu modo infantil de funcionar nesta situação). E ainda traz o boneco assassino para o consultório de seu analista, mantendo-se passiva, transformando algo que seria muito amedrontador e sério em algo nada sério, uma brincadeira. De forma inconsciente, convida o analista a lhe dizer que o boneco é algo muito sério, perigoso e assustador pelas consequências potenciais de entrar em contato com esta realidade psíquica. Do ponto de vista de um lado adulto a questão seria: quem criou (e de que forma) o boneco monstro? No caso, Telles nos relata como Marina recua diante da possibilidade de ter que se examinar e confrontar-se com o significado de seu ódio (no caso infantil) e transforma tudo em bolhas de sabão.

Se quisermos especular ainda sobre o material, poderíamos considerar que Marina se identifica com a moça pobre, ajudada pelo marido, que não questiona a natureza desta ajuda. Ela, a nosso ver, empobrece seu funcionamento mental

ao instalar-se primeiro na raiva e depois ao torná-la bolhas de sabão. A questão analítica então seria o que a leva a empobrecer-se e o que favorece a manutenção desse empobrecimento mental.

Concordo com Telles quando ele fala na identificação da paciente com a moça pobre e a partir disso especularia interpretativamente o porquê de ela permanecer mal remunerada como advogada apesar de competente. Nesse sentido também trataria a questão de ela só poder vir uma vez por semana como um outro sintoma de sua paralisação num estado de pobreza, inclusive mental.

Num nível teórico também poderíamos especular (lembrem-se de que nós comentadores estamos no *range rede* e Telles está *moendo n’ aspró*), que Marina evita um confronto com a situação edipiana. Marina *tranca-se* num aposento (estado mental ou organização patológica) passando através de várias portas trancadas (o lugar da cena parental primária?) e, diante da evidência da mesma, transforma o medo de ser abandonada (boneco monstro devorador assassino) em um estado infantil, quando passa a brincar com o boneco com bolinhas de sabão.

E aqui voltamos ao início do texto. Como comunicar tudo isto de caráter tão assustador à Marina numa sessão quando só a veríamos uma semana depois? Como resistir a tentar tranquilizá-la e a nos tranquilizar?

Referências bibliográficas

- Fédida P. (1991). *Nome, figura e memória*. São Paulo: Escuta.
- Fédida P. (1986,1989). *Communication et représentation*. Paris: Presses Universitaire de France. [Tradução brasileira: *Comunicação e representação*. Escuta, 1989.]
- Manfredi T. S. (1998). *As certezas perdidas da Psicanálise Clínica*. Rio de Janeiro: Imago.
- Meltzer D. (1967). *The psycho-analytical process*. Perthshire, Scotland: Clunie Press.
- Morin E.; Moigne J. L. L. (1999). *L’intelligence de la complexité*. Paris: L’Harmattan.

Luto e melancolia, hoje

Tales A.M. Ab'Sáber

Resenha de Sigmund Freud,
Luto e melancolia, trad. Marilene Carone,
com textos de Maria Rita Kehl,
Modesto Carone e Urania Tourinho Peres.
São Paulo: Cosac Naify, 2011, 141 p.

Por ocasião do lançamento da nova edição de *Luto e melancolia* – com a tradução de Marilene Carone do famoso trabalho metapsicológico de Freud que é, sabidamente, um trabalho de imenso interesse humano – Modesto Carone rememorou que, ao publicar, nos anos 1980, três ensaios que revelavam, analisavam e criticavam o estado lastimável das traduções indiretas de Freud realizadas no Brasil, Marilene Carone recebeu um telefonema de Antonio Candido, apoiando-a na iniciativa polêmica. Para o crítico que escreveu *A formação da literatura brasileira*, a sólida e irônica crítica às traduções sem nenhum critério, descuidadas e deformantes que a obra do pai da psicanálise recebera entre nós até então fazia uma radiografia contundente de um certo estado geral de barbárie e de inconseqüência em que a cultura vivida no Brasil daquele tempo se encontrava. E ainda é verdade que, ao lermos os textos da autora hoje, recolhidos por Paulo Cesar de Souza, em *Sigmund Freud e o gabinete do Dr. Lacan*, temos a clara percepção de como o conhecimento técnico rigoroso, uma causa justa

e um talento literário forte podem produzir uma obra simplesmente explosiva no quadro de uma cultura rebaixada.

Embora os processos da nossa própria cultura contemporânea sejam muito complexos, e em grande medida e sob muitos aspectos ligados ao avassalador andamento da nova indústria cultural, e a hegemonia do consumo como cultura não nos dê verdadeiros motivos para comemorar, também, é sabido, a psicanálise brasileira tem alcançado um grau alto de qualificação em suas instituições, em sua presença razoável no mundo, na mais ampla produção científica, em sua presença na Universidade e, nos últimos anos, com o horizonte da queda do controle de direitos da grande obra freudiana, *finalmente* na esfera do trato com o texto freudiano, ele próprio, entre nós. Assim, assistimos ao gradual surgimento de novas traduções a partir do alemão de Freud, criteriosas e formalmente equilibradas, também realizadas em novíssimas possibilidades de edições, novas concepções editoriais para o texto e a obra freudiana clássica.

André Carone, colega professor de filosofia da psicanálise da Universidade Federal de São Paulo, chamou a atenção para este ponto: com o fim do monopólio dos direitos autorais sobre a obra de Freud, descongela-se a possibilidade contemporânea de reavaliações e re-enquadramentos do trabalho fundamental do criador da psicanálise, que pode se expressar, como é o caso deste livro, através de novas lógicas e formas de edição. E, nesse sentido, temos realmente o que comemorar, uma vez que de fato existem hoje no Brasil mais de uma editora em condição de lidar com o texto freudiano e seu lugar no pensamento psicanalítico do presente, como é o caso desta edição concebida pelo editor Milton Ohata, da Cosac Naify, com a tradução precisa de Marilene Carone e os importantes comentários de Modesto Carone, o texto de Maria Rita Kehl e o posfácio de Urania Tourinho Peres. E sabemos que este é um modelo para a edição posterior de toda a tradução comentada de Freud, feita por Marilene Carone, que inclui uma tradução de A

Tales A.M. Ab'Sáber é psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, professor de Filosofia da Psicanálise no curso de Filosofia da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).

negação, de 1925, e das seiscentas páginas das importantes Conferências introdutórias à psicanálise, de 1916/1917.

Podemos relembra a situação histórica das formas de edição desta pequena obra-prima do pensamento freudiano, *Luto e melancolia*, que retorna agora para nós à luz de nossa consciência contemporânea. Segundo James Strachey, a aproximação entre melancolia e luto era uma intuição que vinha de muito longe no pensamento freudiano, tendo sido mesmo esboçada de modo cifrado e enigmático em um manuscrito conhecido como “Notas (III)”, enviado a Fliess em maio de 1897, o mesmo texto em que, pela primeira vez, Freud toca na figura clássica de Édipo como uma imagem cultural significativa para o pensamento a respeito da vida psíquica. Em 1910, em uma reunião da recentíssima Sociedade Psicanalítica de Viena e diante do tema do suicídio, Freud assinalou a necessidade de a psicanálise investigar a relação que deveria existir entre luto e melancolia, mas também afirmou, com a maior razão sobre si mesmo, que o conhecimento psicanalítico de então ainda não era suficiente para dar conta do problema. Em janeiro de 1914, ele apresentou a Ernest Jones os elementos psicanalíticos que comporiam o trabalho, cujos temas então encontravam a mediação adequada, com a introdução da noção de narcisismo no pensamento psicanalítico. O artigo foi redigido em 1915, e veio a fazer parte do conjunto de trabalhos conhecidos propriamente como *metapsicológicos*, textos de balanço e aprofundamento teórico dos anos 1910, sendo de fato o texto que encerrou a série conhecida. Estes escritos, por sua vez, foram objeto de uma negociação de Freud com seu editor Hugo Heller, a respeito dos direitos autorais de sua obra.

Luto e melancolia apareceu pela primeira vez em 1917, no *Internationale Zeitschrift für Ärztliche Psychoanalyse*, sendo em seguida publicado no primeiro conjunto de livros das obras metapsicológicas e dos escritos gerais sobre a teoria das neuroses de Freud, em 1918, conjunto que foi reeditado, em um volume único, em 1922, com o título *Sammlung Kleiner Schriften zur Neuro-*

senlehre, ou seja, a *Coletânea de pequenos escritos sobre a teoria da neurose*.

O curioso, e original, desta primeira pequena coleção dos textos teóricos de Freud da década de 1910, na qual podemos encontrar toda a elaboração conceitual de sua primeira tópica do inconsciente de gênese sexual e infantil, é que ela não estava organizada por nenhum critério ordenador visível ou tradicional, como temas, cronologia, vínculos genéticos ou teóricos, ou períodos da obra. Apenas partindo de *A história do movimento psicanalítico*, de 1914, a coletânea de fato reúne e coleciona as pequenas obras-primas teóricas de Freud a respeito da teoria da neurose, da sexualidade infantil e da metapsicologia de até então, em uma ordem que não nos parece ordenada, indo para frente e para trás na cronologia dos trabalhos, cultivando quase uma aleatoriedade, e cujo único sentido, se houver, só pode ser dado pela leitura do conjunto... Esta displicência editorial talvez diga algo a respeito dos atribuídos anos de formação do aparelho institucional psicanalítico original. Estranha displicência diante de uma obra que seria, no futuro, tão esmeradamente cultuada e organizada, interpretada e conhecida em detalhes e em profundidade, nos próprios aparatos críticos que incorporaria, dentro ou fora das edições de Freud. Um exemplo disto veio a ser o monumental comentário histórico genético de James Strachey, que emoldurou o projeto da Standard Edition inglesa, de 1955/1966.

É curioso que, para os critérios contemporâneos e para o rigor de quase culto que a obra freudiana inspiraria no futuro, a *Sammlung* de 1918/22 fosse algo caótica e desleixada. E, ainda, a edição dos *Gesammelte Werke* – as obras completas em alemão – publicada em Londres, de 1940 a 1952, recebeu recentemente o seguinte comentário do tradutor e organizador da nova edição brasileira da Companhia das Letras, Paulo César de Souza: “Embora constituam a mais ampla reunião de textos de Freud, os dezesseis volumes da *Gesammelte Werke* foram sofrivelmente editados, talvez devido à penúria dos

anos de guerra e de pós-guerra na Europa. Embora ordenados cronologicamente, não indicam sequer o ano da publicação de cada trabalho”¹.

É possível percebermos que a incorporação do aparato crítico genético, e de uma hermenêutica estrutural universitária moderna, de fato demorou a chegar às edições de Freud, coincidindo, tardiamente, um novo grau e patamar de consciência editorial, a partir da *Standard* inglesa de Strachey, com o próprio movimento histórico e cultural reflexivo avançado, que ficou conhecido, a partir do trabalho de leitura de Lacan, como o *retorno a Freud*.

Esta pequena lembrança da história da edição freudiana de *Luto e melancolia* serve apenas para colocarmos em perspectiva o nosso promissor momento atual, em que surgem três projetos de tradução e reavaliação editorial da obra freudiana: o da tradução do original alemão, com critérios apresentados e o clássico aparato crítico de Strachey, da *Imago*, coordenada por Luiz Hans, o da obra psicanalítica completa de Freud, por Paulo César de Souza, para a Companhia das Letras, e o das finas traduções originárias de Marilene Carone, com comentário crítico contemporâneo brasileiro, da Cosac Naify.

Não vou trabalhar aqui com a profundidade que mereceriam os ótimos ensaios de Maria Rita Kehl e Urania Tourinho Peres, presentes no novo livro. Além de o trabalho de Kehl recuperar o contexto teórico da evolução do pensamento freudiano em que *Luto e melancolia* está inserido, e comentar o estilo esclarecedor e ético da escrita freudiana, os trabalhos de ambas as autoras produzem a ampliação contemporânea da noção de melancolia e seu reposicionamento para o presente e consideram as leituras históricas e filosóficas sobre a noção, que emergiram a partir dos anos de 1960. Kehl vai lembrar a longa tradição, não utilizada por Freud, da associação entre a melancolia e o *homem de gênio*, da possível necessidade de habitar o campo da linguagem daquele que perdeu o seu lugar no vínculo social,

e vai apontar para a importante questão histórica, e epistemológica, da *privatização da melancolia* pelo sistema conceitual freudiano moderno.

O amplo ensaio de Urania vai produzir um corpo a corpo com as condições narcísicas e psiquicamente corrosivas da vida contemporânea *danificada*, entretecido no texto com o próprio percurso existencial de Freud ao redor da emergência histórica do luto pessoal, no gesto auto-destrutivo da civilização de seu tempo e em sua própria vida familiar e íntima. Os dois artigos recuperam dimensões de sentido histórico da noção de melancolia que Freud, de modo radicalmente psicanalítico, e elegante, recusou-se a incluir em seu próprio ensaio.

Quero apenas lembrar aqui um outro ponto que me parece importante. Como é sabido, um dos impulsos que levou Freud à radicalização da autoanálise – em conjunto com crises teóricas, clínicas e epistemológico/políticas dos anos de 1890 – foi o difícil *luto pessoal* que se articulou à sua própria neurose, e que estaria no fundo de tantos sonhos seus deste período, frente à morte de seu pai, Jacob Freud, o famoso *acontecimento mais difícil na vida de um homem*, segundo o primeiro psicanalista. De fato este foi um trabalho especial, porque inconsciente, só reconhecido por Freud *a posteriori*, quando chegou a totalizar a experiência do livro dos sonhos para si próprio, como ele próprio reconheceu no prefácio à segunda edição do livro. Strachey tem razão ao reconhecer já nas origens de todo o sistema psicanalítico, nos manuscritos enviados a Fliess no período, os traços e o enigma pulsante do vínculo de *luto e melancolia*. Se, no primeiro momento, o objeto de estudo e de avanço teórico espetacular de *A interpretação dos sonhos* era a metapsicologia e a clínica das *psiconeuroses de defesa*, buscando qualificar o estatuto simbólico e humano do sintoma neurótico, noutra direção um impulso pessoal profundo, do *mais importante dos meus casos, eu mesmo* (palavras de Freud a Fliess), era também *um importante trabalho de luto*, que o homem de gênio Sigmund Freud soube transformar através de sua obra. Deste modo

1 P.C. Souza, “Esta edição”, apresentação de S. Freud, *Obras Completas*, São Paulo, Companhia das Letras, 2010.

a história da própria psicanálise poderia ser concebida também como *um imenso trabalho do luto freudiano*, e não por acaso em 1915, com a conquista da mediação metapsicológica fundamental do narcisismo, ainda impensável em 1897, necessária originalmente para pensar aspectos da experiência psicótica, Freud vai então resolver, ao seu modo, o outro lado do seu próprio *sintoma normal*, além do sonho, o luto. A psicanálise também poderia ser entendida como uma imensa teorização de um *metaluto*, realizada por um homem de gênio moderno.

E o que fica nesta leitura tardia, neste último retorno a Freud de um psicanalista contemporâneo a respeito de um texto arqui-clássico, já lido e relido, situado, pesado e passado a pelo e a contrapelo, por décadas? O balanço constante, produtor de teoria e de uma leitura da vida, entre o estado de dor e tristeza da situação não patológica do luto e toda a textura de representações e trabalho psíquico que ele exige do indivíduo, e o estado excepcional de dor e tristeza também marcado pela autorreprovação da melancolia, propriamente patológica. As várias checagens e as diferenciações entre os campos aproximados de um estado de normalidade dolorosa, que implica o tempo em sua elaboração, frente ao estado de uma patologia triste, atemporal, deixam como resultado as verdadeiras mediações conceituais freudianas, que são a própria encarnação, necessárias aos objetos humanos do luto e da melancolia, da *metapsicologia*. Há um verdadeiro balanço dialético entre o colorido da experiência psíquica normal e o patológico, em algum lugar a ela articulado, cujo resultado é o próprio estrato da consciência metapsicológica, que se revela aqui como mais ajustada às coisas humanas do que nunca.

Este balanço dialético – entre estratos psíquicos díspares, mas conectados em um ponto a ser localizado, e seu resultado mediado e mediador na teoria que emerge exatamente aí –, é um dos modos de produção de conhecimento freudiano que tem valor sobre toda a sua obra. Os estados vivos definem o trabalho da teoria psica-

nalítica, e o trabalho da teoria psicanalítica ilumina, por dentro, os estados vivos. Exatamente por isso, sempre houve exagero na crítica epistemológica filosófica à psicanálise que cindia excessivamente o conceito psicanalítico da matéria viva da alma humana, e maior acerto na perspectiva que, em outra direção, via na psicanálise um parentesco com o trabalho dialético do conceito e do espírito, sempre encarnados.

Pode-se observar em *Luto e melancolia* um poderoso retorno de Freud à experiência. Com efeito, um retorno ao que poderíamos chamar de experiência psíquica, à observação e objetivação em uma ordem de razões própria da sua psicanálise de um novo espaço do *acontecimento psíquico e emocional intenso*, seu velho conhecido, à sua descrição psicanalítica de grande acuidade da dinâmica viva, encarnada em *representação e afeto*, do mundo psíquico do luto, *trauer* em alemão. Pelo trabalho refinado da tradutora, ficamos sabendo que “a proximidade do conceito de luto com o de tristeza é em alemão mais evidente do que em outras línguas: vem de Trauer o adjetivo *traurig* (triste)” (p. 44).

A experiência sensível deste acontecimento emocional central da vida humana, de grande valor civilizatório, e sua evidente tomada de posse da consciência e daquilo que Freud, já então, chama de *eu*, volta a estar no primeiro plano da indagação freudiana, de algum modo trazendo para teorização um novo tipo de matéria viva da alma, significativamente diferente do amplo espetáculo da decifração do sintoma neurótico dos primeiros tempos da psicanálise, mas perfeitamente passível de ser trabalhada pelo mesmo sistema metapsicológico. A emergência da matéria experiência *patológica normal* do luto, que vai ajudar sobremaneira no entendimento da matéria sintomática verdadeiramente patológica da melancolia, nos revela um Freud permanentemente atento ao campo vivo da maior importância epistemológica da *psicopatologia da vida cotidiana*, mas também abre de algum modo a psicanálise em um campo de fenômenos psíquicos, experiência e acontecimento emocional po-

sitivamente diferente, outro, quando comparado à natureza contraditória e enigmática intensa do sintoma defensivo estruturado original, histérico ou obsessivo, que moveu toda a máquina de pensar freudiana. Vemos o potencial expansivo intenso que a introdução de cada *noção necessária* no sistema da metapsicologia, no caso a introdução histórica do *narcisismo*, sempre tem em psicanálise.

Noutras palavras, se as razões psicanalíticas da leitura freudiana sobre o luto são a expansão brilhante da base original freudiana, conquistada na teoria sexual das neuroses, e na metapsicologia mais radical dos sonhos, que se dá por um novo ponto metapsicológico – o narcisismo – a própria matéria, que é uma outra natureza de vínculo entre normal e patológico, entre dor psíquica e sentido do sujeito – o luto – é também, verdadeiramente de outra natureza.

Freud faz um deslocamento, de grande importância, e que vai estar na base de muitas descobertas psicanalíticas posteriores – como toda a pesquisa futura do campo do valor criador de uma ilusão necessária à constituição do sujeito, no *brincar*, por exemplo – na própria matriz existencial, na própria coisa fenomênica, na própria vida psíquica que envolve a forma da consciência, que desloca a teorização psicanalítica para verdadeiras outras paragens, da carne da experiência, e da necessária, então, refundação conceitual psi-

canalítica. A psicanálise necessita prestar atenção e estar em contato com *uma carne viva da experiência psíquica*, não abstrata, o luto, ou a melancolia, do mesmo modo que necessita do *conceito metapsicológico preciso* para poder chegar a operar aí, no caso, o narcisismo.

É por isso, essencialmente, que sentimos que, em *Luto e melancolia*, estão as sementes genéticas, e as raízes, dos futuros braços, que por sua vez serão eles próprios verdadeiras novas raízes, e novos troncos na história teórica mais ampla da psicanálise, daquilo que, em alguns anos, seriam os elementos conceituais psicanalíticos da chamada segunda tópica freudiana, os futuros ego e superego, de *O Ego e o id*, e, a mais revolucionária sob muitos aspectos, *pulsão de morte*, de *Além do princípio do prazer*. Estas *necessidades futuras do conceito* são fundadas no deslocamento de objeto mais central, a que faz parte o trabalho do analista ficar atento, em uma matéria psicanalítica, uma carne do sentido da experiência humana que verdadeiramente *porta uma nova ordem conceitual no interior de si própria*; ou melhor dizendo, que exigirá o trabalho do conceito lá, nos limites e na fronteira, onde ele próprio, em trabalho de luto epistemológico sobre a sua própria natureza, será obrigado a transformar-se, chegando assim a produzir, gradualmente, no processo da história da psicanálise, a própria *transmutação teórica* da disciplina.

Uma visão binocular de Bion

Renato Mezan

Resenha de Luis Claudio Figueiredo, Gina Tamburrino e Marina Ribeiro, *Bion em nove lições: lendo 'Transformações'*. São Paulo, Escuta, 2011, 156 p.

Suponhamos que, percorrendo a estante de Psicanálise de uma livraria, um estudante depare com a lombada da obra que comentaremos a seguir. Não seria de admirar se fosse tomado por uma grande alegria: um pensamento tão complexo exposto em apenas nove lições? Que presente dos céus! Puxa o livro, percebe que ele se refere apenas a um texto de Bion, e folheando-o, se dá conta de que a expectativa era infundada: a proposta do autor não é apresentar o percurso do psicanalista inglês, menos ainda uma exposição sistemática dos seus conceitos, mas acompanhar passo a passo o movimento e as implicações de alguns parágrafos pinçados nos três primeiros e nos três últimos capítulos de *Transformations*.

Frente a tal descoberta, nosso estudante poderia ter várias reações. Uma delas talvez fosse de decepção: um tanto irritado, recolocaria o livro na prateleira e continuaria seu passeio pela loja. Mas, caso tivesse um pouco mais de curiosidade e de “tolerância à frustração”, poderia aceitar o convite, sentar-se em algum canto, e prosseguir na leitura – e, ao terminá-la, acredito que reconheceria ter aprendido bastante.

A forma inusitada – trata-se da transcrição editada de uma série de aulas proferidas na PUC/SP, da qual se encarregaram Gina Tambur-

rino e Marina Ribeiro, por isso consideradas co-autoras – vai se revelando ao longo das páginas uma ótima escolha. Entremeando a reprodução dos textos selecionados com comentários sobre cada um, Luis Claudio nos introduz nos meandros de um livro fundamental tanto para quem deseja se aprofundar no pensamento de Bion quanto para os que querem compreender a posição dele na história da Psicanálise.

Isso porque, além da *explication de texte* no melhor estilo franco-uspiano – ou seja, destacando os conceitos, expondo seus pressupostos e a relação que vão estabelecendo uns com os outros, e portanto permitindo-nos perceber as articulações de um pensamento que evolui em espirais sucessivas – o método inclui outras dimensões. Uma delas é a busca das razões para certas peculiaridades do texto bioniano que costumam desnortear o leitor: a brusca passagem de fragmentos de sessões com psicóticos a um grau elevadíssimo de abstração, o retorno incessante sobre os próprios passos, que com frequência desconstrói o que parecia solidamente estabelecido, certas inconsistências lógicas no argumento, o uso um tanto desenvolvido (para dizer o mínimo) feito por Bion das suas referências filosóficas, e outras mais. Longe de serem casuais, ou devidas a algum descuido do autor, tais características traduzem, segundo Luis Claudio, o desejo dele de tornar sensível a quase insuperável dificuldade para falar de uma experiência que comporta por natureza um aspecto indizível e irrepresentável – a experiência do processo e da prática psicanalíticas.

Transformations trata, como se sabe, das transposições dessa experiência no paciente e no analista, desde sua origem (suposta) até as elaborações mais complexas e refinadas que ambos podem lhe dar. O ponto de partida é o que Joan e Neville Symington chamam, em seu livro sobre

Renato Mezan é psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae e professor titular da PUC/SP. É autor de vários livros, entre os quais os mais recentes são a edição ampliada de *Figuras da Teoria Psicanalítica e Intervenções* (ambos pela Casa do Psicólogo).

Bion, de “fenomenologia da sessão”¹: aquilo que nela se passa, tomado no sentido mais imediato – as associações do analisando, e as vivências que despertam no analista. A hipótese de Bion é que esses fenômenos resultam de transformações sucessivas de “algo” designado como O, um ponto zero incognoscível (de onde o uso do termo kantiano de “coisa em si”), mas cujas manifestações podem ser apreendidas, porque formam padrões recorrentes.

A tarefa do analista é descobri-los, e formular, a partir deles (e das suas próprias reações a eles), interpretações que favoreçam, em seu parceiro, o contato com a realidade psíquica da qual derivam. Assim como nosso estudante na livraria, este pode aceitar os sentimentos que costumam acompanhar tal contato – na perspectiva bioniana, habitualmente feitos de terror, angústia, perseguição, culpa, desamparo – ou deles fugir por meios variados, que evidenciam suas defesas e aparecem, no imediato da sessão, como o que Freud denominava “resistências”.

A seleção feita por Luis Claudio nos doze capítulos do livro destaca os eixos principais do argumento construído por Bion: a noção de transformação (objeto das primeiras “lições”) e o conceito de O (tratado nas últimas). Entre uma e outra, é estudado um tipo específico de transformação, a “transformação em alucinose”, uma das mais originais contribuições do psicanalista britânico ao arsenal conceptual da Psicanálise.

Assim como ele, que transita dos “mais miúdos detalhes do terreno” a “patamares de alta abstração”, nosso autor examina com lupa cada frase dos trechos que transcreve, para em seguida situá-los no lugar que lhes corresponde na construção do argumento, e analisar algumas das suas implicações teóricas e clínicas. As citações, que por

vezes ocupam mais de uma página, são indispensáveis para que o leitor possa acompanhar o comentário – e devemos agradecer a Luis Claudio o tê-las feito também do original, o que permite apreciar a propriedade da tradução. Um ou outro deslize (como a versão de *assessment* por *levantamento*, quando no contexto significa claramente *avaliação*, p. 49, ou a falta de vírgulas numa passagem em português, que inverte o sentido da frase, p. 28) serão com certeza corrigidos numa próxima edição, assim como a ausência de algumas palavras aqui e ali nos trechos em inglês. Mas, no conjunto, a tradução proposta é bem superior à da edição Imago², que sofre dos mesmos defeitos tantas vezes apontados na Edição Standard Brasileira das obras de Freud: literariamente um desastre, muitas vezes alambicada, torna ainda mais árido um texto que não é de fácil absorção, mas de modo algum deliberadamente obscuro.

Outra característica da forma como Luis Claudio o lê é uma saudável distância da veneração presente no livro dos Symington, que “não têm a menor hesitação” (*sic*, p. XII) em qualificar Bion de “o mais profundo pensador da Psicanálise – e esta afirmação não exclui Freud”. Não se trata aqui de distribuir medalhas de “profundidade”, mas tampouco podemos deixar de observar que, se os autores ingleses tivessem lido Freud com o mesmo cuidado com que leram Bion, não se exporiam ao ridículo de apresentar, do pensamento do fundador da Psicanálise, a versão esquemática e superficial a que sistematicamente o reduzem quando comparam as ideias de um e de outro.

Tirando aquela hipérbole desnecessária, o livro que escreveram é uma excelente introdução tanto ao pensamento teórico de Bion quanto às suas implicações para a prática cotidiana do analista – e Luis Claudio se serve dele em determinados momentos da sua exposição. Poder-se-ia dizer que *Bion em Nove Lições* se situa a meio caminho entre o que realizou o casal britânico e outro ótimo volume sobre Bion, escrito por Gerard Bléandonu: *Wilfred R. Bion, la vie et l'oeuvre, 1897-1979*³. Este abrange a totalidade da obra, si-

1 *The clinical thinking of Wilfred Bion*, Londres e Nova York, Routledge, 1996, p. 2.

2 A que pude compulsar já começa mudando o título: *As Transformações*, Rio de Janeiro, 1991, trad. Paulo Dias Corrêa. Nas referências bibliográficas, Luis Claudio menciona outra versão, publicada pela mesma editora (Paulo César Sandler, 2004). É de esperar que seja mais fiel ao original.

3 Paris, Dunod, 1990.

tua-a no contexto biográfico, descreve sua evolução interna, esclarece a relação das ideias com os problemas que elas visavam a elucidar, com o ambiente psicanalítico em que tomaram corpo, e com as fontes filosóficas e literárias que ajudaram Bion a formulá-las.

Sem ter esse intento, o livro que estamos examinando leva em conta que Bion não surgiu do nada, como o famoso “raio em céu azul” de que fala Marx no *Dezoito Brumário*. Pelo contrário: está firmemente enraizado na Psicanálise britânica, quando mais não fosse por ter frequentado o divã de Melanie Klein precisamente na época em que esta desenvolveu suas ideias mais importantes (1945-1953), e por ter-se declarado explicitamente, nos textos sobre a psicose dos anos cinquenta, um seguidor da Grande Dama. Isso nada tira da sua originalidade, que se revelou por completo nos trabalhos da década de sessenta, em particular na trilogia que se inicia com *Learning from Experience* (1962), continua com *Elements of Psycho-analysis* (1963) e se conclui justamente com *Transformations* (1965).

Embora a certa altura – para ilustrar como Bion retoma questões que já havia tratado, e, para surpresa do leitor, serra o galho sobre o qual ambos estavam sentados – Figueiredo diga que para compreender Bion seria preciso não apenas “esquecer Freud e Klein, mas ainda esquecer Bion, acompanhá-lo ‘sem memória e sem desejo’ pelas trilhas que vai desbravando” (p. 45) – esta não é a tônica da sua leitura: ele não se priva de utilizar textos anteriores para esclarecer certas passagens obscuras de *Transformations* – por exemplo, as que chamam de *T(analista)beta* e de *T(paciente)beta* o produto das transformações operadas em suas “impressões” pelos participantes da sessão, enquanto anteriormente o termo *beta* designava os elementos protomentais inutilizáveis pelo aparelho de pensar, ou seja, algo que de modo algum pode ser considerado como um “produto”.

Estas e outras variações na terminologia são atribuídas – com razão, penso – ao desejo de Bion de manter ambíguas e abertas a novas significações (“não saturadas”) mesmo as suas fórmulas

mais abstratas, com o que, esperava ele, o leitor evitaria o erro de crer que algo esteja definitivamente estabelecido, quer no plano da teoria, quer no da prática clínica.

Há nessa postura de Bion um misto de sabedoria e de coqueteria. Sabedoria, porque é uma parte essencial de sua visão do funcionamento psíquico a crença na incognoscibilidade da realidade última (O), e portanto a afirmação do caráter necessariamente defectivo das palavras e das teorias com que procuramos descrevê-la. Este é, aliás, o motivo pelo qual a verdadeira mudança psíquica só pode ocorrer mediante uma transformação em O, o que é bem diferente de um conhecimento, mesmo “emocional”, desta misteriosa entidade. Coqueteria, porque apesar disso seu pensamento – como o de qualquer grande criador, em qualquer área da ciência ou da filosofia – apresenta uma forte coesão sistemática, assim como traços que se repetem desde os primeiros até os últimos trabalhos, e que são, por assim dizer, sua linha d’água característica, sua “assinatura”, ou, como dizia Karl Abraham acerca de *Totem e Tabu*, a marca das “garras do leão”.

Um desses elementos é a sensibilidade para os aspectos psicóticos do funcionamento mental, já evidente no trabalho com os grupos a que Bion se dedicou durante parte da sua carreira, especialmente durante e logo após a Segunda Guerra Mundial. A psicose (em particular a esquizofrenia) é a matriz clínica da qual derivam suas concepções fundamentais, e nos fornece um bom exemplo de como estas se enraízam no “tronco freudiano” (a expressão é de Luis Claudio) e neste grosso ramo da árvore psicanalítica que é a obra de Melanie Klein.

Como muitos dos que adotam a perspectiva bioniana compartilham a opinião dos Symington de que seu mestre é o Messias da Psicanálise, a convicção de Luis Claudio de que ele é parte integrante de uma história sem a qual sua obra não teria sido possível tem implicações muito mais amplas do que poderia sugerir a discrição com que aparece nessas *Lições*. De fato, não é o tema principal do livro, mas o atravessa de ponta

a ponta, e é sustentada pelo percurso do próprio Luis Claudio, que escreveu – juntamente com Elisa M. de Ulhoa Cintra – um estudo sobre Melanie Klein⁴, e, em seus cursos de pós-graduação, vem se dedicando à leitura de outros autores importantes na história da Psicanálise, como Douglas Fairbairn e Heinz Hartmann.

A meu ver, a contextualização de qualquer pensador é um poderoso antídoto contra a tendência a idealizá-lo, porque evidencia as conexões entre suas ideias e o ambiente no qual emergiram as questões que o ocuparam, e portanto as reabre, permitindo entrever as vias pelas quais ele transitou em sua tentativa de as elucidar. Isso está longe de ter interesse meramente histórico ou acadêmico, pois o que torna grande uma obra é justamente sua capacidade de estimular os que a leem a formular suas próprias questões, e ao mesmo tempo de fornecer-lhes instrumentos com os quais avançar em seu caminho singular. Vejamos então como Bion procede com os autores que lhe servem de estímulo, tomando como guias tanto as observações esparsas de Luis Claudio quanto as análises mais detalhadas dos Symington e de Bléandonu.

Este observa com argúcia que a análise de Bion com Melanie Klein se estende entre o ano da publicação de “Notas sobre alguns mecanismos esquizoides” (1945), que introduz o conceito de identificação projetiva, e *Developments in Psycho-Analysis* (1952), a grande síntese das concepções da escola realizada por ela e por seus colaboradores (entre os quais Bion, que tem um artigo na coletânea) a partir das comunicações apresentadas durante as “discussões controversas” dos anos quarenta. Por sua vez, Luis Claudio ressalta como ele recorta da obra de Klein o que lhe serve para pensar, deixando de lado, por exemplo, nada menos que o conceito de reparação, essencial na visão kleiniana da posição depressiva, e que ele substitui pela ideia de crescimento emocional.

Teria Bion lido mal a sua grande predecesora? Obviamente, não, assim como não “leu mal”

Freud, do qual também seleciona o que é afim à sua sensibilidade clínica e à matriz psicopatológica a que o conduz essa sensibilidade. Das seis mil páginas de textos e cartas de Freud, o que ele retém e usa sem cessar é o pequeno artigo de 1911 sobre os “dois princípios do funcionamento psíquico”, que vincula a aparição do pensamento ao princípio de realidade e ao que a escola inglesa chamará – numa importante “transformação” do que diz Freud – de “tolerância à frustração”.

Mas Bion impõe a essa ideia freudiana, assim como à de identificação projetiva, a torção própria ao *seu* sistema – e é essa operação que evidencia tanto sua inserção na tradição psicanalítica quanto a originalidade com que ela se efetua. Merleau-Ponty escreve⁵ que toda filosofia é a longa e laboriosa explicitação de uma “intuição central”. O mesmo se poderia dizer de um sistema de Psicanálise, entendendo por este termo uma construção original e abrangente sobre o funcionamento psíquico, sobre sua evolução da infância até a fase adulta, sobre as entidades psicopatológicas e sobre o processo analítico. São essas construções que servem de base para as diversas escolas de Psicanálise, e, por sua complexidade, compreende-se que não sejam numerosas. Penso que todas repousam sobre uma “intuição central”, e a desenvolvem de muitas maneiras, em muitas áreas; tais desenvolvimentos vêm a formar uma espécie de rede, que é justamente o que dá conta do seu caráter sistemático e ao mesmo tempo aberto a novos desenvolvimentos, por vezes em campos dos quais o criador do sistema não podia ter ideia alguma.

Talvez a “intuição central” de Bion possa ser formulada mais ou menos assim: a realidade psíquica é feita de dor e de angústia, das quais o ser humano busca fugir pelos mais variados meios. Isso, porém, lhe causa apenas sofrimento; se é possível alguma paz de espírito, ela só pode ser alcançada se pudermos reconhecer, tolerar e aceitar aquilo de que no fundo somos feitos. O caminho para isso é o pensamento, e a forma menos imperfeita de aceder ao pensamento é a experiência emocional que se pode ter numa análise.

4 Melanie Klein – *Estilo e Pensamento*, São Paulo, Publifolha, 2004.

5 “Partout et nulle part” (1956), in *Signes*, Paris, Gallimard, 1960.

Vista como exploração multifacetada dessa “intuição”, a trajetória do analista britânico se apresenta como notavelmente coerente – nisso, creio, estariam de acordo tanto Luis Claudio como os Symington e Bléandonu. Foi no trabalho com os grupos que ele forjou os primeiros instrumentos para abordar a realidade psíquica; o encontro com Klein e o estudo da Psicanálise tal como se apresentava nos anos 1940 lhe forneceram a possibilidade de refinar estes instrumentos, em particular abordando os fenômenos psicóticos do ponto de vista da linguagem e do pensamento. Isso já era bastante original, se confrontado com a parca literatura sobre o assunto até então produzida pelos psicanalistas. Na maturidade, que atingiu na década de 1960, esse percurso se completa com novas ideias, e com um grau considerável de formalização. A notação dos processos em curso numa análise por meio da Grade, e a criação de uma terminologia própria, são os aspectos mais salientes deste movimento, mas não o seu fundamento: este reside no conceito de O – e um dos pontos altos do livro de Luis Claudio é a análise desta noção que encontramos nas suas últimas “lições”⁶.

Se agora retornamos às “Considerações Iniciais”, compreendemos por que elas contêm várias páginas sobre a intertextualidade, ou seja, sobre o fato de que nenhum livro se basta a si mesmo: todos dialogam, de um modo ou de outro, com os que os precederam e com os que lhes são contemporâneos – até mesmo, se poderia dizer, com aqueles que o autor não leu. Isso porque os temas de que trata (e os meios para tratá-los) estão de certa forma “no ar”: noções como a de *episteme*, de Foucault, nos ajudam a entender como isso se dá.

A *episteme* é um solo comum de ideias, conceitos, pressupostos e modos de pensar que subjaz às produções científicas e filosóficas de uma dada época, ou de um determinado meio cultural. É ela que, silenciosa mas eficazmente, determina o que é possível pensar, e o “ar de família” que, vistos a uma certa distância, os “pensados” durante sua vigência demonstram possuir. Assim,

por exemplo, a teoria da linguagem, a análise das riquezas e o estudo dos seres vivos compartilham, durante os séculos XVII e XVIII, certos elementos que o filósofo francês relaciona com o primado da representação; já no XIX, esses mesmos ramos do saber operam com a ideia de uma temporalidade constituinte, o que permite o surgimento da gramática histórica (que inclui o estudo da diversificação das línguas ao longo do tempo), da economia política (que leva em conta o ciclo do trabalho, como em Marx), e a biologia moderna (em cuja teoria da evolução é evidente a importância do fator tempo)⁷.

Estamos longe de Bion, e da Psicanálise? De modo algum. Se tomarmos com a ideia de *episteme* certas “licenças poéticas” (ou epistemológicas...), salta aos olhos que o empreendimento bioniano tem em comum com outros uma série de elementos, o que se deve ao fato – aparentemente óbvio, mas riquíssimo de consequências – de que todas se situam no território desbravado e parcialmente mapeado por Freud. Como este representa apenas alguns hectares de algo bem mais amplo, a que se poderia chamar de “pensamento moderno”, as linhas de intertextualidade entre as teorias psicanalíticas e alguns desenvolvimentos em outras áreas são numerosas, complexas – e interessantíssimas.

Para nos limitarmos ao caso das referências filosóficas de Bion: Bléandonu esclarece que a notação da Grade é “literalmente decalcada” (*sic*, p. 163) da *Begriffsschrift* (escrita conceitual) proposta por Frege nos seus *Fundamentos da Aritmética* (1884), a qual por sua vez é uma variante da ideia leibniziana de *mathesis universalis* (uma espécie de notação simbólica capaz de eliminar as ambiguidades do raciocínio e da comunicação). O mesmo

6 Uma ideia semelhante à de Bion – a transformação em O é temida devido ao caráter “vazio e sem forma” da realidade última – serve como ponto de partida ao percurso de Conrad Stein em *L'enfant imaginaire* (Paris, Dunod, 1971), no qual é analisada como angústia do paciente “*en proie à la régression*” (tomado pela regressão). Este autor, aliás, tem em comum com o empreendimento bioniano o projeto de deduzir a teoria psicanalítica das “constantes da sessão”.

7 Cf. Michel Foucault, *As Palavras e as Coisas*, Lisboa, Portugalíia Editora, 1966.

Bléandonu assinala a dívida de Bion para com o livro de Richard Money-Kyrle *Man's Picture of His World*, que leu ainda em manuscrito e no qual o autor lhe agradece as sugestões que fez. Sem entrar em detalhes aqui desnecessários, é interessante observar que a epistemologia de Money-Kyrle se baseia na do orientador de sua tese em Filosofia, Moritz Schlick, um dos principais expoentes do positivismo lógico associado ao Círculo de Viena. Já os Symington, num capítulo dedicado à genealogia da teoria bioniana do pensamento, assinalam sua preferência pelas correntes psicológicas que destacam a atividade de ligação própria ao funcionamento mental, como as de Piaget e Vygotsky. Coerentemente, ele se opõe ao associacionismo: segundo este último, as imagens se imprimem numa *tabula rasa*, na qual se vinculam quase automaticamente por semelhança, contraste e contiguidade para dar origem às ideias – o que implica que a atividade de construção própria à mente só se inicie num patamar mais elevado.

A lista poderia continuar por várias páginas, mas estas são suficientes para apoiar meu argumento. Assim como faz com Freud e Klein, Bion impõe aos autores extrapsicanalíticos as torções necessárias para poder pensar *através* deles – e Kant é o caso mais evidente. Com efeito, este se revolveria no túmulo se soubesse que sua cuidada e essencial distinção entre as operações do espírito *a priori* (anteriores lógica e cronologicamente a qualquer experiência possível, porque são condição para que esta se constitua) e *a posteriori* estava sendo jogada às águas do Tâmbisa por esse “discípulo” tresloucado, que se permitia psicologizar as categorias transcendentais!

Mas a indignação do filósofo de Königsberg não teria razão de ser: toda apropriação criativa é em certo sentido uma traição, e em outro uma homenagem ao autor “pirateado”. A sem-cerimônia de Bion para com Kant lembra a de Lacan

para com Saussure – e está longe de ser o único paralelo entre esses dois gigantes da Psicanálise. Apesar do cuidado que devemos tomar quando comparamos pensamentos complexos, não me parecem triviais as semelhanças entre ambos, que mereceriam uma investigação mais detalhada.

Uma rápida lista delas incluiria a mesma justificativa para o estilo hermético (embora o de Bion o seja em grau menor que o do francês): estimular o leitor a pensar, sensibilizando-o para a estranheza do universo inconsciente⁸ e minando suas certezas reconfortadoras. Ambos recorrem à matemática na tentativa de contornar o obstáculo à reflexão analítica representado pelo imaginário (Lacan) ou pelas imagens saturadas (Bion). Ambos se interessam primordialmente pela psicose, e a abordam a partir do vértice da linguagem e do pensamento (veja-se o caso Aimée, discutido por Lacan em sua tese de 1932). Ambos fazem uso de teorias linguísticas inovadoras (Wittgenstein na Inglaterra, Saussure na França). Ambos postulam, subjacente às funções mentais mais evoluídas, um real feito de turbulência e dor. Ambos dedicaram uma parte importante de sua atividade ao ensino e à escrita, ambos se tornaram referência para discípulos que acabaram por se limitar ao estudo da sua obra, supostamente o alfa e o ômega da Psicanálise.

É evidente que tais semelhanças não excluam diferenças consideráveis, mas impressionam pela importância que têm na construção da perspectiva de cada um dos autores. Uma hipótese para tentar dar conta deste fato – assim como das semelhanças entre as teorias do pensamento de Bion e de Piera Aulagnier – é que a matriz clínica a partir da qual os três trabalham é claramente a psicose. Quanto às diferenças, os motivos para que existam são de várias ordens. Um deles me parece estar ligado aos ambientes psicanalíticos – tão diversos, apesar da proximidade geográfica – da França e da Inglaterra: na época da formação de ambos (anos 1930 e 1940), as ideias de Melanie Klein não tinham em Paris praticamente penetração alguma. Assim, é possível que a função de referência que o kleinismo

⁸ Apesar da afirmativa dos Symington de que Bion banuiu a ideia de inconsciente, Luis Claudio dedica as linhas finais do seu livro ao penúltimo parágrafo de *Transformations*, no qual o conceito, supostamente “bloqueador da compreensão psicanalítica” (*Clinical Thinking*, p. 8), aparece nada menos que em relação com O (p. 153-154).

desempenhou para Bion tenha sido preenchida, no caso de Lacan, pela psiquiatria dinâmica gaullesa (Clérambault e outros).

Seja como for, o livro de Luis Claudio vai na contramão da tendência a idealizar Bion. É isso, creio, que lhe permite lê-lo de “dentro”, sem por isso perder o ângulo do “fora”, ou seja,

da contextualização de *Transformations* em relação a Freud, a Klein e ao Bion “anterior”. Um belo exercício de visão binocular, que nos permite vislumbrar quanto perderia aquele estudante, se, decepcionado por não encontrar no livro a chave de todas as asperezas da obra bioniana, o recolocasse na prateleira com a pressa dos parvos.

Andando pelas margens

Belinda Mandelbaum

Resenha de Flávio Carvalho Ferraz, *Ensaio Psicanalítico*. São Paulo, Casa do Psicólogo, 2011, 345 p.

Há um fio andarilho que percorre o conjunto de ensaios que Flávio Carvalho Ferraz reuniu neste livro, e que antes se apresentavam dispersos como capítulos, artigos e participações suas em diversos fóruns psicanalíticos. O fio se lança logo no início, enunciando de onde parte: no primeiro capítulo, “A Psicanálise entre as ciências da loucura”, o autor mapeia os caminhos que a loucura percorreu na História, em seu difícil diálogo com a razão, até os dias de hoje, distinguindo uma ciência que fala sobre a loucura, mas que se pretende separada dela, de uma ciência da loucura que se expressa a partir de sua interioridade. À primeira corresponderia em linhas gerais a Medicina, em particular a Psiquiatria, cuja história no Ocidente conhecemos, dentre outras genealogias, através de Foucault (1961). Flávio toma o outro caminho, que percorrerá ao longo do livro, para apresentar uma Psicanálise que nasce ao resgatar

as dimensões trágicas do fenômeno psíquico, abrindo espaços para a sua expressividade. Trata-se de uma forma de conhecimento da loucura que emerge, como ele nos mostra, a partir da experiência vivida com ela, tal como expressa na arte, na literatura e na voz das primeiras históricas de Freud. As formas de conhecimento humano que abrem espaço para as intuições, os devaneios, as visões, as fantasias e os delírios nos permitiram aproximar de tudo que a razão pôs à margem, como insensato.

Flávio parte de sua experiência com “loucos de rua” – os “andarilhos da imaginação”, como ele os nomeou em sua tese de doutorado, defendida no Instituto de Psicologia da USP em 1999 e publicada em livro em 2000¹ – para, passo a passo no decorrer das quase duas décadas que a sua produção escrita abarca até aqui, debruçar-se com as ferramentas teóricas e técnicas da Psicanálise sobre a perversão, a normopatia, as tendências antissociais, a violência e o medo, a psicossomática, a alienação no trabalho e a formação psicanalítica. Dizer que o autor inicia seus trabalhos com uma reflexão sobre a loucura é pouco específico. Ele se aprofunda no exame de uma categoria social, os loucos de rua, e o faz com um olhar fascinado que permite que estes emergem em seu texto como portadores de aspectos que nos encantam. Ele inicia o segundo capítulo, “O louco de rua na literatura”, dizendo que “este artigo inspira-se numa impressão que me acompanha desde menino: o fascínio pelos loucos de rua de minha cidade, com suas características tão fantásticas e, ao mesmo tempo, tão humanas” (p. 63). O seu trabalho com o tema nos mostra que ele não trata os loucos como categoria à parte, como objetos exteriores ao seu e também ao nosso olhar. Porque se interessa pelo próprio *fascínio*, pelo encantamento que o louco de rua exerce no outro, no sujeito da norma, aquele integrado aos modos de vida socialmente estabelecidos, que ora acolhe e se identifica, ora se afasta e rejeita a loucura percebida no andarilho. Flávio vai em busca de expressões desse fascínio na literatura brasileira e,

¹ F. C. Ferraz, *Andarilhos da imaginação: um estudo sobre os loucos de rua*. São Paulo, Casa do Psicólogo, 2000.

Belinda Mandelbaum é psicanalista, professora associada do Departamento de Psicologia Social e do Trabalho do Instituto de Psicologia da USP, onde coordena o Laboratório de Estudos da Família, Relações de Gênero e Sexualidade, autora do livro *Psicanálise da Família* (São Paulo, Casa do Psicólogo, 2010).

conforme as ilustrações literárias vão se abrindo à nossa leitura, somos também envolvidos por este encantamento com as formas poéticas através das quais as personagens “loucas de rua” manifestam sua miséria e sua riqueza, sua violência, mas também seu cuidado com o outro, seus sentimentos de rejeição e de acolhimento, de amor e de ódio. Através dos olhares dos escritores que Flávio nos apresenta, os loucos de rua partilham uma humanidade que também é nossa e que permite que a nossa ganhe expressão. Os marginais que Flávio nos apresenta com a ajuda de nossa literatura fazem um percurso dentro de nós, ganham a nossa empatia e talvez isto contribua para que saiam da marginalidade a que estão condenados. Ao referir-se a uma das formas possíveis de consciência da loucura, a *consciência enunciativa*, ele diz:

Esta forma de consciência reconhece, na loucura, a familiaridade de sua dor. Pode ser a responsável pelo fascínio e pela atração exercidos pela figura do louco, simultâneos e correlatos ao horror e às tentativas de distanciamento. Na passagem de *Fogo Morto*, de José Lins do Rego (1943), em que a velha sinhá e a mocinha ouvem o canto do cachaceiro *Zé Passarinho*, fica evidente a identificação entre todos eles na dor melancólica expressa em sua canção. Esta identificação surge em movimentos sinuosos e oscilantes, inicialmente indecisos, que partem de um sentimento triste, ainda difuso. Em seguida, a consciência das mulheres procura afastá-lo para o outro, terminando por deixar transbordar um reconhecimento – ainda que negado e projetado – da dor e da infelicidade próprias (p. 109).

Como esses loucos produziram uma impressão em Flávio que o “acompanha desde menino”, talvez tenham contribuído também para que ele adentrasse o mundo da loucura e, através dele, chegado à Psicanálise e aos seus achados sobre os modos de funcionamento mental. Este é, pelo menos, o percurso que fazem os seus ensaios no livro, partindo dos trabalhos sobre a loucura e os loucos de rua para adentrar, a cada capítulo que segue, uma diferente mani-

festação psicopatológica ou um diferente aspecto da metapsicologia psicanalítica, percorrendo todos os textos a impressão da presença de um encantamento pessoal que parece advir hoje do modo como Flávio pensa a Psicanálise e que se explicita, dentre outros momentos, quando ele diz, no último texto do livro, “Algumas consequências da teoria freudiana sobre a ética”, cujas ideias fazem parte de seu primeiro trabalho de fôlego no interior dos estudos psicanalíticos – sua dissertação de mestrado, posteriormente publicada na forma de livro²: “ao se isentar de qualquer forma de juízo, [a Psicanálise] favorece o surgimento de um espaço para a encenação da fantasia” (p. 338). Na sua obra, loucura de rua, Literatura e Psicanálise são os espaços privilegiados para esta encenação.

A empatia com o louco de rua e com as manifestações trágicas da loucura também revela, desde o início de seu percurso, uma certa ética no trabalho com o outro que faz parte agora do ponto de vista e das formas pelas quais ele caminha e se expressa em Psicanálise. Flávio trabalha sempre avançando e ampliando o conhecimento dos mecanismos que subjazem às diferentes patologias, não para categorizá-las em algum tipo de nosografia psicanalítica, mas, ao contrário, para colocar em xeque as categorias que separam os homens em loucos e são, perversos e neuróticos, bons e maus, mostrando como elementos de loucura, perversidade e maldade habitam o interior de todos nós. Não faltam exemplos no decorrer do livro para mostrar esta voz que o autor assume no interior da Psicanálise, que se constitui como um ponto de vista a partir do qual ele observa os fenômenos psíquicos. Como no texto “Sacher-Masoch, *A Vênus das Peles* e o masoquismo”, que Flávio publicou originalmente como um estudo introdutório à edição brasileira do livro de Sacher-Masoch e no qual apresenta as contribuições que a Psicanálise, em suas diversas abordagens

2 F. C. Ferraz, *A eternidade da maçã: Freud e a ética*. São Paulo, Escuta, 1994.

desde Freud, fez ao estudo das perversões e, em particular, do masoquismo, ele escreve:

A experiência não apenas sensorial, mas sobretudo estética, que exala de um livro como *A Vênus das peles*, faz desta literatura uma produção sofisticada que traz à luz os mistérios mais profundos da alma e da sexualidade humana que, se se fazem presentes na superfície do masoquista, não deixam de existir nas profundezas inconscientes do dito “normal”, ou seja, do humano universal. Sadismo e masoquismo, como se depreende da obra destes autores [psicanalistas], não se reduzem a meros sintomas ou doenças – perversões, de acordo com a Psicanálise, ou parafilias, de acordo com o linguajar psicanalítico contemporâneo –, mas refletem amplamente modos de vida (p. 143).

É este modo de se aproximar dos modos de vida dos homens que talvez se possa nomear como uma ética que Flávio observa em Psicanálise e pratica em seus ensaios, ao mostrar, já a partir da leitura dos “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade”, escritos por Freud em 1905, que “o desejo do perverso em nada se diferencia do desejo do neurótico ou do indivíduo ‘normal’” (p. 339). Por outro lado, ao se aprofundar em cada um dos textos na complexidade de cada uma das patologias que ele examina e nos modos de funcionamento psíquico que as caracterizam singularmente, Flávio acaba por expor a diversidade radical dos modos de ser e das vicissitudes humanas no manejo psíquico dos desejos e das angústias que nos movem. No capítulo 8, “Das neuroses atuais à psicossomática”, ele escreve:

Freud já alertara – antecipando a importância que isso viria a ter no futuro para as expansões da teoria e da clínica psicanalíticas – para o fato de que havia duas formas bastante diferentes de se processar a excitação psíquica: transformando-a diretamente em angústia – donde resultariam sintomas predominantemente somáticos ou não simbólicos – ou então procedendo-se à mediatização simbólica, donde resultariam sintomas eminentemente psíquicos (p. 217).

Nos escritos de Flávio, a investigação de cada uma das patologias ou dos aspectos da metapsicologia com que trabalha também não fica circunscrita a um autor de referência ou a uma escola psicanalítica. Seu compromisso é com a compreensão do fenômeno psíquico e, para tanto, lança mão com liberdade dos textos e autores que o ajudem na construção de seu pensamento. Ele revela amplitude em suas leituras de Psicanálise, bem como lê muita Literatura, Filosofia e Ciências Humanas em geral, constituindo todas estas leituras andaimes de sua escritura. Sua atividade de escrita é inseparável de sua atividade de leitura, o que o torna um autor em permanente diálogo com outros autores – psicanalistas, literatos, filósofos, cientistas sociais – que lhe permitem tratar os objetos psicanalíticos de forma multifacetada. Em seus textos, apresenta ao leitor autores e textos brasileiros e estrangeiros, contemporâneos e clássicos, o que faz da leitura do livro um contínuo aprendizado não apenas sobre os temas específicos tratados em cada capítulo, que ele apresenta com os cuidados de um generoso professor que gosta de ensinar, mas sobre o estado da arte da própria produção psicanalítica, desde Freud aos autores mais contemporâneos. Vale destacar a contribuição de Flávio para pôr em circulação, no interior de seus próprios escritos, nomes e textos de psicanalistas brasileiros que compõem num diálogo vivo e instigante sobre cada um dos temas, mas que infelizmente são pouco citados entre nós mesmos, mais afeitos a ler e citar autores estrangeiros conhecidos e consagrados.

Esta generosa apresentação de autores e textos transborda os textos que compõem este livro. Na coleção *Clínica Psicanalítica*, da qual ele é editor e este livro faz parte, Flávio apresenta muitos de nós, seus colegas de ofício, como escritores. Arrisco dizer que vários de nós tornaram-se autores graças ao convite de Flávio para escrever e publicar – e não apenas na coleção, mas nas diversas coletâneas que ele já organizou em Psicanálise. De certo modo, somos nós ago-

ra os psicanalistas, professores e pesquisadores que Flávio retira de uma certa marginalidade a que estamos condenados como escritores de uma língua, o Português, e habitantes de um país periférico entre outras coisas também em relação a uma produção hegemônica em Psicanálise.

Estes *Ensaio Psicanalítico*s são prova de que boa Psicanálise só se faz andando pelas margens, ouvindo os loucos de rua, lendo poesia e Filosofia, dialogando com os amigos e ensinando os jovens, tudo o que faz o percurso de vida e trabalho de Flávio Ferraz.

Literatura e Psicanálise: o alimento do desejo¹

Renato Tardivo

Resenha de Cleusa Rios P. Passos e Yudith Rosenbaum (orgs.), *Escritas do Desejo – Crítica Literária e Psicanálise*. Cotia, Ateliê Editorial, 2011, 248 p.

Escritas do Desejo – Crítica Literária e Psicanálise (Ateliê Editorial) é o tipo de livro indispensável àqueles que se interessam pela relação – fecunda e ambígua – entre literatura e psicanálise. Mas será útil também ao leitor que, interessado em cultura e ciências humanas, se dispuser a lançar-se em busca do novo.

Onze são os ensaios que compõem o volume – organizado por Cleusa Rios P. Passos e Yudith Rosebaum. Além das organizadoras, assinam os capítulos: Adélia Bezerra de Menezes, Leda Tenório da Motta, Noemi Moritz Kon, Camila Salles Gonçalves, Philippe Willemart, Renato Mezan, Leyla Perrone-Moisés, Maria Rita Kehl e Márcia Marques de Moraes. Como se vê, autores consagrados.

Conforme escrevem as organizadoras na Breve Apresentação, a maioria dos ensaios “compôs um colóquio sobre ‘Crítica Literária e Psicanálise’, organizado em 2008, pelos departamentos de Teoria Literária e Literatura Brasileira da USP”

¹ Em versão reduzida, esta resenha foi publicada no site da Ateliê Editorial em fevereiro de 2012.

Renato Tardivo é mestre e doutorando em Psicologia Social da Arte, autor dos livros de contos *Do Averso* (Com-Arte) e *Silente* (7 Letras) e de *Porvir que Vem Antes de Tudo – literatura e cinema em Lavoura Arcaica* (Ateliê Editorial/Fapesp). Atua na interface da estética, fenomenologia e psicanálise.

(p. 9). Talvez por isso, em que se pese a densidade das reflexões, a leitura seja fluida e agradável.

O conjunto, além da Breve Apresentação, é dividido em três partes: A Experiência e o Verbo, A Palavra Encobridora, A Emergência da Palavra. A primeira parte traz ensaios que mapeiam as articulações entre literatura e psicanálise enquanto uma problemática relevante. Vejamos, a propósito, o capítulo de abertura, “A Palavra Poética: Experiência Formante”, de Adélia Bezerra de Menezes. Ao finalizar a reflexão com a análise de poemas de Ferreira Gullar (“Traduzir-se”) e de Adélia Prado (“Arte”), Adélia Bezerra de Menezes é, também ela, inspiradora: “Essa coisa visceral, em que lateja um ritmo, está na imagem da tripa, mas também na do coração: o que o caracteriza, quando pensamos nele, é a sua presença acústica, antes de mais nada: o tum, tum; tum, tum: o pulsar” (p. 37). Com efeito, tanto a literatura quanto a psicanálise lidam com o ritmo da vida – na e pela palavra.

Noemi Moritz Kon, ainda na primeira parte, habita a “íntima” e “conflituosa” relação entre “a psicanálise e a arte – e a literatura em particular” (p. 63). Sua reflexão explora desde as ambiguidades de Freud com relação à figura do artista e à própria arte, até as aproximações e limites entre a psicanálise e a literatura, sobretudo a fantástica, por meio, dentre outros, de Merleau-Ponty, Barthes e Foucault. Escreve Kon: “Penso que, apesar das inclinações de Freud e de seu temor quanto a uma cumplicidade com o trabalho criador do artista, compreendido como anverso do trabalho do cientista que ele pretende prioritariamente ser, o que liga o ato psicanalítico ao ato artístico é justamente a capacidade criadora” (p. 71). Na perspectiva adotada pela autora, portanto, a psicanálise é privilegiada enquanto um fazer formativo, ou seja, *que se faz ao ser feito* – perspectiva que problematiza, com densidade teórica e clínica, as leituras positivistas que ainda hoje se atribuem à psicanálise.

Se a Parte I procura mapear um campo mesmo de diálogo entre literatura e psicanálise, a Parte II, A Palavra Encobridora, aborda problemas

de pesquisa, ou seja, as reflexões são norteadas por uma questão. Sugestivamente, o ensaio que abre a seção, de Camila Salles Gonçalves, dialoga o tempo todo com o texto de Freud “Lembranças Encobridoras” (1899), em companhia, dentre outros, de Theodor Adorno, Isaias Melsohn e Fabio Herrmann. Vale citar o arremate de Gonçalves: “[...] há uma fabricação inconsciente dessa recordação bucólica, que encobre outros sentidos sob sua aparente banalidade. Acompanha um tipo de verdade que a literatura freudiana compõe, ainda que se esmere em demonstrar que *o texto está além do princípio do prazer do próprio texto*” (p. 94, grifo meu). Isto é, à ânsia de elevar a psicanálise a um, digamos assim, estatuto de ciência, o pai da psicanálise cai (felizmente) na própria armadilha. Desencobre-se em Freud, a partir de Freud, uma verdade mais afeita à literatura do que à ciência.

Em “O Desejo e a Criação Literária (Relações: autor/texto, texto/leitor)”, Cleusa Rios P. Passos se debruça sobre os “laços entre autor/obra/leitor” (p. 112). Para analisar aspectos da *gênese e criação* do objeto literário, a autora convoca Clarice Lispector e Julio Cortázar, tomando em consideração depoimentos dos autores acerca dos próprios textos, isto é, refletindo “também sobre os efeitos provocados por sua recepção no autor quando convocado a adotar a posição de leitor da própria obra” (p. 112-113). Atitude, com efeito, arriscada e necessária. Arriscada porque, como sabemos, o psicanalista que se volta à obra de arte precisa de cautela para não tomá-la pela vida do artista – tema, aliás, do capítulo seguinte, “O Inferno da Autobiografia”, de Philippe Willemart, que escreve: “Muitas vezes, o crítico literário que pretende ler apoiado na teoria psicanalítica busca retomar a vida amorosa e as pulsões do escritor ou fatos concretos da infância, estabelecendo aproximações indevidas entre vida e obra” (p. 115). Realmente, conexões apressadas entre vida e obra acabam por distorcer as apreciações de ambas. Contudo, conforme nos lembra Passos, tampouco devemos nos furtar às “associações dos envolvidos na ciranda” (p. 112);

tomar em consideração essas associações “assinala a necessária passagem da primeira leitura [...] para o distanciamento crítico imbuído de outros saberes [...], instaurando, paralelamente à nossa visão pessoal e lacunar, a virtual pluralidade de sentidos da invenção literária” (p. 113).

A questão-título que norteia o ensaio de Renato Mezan é “Por que Lemos Romances Policiais?”. De acordo com o autor, diferentemente de nossa reação ao tomar contato com crimes em noticiários, quando estamos diante de uma ficção “o que queremos saber é como e por quem o crime foi cometido” (p. 127-128). Com a erudição e o cuidado já conhecidos, Mezan traça um histórico do romance policial, desde Edgard Allan Poe até autores contemporâneos, o brasileiro (também psicanalista) Luiz Alfredo Garcia-Roza entre eles, criador do já célebre delegado Espinosa. O psicanalista, então, investiga diversas formas de prazer envolvidas na recepção estética do gênero, cuja maior virtude talvez seja a de marcar a permanência da “criança em nós” (p. 151). O investigativo e saboroso ensaio pode ser lido, também ele, da perspectiva de um romance policial: *como e por quem* o crime de gostarmos tanto das histórias policiais foi cometido?

A Parte III, A Emergência da Palavra, apresenta análises de poéticas, conjunto de obras de um autor, ou um conto literário, sempre na interface da literatura com a psicanálise. No ensaio “Bovarismo e Modernidade”, Maria Rita Kehl vale-se da expressão fundada a partir de Emma, célebre personagem do romance *Madame Bovary*, de Flaubert, para refletir o bovarismo nacional presente em Machado de Assis e a permanência desses traços no contexto contemporâneo. Mas não nos apressemos. O que seria bovarismo? Leiamos com a psicanalista: “O termo já se incorporou ao senso comum, mas vale lembrar que é uma expressão cunhada pelo psiquiatra francês Jules de Gaultier em 1902 [...] a fim de designar ‘todas as formas de ilusão do *eu* e insatisfação, desde a fantasia de ser um outro até a crença no livre-arbítrio’” (p. 178). Mas, como nos lembra Kehl, a possibilidade de tornar-se um outro, nas

sociedades capitalistas, está inscrita no laço social. O problema está colocado, portanto. E, se “tornar-se um outro implica reconhecer o caráter *simbólico* da dívida para com os antepassados, de modo a não se deixar capturar pelas armadilhas da culpa” (p. 179), o problema transforma-se em “uma das figuras mais expressivas da subjetividade moderna” (p. 180), podendo ser encaminhado, também, pela psicanálise.

Sugestivamente, o ensaio “Construindo um Sujeito: Leitura de ‘Menino a Bico de Pena’, de Clarice Lispector”, escrito por Yudith Rosenbaum, fecha o livro. Rosenbaum realiza uma sensível e cuidadosa análise do conto de Clarice, presentificando – tal qual a escritora – a narrati-

va por meio de uma escrita que *comunga* de uma “atualidade fugidia” (p. 221). Assim, é a análise mesma que também ganha estatuto de sujeito, abrindo-se à alteridade que a leitura do conto proporciona. Há, nessa medida, uma espécie de atestado recíproco de existência: letras que se formam a *bico de pena*.

E muito mais poderia ser dito a respeito destes e dos demais ensaios de *Escritas do Desejo – Crítica Literária e Psicanálise*. Se, como diz Lacan a partir de Hegel, o desejo é o desejo do outro, a leitura dessas *escritas* irá, com efeito, nutrir o leitor desejoso por compartilhamento – um dos alimentos de que mais necessitamos.

Transmissão de um legado. Reconhecimento de uma história

Maria Laurinda Ribeiro de Souza

Resenha de Eva Wongtschowski (org.),
O psicólogo no hospital público. Tecendo
a clínica. São Paulo, Zagodoni, 2011,
190 p.

174

PERCURSO 48 : junho de 2012

Final dos anos 1970. O Serviço de Psicologia do Hospital do Servidor Público do Estado de São Paulo (HSPE) recebe o pedido de avaliação da inteligência de uma criança, que chegara ao Serviço de Psiquiatria Infantil com queixas de mau rendimento escolar. Esperava-se, como resposta, o resultado de um teste que confirmasse ou não essa queixa. Mas, acontece um *imprevisto*: a criança é escutada e pode revelar o transbordamento de angústia ligado à iminência de uma cirurgia de amígdalas a que seria submetida. Esse atendimento, diz Eva Wongtschowski, em sua apresentação sobre a coletânea que organizou, “representou, para nós, iniciantes na vida profissional, um divisor de águas. De um lado, pela identificação de uma situação específica: propor a realização de um teste para medir a inteligência de uma criança que mal conseguia pensar. De outro, a clínica nos indicava um mundo novo de aprendizado e de atuação: as ansiedades suscitadas pela intervenção cirúrgica, pelas manipulações do corpo” (p. 111).

Mas a que se deve a ideia do *imprevisto*? Para entendê-la é necessário resgatar a história desse

serviço e do próprio lugar da psicologia dentro das instituições públicas de saúde. O Serviço de Psicologia do Hospital do Servidor Público do Estado de São Paulo (HSPE) surgiu em 1963, junto com o serviço de Psiquiatria e subordinado às solicitações dos médicos e às restrições que estes, enquanto poder soberano nas instituições de saúde, lhe impunham. “Nosso chefe, que era psiquiatra, confia em Eva, nos autorizou a atender pacientes nas outras clínicas do hospital, mas essa atividade não poderia ser contabilizada como trabalho!” (p. 12). O trabalho legitimamente reconhecido era o de psicodiagnóstico – realizar e aferir testes psicológicos que elucidassem os quadros clínicos dos pacientes que passavam pelas entrevistas médicas. Aos psicólogos era vedada a atividade psicoterápica, e foi na marginalidade, com esforço e desejo, e com a parceria de alguns psiquiatras mais sensíveis, que a psicoterapia e outras possibilidades de intervenção foram, aos poucos, sendo reconhecidas como pertinentes ao seu campo de atuação.

Quarenta anos depois desse início, em 2003, o Serviço ganhou autonomia e tornou-se referência como instituição de ensino, pesquisa e assistência. É tempo, portanto, de tornar pública esta história, abrir outros caminhos e deixar um registro – legado para os que se iniciam neste ofício – de como foi se tecendo a clínica neste espaço singular. O número significativo de autores (16) é a expressão não só do crescimento do Serviço – em 1967, a equipe era composta por apenas três psicólogos –, mas também da diversidade de abordagens e das áreas de investigação conquistadas ao longo desses anos. O texto de Katia da Silva Wanderley apresenta um painel geral de como se foi construindo e ampliando o Serviço e das linhas de atuação desenvolvidas em cada setor.

Da marginalidade à pertinência, como demarcar especificidades e diferenças? Rosângela Carboni Castro Turin trabalha sobre as noções de corpo, sintoma e cura, para explicitar a diversidade de sentidos que elas adquirem enquanto referências específicas do discurso médico ou

do saber psicanalítico, e de como isso se manifesta na clínica. Mas a diferença mais marcante está no fato de que a psicanálise põe de relevo aquilo que tende a desaparecer no discurso médico: a subjetividade de seus atores e os conflitos e ambivalências presentes em qualquer pedido de cura. Assim sendo, a doença não se restringe a um transtorno orgânico, a sintomas que devem desaparecer; ela é portadora de significações e a forma possível pela qual o sujeito tenta se fazer reconhecer. No entanto, afirma poeticamente a autora, ao final de seu artigo, “se o psicanalista encontra um lugar para situar-se na ‘casa’ do médico é porque há no universal da Medicina um espaço para o particular da Psicanálise” (p. 30).

Mas, que lugar é esse? Que aberturas há para o novo dentro das rotinas já tão estabelecidas pelos poderes há muito instituídos? Como conciliar as exigências de quantidade e soluções imediatas, próprias a esse espaço público, com a qualidade do atendimento? Ou, com o imaginário de que a psicanálise ideal é a que se pratica em espaços privados, por tempos prolongados e em condições muito específicas? Há futuro para a psicanálise dentro dos hospitais públicos?

É sobre essas e outras questões que Eva Wongtschowski se debruça, resgatando os princípios que norteiam a clínica psicanalítica e aproximando-os da realidade vivida nessas instituições. Os exemplos dessas possibilidades são múltiplos e se apresentam em algumas afirmações paradoxais, como quando a autora nos diz que “quanto mais tempo se oferece para a escuta e raciocínio clínico de um caso, menos tempo a instituição precisará dispensar a ele”, ou quando sugere “que se desconsidere o tempo para que justamente se tenha mais tempo, mesmo quando há uma interminável fila de espera” (p. 46). Abre, desta forma, e apoiando-se, também, na experiência de outros autores, um questionamento importante sobre as tão enfatizadas “limitações” do tempo nas estratégias de tratamento propostas nas instituições.

É com delicadeza que Eva nos introduz aos casos clínicos. Neles não há propostas pré-fixadas

do que seria o processo de cura; oferece-se uma consulta para a escuta e o que se constrói, a partir desse gesto, é efeito da singularidade do encontro que pode ou não derivar para um compromisso mais prolongado. A autora contrapõe-se, rigorosamente, a qualquer prática que se torne burocrática ou mecanizada, apontando para os riscos mortíferos dessas condutas. Merece destaque o “caso Maria Clara”, uma jovem mãe que teve um bebê prematuro mas com bom prognóstico de saúde. Por condições traumáticas anteriores, ela teve muita dificuldade em tornar real o nascimento deste filho. “A cada vez que íamos visitá-la, pedíamos que pegasse o bebê no colo e tentávamos fazer com que o bebê ‘nascesse’ para ela. Com quem você acha que ele se parece? As mãos são parecidas com as de quem?... Observe como ele olha para você! O que será que ele quer dizer?... Aos poucos o bebê foi, de fato, ‘nascendo’ para Maria Clara” (p. 53). Esse atendimento foi feito em 10 encontros, ao longo de duas semanas, e se encerrou com a alta da mãe e seu bebê. Foram poucos encontros e numa situação de urgência, mas absolutamente vitais para que se possibilitasse o nascimento de um sujeito e se interrompessem as perspectivas mortíferas dessa relação.

É também sobre o trabalho de sustentação de possibilidades subjetivantes, que Teda Ferreira Pellegrini descreve seu percurso na Comissão de Encaminhamento e Assistência ao Menor Excepcional, destacando as mudanças ocorridas na compreensão, diagnóstico e conduta com crianças que nascem com limitações. “O bebê atípico nasceu e sobreviveu. Foi bom ele ter nascido?” Com essa questão faz um desdobramento analizador sobre as respostas vindas de diferentes posições: as do discurso religioso, as do discurso médico, as dos familiares, dos amigos, dos vizinhos, das políticas públicas de saúde, dos direitos humanos, da cultura, propondo uma desconstrução das falas e das “ações que se cristalizam com o tempo, tornando-se fixas e inquestionáveis” (p. 115).

Retomando as perguntas iniciais, fica claro que o futuro da psicanálise não é uma questão

que seja pertinente apenas às instituições públicas onde ela é proposta como forma de abordagem ao sofrimento psíquico. Seu futuro e suas perspectivas estão vinculados à sustentação de uma escuta que se abra para o insólito, o inesperado e o desconhecido. “Há que ter coragem de perguntar, com certa frequência, o quê? para quê? como? [...] A burocratização, a ritualização, a busca de um entendimento que vise preferencialmente à quantidade do atendimento, minaria a criatividade, a invenção e a própria motivação dos profissionais para o estudo e aprimoramento”, conclui Eva Wongtschowski (p. 61).

Instigante é a forma pela qual Aparecida Bastos Pereira descreve o pedido insistente de certos casais para “ter filhos” e as respostas invasivas, no real dos corpos, feitas pela equipe médica, através das tecnologias de reprodução assistida. Ela toma o poema dramático de Garcia Lorca, *yerma*, para nos aproximar desse desespero: “Você há de me dizer o que devo fazer, que farei o que for, ainda que me mande cravar agulhas no ponto mais delicado do meu corpo” (p. 68). Nesse pedido insistente e nas manipulações excessivas a que se expõe o corpo infértil, obtura-se a brecha pela qual poderia se manifestar o sentido simbólico do desejo de ter um filho, e ajudar os pais a suportarem, com menos angústia, os imprevistos de suas expectativas, a reconhecer as determinações inconscientes das esterilidades, ou a encontrar substituições simbólicas para esse desejo. Não se trata de um fazer compulsivo, como pede Yerma, mas, antes, de se ter tempo para a fala e de não permitir a restrição do corpo a uma pura organicidade, eliminando-se o que ele tem de potente enquanto força pulsional e desejante.

Como constituir um trabalho grupal quando há uma grande rotatividade dos pacientes, quando eles “transitam” pela instituição e apresentam demandas e problemáticas bastante diversificadas? Roberta Katz Abela e Marina Cardoso Smith Eberlein relatam sua experiência no Hospital Dia do HSPE, partilhando com o leitor suas dificuldades do começo e os manejos

que foram sustentando até que se formalizasse um trabalho possível e a proposta ganhasse reconhecimento dentro da instituição. Apoiando-se em Vinogradov e Yalom, propõe o tempo do grupo terapêutico como o de uma única sessão e o uso de tarefas estruturadas como estratégia facilitadora do enquadre terapêutico.

Outra experiência de uma proposta grupal estruturada é apresentada por Regina Celia Gorodscy, ao discorrer sobre sua participação no ambulatório de Gerontologia. Depois de um tempo em que as propostas não obtinham resposta, a equipe organizou um “espaço de chá da tarde”, para mulheres idosas depressivas, que incluía atividades corporais, música, desenhos, pinturas e relatos de suas experiências sociofamiliares. Aos poucos o desinteresse inicial e os medicamentos foram substituídos por conversas e doces e bolos que traziam para o grupo. As tarefas assim propostas adquirem sentido de “objeto transicional” e abrem espaço para soluções mais criativas. Regina também destaca os efeitos produzidos pelas nomeações institucionais: quando se organizou o Serviço de Geriatria e Gerontologia, os “pacientes psiquiátricos depressivos” que eram atendidos em outro setor passaram a ser “pacientes geriátricos” e isso causou uma mudança importante em suas manifestações sintomáticas tornando desnecessários internamentos e procedimentos mais invasivos. Sua narrativa questiona outro estereótipo – o de que o trabalho com pessoas idosas restringe-se ao “apoio”: “Atendemos pessoas com 90 anos e com elas aprendemos que as possibilidades criativas não acabam com a idade... Rigidez e dificuldade em mudança não são traços específicos de pessoas idosas, mas de personalidade e de caráter, em qualquer fase da vida” (p. 95). Karina Viana F. de Souza e Márcia A. Pin Fancelli trabalham também, neste livro, com o tema da Psicologia e Envelhecimento e, na mesma direção que Gorodscy, citam Abraham, que num artigo de 1920 afirmava: “Pode-se igualmente dizer que a idade da neurose é mais importante que a idade do neurótico” (p. 147).

Clarissa Medeiros apresenta outra forma de lidar com o tempo no atendimento institucional: ela discorre sobre seu referencial winnicottiano para o enquadre dos encontros e despedidas na psicoterapia breve, propondo uma forma de intervenção, com um número determinado de sessões, que possibilite o que denomina de *favorecimento de uma experiência completa* – “uma vivência curativa com começo, meio e fim, com momentos criados e encontrados pelo paciente na transferência... devolvendo-lhe a sensação de ser vivo, real, presente no próprio corpo e capaz de gestualidade espontânea” (p. 155). No relato clínico, fica evidente a importância mutativa e a força necessária, por parte da analista, para que se sustente, na transferência, o enquadre proposto.

E quando a ameaça de morte está próxima? O que pode fazer um psicanalista? Se entendemos que a vida não se mede pela cronologia, como assinalado anteriormente, mas pela possibilidade de existir dignamente a cada momento desse caminho, não caberia a ideia de que “não há mais nada a fazer” a não ser esperar a morte chegar! É sobre outras possibilidades de lidar com o desamparo intenso provocado pela iminência da morte, que Luana Viscardi Nunes nos fala sobre o psicanalista na enfermagem de cuidados paliativos e sobre a potencialidade elaborativa da escuta. Em um de seus relatos clínicos, deixa no leitor uma ideia de suspensão, de um não saber sobre os destinos de suas intervenções. Talvez faça parte desses momentos, tanto para o paciente, quanto para a família e para a equipe, lidar, justamente, de uma forma mais aguda, com essa inelutável inquietação, presente em qualquer atendimento.

Esse mesmo aspecto inquietante ligado ao não saber reaparece na apresentação de Roberta Katz Abela sobre as consultas terapêuticas com crianças e familiares que demandam atendimento ao Serviço de Psicologia. Ela descreve várias situações em que estava presente, como um dado importante da história familiar, a existência de algum segredo, de um não dito que não podia ser explicitado. Para além da concretude desse

dado, o que a autora destaca é que há sempre um não saber que precisa de um espaço de confiança para que se possam romper paralisias cognitivas, confusões e dissociações e se possam criar novas possibilidades de experiência.

A importância da interdisciplinaridade é tema de vários textos que tomam como questão central as interconsultas médico-psicológicas. O psicólogo, em geral, é convocado para esse lugar quando surgem aspectos subjetivos que interferem nas condutas prescritas ou perturbam a relação médico-paciente. Marcella Pinto Maia Rett retoma historicamente como se constituiu a ideologia e metodologia científicas e a fragmentação desse saber em especialidades. Num caso clínico, bastante grave, explicita os movimentos transferenciais que se estabelecem com a analista e com a equipe e como isso vai abrindo a compreensão das resistências ao tratamento e a sua dissolução, permitindo ao paciente apropriar-se de suas escolhas e sentir-se mais integrado psiquicamente, apesar do limitado prognóstico quanto ao seu tempo de vida.

O trabalho com a equipe é também o tema de Mile Shimabuku Silva Berto, que descreve sua entrada nos Serviços de Neuroclínica e Neurocirurgia e a dificuldade em se manter a adesão dos profissionais a uma proposta interdisciplinar. Ela retoma a discussão sobre o lugar do psicólogo na instituição hospitalar e as condições pelas quais se reconhecem as possibilidades de sua intervenção.

Os movimentos sutis que se revelam na transferência com a equipe e os efeitos que isso provoca nas possibilidades de aderência ao tratamento estão manifestos em todas as situações de atendimento. No entanto, elas ganham destaque em momentos em que o prognóstico é bastante reservado, em que a iminência da morte é mais detectável e em certas doenças onde o próprio diagnóstico confronta o sujeito com uma vivência traumática. É o caso das intervenções em situações de crise, como as relatadas por Daniela de Andrade Athuil Galvão de Sousa, com os pacientes portadores de AIDS, que têm de lidar não

só com os conflitos internos provocados e despertados pela doença, mas também com o lugar social estigmatizante a que são submetidos. A crise lança os sujeitos numa outra lógica temporal onde a presença da morte torna-se insistente e ameaça a permanência dos laços anteriormente construídos e a construção de projetos futuros.

O estigma e a marginalização aparecem, também, em outra forma de sofrimento bastante acentuada na atualidade: os quadros de obesidade. Considerada desde a antiguidade como uma doença moral e social, a obesidade torna-se, cada vez mais, uma grave questão para a Saúde Pública, atingindo uma parcela significativa da população. Luciana P. Venturini Gutierrez acentua a necessidade de se considerar os aspectos subjetivos presentes na função alimentar e que se tornam evidentes no movimento de busca e resistência ao tratamento e no acompanhamento de pacientes que procuram o hospital para se submeterem à cirurgia bariátrica. Muitas vezes, diz ela, o grau de idealização da cirurgia é alto e os riscos do pós-cirúrgico se acentuam, exatamente porque não foram elaboradas as questões de ordem subjetiva. Há que se considerar, também nesta questão, a ambiguidade presente nas mensagens da cultura: insiste-se num ideal de magreza e de cuidados com o corpo, ao mesmo tempo que proliferam os convites às “tentativas” gastronômicas e às ofertas dos *fast-food*.

Neste painel tão diversificado de autores e de narrativas, temos um mosaico das várias formas

pelas quais se manifesta o sofrimento humano. Se o hospital é o lugar privilegiado para se acolher o que se revela pelas dores do corpo, ou se ele se definia como a “casa do médico”, já há bastante tempo vem respondendo a outras demandas e acolhendo outros “moradores”. A bem da verdade, há que considerar que ele nem sempre foi a “casa do médico”; essa transformação ocorreu no final do século XVIII, quando ele deixou de funcionar como albergue dos excluídos e assumiu, gradativamente, a função de cura. É desse período o regulamento que institui a obrigatoriedade de que o médico resida no hospital e que possa ser chamado a qualquer hora para observar o que se passa. As mudanças que se foram processando, historicamente, nas suas especificidades, no seu modo de funcionamento e nas distribuições de poderes podem ser processadas como analisadores do que ocorre no espaço social¹.

Assim sendo, os trabalhos apresentados neste livro ultrapassam os limites de seu enquadre institucional e cumprem uma importante tarefa de transmissão não só para os que habitam o espaço hospitalar, mas também para todos os que se envolvem com o delicado trabalho da escuta, do reconhecimento e da curiosidade em saber quem é o outro. Suas autoras insistem em afirmar que é na singularidade, na abertura para o inusitado, e na ousadia de tocar o que está adormecido, enrijecido e estereotipado, que se abre uma via criativa e viva para a tessitura contínua desse ofício.

1 Faço uma análise mais detalhada dessa transformação em meu texto “O hospital: um espaço terapêutico?”, publicado na *Percurso* n.9, em 1992.

A contratransferência como instrumento terapêutico

Paula Regina Perón

Resenha de Elisabeth Antonelli,
Os sentimentos do analista: a contratransferência em casos de difícil acesso. São Paulo, Zagodoni, 2011, 114 p.

O avanço do conhecimento em psicanálise tem-se dado na direção das dimensões mais arcaicas, profundas e pouco estruturadas da psique. Temos estudado as manifestações psicossomáticas, as organizações psíquicas com menos consistência subjetiva e representacional, e situações que remetem ao aquém da representação. São estes alguns dos desafios do psicanalista da contemporaneidade, desafios que muitas vezes ganham manifestações surpreendentes na contratransferência.

Nesse contexto, a pesquisa sobre a contratransferência deve ganhar profundidade, e é exatamente na direção desse aprofundamento que trabalha a psicanalista Elisabeth Antonelli em seu livro *Os sentimentos do analista: a contratransferência em casos de difícil acesso*. Antonelli é psicóloga e psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae e membro filiado do Instituto Durval Marcondes da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo. A autora explorou as questões em torno do tema da contratransferência em sua dissertação de mestrado na Pontifícia Universi-

dade Católica de São Paulo, e dela deriva a publicação de seu livro. Antonelli participou, durante o Mestrado, do Laboratório de Psicopatologia Fundamental, conhecido por agregar e impulsionar produções importantes acerca dos impasses da clínica psicanalítica atual.

Em nosso campo, geralmente dizemos que Sigmund Freud manteve uma concepção negativa da contratransferência: algo a ser superado ou ultrapassado para que o analista volte a trabalhar em condições adequadas. Precisamos lembrar que suas advertências sobre a contratransferência mantinham estreita relação com o atendimento das histéricas. O perigoso poder de sedução das histéricas gerou vários episódios de envolvimento amoroso entre analistas e pacientes, como sabemos pela historiografia psicanalítica. O fato é que as observações de Freud não esgotam a necessária problematização acerca do tema da transferência do analista.

Por outro lado, Freud deixou-nos a inspiração para pensarmos as muitas dimensões da técnica considerando a peculiaridade da situação analítica que se apresenta. Por isto, para que a técnica não seja uma codificação burocrática, é necessário investigar a fundo certas situações clínicas que questionam seriamente as bases freudianas.

Em seus textos técnicos, especialmente em “Recomendações aos jovens praticantes da psicanálise” (1912), Freud deixa clara a importância do inconsciente do analista para que o trabalho terapêutico aconteça (ou não). Antonelli, utilizando um embasamento principalmente kleiniano, enfrenta as dimensões resistenciais do lado da analista, evidenciadas em atendimentos dos chamados casos difíceis. A autora explora suas próprias reações e percepções de maneira muito proveitosa tanto para o avanço do tratamento analítico, quanto para a produção teórica.

O livro de Antonelli enfrenta a difícil articulação entre aspectos teóricos e clínicos de nosso trabalho como psicanalistas. Esta costura é muitíssimo bem realizada pela autora, que consegue colocar a teoria a serviço da elucidação das dificuldades da clínica, como fazem os bons psicana-

listas. Há respeito pela teoria e consistência neste sentido e, ao mesmo tempo, a psicanalista mostra os fios que puxam os avanços da teoria, fios tecidos na prática clínica. Nos casos que apresenta – são três no total – seria mais apropriado falar em entrelaçados, fios embaralhados convocando a analista para afetar-se e pensar. E, sobretudo, fazer operar o dispositivo analítico quando ele se mostra vacilante, deficiente e confrontado – e não por imaturidade clínica ou teórica da analista, como muitas vezes é o caso.

Neste sentido, a publicação de Antonelli é preciosa – há poucos relatos francos sobre os becos sem saída que os tratamentos analíticos impõem e nossas maneiras de enfrentamento. Geralmente, falamos sobre isto em supervisões, discussões clínicas, mas a coragem para divulgar tais aspectos de forma detalhada e a um público mais extenso é matéria rara em nosso campo, infelizmente.

Quais são os pacientes motivadores de seu estudo? Aqueles que “no momento que adentram no consultório do analista provocam todo o tipo de impacto emocional” (p. 7), define a autora, e aqueles que apresentam patologias narcísicas cuja “raiz parece ser sua própria constituição que se vê ameaçada e acarreta um sofrimento constante, gerado em grande medida pela incapacidade de se lidar com as angústias, tanto de origem interna quanto externa; ou seja, um fracasso do narcisismo” (p. 17).

Antonelli toma a descrição de Betty Joseph do paciente de difícil acesso como baliza. Essa descrição adquiriu valor heurístico na contemplação de uma ampla gama de pacientes marcados por intensos traços narcísicos. Joseph evoca problemas técnicos que este grupo de pacientes provoca, cujo ponto em comum é a dificuldade de serem atingidos pela interpretação. Ela considera que, no tratamento de tais casos, há uma cisão dentro da personalidade do paciente, que mantém uma parte do ego distanciada do analista e do trabalho analítico. Pode ser que aparentemente o paciente esteja trabalhando e colaborando com o analista, mas mantendo cindida uma outra parte, “mais necessitada ou po-

tencialmente mais responsiva e receptiva”. Esse mecanismo defensivo toma formas variadas, e por vezes “uma parte do ego mantém-se à parte, como que observando tudo que se passa entre o analista e a outra parte do paciente e destrutivamente impedido que se faça um contato verdadeiro, utilizando-se para tanto de vários métodos de evitação e evasão”. Outras vezes, “grandes partes do ego parecem desaparecer temporariamente da análise, resultando em apatia ou extrema passividade – frequentemente associada ao uso intensivo de identificação projetiva” (p. 14).

Transformar estes impactos transferenciais em palavras, sair do registro do ato, da descarga impulsiva, para produzir registro de elaboração dessas angústias é a tarefa imposta inclusive ao próprio analista. Não é somente o paciente, portanto, que transformará o impensável em representação; a dupla precisa operar analiticamente e o analista está em jogo também. O interessante é que a autora não transforma este cenário de obstáculos e consequentes propostas em uma espécie de novo caminho para a Psicanálise. Ela reconhece o que há em nosso campo para auxiliar no enfrentamento dessa situação, sem para isso assumir a postura de uma redentora da psicanálise. Levou suas dificuldades também para a Universidade, lugar onde a pluralidade de pensamentos deve vigorar, fortalecendo uma discussão muito relevante e, a julgar pelo resultado, muito produtiva para que a analista tenha transformado suas angústias, bastante legítimas, em uma dissertação e livro. Assim, metaboliza o impacto da presença do paciente de modo a não perder a dimensão psicanalítica do encontro.

Antonelli não trilha “o perigoso e tentador caminho da relação interpessoal, burlando a técnica psicanalítica clássica e inovando com conceitos como manejo e maternagem, numa atitude de maior proximidade ao paciente” (p. 13), embora reconheça a contribuição dos autores que trabalham desse modo para a compreensão dos casos. Sua postura analítica focaliza os aspectos intrapsíquicos, motivada por Freud, Melanie Klein, Paula Heimann e Margareth Little.

O exame da contratransferência foi feito levando-se em conta a proposta de Heimann de que “a resposta emocional do analista à situação analítica representa uma das ferramentas mais importantes em seu trabalho. A contratransferência do analista é um instrumento de pesquisa do inconsciente do paciente” (p. 18). Antonelli afirma que a contratransferência, além de instrumento de diagnóstico diferencial, atua como importante aliada e como desafio. O conceito é rastreado de maneira bastante informativa em Freud, Ferenczi e na escola inglesa (Melanie Klein, Winnicott, Paula Heimann, Margareth Little) no segundo capítulo do livro.

A seguir, no livro são apresentados três casos atendidos em clínica particular. O primeiro, Cecília, é descrito como um caso-limite e são explorados com enorme clareza e riqueza de detalhes os movimentos psíquicos da analisanda e da analista, em um pano de fundo de articulações que aproveitam as teorias apresentadas. A descrição deste caso contempla dificuldades, pelas quais provavelmente todo analista passa, no atendimento de pacientes com patologias narcísicas.

A psicanalista recorre à noção de falha básica, de Michael Balint, para descrever a paciente que tem enorme dificuldade em lidar consigo mesma, em vários aspectos da vida, “desde o mais simples e concreto até o mais abstrato e complexo” (p. 45). Há dificuldades intensas nos processos de pensamento e simbolização, e necessidades da ordem do real, que dificultam o acesso às metáforas desejanter e podem provocar uma equivocada intervenção pedagógica no trabalho clínico, o que a autora aponta com muita precisão.

A analista salienta a importância da supervisão nestas situações que apresentam uma demanda oscilante para análise. Acompanhamos a autora no desenrolar do tratamento – algumas

sessões-chave são apresentadas, até que a capacidade de sonhar da paciente é recuperada, índice bastante importante para considerarmos a fertilidade psíquica dos pacientes. Na análise teórico-clínica do caso, Antonelli utiliza o auxílio das ideias de Bion e também de Rosenfeld e seus comentários sobre pacientes esquizofrênicos. Na clínica dos casos-limite, muitas vezes percebemos certos mecanismos psicóticos e estes provocam reações contratransferenciais ambivalentes e intensas de difícil manejo, o que é bastante explorado no livro.

No segundo caso apresentado, sobre o Inacessível Gerson, são tematizadas características depressivas, as fobias e os ataques de pânico, e principalmente certas condições psíquicas impeditivas do trabalho analítico. O paciente passa de um estado fóbico para as crises de pânico, dando visibilidade à sua fragilidade frente aos perigos do mundo, “frente aos quais o indivíduo pressente não ter anteparo” (p. 93). Consequentemente, apenas o refúgio do próprio quarto resta-lhe, impedindo as mudanças que a análise poderia trazer. Como ao longo do livro todo, a autora trata daquilo que é mais difícil e delicado para o analista. Desta vez, o que é tematizado é o abandono do tratamento por parte do paciente.

No último caso, a psicanalista corajosamente toca em mais uma destas dificuldades, talvez a mais trágica: o luto solitário da analista que perde a paciente para a morte. Aqui, remeto o leitor ao livro, já que nas descrições clínicas está sua maior contribuição aos iniciantes e também aos experientes neste ofício que nos provoca a pensar situações em que a interpretação mostra-se insuficiente, onde o irrepresentado provoca atos e evidencia a precariedade psíquica, e o narcisismo impõe sua impenetrabilidade. Por isso, a leitura do livro de Elisabeth Antonelli é boa fonte de estudo e reflexão para enfrentarmos esses desafios.

As quartas partes da coroa: a intersubjetividade em cena

Eugênio Canesin Dal Molin

Resenha de Nelson Coelho Junior, Pedro Salem e Perla Klautau (orgs.), *Dimensões da intersubjetividade*. São Paulo, Escuta/FAPESP, 2012, 279 p.

As palavras de Garcin na mais famosa peça de Jean-Paul Sartre poderiam constar na epígrafe do livro em questão, mas, por bons motivos, não estão impressas em nenhuma página. Diz o personagem: “Então, é isto o inferno. Eu não poderia acreditar... Vocês se lembram: enxofre, fornalhas, grelhas... Ah! Que piada. Não precisa de nada disso: o inferno são os Outros”¹. Os motivos da ausência da citação – que, como já disse, são bons – implicam uma posição teórica, uma percepção clínica e uma experiência de trabalho que não ignora a quota de veracidade da afirmação sartreana, mas explicita diferentes aspectos do contato com “os Outros”.

Vêm daí o interesse e a importância do livro ao reunir textos de pesquisadores nacionais e estrangeiros que se debruçam – cada um a sua maneira – sobre a experiência e o conceito de intersubjetividade. Os organizadores Nelson Coelho Junior, Pedro Salem e Perla Klautau expressam a importância da variedade de opiniões na própria escolha dos trabalhos enfiados no livro. Uma

boa forma de iniciar a leitura é, parece-me, apresentar a “experiência de trabalho” dos organizadores. Em outras palavras: a gênese do livro.

Em 2009 foi promovido pelo Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo e pelo Instituto de Psicologia da mesma universidade o Simpósio Dimensões da Intersubjetividade, que durou dois dias e contou com a participação de professores convidados de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e dos Estados Unidos. O evento foi organizado em torno dos trabalhos sobre Intersubjetividade realizados por Nelson Coelho Jr. e Luis Claudio Figueiredo e contou, da concepção à execução, com o auxílio de Pedro Salem e Perla Klautau. O resultado do simpósio, as discussões ali geradas e o interesse dos trabalhos pediam desdobramentos – ou melhor, um desdobramento necessário: a publicação. Os artigos que compõem o livro são, deste modo, os textos apresentados em 2009, retrabalhados por seus autores. Três das comunicações originais, por motivos diferentes, não puderam compor a publicação e foram substituídos por outros três artigos de pesquisadores da área “com a intenção de ampliar o escopo do debate sobre a intersubjetividade” (p. 9). “Ampliar o escopo” é oferecer mais ângulos, tomar o tema da intersubjetividade por outros lados, intenção que fica assim expressa, mas que poderia ficar subentendida na leitura do livro. Voltaremos em breve a este ponto.

Ainda quanto à gênese da publicação, é importante explicitar algo que encontramos no livro já em sua apresentação: “Tanto o Simpósio como o presente livro são resultado de um trabalho coletivo, que vem sendo desenvolvido há muito tempo, em vários grupos de trabalho” (p. 15). Ou seja, o livro é fruto de encontros e trabalhos coletivos, forma de produção tão comum em nossa área, mas nem sempre valorizada como deveria. De tais encontros intersubjetivos surgem questões, ideias e, algumas vezes, respostas. Desde a gênese, portanto, o livro apresenta-nos um aspecto da alteridade diferente daquele expresso pelo personagem Garcin: os Outros nem sempre são o inferno.

1 J.-P. Sartre, *Entre quatro paredes*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2006, p. 125.

Eugênio Canesin Dal Molin é psicanalista, mestrando em psicologia pelo IPUSP com bolsa FAPESP e aluno do curso Psicanálise no Instituto Sedes Sapientiae.

Um entendimento reconhecido assim de antemão implica uma posição teórica que favoreça a observação do fenômeno e a discussão do conceito de forma não restritiva, o que dá espaço para um conjunto de textos destinado a psicanalistas (de variadas escolas) e também a adeptos de outras formas de observar o homem que não a psicanalítica.

No artigo de Julio Verztman, por exemplo, encontramos as palavras de uma paciente melancólica que poderia ser aplicada à composição do livro. Ela lhe dá um presente nada convencional e acrescenta: “*Comprei isto pra você porque logo que vi me lembrei de você, do nosso tratamento. Você é capaz de me ver destes vários ângulos como neste caleidoscópio?*” (p. 122). Qual foi a resposta do analista, ficamos sem saber, mas bem poderia ser a história que José Saramago conta no documentário *Janela da Alma*. Diz ele que quando criança ia muito ao São Carlos, teatro de ópera de Lisboa, e ficava no galinheiro, no topo, em cima do camarote real. O camarote começava na altura da plateia, erguia-se frondoso e terminava com uma coroa dourada enorme. Vista do lado da plateia, dos camarotes, a coroa era magnífica. “Mas”, diz Saramago, “do lado em que nós estávamos não era, pois a coroa estava feita entre as quartas partes e dentro era oca e tinha teias de aranha e tinha pó. Isso foi uma lição que nunca esqueci. Nunca esqueci essa lição. Para conhecer as coisas há que dar-lhes a volta, dar-lhes a volta toda”.

Dos vários ângulos em que a experiência e o conceito de intersubjetividade nos são apresentados ao longo do livro, precisei fazer um recorte, uma escolha de quais artigos comentar. O recorte seguiu dois princípios que postos lado a lado soam paradoxais. O primeiro é a lição de Saramago – “para conhecer as coisas” é preciso dar-lhes a volta. O segundo, uma lição inevitável aprendida na experiência clínica: tentando conhecer as coisas, não podemos ter delas uma visão completa, pois algo sempre permanece oculto, seja pelo espaço que temos para a escrita, seja pelo convite à leitura implícito na ausência da discussão de todos os ângulos. O que se

segue não é o todo, nem poderia. Uma importante parte fica a cargo do leitor.

O artigo de Luis Claudio Figueiredo e Nelson Coelho Jr., que abre o livro e precede as quatro seções temáticas em que a publicação está dividida, serve de referência para compreensão e classificação do conceito. Eles discutem o quão recente é para a filosofia e para as teorias psicológicas a elaboração da ideia do “outro”, do “não-eu” como elemento constitutivo da subjetividade, e indicam que o estudo do surgimento das relações Eu-Outro “é uma das marcas principais do pensamento contemporâneo” (p. 22) na filosofia, na psicanálise e em outras áreas do saber. A proposta é distinguir quatro matrizes de diferentes dimensões da alteridade, que funcionam como figuras organizadoras do conceito de intersubjetividade. Vale dizer, antes de apresentá-las, que, ao contrário de uma classificação estanque e limitadora, as matrizes seguem uma lógica da suplementariedade, exprimem dimensões de endereçamento ao outro, convivendo, ao mesmo tempo, nos diferentes processos de constituição subjetiva. Elas podem ou não funcionar como chave de leitura dos artigos do livro. Funcionam como tal porque cada artigo nos leva (conscientemente) de volta à classificação; e não funcionam como chave na medida em que a grande maioria dos artigos não pede as matrizes propostas para imporem seus valores como textos singulares. A escolha da utilização da chave exposta no primeiro artigo fica ao gosto do leitor.

Sinteticamente as quatro matrizes são:

1) *A intersubjetividade transubjetiva*, herdeira de M. Scheler, M. Heidegger e M. Merleau-Ponty, que explicita uma “modalidade pré-subjetiva de existência” (p. 26), na qual a alteridade é concebida como “inaugural e anterior [a um eu], como um *solo transubjetivo*, anterior inclusive à possibilidade instituída de um *eu* que venha a se opor ou se relacionar com um *outro*” (p. 29). É a situação de uma realidade primordial, “materna”, como escrevem os autores, e inaugural, porque de “indiferenciação primitiva” e de uma radical relação intercórea.

2) A *intersubjetividade traumática*, cujo patrono é E. Lévinas, abarcaria uma dimensão na qual “o outro me precede e me traumatiza e com isso *me constitui*” (grifo meu). O outro aqui é concebido “como uma radical alteridade” e a relação intersubjetiva “implica, necessariamente, um certo deslocamento, em uma certa cisão ou modificação na experiência subjetiva” (p. 29), porque o outro é sempre excessivo, e neste sentido, traumático. “Trauma e excesso que pedem, que exigem, trabalho (e *travaglio*, dor) por parte do sujeito [...] em processos permanentes de inadaptação entre *eu* e *outro*” (p. 30). Mas o outro constitui igualmente minha capacidade de “cuidar”, de responsabilizar-me nas relações onde há alteridade. Ele é, para Lévinas, também o elemento necessário de uma possibilidade ética. Esta matriz, *em sua radicalidade*, pode ser vista como aquela expressa por Garcin na peça de Sartre.

3) A *intersubjetividade interpessoal*, própria do pragmatismo social e interacionismo simbólico. Trata-se daquela a que estamos, comumente, mais afeitos a pensar no dia a dia; a da relação entre dois organismos e sujeitos individuais. É o campo, por exemplo, dos gestos dirigidos, ações parciais que são completadas à medida que fazem parte da interação com um outro que lhes dá sentido.

4) A “*intersubjetividade intrapsíquica*”, de Klein, Fairbairn e Winnicott, “refere-se, fundamentalmente, ao plano dos objetos internos e das fantasias e, de modo geral, ao que em psicanálise denomina-se como o modo *object-relating* de funcionamento psíquico” (p. 32). A concepção, neste caso, é a de uma intersubjetividade que ecoa internamente a partir de objetos que num momento anterior estiveram ligados a algo externo, passaram por processos de identificação, incorporação e introjeção, e agem agora na realidade psíquica.

A primeira seção do livro, dedicada a *Intersubjetividade e Corporeidade*, revela um aspecto nem sempre salientado nas discussões sobre a alteridade: a expressividade e a relação corporal

na clínica. Nota-se a urgência de uma teorização que parte da clínica dos chamados “casos difíceis” que tanto demandaram de autores como Ferenczi, Balint e Winnicott. Pacientes com profunda dificuldade associativa e que traziam marcas, na maioria das vezes, não representacionais de sua história. O acesso a eles e a seus psiquismos era possível através da análise das atuações, de suas reações corporais e também de seus silêncios. Tal acesso pedia novas teorizações que compreendessem e balizassem o trabalho analítico. Os casos difíceis não desapareceram – mais, eles mostraram, e mostram ainda hoje, que a clínica e a teoria ganham sutilezas quando damos atenção aos aspectos mais primitivos presentes mesmo nos pacientes que *não precisam de alterações no setting clássico* para seguirem suas análises. Nesta direção podemos ler os artigos de Alfredo Naffah Neto, sobre o conceito winnicottiano de “elaboração imaginativa das funções corporais”, e o de Silvia Maria Abu-Jamra Zornig, no qual a autora discute um caso que envolve encenações da paciente e *elasticidade* por parte da analista. No último artigo da primeira sessão, Nelson Coelho Jr. retoma a noção de corporeidade, que lhe é cara, e partindo de exemplos clínicos discute os conceitos de intercorporeidade e corporeidade no *setting*. Apresentando o lugar da corporeidade na clínica freudiana, o autor procura recuperar a relação desta com o Eu, o que o leva a um interessante percurso que passa por Merleau-Ponty, T. Ogden e R. Roussillon em direção a um novo conceito: *co-corporeidade*, que não situa a ênfase no “entre”, mas na “copresença de duas corporeidades, que já trazem em si o Eu e o outro” (p. 87). Ideia profícua que dá relevo, no campo analítico, à presença simultânea de duas corporeidades que permitem um certo nível de diferenciação e de indiferenciação – porque nenhuma delas é fechada em si mesma, estando ambas revestidas por um tecido móvel, um campo de forças e protossentidos que não exclui a dimensão relacional.

A segunda seção do livro trata das relações entre *Intersubjetividade e Psicopatologia*, mas os

artigos não se restringem a este escopo. O texto de Perla Klautau, uma das organizadoras, parte de casos como os descritos acima, nos quais podemos observar a vivência, pelo paciente, de “situações traumáticas nos estágios precoces do desenvolvimento infantil” (p. 91) que não encontram representação. Ou, dito de maneira mais acurada, as marcas impressas nesta fase prematura da vida ficam gravadas num plano ao qual a palavra não tem acesso. Seguindo a cada vez mais valorizada teorização ferencziana sobre o manejo em tais casos, a autora discorre sobre o tato e a empatia, tirando-lhes a pecha de algo necessariamente problemático e não analítico. Na mesma seção, Julio Vertzman propõe uma clínica característica da melancolia na qual o uso de imagens é condição fundamental. No artigo que fecha esta seção, Monah Winograd e Flávia Soltero-de-Campos discutem casos que interrogam constantemente a psicanálise e sua compreensão da vida mental: os que envolvem pacientes com lesão cerebral.

A terceira seção do livro, pertinente à questão levantada por Sartre e seu personagem Garcin, dedica-se a *Intersubjetividade e Constituição do Eu*. Uma espécie de núcleo de curiosidades, a seção conta com um artigo de Philippe Rochat, formado por Jean Piaget e seus colaboradores, em que somos confrontados com diversas pesquisas sobre desenvolvimento infantil realizadas nos últimos 30 anos. O autor apresenta dados que corroboram a tese de que os bebês não nascem confusos ou desorganizados, mas providos de capacidade inata para buscar e criar similaridades entre suas expressões e o mundo externo. Nessa seção e fazendo uso de pesquisas sobre o mesmo tema, como as dedicadas à existência e ao funcionamento de sistemas de neurônios-espelho, Paulo de Carvalho Ribeiro discorda da ideia de uma intersubjetividade inata. Busca, por meio das teorizações sobre a imitação, explicitar que o inato estaria no mecanismo utilizado

na imitação, e não numa capacidade intersubjetiva prévia. Também sobre imitação é o artigo de Pedro Salem, que a discute tendo em vista as contribuições de T. Ogden e R. Roussillon. A hipótese é a de que a imitação precoce do bebê, e também a efetuada por pacientes com capacidade associativa comprometida, serve como forma de defesa e como modalidade de relação de objeto. Neste último sentido, a imitação seria fonte de prazer, não devido à descarga pulsional, mas ao compartilhamento emocional que ela envolveria. A seção ainda conta com um texto de Cláudia Passos-Ferreira que discute intersubjetividade e autoconsciência. A autora detalha diversas teorias sobre a origem da mente e só posso recomendar a leitura; neste espaço o texto ficará na parte oculta da coroa.

Também na parte da coroa que pediria mais uma volta, terei de deixar o primeiro texto da quarta e última seção do livro, dedicada a *Intersubjetividade e Clínica Psicanalítica*. O artigo que reservo para a curiosidade do leitor foi apresentado pelo psicanalista norte-americano Bruce Reis no Simpósio que deu origem ao livro. Citarei, porém, uma frase do artigo como um chamativo cartão de visitas: “Fugir do mundo teve consequências desastrosas para o campo da psicanálise” (p. 220). A clínica e o uso da empatia, tematizados por Perla Klautau anteriormente, voltam no artigo de Octavio Souza, que faz um apanhado teórico sobre o conceito e discute dois exemplos clínicos de T. Ogden, nos quais a empatia ora aparece como o winnicottiano *holding* ora como a *rêverie* bioniana. A intersubjetividade intrapsíquica, discutida no texto de abertura da publicação, perde aspas no último artigo do livro, de Luis Claudio Figueiredo. O autor procura articular as dimensões intrapsíquica e intersubjetiva de forma a estabelecer uma metapsicologia que se ampara no conceito de fantasia inconsciente², na ideia de que funções intersubjetivas pertenceriam ao “campo do superego” e, conseqüentemente – num claro desdobramento da teorização kleiniana – das possibilidades terapêuticas do trabalho analítico baseado na

2 Cf. L. C. Figueiredo, “A clínica psicanalítica a partir de Melanie Klein” in *As diversas faces do cuidar: novos ensaios de psicanálise contemporânea*, São Paulo, Escuta, 2009, p. 23-52.

transferência, aqui entendida como experiência intersubjetiva, capaz de operar as perlaborações que modifiquem o que seria intrapsíquico.

Deve-se reconhecer a importância da reunião e da organização de textos que nos oferecem tantos ângulos sobre um tema que tem obtido

também em nossa área uma relevância cada vez maior. Trabalho inédito que se prolongará, inevitavelmente, em mais pesquisas e num auxílio a todos que, dentro ou fora dos consultórios, encontram Outros e tentam, a passos curtos, dar a volta toda para conhecer as coisas.

Uma pequena joia

Ana Lucia Mac Dowell Gonçalves

Resenha de Sergio Pripas (org.),
Cronos ensandecido – sobre a agitação
no mundo moderno. São Carlos,
Edufscar, 2009, 166 p.

Time, of all losses, time is the most irrecoverable,
for it can never be redeemed.

Sim, uma pequena joia, multifacetada, encantadora e erudita na medida certa, surpreendente e cativante nos ângulos inesperados ao longo da leitura. A difícil tarefa de organizar textos que vão compor um livro é ricamente recompensada pela harmonia, pelo ritmo, na leitura dos diferentes autores, sem falar na qualidade tanto da escrita quanto do saber transmitido. “Saber com sabor” assim define a discípula de Roland Barthes, Leyla Perrone-Moysés, o estilo de seu mestre, que aqui também se aplica. O conjunto oferece uma espécie de epistemologia do tempo: os diferentes discursos, olhares, recursos com que se faz uma meditação sobre o tempo, de seu impacto nas mais diversas áreas do conhecimento humano. O saber de cada capítulo é quase sempre acompanhado pelo sabor da surpresa com que o autor aborda o tema, vindo, por assim dizer, pelas bordas. Como não se surpreender quando o físico inicia com um relato de um cotidiano tão prosaico quanto sem mistérios para depois trazer o grande mistério do tempo

Ana Lucia Mac Dowell Gonçalves é psicanalista, mestre em Comunicações e Semiótica.

perante o qual os físicos se debatem desde sempre? É assim que o leitor vai sendo introduzido não a “clichês” ou formas cansativas e pedantes de entender o tempo e seus efeitos; cada artigo traz, além de seu saber, o talento de escrita daquele que certamente sobre o tempo se debruçou não só com seu cérebro como com sua alma. Certamente, quando se fala de tempo é seu caráter irrecuperável que mais impacta e o que mais determina seus efeitos emocionais, sociais, culturais e científicos. Como entender aquilo que passa e não retorna, como administrar e capturar, para dar um mínimo de racionalidade e compreensão, o mistério que nunca deixa de existir?

Na sua introdução, o médico Sergio Pripas nos leva ao Xingu, à vivência de um tempo tão diferente daquele que o homem dito civilizado está acostumado e aprisionado: lá não existe a “pressa imotivada”. Ali há o “tempo certo”: aquele adequado e necessário para contar, encantar e decantar as lembranças” (p. 9).

O tempo é uma dimensão dentro da qual nascemos imersos e pode ser visto de maneira multívoca, seja como os ciclos astronômicos, naturais, agrícolas, seja sob a forma de calendários, seja pela História ou ainda classificando nossa vivência como passado, presente e futuro (p. 9).

É o caminho que o livro toma: qual o tempo de cada um, de cada saber e de cada vivência?

Começando com “Uma questão de tempo”, o físico Adilson J. A. de Oliveira mergulha no cotidiano de correria de uma família comum, aquela que leva filho para escola, corre para chegar ao trabalho, com um olho no relógio e outro no trânsito, na tarefa, no atraso e na quase onipresente ansiedade. É o que chama de uma “visão humana do tempo”, que analisado deste ponto de vista – humano – varia para cada pessoa, e cada fase da vida; o tempo da criança escorre lento, enquanto o adulto nunca o tem suficiente.

A sensação de passagem do tempo, seja ele de maneira mais rápida ou mais lenta, é algo que os seres humanos percebem com facilidade. Entretanto não há nada, nas leis da

Física, que comprove de fato que o tempo passa. Algo que nosso cérebro percebe com tanta facilidade pode ser apenas uma ilusão (p. 19).

A partir daí o leitor é levado numa viagem sobre como o pensamento e a observação se dedicam a fazer uma ciência que aborde o tempo; a cada resposta a uma pergunta, nascem outras tantas, e mais válida e útil a teoria se mostra. As descobertas sucessivas que sempre remetem a mais uma, sempre o tempo escorregando de uma definição precisa; embora se chegue às franjas do Absoluto, como é o caso das chamadas invariantes, uma das quais, a velocidade da luz, é o esteio das teorias atuais do tempo. De Copérnico a Newton, e deste a Einstein, cada passo dado traz luz, mas logo há enigma, mesmo para Einstein. Este marca a definição do tempo como uma quarta dimensão e, mais, liga o tempo à gravidade da Terra que altera a passagem do tempo: o tempo passa a ser o conceito de espaço-tempo.

O grande obstáculo diante do tempo enquanto invariante – ou ilusão – é a Segunda Lei da Termodinâmica, que estabelece que uma vez que a harmonia ou a estabilidade de algo sofre interferência, nunca mais se volta ao estado inicial, gerando entropia. Com maestria e simplicidade, sem perder o rigor, Adilson vai abordando conceitos sutis e complexos que são como “aperitivos” para um banquete que, se o leitor quiser, buscará em textos mais específicos, e, por que não dizer, infundáveis, pois em Física sempre uma coisa puxa outra, do muito grande ao muito pequeno, da cosmologia à mecânica quântica, sempre correndo atrás de como definir este tempo que escapa e nunca deixa de ser mistério mesmo para aqueles que demolem mistérios como profissão.

Em “O ser sem tempo”, Sergio Pripas recorre à mitologia grega – o Deus Chronos, o devorador de seus filhos – para ilustrar a quase patologia dos “escravos do relógio”: o “atual culto à velocidade pende para o lado mais insano do vasto território que é a fronteira da insanidade e da patologia mental. Fica-se à mercê do tempo” (p. 31). Aqueles que se colocam à “mercê do tempo”

perdem limites, perdem referências, inclusive as de autopreservação, consumidos pela voracidade – do tempo e também da própria ansiedade de preenchê-lo o mais possível, abandonando a própria noção de si mesmo e de suas necessidades, sem falar nas daqueles que os rodeiam. Esta é a voracidade que abre as portas para a fobia; para a velocidade como uma necessidade e a pressa como uma virtude; a aceleração como um fetiche: a velocidade do processador, do *chip*, do atendimento, etc. que se não for a mais rápida gera a insuportável angústia/ansiedade que devora as entranhas quando se tem de esperar.

[...] tudo gira em torno da aceleração, tudo voltado para números e competição: a alfabetização das crianças, a agenda cada vez mais cheia para que elas saibam mais – mais línguas, mais esportes, mais apetrechos – tudo voltado para o “sucesso” mas nem sempre corresponde à idade correta para tal, substituindo inclusive a atividade mais importante na infância: brincar, cujo significado pode perder importância sob esta ótica (p. 32-33).

O resultado são crianças e jovens esgotados, estressados, deprimidos muitas vezes; a aceleração corre além da capacidade de absorção, de fruição de apreensão: há um colapso na própria razão e função do conhecimento que passa a ser objetificado; longe de ser uma forma de usufruir da vida é uma ferramenta de tormento e insaciabilidade. Há uma exaustão.

Sergio faz comparação com outras formas de ser, e aí aponta a “cura”, ou ao menos o caminho dela: a arte e o ócio. É preciso, no entanto, ler o texto todo para apreciar não só citações de autores e o tecido de seu pensamento, que aponta: “A arte e a imaginação são ainda as trincheiras ou locais de resistência à pressa” (p. 40).

Não pises neste lugar
Ontem de tarde havia, por aqui,
Vaga-lumes. (p. 41)

Assim começa “Sintaxe nos tempos de hoje”, do psicanalista Plínio Montagna: o *hai kai* que

aponta a presença e a ausência, o vazio e a lembrança que o preenche.

Manejamos presença e ausência de modo a aceitar que as coisas estão e podem não estar, são, mas também existe o nada. [...] Assim nasce em nosso interior um espaço virtual, no qual se instala o tempo do não ser. O símbolo só se inscreve a partir da ausência e da nossa capacidade de vivê-la. [...] Não há símbolo se o pisar for automático. [...] A leveza é maior se pudermos sentir o peso do tempo (p. 45).

Este pequeno trecho sintetiza de forma perfeita aquilo que Freud desenvolveu a partir da brincadeira de seu netinho com um carratel: brincando de soltar e puxar de volta, o que todo analista estuda como o *fort-da*: a elaboração da angústia da ausência através da simbolização num simples jogo, onde a repetição é a forma necessária para o psiquismo assimilar o vazio e a perda, ao mesmo tempo que executa a “volta” de uma presença. Sem a ausência e o vazio, a simbolização não se faz, o próprio mundo interno perde sua capacidade de formar-se. “Então, o que é o presente, o agora? É o período em que nos cabe viver nossa vida? É uma fração de segundo? [...]. É o tempo de nossa percepção? O aumento da aceleração do tempo nos caracteriza. Condensou-se o presente?” (p. 48).

Montagna discute como a noção de presente substitui, na pós-modernidade, a antecipação do futuro, numa quase denegação, em que:

Na liquidez da pós-modernidade, o presente eterno e o primado do prazer engendram uma fantasia do ser descontextualizado do tempo e do espaço, como se fora ahistórico. [...] Há uma fantasia da autocriação – a fetichização do ser autônomo [...] gera uma fantasia de autocriação (p. 49).

Se esta onipotência delirante seduz o homem pós-moderno, sua subjetividade se esgota, é exaurida pela hiper-estimulação, pela invasão do mundo interno que aos poucos deixa de sê-lo e passa a ser refém de um presente externo per-

manente. O resultado: “uma apatia, uma restrição da vida psíquica, diminuição da velocidade, cansaço corporal, empobrecimento da vida psíquica” (p. 50). A preservação do mundo interno frente a esta hiperestimulação se dá pela preservação do espaço da fantasia, do lúdico, dos “espaços reflexivos e criativos que possam abarcar a ambiguidade, a incerteza, a ambivalência e a contingência” (p. 50). De certa forma, o império da estimulação constante rouba até mesmo o sentido do tempo, introduzindo uma onipresença quase persecutória, em que o tempo paradoxalmente perde seu valor.

“O ritmo do tempo na vivência existencial”, de Ana Claudia Yamashiro Arantes (psicóloga e filósofa), inicia-se com uma citação surpreendente, que nos ensina que esta busca frenética do sucesso e seu esgotamento estão longe de ser, como pensamos, coisa de nossa cultura ocidental moderna:

Os homens perdem a saúde para juntar dinheiro. Depois, perdem dinheiro para recuperar a saúde. E por pensarem ansiosamente no futuro, esquecem do presente de tal forma que acabam por não viver nem o presente nem o futuro. E vivem como se nunca fossem morrer... e morrem como se nunca tivessem vivido (p. 55).

É Confúcio que o diz, lá pelos idos do século v antes de Cristo. As aflições humanas com o tempo não são, pois, coisa necessariamente de nossa cultura, senão marcas da própria condição humana, de qualquer época, de qualquer lugar. Ana Claudia retoma Heidegger ao afirmar que “foi a angústia a responsável pelo advento da cultura” (p. 58) e discorre sobre formas distintas de administrar a contingência humana que nunca é isenta de angústia.

Maria Bernadette A. Contart de Assis (psicóloga), com seu “O tempo da alma”, remete à fala de um índio para o homem branco, depois de uma longa caminhada: “Preciso sentar para esperar minha alma chegar” (p. 67). As sucessivas “revoluções”: a industrial e seu modelo mecânico, repetitivo; a da informação e seu modelo dester-

ritorializado, veloz e impessoal, quase anônimo, a tecnológica com suas telinhas ubíquas acabam provocando o oposto do que a alma precisa: o silêncio para exercer a depuração, a contemplação para exercer o deleite, a calma para ter tempo de a alma chegar. O tempo da alma é fora da tecnologia, da pressa e da pressão. É como se tivesse de degustar, mastigar, processar as emoções, os acontecimentos que calam fundo, o novo e também as perdas, sobretudo estas.

Não se faz um luto em uma semana, duas ou três. Não é mensurável o tempo que cada pessoa em particular precisa para assimilar uma perda em seu mundo interno. [...] Emoções intensas e significativas são vividas no “tempo da alma” – o tempo de parar, o tempo de refletir (p. 72).

A alma pede um tempo para, na verdade, constituir as representações necessárias, para permitir, como diz Maria Bernadette em sua bela frase: “a tentativa do psiquismo de buscar um abrigo para o estímulo que ficou errante dentro de si” (p. 72). As errâncias humanas demandam um caminho às vezes longo, talvez tortuoso, para encontrar seu “abrigo”, e, como todo psicanalista sabe, este abrigo é a palavra: a palavra onde cabe o sentimento e um mínimo de sentido:

precisamos de figuras, símbolos, palavras, narrativas, enfim, de representações que possam conter as experiências emocionais vividas no cotidiano. Para a mente o terror é a ausência de representação ou a impossibilidade de construção de significado (p. 73).

Nada mais propício para demonstrá-lo do que a entrevista “O tempo para o idoso” (p. 85), dada pelo bibliófilo e empresário José Mindlin, sobre o percurso de sua vida, onde o tempo da alma jamais foi esquecido e muito menos relegado ao segundo plano. Amante das palavras, dos livros, sua famosa biblioteca – sempre generosamente compartilhada para os “irmãos de alma” – não deixava de ser um testemunho e um abrigo daqueles errantes humanos que, através dos séculos, depositaram em palavras, desenhos, gra-

vuras, em arte enfim, as tristezas, as descobertas, os amores e perdas, ou seja, a trajetória de almas cujos rastros foram sendo colhidos com dedicação e amor pelo Dr. Mindlin, provando que o tempo só pode ter valor se nele a alma tiver sua vez, o que o Dr. Mindlin viveu com permanente curiosidade e alegria.

Já para um jornalista, como conta Marcelo Coelho em “O relógio da redação”, “mais do que apressado, o jornalista é impaciente” (p. 91), há uma sensação de “pressa eterna”, a atenção é permanente, o “acontecimento” nunca acaba. Regido pelo “horário do fechamento”, nunca há tempo suficiente: o intervalo entre “pensar” e “escrever” se reduz ao mínimo, uma vertiginosa demanda que acaba gerando seus próprios desajustes: “O dia a dia num jornal traz consigo outra característica psicológica, além da impaciência e da propensão à ideia feita. É que o ritmo da atividade não é constante ao longo do dia” (a atividade tendendo a aumentar ao longo do dia até atingir um ritmo alucinante e estimulante antes do fechamento). Daí “desperdício de horas e escassez de minuto” (p. 92).

Quem devora quem? O desafio se transporta para a personalidade e gera o que Marcelo chama de “um machismo da velocidade”: já não é o tempo que deve ser vencido, mas o outro que pode chegar antes – ao furo, ao fechamento, ao texto perfeito. Neste sentido, “a vivência de falta de tempo, da pressa [...] tende a ser vista com certa altivez pelo jornalista” (p. 98).

Se para o jornalista o tempo pode ser uma onda permanente, para o cineasta é quase o oposto: uma forma de capturar o tempo para sempre, fixá-lo: um instantâneo que nunca se desfaz. Em “Tempo Escravo, Liberte-Nos!”, João Batista de Andrade faz uma viagem encantada, apresentando ao leitor como funciona, por assim dizer, a cabeça de um cineasta – um fato pequeno inicial, a narrativa, o foco que vai fechando cada vez mais, as cenas marcantes, e, sobretudo, o encanto da descoberta. Não faria sentido resumir aqui o desenrolar do texto de João Batista, pois é para ser degustado e ser embalado pela sequência – assim como se assiste a um filme. A poesia reina,

o encanto captura – tudo para mostrar que, no cinema, o tempo pode ser percebido de muitas formas: pode ter começo, meio e fim; pode parar; pode ser para sempre; pode-se nunca perceber que passou; o tempo do cineasta é o tempo que aprisiona quem assiste a ele e dificilmente será tempo perdido quando a câmara está em boas mãos.

Em “Escrituras e leituras do tempo no universo literário”, Sidney Barbosa, professor de Língua e Literatura Francesa, questiona:

Onde está o tempo? Fora de nós? Ou dentro de nós? Ele flui, como descreve Bergson, ou ele é feito de instantes, que por serem destacados geram mudança? É uma “duração”, como quer Bergson, ou, como refuta Bachelard, “a duração não é sentida senão pelos instantes. Lembramos de termos estado, não de termos durado. A duração depende sempre de um ponto de vista” (p. 118). Em todo caso, é a morte como fantasma que ronda e coloca o tempo sempre como um perseguidor, como uma medida de vida e também de angústia:

todo o resto pode encontrar lenitivo, mas não o aspecto de nossa irrevogável limitação no tempo [...]. Dessa maneira, entre os sentimentos do absurdo e do não conformismo, diante da ampulheta caminha a humanidade nos curtos lapsos das vidas individuais e até mesmo das sociedades (p. 119).

Mas, como diz Sidney, “nem tudo é abandonado e a Literatura pode, sim, vir em nossa ajuda, como todas as manifestações da Arte, consolando-nos na nossa situação de desamparo. A Literatura é o estuário onde vão desembocar todas as expressões dos sentimentos mais do que paradoxais diante do tempo. A Arte é porta-voz, menos descobre do que interpreta, cumpre sua função de “salvar-nos do tédio, da rotina, ajudando-nos, pela evasão, a levar às costas [...] a maldição de sermos efêmeros” (p. 123). De Guimarães Rosa a Roland Barthes, de Dino Buzatti a Thomas Mann, Sidney vai levando o leitor a comprovar ele mesmo, que, sim,

a Literatura é uma das formas de trazer magia redentora a tal “maldição”.

Se a arte da Literatura nos traz a magia da fantasia, da construção narrativa inusitada, a arte da Arquitetura traz a obra que perdura mais do que seus autores, como diz, em “Tempos urbanos” (p. 135), a arquiteta Sandra Regina Mota Silva:

muitos dos artefatos e obras produzidos pela humanidade são mais permanentes do que os frágeis e transitórios homens que os conceberam [...]. Vista como palco de um eterno fazer, desfazer e refazer de bens e artefatos materiais, a cidade expressa, como nenhum outro fenômeno, a passagem irreversível do tempo (p. 135).

A arquitetura dialoga com um tempo prolongado, maior que a temporada de uma vida humana, embora nunca necessariamente permanente, como ressalta Sandra Regina: “Cabe perguntar para a Roma de hoje quantas *Romas* sucumbiram soterradas sob séculos de intervenções sucessivas e apressadas de tantas e laboriosas gerações de impérios e repúblicas” (p. 136). Apesar do constante fazer e refazer, certas obras permanecem como testemunhas da cultura, da arte, da beleza que, ao atravessar os séculos, mantêm – para todas as épocas – a representação simbólica que ecoa na alma do ser humano em qualquer tempo. No texto (e fotos) de Sandra, a delicada trama que ocorre entre as cidades e seus tempos e poderes ressalta que o tempo que permanece em pedra, mármore, concreto não deixa porém de também ser frágil, pois afetado tanto pelas inúmeras agressões que podem sofrer, desde o turismo até a poluição. Cada geração detém sobre as preciosidades artísticas o poder de tentar parar o tempo e preservá-las, ou então, destruir as marcas de outro tempo.

Finalizando, o psiquiatra Sérgio Blay e a psicóloga Ana Claudia Yamashiro Arantes relatam um caso clínico em “O Mal da Ansiedade Generalizada”, ilustrando os efeitos de um tempo vivido com angústia constante e as formas psicoterápicas e medicamentosas que podem tratar seus distúrbios.

Infelizmente, o que destoia neste conjunto de textos é a capa, que, embora culta, é equivocada: enquanto convite à leitura causa um certo choque que não corresponde ao conteúdo. Por que embalar um passeio informativo e poético sobre o tempo com uma capa escura, dilacerante e, no limite, quase repulsiva, ainda que tendo Goya e a mitologia como padrinhos? Sobre esse enigma inesgotável que é o tempo, cada capítulo é uma meditação original, sendo injusto aí caracterizar apenas uma de suas facetas. Joias são lapidadas justamente para que cada faceta tenha seu brilho e é isto que acontece nesta coletânea em que cada

autor contribui com sua própria luz para que o estereótipo do título e da capa sejam diluídos na riqueza que através dos anos as diversas reflexões sobre o tempo produziram; neste sentido, talvez falte um capítulo sobre a história dos marcadores do tempo: os relógios, cuja história também certamente é fascinante, desde os primórdios dos relógios de sol e água, aos atuais relógios atômicos. Uma sugestão para um próximo livro.

O que fica é o encanto de saber que do tempo, não importa o século, não importa a cultura ou ciência, o enigma é um perene convite à reflexão.

Por uma metapsicologia do trauma

Berta Hoffmann Azevedo

Resenha de Eurema Gallo de Moraes e Mônica Medeiros Kother Macedo, *Vivência de indiferença: do trauma ao ato-dor*. São Paulo, Casa do Psicólogo, 2011, 100 p.

“Do que trata a Psicanálise se não dos efeitos de uma história?” (p. 34) É com essa questão em mente que Eurema Gallo de Moraes e Mônica Medeiros Kother Macedo desenvolvem o livro *Vivência de indiferença: do trauma ao ato-dor*. Partindo da clínica de pacientes marcados pelo traumático, cujo efeito se apresenta em ato, as autoras uniram esforços para refletir conceitualmente em Psicanálise de modo a encontrar a escuta e o manejo na justa medida para tais analisandos. E, para nossa sorte, brindam-nos com a possibilidade de acompanhar em livro o resultado dessa empreitada.

A principal contribuição do livro consiste na proposta, ao mesmo tempo inventiva e madura, de uma metapsicologia do trauma que aproveita, em um arranjo original, as construções de Freud e Ferenczi e de autores contemporâneos como Bleichmar, Hornstein e Figueiredo, e que conduz a um tipo de escuta analítica condizente às formulações decorrentes da investigação teórica – esta, por sua vez, motivada pela clínica.

Berta Hoffmann Azevedo é psicanalista, mestre em psicologia clínica pela PUCSP, professora e supervisora clínica da Faculdade de Psicologia da Universidade São Marcos, membro filiado do Instituto de Psicanálise da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo e autora do livro *Crise pseudoepiléptica: corpo, histeria e dor psíquica* (Coleção Clínica Psicanalítica) da Casa do Psicólogo.

Atentas à responsabilidade de transformar o que se encontra na clínica em produção escrita, passível de troca entre colegas e que permita avançar em Psicanálise, Eurema e Mônica se preocupam em demonstrar com clareza didática os conceitos e sua amarração a conceitos freudianos já consagrados. A escritura do texto possibilita aos leitores acompanhar de perto os movimentos teóricos, o que resulta numa experiência de leitura comparável à fruição de uma conferência bem proferida.

No Capítulo I, “Trauma: enlances teóricos e desdobramentos da técnica”, as autoras fazem trabalhar as proposições freudianas, e afirmam, já de início, que, apesar de uma leitura superficial sugerir que Freud tivesse abandonado suas hipóteses sobre o trauma, o que ele abandona em realidade é a ideia de trauma ligado à cena real de abuso sexual como único entendimento de qualquer padecimento.

Como é conhecido de seus leitores, ao longo de suas pesquisas Freud transita por diferentes interpretações acerca do que constitui o traumático, variando os pesos entre os fatores, mas mantendo a ideia de que o trauma se instaura a partir de um excesso, na medida em que o psiquismo é incapaz de elaborá-lo por seus meios ordinários. A produção desse fenômeno, para Freud, não é determinada universalmente, mas se insere numa linha de séries complementares – fatores que se somam, advindos do ambiente, da história sexual infantil e da constituição pré-histórica, e cujas relações complementares compõem o espaço de ação daquilo que poderá acarretar, em cada psiquismo, um excesso traumático. O peso dos fatores da série oscila ao longo da obra freudiana, mas mantém-se inalterada a ideia de complementação entre eles na formação de diferentes estruturas sobre as quais a variável do excesso incide. É dessa maneira que a metapsicologia freudiana deixa em aberto o que em si determinaria o excesso. Seria o impacto do acontecido? A fragilidade constitucional de quem o vive? Eurema e Mônica procuram lançar luz exatamente nessa abertura deixada por Freud, formulando teoricamente um

tipo de vivência que produz excesso, observada em sua clínica.

No *Projeto para uma psicologia científica*, no início de sua obra, Freud afirma que o bebê, desamparado, precisa do encontro com um outro significativo que apazigue suas necessidades mediante ação específica e deixe inscrito nele as marcas da vivência de satisfação. Recuperando dessa concepção freudiana o caráter de realidade da vivência de satisfação, as autoras consideram esse não um momento mítico, e sim algo efetivamente vivido. Em se tratando do vivido, as autoras sublinham a importância das condições desse outro que se encarrega do bebê, e suas possibilidades de dar ao bebê a chance de ser visto como outro.

É nesse sentido que o Capítulo II, “A vivência de indiferença e o ato-dor: articulações de intensidades”, é um dos momentos-chave do livro, em que as autoras apresentam seus conceitos originais, imersos em uma tradição freudiana rigorosa. Apropriando-se do conceito freudiano de vivência de satisfação, Eurema e Mônica formulam o conceito de *vivência de indiferença*, que seria aquela vivência cuja marca ficaria impressa no psiquismo em constituição a partir do encontro com um adulto impedido de reconhecer a alteridade no bebê e que, com isso, acrescenta um elemento de excesso que será reproduzido posteriormente.

Essa “vivência marcada pela ausência do reconhecimento da diferença que a presença do outro aporta” (p. 17) será a matriz do trauma, e dela resulta o segundo conceito fundamental trazido no livro: o *ato-dor*, via de expressão de intensidades. Se o encontro com o outro inaugural “deixa o Eu à mercê de intensidades” (p. 46), essas terão de ser metabolizadas, e seu excesso poderá ter como resultado o ato evacuativo, nomeado pelas autoras como *ato-dor*, que procura dar conta do atordoamento psíquico do sujeito. Esse ato reproduz a impressão do excesso experienciado na *vivência de indiferença*, atualizando um circuito pulsional da ordem do desligado e do mortífero.

No Capítulo III, “Construção do si mesmo no cenário de indiferença”, é apresentada a singular construção do si mesmo nos casos marcados

pelo traumático do desmentido da diferença no momento original de desamparo. Esse capítulo tem como ponto de ancoragem principal o conceito freudiano de Narcisismo, que fundamenta a relevância da presença do outro no processo de estruturação psíquica do sujeito.

Assim, no trabalho desses conceitos, as autoras vão tecendo uma metapsicologia do trauma que resgata, na Psicanálise, o “efeito tanático daquilo que efetivamente foi experienciado” (p. 15), sublinhando assim a relevância do acontecido como algo que se inscreve psiquicamente no contexto do trauma e constitui elemento inicial para uma matriz a ser reproduzida.

Trata-se de uma construção metapsicológica oriunda de uma clínica viva, que coloca inquietações, que confronta o não saber e que leva à produção. Essas mesmas contribuições no campo metapsicológico, por sua vez, voltam a enriquecer a clínica, trazendo novas potencialidades e formas de estar com esses pacientes, o que faz com que a própria Psicanálise se vitalize. O cenário clínico de onde partem as interrogações que compõem o livro é apresentado no Capítulo IV, “As manifestações de dor em ato e a potencialidade clínica”, em que também as autoras detalham a escuta apropriada para tal situação. Assim é que, neste capítulo, encontramos a indagação original e o valor efetivo do livro.

As vinhetas clínicas, apesar de apresentadas de forma bastante resumida em razão do cuidado com a exposição dos casos, ilustram bem o traumático da *vivência de indiferença* e o nefasto do *ato-dor*. “O bebê Ivo confronta a mãe com a frustração de seu desejo de ser mãe de uma menina. No imperativo narcisista materno, Ivo é vestido como uma menina nos dois primeiros anos de sua infância.” O que fazer com o excesso de ter tido negado o direito ao reconhecimento de sua existência independente dos desejos arbitrários da mãe?

Ao pensar os efeitos de experiências como essa, Eurema e Mônica destacam o cuidado necessário na escuta, já que confundir o *ato-dor* com um gozo perverso seria uma violência que deixaria o Eu novamente sem espaço para pensar-se, uma

vez que o *ato-dor*, embora comporte uma carga de destrutividade reatualizada, é a via de expressão do conflito na demanda por diferenciação.

Por essa razão, as autoras defendem uma escuta ética que assegure, desde o início, o direito à diferença do outro, e que o ajude a reconhecer aquilo que se encontra desapropriado devido ao efeito violento do encontro primordial. Nesses casos, afirmam como proposta técnica, além da ética do cuidado (conceito trabalhado por autores como Maia, Kupermann e Figueiredo), a modalidade de escuta sustentada na ética da *contratransferência*. O trabalho cuidadoso com os casos e a modalidade de encontro analítico apresentada no livro falam do importante desafio de estar próximo sem se tornar sugestivo, de ser rigoroso sem rigidez, alcançando neutralidade sem indiferença – e, assim, permitindo que o paciente refaça, pelo processo analítico, o percurso designado no título do livro, *do trauma ao ato-dor*, de modo a romper o ciclo aprisionado em direção à escritura de novos trajetos no espaço branco da página, para além do ato.

O livro encerra com o capítulo v, “Sobre o devir”, que sublinha a importância da capacidade interrogativa dentro da Psicanálise e sua influência para o investimento no futuro dessa tão fascinante ciência e arte da escuta. Ocupadas com problemas clínicos encontrados na atualidade, e não desprezando os efeitos da cultura sobre a subjetividade, as autoras deste livro afirmam que a complexidade humana não pode ficar restrita à

influência de uma época. Esse ponto de vista está explicitado nas linhas que seguem:

Confundir a influência do real sob o psiquismo com uma construção de subjetividade determinada unicamente por padrões sociais e culturais de uma época incorre no equívoco de deixar à margem aspectos da complexidade humana que independem do tempo histórico (p. 19).

Motivado pelos problemas que a clínica psicanalítica contemporânea impõe, o livro alça-se à investigação metapsicológica mais ampla, com a liberdade de quem se permite produzir em Psicanálise alinhavada com a segurança de quem tem a consistência adquirida pelos anos de clínica e de compromisso com a transmissão da Psicanálise. Disso resulta a envergadura do livro.

Numa linhagem clínica preocupada com uma escuta que faça diferença na apropriação psíquica do sujeito, as autoras enfrentam os desafios clínicos inaugurando novos desdobramentos das zonas inesgotadas da obra de Freud. Sem a intenção de exaurir as proposições freudianas e prover modelos estanques, as autoras convocam o analista leitor a lançar-se também ele em uma trajetória investigativa, buscando ampliar suas ferramentas teóricas e práticas. A disponibilidade para aceitar tal convocatória é o que nos mantém analistas vivos, que se deixam afetar pela clínica e que têm a coragem de compartilhar o resultado articulado dessa afetação em forma de livro.

Sobre “Tornar-se mulher”

Christian Ingo Lenz Dunker

Resenha de Lusimar de Melo Pontes, *Tornar-se mulher: obstáculos em torno da feminilidade*. São Paulo, Zagodoni, 2012, 144 p.

O trabalho de Lusimar Melo Pontes, originalmente sua dissertação de mestrado pela PUCSP, possui forte potencial didático, tanto por apresentar de forma extensa e continuada um caso clínico narrativamente bem articulado, quanto por pensá-lo em sucessivas e articuladas camadas de consideração e conceito. O texto consegue reunir os tempos do caso, com os momentos de consideração do conceito em Freud e em Lacan. Fato raro entre trabalhos universitários, vemos que a construção de argumentos não se apresenta dissociada dos movimentos que lhes deram causa. A sua prudência é capaz de escapar do esquematismo empobrecedor. Não há triunfalismo clínico nem soberania estética da experiência, mas justa medida da experiência do caso.

A feminilidade aparece aqui como um drama existencial, movido pelo problema do reconhecimento *da* e *na* experiência dialética do tratamento psicanalítico. Os obstáculos não são apenas momentos de ultrapassagem rumo ao fim de análise, categoria tão fetichizada nos últimos tempos. São eles a essência mesma da experiência

em seu limite interno e externo. É assim na esfera da demanda de reconhecimento, com suas respectivas suspensões, bloqueios e derrogações que a alienação do desejo surge como primeiro obstáculo à feminilidade. É assim que o déficit da expectativa de reconhecimento (inveja do pênis) marca o encontro feminino com a castração, segundo obstáculo. A realização subjetiva do gozo fálico aparece como terceiro obstáculo, agora histerico, à feminilidade. Este equívoco de falso reconhecimento ultrapassa em muito o tema da identificação, da reivindicação imaginária e da posição narcísica.

Retomando as formulações lacanianas sobre a chamada *questão da mulher*, Lusimar Pontes descobre como em todas suas incidências encontramos o tema da atribuição de existência. O problema maior não é saber o que é *o falo*, *a mulher*, o desejo ou a fantasia feminina envolvida na formulação da *relação sexual*, mas o que significa *existir*, ou seja, o que significa *ser* na expressão *ser o falo*. Quando perguntamos pelo reconhecimento da feminilidade em psicanálise, somos levados a reconsiderar, a cada vez, o que significa “existir”. *Existir* pode significar reconhecer, ter reconhecido ou fazer reconhecer um desejo pelo Outro. *Existir* pode significar *ser um* objeto. *Existir* pode nos remeter a identificar-se em *um* significante ou uma imagem. *Existir* pode querer dizer gozar “em”, “de” ou “fora” de *um* corpo.

Para enfrentar esta variedade da existência feminina, Lusimar Pontes aborda um caso clínico em toda sua extensão e detalhamento. O caso de alguém que não foi reconhecida como mulher no momento crucial de perda da virgindade, o que teria levado a um bloqueio generalizado da possibilidade de reconhecimento do desejo. Há algo no gozo feminino que resiste ao reconhecimento e a sua designação ostensiva. Ou seja, não é só o problema de que os pais e a cultura não confrim dignidade e existência simbólica à sua posição de mulher. É que há algo que nem eles e nem ela mesma pode reconhecer nesta experiência. Não se trata do *dasein* (ser-aí), mas do *diese* (ser-isto) que torna o feminino um problema.

Seria então a teoria psicanalítica da feminilidade uma inferência projetiva do sonho de curar a histeria? Seria o feminino nada menos do que a anti-histeria? O estatuto de desconhecimento da histeria pelos psicanalistas e psiquiatras que não acreditam mais na *existência da histeria*, como quadro único e integrado da multiplicidade de sintomas, apontaria para uma espécie de esgotamento do modelo histórico das aspirações de reconhecimento. Outra forma de pensar diria que a importância de advogar a unidade da histeria reside no fato de que é a partir desta unidade que podemos pôr à prova a fragilidade de nossa teoria do reconhecimento. Neste caso a ultrapassagem da teoria positiva, autorreferente e essencialista do reconhecimento exige a preservação desta forma de vida chamada histeria. Assim, há um *parecer* que substitui o *ter*. Mas há ainda um tipo de *parecer* (o semblante) que substitui o *ser*. O semblante feminino e o semblante histórico (mascarada) seriam o indexador clínico desta não existência. Descobrir que *ser* não é *ser-fálico* constituiria a dificuldade insondável e traço limite da histeria.

O segundo movimento do texto está baseado na importância da existência determinada por um olhar. Não é ainda o registro do reconhecer – ser reconhecida como mulher, mas o de reconhecer-se sendo reconhecida como e por um olhar anônimo, impessoal, despersonalizado. Aqui se trata de admitir que *ser* é *ser para o Outro*, que *ser* é inscrever-se no campo do olhar. *Não existir* é um momento dialético entre o pai destituído, cujo reconhecimento nada vale, e o *reconhecimento objetual*, por alguém que não pode mais ser um pai.

No terceiro movimento do tratamento e do livro não se trata mais apenas de existir para o olhar do Outro. Há outros modos de reconhecimento, modos pelos quais é possível ser sem existir, decaída como objeto menina dos olhos. Vemos neste momento como a paciente separa-se do masoquismo, da mascarada masoquista e da devastação materna ao suportar uma forma de gozar com este *não existir*.

O quarto movimento desta experiência de ser, que contém a não existência feminina, aborda o embate entre identificação e sexuação. Aqui o reforço da identificação é invertido e advertido pela falsa oposição: *não ser* mãe, *não ser* mulher, *não ser* como minha mãe. Ela é *não existência*, mas não existência como a mãe. Surge assim uma identidade patológica, que funciona como restrição ou barreira ao gozo feminino. Este fora-da-castração não é apenas um inexistente transcendental, que não afeta nem a cultura nem a linguagem, mas a entrada na ideia de *não relação*. É esta forma de inexistência interna que *não cessa de não ser* nomeada pela cultura. Nomeação insuficiente, equivocada e negada, de maneira a confundir a feminilidade com a *natureza antifálica* da qual fala Lacan.

No quinto movimento surge o reconhecimento precário e instável pelo Outro do amor. Aqui a existência aspira à universalidade. Ela não se constrange mais à sua particularidade-singularidade: ser como este, ser como esta, ser como isso, e suas negações recíprocas. É o drama feminino de que seu amor seja não só este amor, mas o amor generalizado e universalizado. Prova clínica que a dialética do reconhecimento não é um programa clínico de juventude em Lacan, que teria sido abandonado posteriormente. Aliás, é muito possível que parte substancial dos impasses de teorização da psicanálise lacaniana dos últimos tempos decorra do desconhecimento de que uma teoria do reconhecimento é condição necessária e inarredável para uma clínica psicanalítica.

Depois de uma temporada de trabalhos lacanianos sobre a feminilidade e a histeria, o trabalho reluzente de Lusimar Pontes nos ajuda a entender por que a histeria tornou-se um quadro extenso demais. É porque a feminilidade tornou-se um problema vasto demais, dada a crescente insatisfação com as soluções apresentadas por Freud e pelos incrementos lacanianos. É preciso separar quatro abordagens lacanianas da histeria, que são virtualmente compatíveis com ângulos de abordagem da feminilidade: o desejo histórico e o problema da incidência da castração feminina

(privação), a identificação histérica e o problema da devastação feminina (masoquismo), o tema da estrutura histérica e a questão do gozo fálico (coordenado pela fantasia) e o tema do discurso histérico que nos leva à problemática do gozo feminino em sua relação com o simbólico (laço

social) e com o real (sexuação). Lusimar Pontes consegue fazer um trabalho transversal, reunindo os últimos e os primeiros desenvolvimentos de Lacan, articulando com graça e elegância como a clínica bem feita nos permite ver com clareza os problemas teóricos que temos pela frente.

Colaboradores deste número

Ana Lucia Mac Dowell Gonçalves
anamacdowell@uol.com.br

Alessandra Affortunati Martins
Parente

R. Girassol, 139, cj. 75
05433000 São Paulo SP
Fone: (11) 2373.7646 / (11) 8382.9839
aamparente@gmail.com

Andréa Carvalho

R. Pelotas, 438
04012-001 São Paulo SP
Fone: (11) 3889.9406
andrea@construnet.com.br

Bela M. Sister

R. Maranhão, 584, cj. 42
01240-000 São Paulo SP
Fone: (11) 38245.3470
belasister@terra.com.br

Belinda Mandelbaum

Universidade de São Paulo
Av. Prof. Mello Moraes, 1721 Bl. A
05508-030 Cidade Universitária São
Paulo SP
Fone: 3091.4004 / 3091.4184 / Fax:
(11)3091-4460

Berta Hoffmann Azevedo

R. Manoel da Nóbrega, nº 354/85
04001-001 São Paulo SP
bertaazevedo@hotmail.com

Bianca Bergamo Savietto

R. Tutoia, 454/ap. 71, Paraíso
04007-002 São Paulo SP
Fone: (11) 6883-8648
biancasavietto@yahoo.com

Carlos Guillermo Bigliani

R. Atlântica, 836
01440-000 São Paulo SP
Fone: (11) 3085.6734
gbigliani@gmail.com

Christian Ingo Lenz Dunker

R. Abílio Soares, 932
04005-003 São Paulo SP
Fone: (11) 3887-0781
Email: chrisdunker@usp.br

Claudia Finkelstein

Virrey del Pino, 2765 Buenos Aires
Argentina CP1426
claudiafinkel@gmail.com

Claudine Vacheret

30 Rue Godefroy
69006 Lyon France
claudine.vacheret@orange.fr

Cristina Satie Hirashima

R. Borges Lagoa, 1065, cj 143
04038-032 São Paulo SP
cristina.hirashima@hotmail.com

Danielle Melanie Breyton

R. Prof. João Arruda, 53
05016-110 São Paulo SP
Fone: (11) 3873.3457
danibreyton@gmail.com

Deborah Joan de Cardoso

R. Prof. João Arruda, 53
05016-110 São Paulo SP
Fone: (11) 3873.3457
deborah@santacruz.g12.br

Eliana Borges Pereira Leite

Av. Anchieta, 585
12243-280 São José dos Campos SP
Fone: (12) 3921.9825
elianabpl@gmail.com

Elias Mallet da Rocha Barros

R. Tupi 579 ap. 161
01233-001 São Paulo SP
erbarro@terra.com.br

Elizabeth Lima da Rocha Barros

R. Tupi 579 ap. 161
01233-001 São Paulo SP
elizabethlrochabarros@gmail.com

Eugênio Canesin Dal Molin

R. Oscar Freire, 1513, ap. 92
Fone: (11) 986.56.6151
R. Senador Souza Naves, 626, cj. 26
86010-170 Londrina PR
Fone: (43) 3323-3355
eecdm@yahoo.com.br

Fabiano Chagas Rabelo

R. Gilberto Studart, 488 ap. 405
60190-750 Fortaleza CE
Fone: (86) 9809.1277 / (85) 8718.7005
fabrabelo@hotmail.com

Fernanda Sofio

R. Alcides Ricardini Neves, 12, cj. 1015
04575-050 São Paulo SP
Fone: (11) 3869.8961
fernanda.sofio@gmail.com

Heitor O'Dwyer de Macedo

13, Rue Valette
75005 Paris France
hdemacedo75@gmail.com

Janaina Namba

R. Alagoas, 336 ap. 21
01242-000 São Paulo SP
Janaina.namba@yahoo.com.br

Janete Frochtengarten

R. Jericó, 255, cj. 117
05435-040 São Paulo SP
Fone: (11) 3032 9033
janfro@terra.com.br

João Luiz Leitão Paravidini

Av. Uirapuru, 934
38412-166 Uberlândia MG
Fone: (34) 9976.3360 / (34) 3210.4472.
jlparavidini@gmail.com

José Atilio Bombana

R. Manoel da Nóbrega, 1678
04001-005 São Paulo SP
Fone: (11) 3887.1797
bombana@uol.com

Laurie Laufer

40, Rue Du Banquier
75013 Paris France
laurie.laufer@wanadoo.fr

Mara Caffé

R. João Moura, 627, cj. 62
05412-911 São Paulo SP
Fone: (11) 3085.9986
maracaffe@uol.com.br

Maria Laurinda Ribeiro de Souza

R. dos Otonis, 120
04025-000 São Paulo SP
Fone: (11) 5572.3589
mlrsouza@uol.com.br

Maria Lúcia Castilho Romera

Av. Floriano Peixoto, 615, cj. 308
38400-102 Uberlândia MG
Fone: (34) 9199.5511 / (34) 3236.7985
mluciaro@terra.com.br

Mariana Paula Oliveira

R. Feliciano de Moraes, 401
38400-684 Uberlândia MG
Fone: (34) 9231.0799 / (34) 3084.7247
marianapaula.psi@gmail.com

Paula Regina Peron

R. São Vicente de Paula, 95, cj. 53
01247-060 São Paulo SP
Fone: (11) 3667.9913
prperon@uol.com.br

Rafael de Melo Costa

Av. Floriano Peixoto, 386, cj. 306
38400-100 Uberlândia MG
Fone: (34) 9147.2887 / (34) 3217.0382
costa.rafaelmelo@gmail.com

Renato Mezan

R. Amália de Noronha, 198
05410-010 São Paulo SP
Fone: (11) 3081.4851
Email: rmezan@uol.com.br

Renato Tardivo

USP – Instituto de Psicologia
Depto. Psicologia Social e do Trabalho
Av. Prof. Mello Moraes 1721 Cidade
Universitária
05508-900 São Paulo SP
Fone: (11) 30914184
rctardivo@uol.com.br

Ricardo Almeida Prado

R. Borges Lagoa, 1080, cj. 909/910
04038-002 São Paulo SP
Fone: (11) 5081.6582
rcaprado@uol.com.br

Rose Mary Soares Maurício

Av. São Caetano do Sul, 40
12240-510 São José dos Campos SP
Fone: (12) 3931-8912

Rubens Marcelo Volich

Av. Washington Luís, 1527 ap. 122-B
04662-002 São Paulo SP
Fone: (11) 3862-7743
volichrm@dialdata.com.br

Silvio Hotimsky

R. Ilhéus, 135
01251-030 São Paulo SP
Fone: (11) 3862.7743
silviohotimsky@hotmail.com

Tales A.M. Ab'Sáber

R. Joaquim Antunes, 490 cj. 21
05415-001 São Paulo SP
tsaber@unifesp.br

Normas para envio de artigos e resenhas

A apresentação de trabalhos para publicação na Revista Percurso pressupõe o conhecimento prévio e a aceitação, por parte do articulista, das seguintes normas:

1. Os trabalhos enviados para publicação, sempre originais e inéditos, deverão ser antecidos por duas páginas contendo, separadamente, os seguintes dados:

Página 1

- o título e o nome do autor
- sua qualificação
- endereço (incluir CEP)
- telefone (incluir DDD)
- e-mail

Página 2

- resumo do artigo enviado, com até cinco linhas, em português, e traduzido para o inglês, com redação ou revisão feita por um profissional da área
- até seis palavras-chave em português e inglês
- número exato de caracteres do texto, com espaços
- data de remessa.

2. A página de rosto é destacada quando o trabalho é remetido para avaliação, de modo a preservar, durante todo o processo, o sigilo quanto à identidade do autor. Portanto, para identificar de qual artigo se trata, o título deverá ser repetido na primeira página do texto.

3. Os trabalhos deverão ser entregues em sete cópias, pessoalmente ou por correio (sem SEDEX), à Coordenação Editorial de Percurso: Rua Amália de Noronha, 198, 05410-010 São Paulo. Não serão aceitos trabalhos enviados por e-mail.

4. Todos os trabalhos são analisados em detalhe pelo plenário da Comissão Editorial ou da Comissão Editorial de Resenhas, que poderão solicitar ao Conselho Científico Externo um ou mais pareceres. Uma vez aceito, um membro destas transmite ao autor eventuais recomendações para mudanças na forma ou no conteúdo, em particular – mas não só – a fim de adequar aos padrões gráficos da revista.

5. Os artigos enviados devem ter até 35 mil caracteres (com espaços), incluídas as notas de rodapé e não incluídas as referências bibliográficas do final. As resenhas devem ter até 15 mil caracteres (com espaços). Trabalhos que excedam esses limites poderão ser devolvidos aos autores para que possam adequá-los às normas, antes de qualquer avaliação.

6. É indispensável seguir os padrões gráficos utilizados por Percurso:

- o que merecer destaque deve vir em itálico; não utilizar sublinhado nem negrito.
- colocar intertítulos para facilitar a leitura.
- palavras estrangeiras e títulos de livros mencionados no texto: estilo itálico, sem aspas.
- títulos de artigos mencionados no texto: estilo normal, com aspas;
- citações: devem vir entre aspas, com chamada de nota de rodapé contendo a respectiva referência bibliográfica. As citações de até três linhas devem ser incluídas no corpo do texto; citações de quatro linhas ou mais devem ser destacadas do texto, em parágrafo escrito em fonte menor.

7. As notas deverão vir no rodapé da página em que figura a respectiva chamada, e ser numeradas consecutivamente em algarismos arábicos. Podem ser explicativas ou bibliográficas; neste caso, seguir o formato europeu, como indicado abaixo:

a. **Nome do autor:** em ordem direta, com maiúsculas somente nas iniciais do nome e do sobrenome. Exemplos: S. Freud; M. Klein; D. W. Winnicott.

b. **Artigos e capítulos de livros:** título entre aspas, seguido do nome do livro em que aparecem, cidade, editora, ano de publicação e página citada, precedida apenas da letra “p.” Exemplo: N. Bleichmar e C. Bleichmar, “Os pós-kleinianos: discussão e comentário”, in *A Psicanálise depois de Freud*, Porto Alegre, Artes Médicas, 1994, p. 286. Caso se trate de uma revista ou periódico, colocar em itálico o nome da revista, indicando número ou volume, local de publicação, ano e página citada. Exemplo: R. Zygouris, “O olhar selvagem”, *Percurso* n. 11, São Paulo, 1993, p. 12. (Não se usa in antes do nome de um periódico).

c. **Livros:** título em itálico, cidade, editora, ano de publicação e página(s) citada(s). Exemplo: J. Greenberg e S. Mitchell, “Object Relations”, in *Psychoanalytic Theory*, Cambridge, Harvard University Press, 1993, p. 377 (ou: p. 377-378).

d. **Textos citados mais de uma vez:** a partir da segunda vez inclusive, colocar apenas nome do autor, a expressão *op. cit.* em itálico, e a página citada. Exemplos: R. Zygouris, *op. cit.*, p. 73; Bleichmar e Bleichmar, *op. cit.*, p. 289. Se entre a primeira e a segunda citação for citada OUTRA obra do mesmo autor, escolher uma forma simples de distinguir entre ambas. Exemplo: primeira citação, Marcia Neder Bacha, *A arte de formar*, Petrópolis, Vozes, 2002, p. 45; segunda citação, Marcia Neder Bacha, *Psicanálise e educação: laços refeitos*, São Paulo, Casa do Psicólogo, 1009, p. 70; terceira citação, Bacha, *Laços...*, p. 90; quarta citação, Bacha, *A arte...*, p. 134; quinta citação, Bacha, *A arte...*, p. 136; e assim sucessivamente.

e. **Referências bibliográficas:** Ao final do trabalho, deverão constar as referências bibliográficas em ordem de sobrenome dos autores, seguidas pelos dados da obra. Exemplos:

Mezan, R. *Interfaces da Psicanálise*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

Levisky, D. *Um monge no divã*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

8. **Para resenhas:** título da resenha, seguido da expressão “Resenha de”, nome do autor, título da obra em itálico, cidade, editora, ano de publicação e número de páginas. Exemplo: Freud, o fio e o pavo – Resenha de Chaim Samuel Katz, *Freud e as psicoses: primeiros estudos*. Rio de Janeiro: Xenon, 1994, 274 p. O nome, qualificação, endereço, telefone e e-mail do resenhador devem vir no final do texto, seguindo o solicitado no item 1 destas Normas. Colocar na página de

rosto as palavras-chave da resenha: não é necessário apresentar resumo ou abstract.

9. Uma vez atendidas as recomendações das Comissões Editoriais, os trabalhos serão entregues no endereço acima, em CD, no formato Word (.doc), acompanhados de uma cópia impressa.

10. O autor receberá cinco separatas do seu trabalho, além de um exemplar do número em que ele figura. Os trabalhos recusados não são devolvidos; o *copyright* dos aceitos pertence aos seus autores. Caso venham a ser publicados em coletâneas ou outros periódicos, inclusive eletrônicos, solicita-se mencionar que a primeira publicação se deu na Revista *Percurso*. Os autores declaram aceitar a divulgação de seus trabalhos no site da revista, www.uol.com.br/percurso.

Onde encontrar *Percurso*

Belo Horizonte

Livraria do Psicólogo
Av. do Contorno, 1390
Floresta
Fone: (31) 3303-1013 / 3428-5000
livrariadopsicologo@livrariadopsico
logo.net

Fortaleza

Livraria Lua Nova
Av. Treze de Maio, 2861
Benfica
Fone: (85) 3214-5488

Goiânia

Dimensão
R. 1121, nº 249 – setor Marisa
Fone: (62) 3281.4135
dimens@terra.com.br

Porto Alegre

Livraria Cultura
Av. Túlio de Rose, 85 loja 302
Fone: (51) 3028-4033 / 3170-4033
dqmanzano@livrariacultura.com.br

São Paulo

FNAC Brasil – Pinheiros
Praça Omaguás, 34
Telefax: (11) 3815.1099 r. 271
revistaria@fnac.com.br

Livraria APG
R. Monte Alegre, 948
Perdizes
Fone: (11) 3871-2023 / 3862-9065
livrariaapg@terra.com.br

Livraria Cultura – Villa Lobos
Av. das Nações Unidas, 4777 loja 245
Fone: (11) 3024-3599 / 3024-3570
rodrigoh@livrariacultura.com.br

Livraria Cultura – Market Place
Av. Dr. Chucri Zaidan, 902 loja 222
Fone: (11) 3474-4033
gaalmeida@livrariacultura.com.br

Livraria Cultura – Paulista
Av. Paulista, 2073 loja 153
Conjunto Nacional
Fone: (11) 3474-4033
cgtorres@livrariacultura.com.br

Livraria da Vila
R. Fradique Coutinho, 915
Vila Madalena
Fone: (11) 3814-5811

Livraria Pulsional
Rua Min. Gastão Mesquita, 132
Perdizes
Tel: (11) 3865.8950 / 3675.1190
pulsional@uol.com.br

Maura Book's

Instituto Sedes Sapientiae
Rua ministro Godói, 1484
05015-001 São Paulo SP
Fone: (11) 2218.0558 / 3865-1232
maurabooks@bol.com.br

Resposta Editorial
R. Texas, 658
Brooklin
Fone: (11) 5044-7565

Sorocaba

Psicologia no Cotidiano
Av. Presidente Kennedy, 316
Jardim Paulistano
Fone: (15) 3327-2104
contato@psicologianocotidiano.com.br
www.psicologianocotidiano.com.br

Salvador

Colégio de Psicanálise da Bahia
Urania Tourinho
R. Alfredo Magalhães, 96, 1º andar
Barra
Fone: (71) 3264-3202

Uberaba

Ilcéa Borba Marquez
Rua Alfen Paixão, 599
Mercês
Fone: (34) 3312.7761



A Dr. Contábil consiste na prestação de serviços contábeis, tributários, trabalhistas e societários e é composta de profissionais qualificados em constante atualização com o objetivo de atender com segurança nossos clientes.

Nosso objetivo é fornecer serviços de qualidade, com postura ética, diferenciada, competência e eficácia.



Acesse nosso site:

www.contabil.net

Avenida Caxingui 94 Butantã
CEP 05579 000 São Paulo Capital
Telefone (11) 3724 9440
menossi@contabil.net

Um produto desenvolvido por:

MEN0551
CONSULTORIA CONTÁBIL

Para assinar *Percurso*

- **Assinatura anual:** R\$ 120,00 (dois números)
- Por telefone:** ligue para (011) 3081-4851, das 9:00 às 16:30, de segunda a sexta-feira. Você receberá uma ficha de compensação, que poderá ser paga em qualquer agência bancária.
- Por cartão:** ligue para (011) 3081-4851, nos mesmos horários. Tenha em mãos o número de seu cartão. Aceitamos Mastercard, Visa e American Express.
- Por cheque:** envie seus dados pessoais e cheque nominal para
Revista Percurso
a/c Setor de Assinaturas
R. Amália de Noronha, 198
05410-010 São Paulo SP

Autorização para assinar *Percurso* por cartão de crédito

NOME: _____	DATA: ____/____/____	
ENDEREÇO: _____		
CEP: _____	CIDADE: _____	ESTADO: _____
TELEFONE RES.: () _____	COM.: () _____	
CIC: _____	RG: _____	
E-MAIL: _____		
Mastercard: nº <input type="text"/>	val.: <input type="text"/> / <input type="text"/>	
Visa: nº <input type="text"/>	val.: <input type="text"/> / <input type="text"/>	
AmEx: nº <input type="text"/>	val.: <input type="text"/> / <input type="text"/>	
Quantidade de Parcelas:	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 5	

Remeta este cupom por fax ou ligue, informando seus dados, para:

REVISTA PERCURSO – SETOR DE ASSINATURAS
R. Amália de Noronha, 198
05410-010 São Paulo SP
Tel/Fax: (11) 3081-4851

Você também pode nos enviar um e-mail (percurso@uol.com.br) autorizando-nos a debitar em seu cartão o valor da assinatura. Neste caso, seu cadastro será feito pelo telefone. Por favor, tenha em mãos os documentos necessários.

Impresso em Aparecida SP, em setembro de 2012,
no parque gráfico da Editora Santuário,
para o Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae